

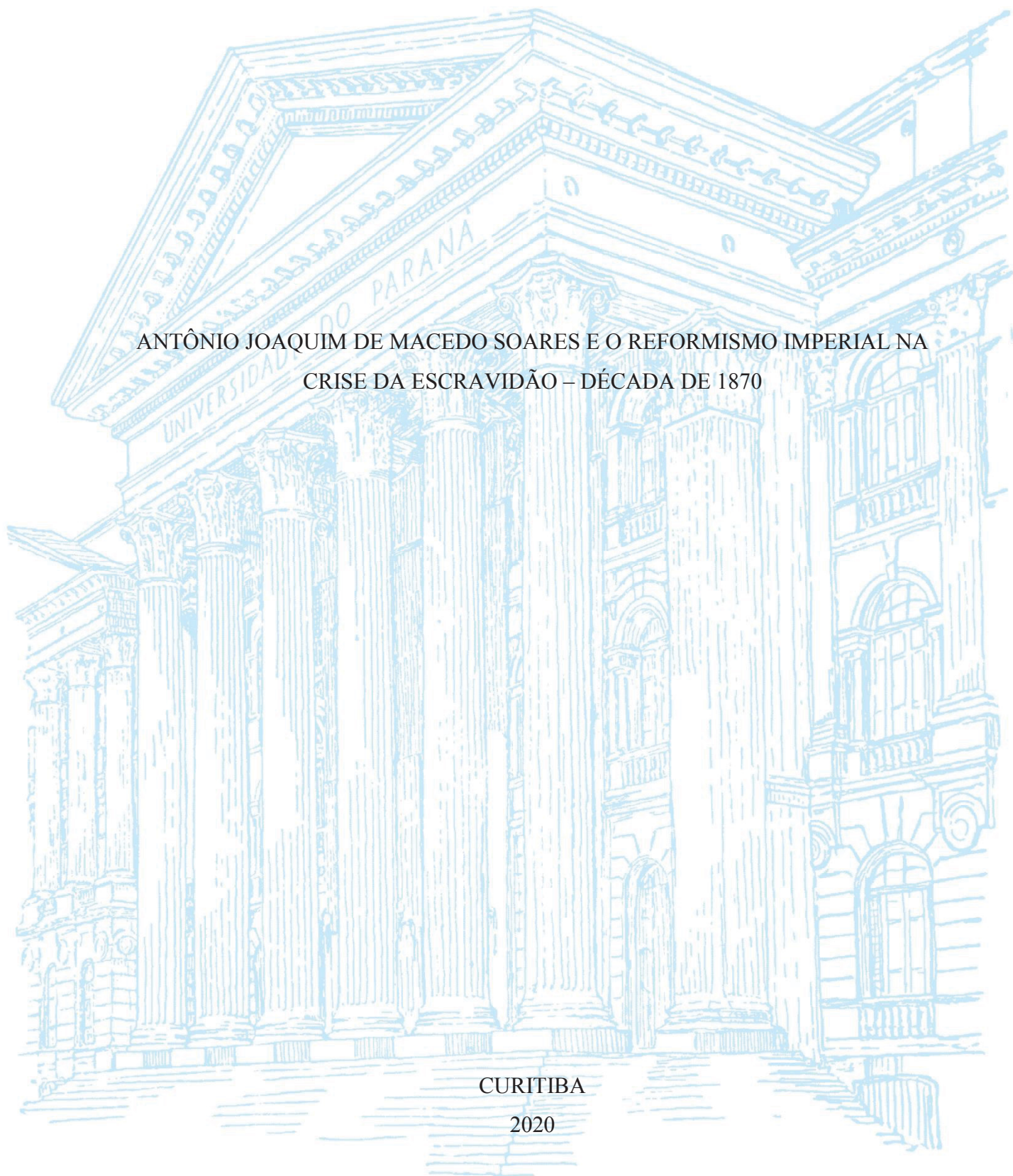
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ GUSTAVO LESCOVITZ CUNHA

ANTÔNIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES E O REFORMISMO IMPERIAL NA
CRISE DA ESCRAVIDÃO – DÉCADA DE 1870

CURITIBA

2020



ANDRÉ GUSTAVO LESCOVITZ CUNHA

ANTÔNIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES E O REFORMISMO IMPERIAL NA
CRISE DA ESCRAVIDÃO – DÉCADA DE 1870

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação
em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade
Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Cunha, André Gustavo Lescovitz

Antônio Joaquim de Macedo Soares e o reformismo imperial na crise da
escravidão - Década de 1870. / André Gustavo Lescovitz Cunha. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Carlos Alberto Medeiros Lima

1. Soares, Antonio Joaquim de Macedo, 1838-1905 – História. 2. Escravidão –
História – Brasil. 3. Brasil – História - 1860. 4. Brasil – Política e governo. I. Lima,
Carlos A. M. (Alberto Medeiros), 1965-. II. Título.

CDD – 981.03



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ANDRE GUSTAVO LESCOVITZ CUNHA** intitulada: **Antônio Joaquim de Macedo Soares e o reformismo imperial na crise da escravidão - década de 1870**, sob orientação do Prof. Dr. CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 05 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica

05/08/2020 17:09:33.0

CARLOS ALBERTO MEDEIROS LIMA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

05/08/2020 17:11:08.0

SANDRO ARAMIS RICHTER GOMES

Avaliador Externo (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

05/08/2020 17:32:18.0

LEONARDO MARQUES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Rua General Carneiro, 460, Ed.D.Pedro I, 7º andar, sala 716 - Campus Reitoria - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5086 - E-mail: cpghis@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 48942

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 48942

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico é um percurso em que precisamos ultrapassar muitos obstáculos. São constantes nossas confusões teóricas, dificuldades de interpretação com as fontes, organização com prazos e burocracia. Contudo, nenhum destes obstáculos é tão difícil de ser superado como o de nossa saúde mental. A barreira mais alta que encontrei, com certeza foi a ansiedade. Em diversos momentos, mesmo com leituras feitas, ideias na cabeça e convicção quanto as minhas análises, a ansiedade não permitiu que tudo isso fosse transcrito com tanta facilidade. Bloqueios, pânico, tensão, insônia. Tudo isso, infelizmente, também fez parte da construção deste trabalho.

Mas quando um muro é muito alto, precisamos entender que nem sempre vamos conseguir pular sozinhos. Vai ser preciso alguém te dando suporte e te empurrando para cima para atravessá-lo. E um trabalho acadêmico não é uma conquista solitária, não pode ser. Fazer uma pesquisa não se trata de um processo que envolve apenas uma pessoa, por mais que muitas vezes o ambiente da Academia tente nos forçar a isso com ideias ultrapassadas de meritocracia, sacrifício e individualismo. Não pulamos este muro sozinhos. Por mais que a escrita e a pesquisa sejam processos individuais, nunca são, ou pelo menos não devem ser, solitários. Precisamos de pessoas que leiam, critiquem e problematizem nossos anseios de pesquisa. Precisamos de pessoas que estejam conosco em momentos fora desse ambiente que nos façam rir, chorar, sentir conforto ou desconforto, que nos apoiem ou nos repreendam quando preciso. Fazer uma pesquisa não pode ser um processo desumanizado, em que nos isolamos de nossas sociabilidades e deixamos a vivência de nossas curtas vidas de lado.

Comecei a escrever estes agradecimentos muito tempo atrás, convicto de que essas palavras seriam verdadeiras no momento que o trabalho estivesse finalizado. Contudo, entre aquele começo e o presente, tivemos que conviver com uma pandemia global que nos forçou ao isolamento e a preocupação constante com o bem-estar de nossas pessoas queridas. Uma doença que desafia nosso modo de vida sedimentado sobre o consumo, a desigualdade social e a destruição de nosso meio ambiente. Somado a esta crise sanitária, estamos convivendo com um período de obscurantismo em que a ciência é ignorada e até mesmo negada, dando força à mentira e ao fanatismo. Temos em prática um projeto de desmonte sistemático da educação pública, dos direitos trabalhistas, da assistência social, da democracia e tantas outras conquistas que o povo brasileiro deu o seu suor e o seu sangue, tudo com o intuito de afogar esse mesmo povo na pobreza e ignorância em prol do lucro neoliberal.

Mas é nesse momento caótico em que a esperança parece tão frágil, que as palavras que pensei em escrever no início ganharam ainda mais significado. O desgastante processo da pesquisa, que não deveria ser normal, mas infelizmente ainda o é, tornou-se muito mais complicado com esta conjuntura difícil. Mas em mesma proporção, o agradecimento às pessoas que contribuíram nesta caminhada cresceu. Muitas pessoas participaram desta pesquisa que desenvolvi. Participações sem as quais estas muitas páginas não seriam possíveis de serem escritas e sequer teriam um significado. Porque não podemos esquecer que as pesquisas não são feitas para nós mesmos, exclusivamente para o preenchimento de nosso ego. As pesquisas devem ser feitas para a sociedade. Para as pessoas. E são muitas as quais devo agradecer. Teremos um futuro difícil, mas que ainda pode ser um futuro com a esperança fortalecida quando temos pessoas queridas caminhando ao nosso lado. De qualquer modo, tenho certeza que será um futuro em que um simples abraço terá todo um novo significado.

Em primeiro lugar eu tenho que agradecer a minha mãe e meu pai, Ivete e Argeu, que durante toda a minha vida deram apoio incondicional em meus estudos, com muitos sacrifícios e dedicação. Eu tive o imenso privilégio de sempre ter um porto-seguro nestas duas pessoas, que sempre estiveram do meu lado e se esforçaram para me fazer o melhor. Minha gratidão a estes dois é imensurável.

Quero agradecer de todo o coração a Carol por todo o carinho, companheirismo e suporte nestes últimos anos, me acompanhando desde os momentos mais delicados até os mais bonitos. Agradeço por ter me ajudado a passar por este período de forma mais tranquila e mais feliz.

Aos meus companheiros desde o ensino médio do famigerado CEFET, espero que esta mais de uma década de fraternidade, com um sem fim de histórias, seja somente a primeira de muitas. Assim agradeço ao Alfredo, Elaine, Gabi, Gerson, Loira, Manu e Perdiga por todos esses anos passados e futuros de amizade.

Foi durante o mestrado que tive a satisfação de conhecer outros amigos que estavam presentes em minha vida por muito tempo, mas que nunca tinha visto pessoalmente. Foi através do casamento de um deles, que pude conhecer os membros da Rawer Squad e ter o choque de como um monte de moleques de fórum viraram adultos quase responsáveis com boletos para pagar, compartilhando o pavor pelo trânsito carioca. Agradeço assim ao Bill, Dedé, Caio, Izac, João, Pedrin, Rato, Wesley e Yuri.

Às pessoas que há quatro anos atrás viraram meus amigos por acaso, mas que de lá pra cá ganharam um lugar muito especial em minha vida. Foram muitas festas, churrascos, conversas de bar, viagens (fossem para outras cidades ou o longínquo Boqueirão) e diversos

outros momentos de um valor inestimável, sem os quais a pessoa que sou hoje perderia muito de seu significado. Quero deixar o meu muito obrigado aos camaradas Aguinaldo, Bárbara, Hellen, Jenni, Laís, Lauriane, Lucas, Mari Assaf, Mari Fujikawa, Mari Fernandes e Maurício por terem participado desse sem fim de momentos especiais (e por terem aguentado meu constante mau humor).

Quero agradecer ao meu amigo Matheus, sempre pronto para os debates mais complexos sobre o período que estudamos. Sem as suas contribuições não teria desfeito muitos nós que surgiram ao longo desta pesquisa e anseio o momento que possamos trabalhar juntos.

Meu eterno obrigado ao Lucas, um amigo para todas horas, com um coração imenso e generoso. Foram fundamentais nestes últimos anos o seu apoio, sua disposição para conversas, preocupação e senso de humor deplorável. Espero que o ideal de educação popular, que inicialmente nos colocou em contato, continue sendo uma alternativa possível para o futuro da juventude.

Agradeço aos meus colegas, alunas e alunos do Rumo Educação Popular, que ao longo de cinco anos me mostraram ser possível criar uma educação emancipadora. Deixo também meu muito obrigado ao meu ex-aluno e futuro colega de profissão, Adriano Santana.

Meu obrigado aos meus amigos de carteados Eduardo, Naza, Pegoraro e Thiago, que contribuíram nos fundamentais momentos de lazer necessários nestes dois últimos anos.

Quero agradecer às funcionárias e funcionários do Arquivo Público do Paraná e da Biblioteca de Ciências Jurídicas da UFPR, sempre solícitos e prestativos quando consultei as fontes desta pesquisa nestes acervos. Agradeço também a Maria Cristina, da secretaria do PPGHIS, por toda a atenção e eficiência nas demandas do programa. Meu reconhecimento a todas e todos os técnicos-administrativos e funcionários terceirizados da UFPR, constantemente invisibilizados dentro e fora da universidade, mas que sem o dedicado trabalho nada disso seria possível.

Quero deixar os agradecimentos aos professores Rafael Faraco Benthien e Hector Rolando Guerra Hernandez que ministraram os seminários da linha de pesquisa Espaço & Sociabilidades, fazendo apontamentos fundamentais a este trabalho em seus momentos iniciais, trazendo novas concepções e me fazendo questionar outras, bem como a ótima condução destas disciplinas no primeiro ano de mestrado. Da mesma forma, agradeço aos dedicados comentários de meus colegas de seminário nesta etapa tão fundamental que é o início da pesquisa. Muito obrigado à Brenda, Felipe, Jéssica, Otto, Mariana, Miguel, Priscila e William. Deixo meu agradecimento especial ao companheiro de cafés e RUs Antônio, sempre solícito e atencioso.

Aos professores Alexsandro Eugenio Pereira e Luiz Geraldo da Silva, que mesmo não tendo tido contato direto com este trabalho, levantaram questões teóricas fundamentais para minha formação, que tive oportunidade de acompanhar em suas disciplinas ministradas. Agradeço também a professora Joseli Mendonça pelo apoio nos meses que antecederam o mestrado.

Foram fundamentais para a conclusão deste trabalho os comentários dos professores Leonardo Marques e Sandro Gomes, que trouxeram questões muito valiosas a respeito da discussão teórica sobre o período, bem como opções metodológicas essenciais sobre este objeto de pesquisa. Muitas destas questões foram pertinentes não somente para este trabalho, mas tenho certeza que trarão contribuições nas pesquisas futuras que farei sobre o período.

Agradeço ao meu orientador de tantos anos, Carlos Lima, que sem o incentivo desde o já distante ano de 2013, tão crítico para a nossa conjuntura, talvez meus caminhos tivessem sido outros, longe da História. Ao longo deste trabalho discutimos muitos temas diferentes e complexos que instigaram muito a minha curiosidade sobre o período e me mostraram o quanto ainda tem para ser aprendido.

Por fim, agradeço ao povo brasileiro que arcou com os custos dos meus estudos através da bolsa que recebi da CAPES. Espero que ao longo da minha carreira eu possa retribuir este investimento à sociedade contribuindo para dias melhores.

A humanidade eventualmente morrerá de civilização.

Ralph Waldo Emerson

RESUMO

Nos anos 1860 o Império do Brasil passou pelo aprofundamento da crise na escravidão, ampliando os conflitos sociais e políticos no país. Consequentemente, o governo brasileiro começou a encaminhar as mais diversas reformas que tomaram corpo nas décadas seguintes, desde propostas emancipacionistas como a Lei do Ventre Livre, até as reformas judiciária e eleitoral. Este período reformista, marcado por uma complexa conjuntura interna e externa, foi liderado pelo Conselho de Estado e influenciado pelo imperador Dom Pedro II, buscando uma modernização do Brasil capaz de colocar o país no mesmo patamar das nações consideradas civilizadas. Dito isso, estudamos este período de reformas nos anos 1870 a partir da trajetória do magistrado Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905). Ao longo de sua trajetória, Macedo Soares produziu uma vasta bibliografia sobre doutrina jurídica, estudos ambientais e linguísticos, textos jornalísticos e filosóficos. Além disso, enquanto atuante na província do Paraná (1874-1876), desenvolveu diversas formas de sociabilidade, mantendo relações com os presidentes de província e associando-se a entidades particulares que objetivavam proporcionar instrução à população e resguardar valores morais. Portanto, através desta trajetória, exploramos as concepções que Macedo Soares idealizava para a magistratura, o Poder Judiciário, o Estado imperial, a escravidão e um projeto civilizacional. Todas estas concepções demonstram um alinhamento de Macedo Soares com o reformismo imperial, com aproximações e distanciamentos conforme as próprias concepções do magistrado.

Palavras-chave: reformismo imperial; crise da escravidão; construção do Estado; Império do Brasil.

ABSTRACT

In the 1860s, the Brazilian Empire underwent a deepening of the slavery crisis, amplifying social and political conflicts in the country. Consequently, the Brazilian government began to pursue the most diverse reforms that took shape in the following decades, from emancipationist proposals such as the “Free Womb Law”, to the judicial and electoral reforms. This reformist period, marked by a complex internal and external conjuncture, was led by the Council of State and influenced by the emperor Dom Pedro II, seeking a modernization of Brazil, capable of placing the country on the same level as other nations considered civilized. That said, we've studied this period of reforms in the 1870s based on the trajectory of magistrate Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905). Throughout his trajectory, Macedo Soares produced a vast bibliography on legal doctrine, environmental and linguistic studies, journalistic and philosophical texts. Besides that, while working in the province of Paraná (1874-1876), he developed several forms of sociability, maintaining relations with the provincial presidents and associating with private entities that aimed to provide education to the population and safeguard moral values. Therefore, through this trajectory, we explore the conceptions that Macedo Soares idealized for the Judiciary System and its governing bodies, the Imperial State, slavery, and a civilizational project. All these conceptions demonstrate Macedo Soares' alignment with imperial reformism, with approximations and distances according to the magistrate's own conceptions.

Keywords: imperial reformism; slavery crisis; state-building; Empire of Brazil.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838 - 1905).....	11
FIGURA 2. Adolfo Lamenha Lins, presidente da província do Paraná (1875 – 1877).....	105
FIGURA 3. Atividades industriais e comerciais de Campo Largo, 1876.....	128
FIGURA 4. Exemplos de esferas armilares.....	151

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Signatários do abaixo-assinado para construção da cadeia e Câmara Municipal de Campo Largo – década de 1870.....	123
TABELA 2. Fundadores do Club Litterario Campo Larguense, por ordem de assinatura (1875).....	144

SUMÁRIO

Introdução	10
Crise da escravidão no Império do Brasil	16
Reformismo Imperial	26
Algumas palavras sobre metodologia	39
Capítulo 1 – Projetos de Estado, justiça e magistratura	46
1.1 Formação da elite política e o papel da burocracia no Império	46
1.2 Reformas do Poder Judiciário no Império do Brasil	54
1.3 Os papéis da magistratura, da justiça e do Estado para Antônio Joaquim de Macedo Soares	64
1.4 Cidadania no Brasil-Império	82
1.4.1 O Estado e o estado das pessoas	88
Capítulo 2 – Redes de sociabilidades e construção do Estado na província do Paraná	99
2.1 A influência dos magistrados e suas redes de sociabilidades na política do Império ...	106
2.1.1 Um caso de indicação de cargo: a política reformadora e os conflitos com os interesses locais	112
2.2 – Uma cadeia para Campo Largo: construção do Estado e elites locais	119
2.3 Iniciativas associativas e projetos de civilização	136
2.3.1 O Club Litterario Campo Languense	141
2.3.2 A Loja Virtude e a Sociedade Emancipadora de Campo Largo	159
2.4 - <i>Secção Scientifica</i> : discursos deterministas e projetos modernizadores	167
Capítulo 3 - Visões sobre a escravidão	180
3.1 - A lei está em vigor: os posicionamentos de Macedo Soares quanto aos debates sobre a Lei Feijó	180
3.1.1 O Conselho de Estado e a validade da Lei Feijó	201
3.2. Sobre escravidão e propriedade	207
3.3 Dialeto Brasileiro: concepções sobre a escravidão, cor e africanidade no léxico de Macedo Soares	223
Conclusão – O Brasil de Macedo Soares	245
Referências	251

Introdução

Desde a graduação, quando comecei a ler sobre abolicionismo nas disciplinas de História do Brasil, uma coisa sempre me chamou a atenção: o gradualismo do encaminhamento da questão servil no Brasil e uma relativa “falta de engajamento” por parte de muitos dos abolicionistas. Coloco entre aspas porque além de anacrônico, naquele momento eu ainda não conhecia a diversidade do movimento abolicionista, nem os acalorados debates a respeito da emancipação das pessoas escravizadas e muito menos a complexidade da política e da sociedade imperial a respeito desta questão. Esta percepção de que os abolicionistas poderiam “ter feito mais”, levou-me a Luiz Gonzaga Pinto da Gama, talvez o mais radical entre os abolicionistas brasileiros.

A dissertação de mestrado de Elciene de Azevedo, transformada no livro *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*¹, foi fundamental na descoberta deste sujeito de trajetória incrível. Filho da lendária Luiza Mahin, foi vendido ilegalmente como escravo pelo próprio pai para saldar dívidas de jogo, conseguiu comprovar sua liberdade, estudou direito de maneira autodidata e botou-se a lutar pela liberdade de escravos, tudo isso em meio a produção de poesias e críticas ferrenhas à escravidão, a monarquia e os próprios juízes dos processos em que atuava como rábula. Inspirado em Gama, veio a primeira ideia para o mestrado, que acabou não se materializando em um projeto. Na verdade, sequer uma ideia de fato. Ainda faltava um elemento que Gama não conseguiria proporcionar: a necessidade de estudar o abolicionismo contribuindo para a historiografia sobre o Paraná.

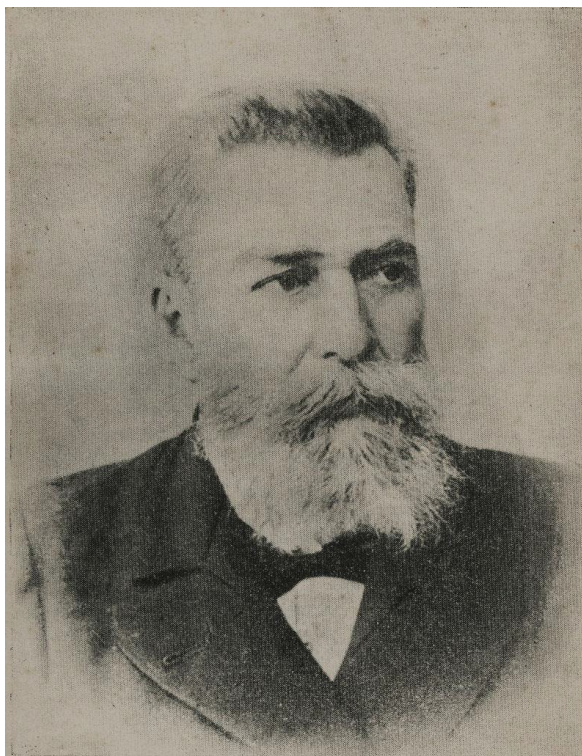
Mesmo que muitos historiadores tenham olhado para a questão da escravidão no Paraná e produzido trabalhos de extrema importância, no cotidiano a imagem de um “louro Paraná”, fruto de imigrantes e que não teve escravidão, ainda é bastante presente. Foi da necessidade de contestar esta imagem e contribuir com aquela historiografia, além do desejo de encontrar um abolicionista com posicionamentos mais contundentes a respeito do fim da escravidão, tal como Luiz Gama, que meu orientador, o professor Carlos Lima, sugeriu pesquisar um tal de Antônio Joaquim de Macedo Soares, juiz de direito de Campo Largo.

Antônio Joaquim de Macedo Soares era natural da vila de Maricá, situada na então província do Rio de Janeiro. Nascido no dia 14 de janeiro de 1838, filho de Joaquim Mariano de Azevedo Soares e Maria de Macedo Soares, casou-se com uma de suas primas, Theodora

¹ AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo**. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

Alvares de Azevedo Macedo. O matrimônio, consumado em 1862 na cidade de Araruama, na província do Rio de Janeiro, trouxe ao casal quinze filhos². Um destes, Julião Rangel de Macedo Soares, nascido em 1879 em Mar de Hespanha, Minas Gerais, realizou um amplo esforço nos anos 1930, 1940 e 1950 para reunir, organizar e publicar os escritos do pai, muitos dos quais serviram de fonte para a nossa pesquisa³.

FIGURA 1. Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838 - 1905)



Fotografia, autor desconhecido. Acervo do Supremo Tribunal Federal.

A carreira na magistratura não foi primeira opção de Macedo Soares. Em 1853 iniciou seus estudos no Seminário Episcopal do Rio de Janeiro, onde viria a terminar o curso de Teologia dois anos mais tarde, com aprovações plenas. Ainda assim, a falta de vocação o levou a abandonar a carreira sacerdotal e, em 1857, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Formado em Ciências Sociais e Jurídicas em 1861, deu início à carreira no mundo jurídico mudando-se de volta para a província do Rio de Janeiro, onde se casou com Theodora.

² ANTÔNIO JOAQUIM DE MACEDO SOARES. Informações pessoais e árvore genealógica. Disponível on-line na base de dados FamilySearch: <<https://www.familysearch.org/tree/person/details/MMSY-ZDH>>. Acesso em: 19/08/2019.

³ Entre estas obras estão o livro Campanha jurídica pela libertação dos escravos 1867-1888, que reúne diversos artigos publicados por Antônio Joaquim de Macedo Soares, principalmente na revista O Direito, assim como sentenças e petições do magistrado ao longo de sua carreira. Julião Rangel de Macedo Soares também reeditou outras obras do pai, como o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa e o livro Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro.

No ano seguinte à conquista do título de bacharel foi nomeado juiz municipal e de órfãos de Saquarema e Araruama, no Rio de Janeiro, onde ficou até 1874, quando foi designado juiz de direito da comarca de São José e Campo Largo, na então província do Paraná⁴, onde também ocuparia o cargo de chefe de polícia interino de Campo Largo⁵. Neste local, como veremos ao longo deste trabalho, Macedo Soares manteve uma produção escrita bastante interessante, variando entre textos jurídicos e publicações científicas sobre o clima de Campo Largo, a cultura da erva-mate, e até mesmo a botânica na província. Foi sócio fundador do *Club Litterario Campo Larguense*, criado com o objetivo de divulgar as letras à população, e chegando até mesmo a interceder junto à presidência da província em favor do clube, a partir de sua posição como juiz de direito⁶. Inclusive, como também veremos adiante, Macedo Soares desenvolveu um certo nível de sociabilidade com os presidentes de província Frederico José Cardoso de Araújo Abranches e Adolfo Lamenha Lins, além de ter se posicionado a respeito da política provincial em diversos momentos.

A proximidade de Macedo Soares com associações, clubes e outras entidades particulares, não foi exclusiva do clube de Campo Largo. A sua carreira e posição social o levaram a frequentar os mais diversos espaços de sociabilidade. Ingressou na maçonaria, sendo ativo na *Loja Virtude de Campo Largo* e chegando a assumir posições de destaque como as de Grão Mestre da Ordem Maçônica do Brasil⁷. Participou ainda de associações literárias e científicas, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade de Geografia de Lisboa, além de outras menores nos lugares pelos quais passou em exercício de sua profissão.

Após dois anos na província do Paraná, foi transferido para a comarca de Mar de Espanha em Minas Gerais, ali permanecendo até 1882⁸. A transferência para nova comarca nos oferece possibilidades interessantes, dada a configuração da região e os posicionamentos de Macedo Soares ao longo de sua trajetória. Mar de Espanha estava localizada no centro da economia cafeeira do Sudeste, sendo o terceiro município da Zona da Mata de Minas Gerais em número de escravos, com mais de 12 mil cativos⁹. O magistrado, por sua vez, manteve uma

⁴ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Ministros do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=154>. Acesso em: 19/08/2019.

⁵ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 21 de abril de 1875, nº 1599.

⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Livro de Ofícios, AP 447, volume 15, 1875, p. 62.

⁷ AMARAL, Tiago Valenciano Previatto. **O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos grão-mestres da maçonaria paranaense**. Tese (Doutorado em Sociologia). Orientador: Ricardo Costa de Oliveira. Curitiba: UFPR, p. 45.

⁸ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Ministros do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=154>. Acesso em: 19/08/2019.

⁹ YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1860-1880**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador: Rafael de Bivar Marquese. São Paulo, 2019, p. 229.

postura bastante crítica a respeito da escravidão durante sua vida, questionando até mesmo esta como uma propriedade, o que pode nos dizer que a transferência de Macedo Soares para o município não foi por acaso, já que estas estavam sob decisão do poder central, que neste momento estava alinhado com a reforma do elemento servil. Voltaremos a estas questões ao longo deste trabalho.

Transferido para Cabo Frio em 1882, já em 1886, passou para a 2ª Vara Comercial da Corte, e em 1890, no ano seguinte à Proclamação da República, foi nomeado Juiz da Corte de Apelação do Rio de Janeiro. Em 1892 foi elevado ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, que exerceu até sua morte em 14 de agosto de 1905, na cidade do Rio de Janeiro¹⁰.

Ao longo de sua carreira, Macedo Soares publicou diversas obras jurídicas, sendo a primeira e de maior repercussão o livro *Da liberdade religiosa no Brasil* de 1865, em que realiza um ensaio sobre a liberdade religiosa no Império. Além de ensaios e artigos, escreveu tratados jurídicos como o *Tratado jurídico prático da medição e demarcação de terras* (1878)¹¹, e participou ativamente da revista *O Direito*, sendo o autor com o maior número de publicações no período de atividade da revista, com mais de 30 textos. O interesse pelas letras mostrou-se na sua considerável obra, que inclui estudos lexicográficos em que se atentou às influências de africanismos e indianismos no que Macedo Soares chamava de dialeto brasileiro, dando atenção especial para as províncias do Paraná e Minas Gerais. A ampliação de seus estudos o levou a publicar o *Diccionario Brasileiro da Lingua Portugueza* em 1888¹².

Na carreira política, foi de vereador municipal em 1865 a deputado provincial pelo Rio de Janeiro durante a década de 1870, ocupando assento na Assembleia inclusive enquanto exercia o cargo de juiz de direito no Paraná, sendo sua ausência da Comarca de São José e Campo Largo diversas vezes noticiada nos jornais. Quando em São Paulo, escreveu artigos de crítica literária, ensaios, romances e poesias para jornais e revistas daquela província. Algumas de suas obras foram transcritas por jornais do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul. O próprio hábito de expressar-se através da imprensa foi recorrente ao longo de sua trajetória, escrevendo para os mais diversos jornais em todas as localidades pela qual transitou.

¹⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Ministros do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=154>. Acesso em: 19/08/2019.

¹¹ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1883, p. 197-198.

¹² Sobre os trabalhos de Antônio Joaquim de Macedo Soares a respeito da língua portuguesa, ver os trabalhos de Anderson Braga do Carmo e Olga Coelho, referenciados na bibliografia deste trabalho.

Voltando a formulação deste projeto, a princípio Antônio Joaquim de Macedo Soares nos parecia um abolicionista, utilizando de sua posição como juiz de direito para engajar-se na libertação de escravos em ações de liberdade. Muito disso deu-se por conta do livro organizado pelo seu já citado filho, Julião Rangel de Macedo Soares, que buscou construir esta imagem do pai. Prefaciado por Evaristo de Moraes, o livro começa com a seguinte declaração:

Attribuo ao meu constante devotamento á memoria de Antonio Joaquim de Macedo Soares a honra que me foi conferida de prefaciar esta collectanea de escriptos d'elle, ou a ele referentes, todos orientados no mesmo sentido – a libertação dos escravos. Constituiu, sem duvida, a maior das suas preocupações. Como juiz e como jurista, decidindo ou doutrinando, contribuiu Macedo Soares mais do que qualquer dos seus contemporaneos para o magno acontecimento de 13 de Maio de 1888¹³.

Sem dúvida, as palavras de Evaristo de Moraes foram bastantes contundentes em apontar Macedo Soares como um juiz e jurista comprometido com o abolicionismo. Na sequência, ao apresentar uma breve biografia de Macedo Soares, Evaristo de Moraes ressaltava a coragem do magistrado ao opor-se a escravidão, o que lhe garantiu muito opositores poderosos, já que esta constituía-se como um “alicerce da sociedade brasileira”¹⁴. Evaristo de Moraes foi além. Utilizando de uma ação de liberdade de 1867, em que Macedo Soares foi o representante da escrava Silvéria, ele afirmava que o futuro magistrado utilizava argumentos negando a propriedade sobre uma pessoa, sendo que existiam apenas propriedades sobre os direitos desta, tolerados pela lei. Segundo Moraes, Macedo Soares mobilizava, anos antes, argumentos que seriam utilizados na Lei do Ventre Livre de 1871. Com isso, Evaristo de Moraes afirmava que Macedo Soares era “prematuramente abolicionista, quando muitos outros amigos dos escravos não passavam de emancipacionistas”¹⁵.

Contudo, uma frase de Moraes, que a princípio havia passado despercebida, ou pelo menos com uma conotação diferente, agora nos chama muito a atenção. Em referência ao objetivo do livro organizado pelo filho de Macedo Soares, Moraes escrevia que “Aqui, neste volume o que se offerece da vasta actuação de Macedo Soares, não é a sua parte maior. É, porém, a melhor, encarada do ponto de vista dos resultados patrioticos e humanitarios”¹⁶. O que este trecho nos oferece é que, mesmo que o esforço do livro fosse relembrar os importantes

¹³ MORAIS, Evaristo de. Palavras de simples apresentação. In: MACEDO SOARES, Julião Rangel de. **Campanha jurídica pela libertação dos escravos – 1867 a 1888**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, sem paginação.

¹⁴ Aqui Evaristo de Moraes afirmava parafrasear o Visconde de Itaboraí (1802 – 1872). Por ironia, Itaboraí, enquanto chefe de gabinete do Conselho de Estado, acabou gerando muito atrito com o imperador Dom Pedro II por conta da questão do Ventre Livre.

¹⁵ MORAIS, Op. cit. sem paginação.

¹⁶ MORAIS, Op. cit. sem paginação.

feitos de Macedo Soares como abolicionista, havia o reconhecimento que isto estava incorporado a uma atuação maior. Que atuação, então, seria essa?

Conforme fomos nos aprofundando na pesquisa, descobrimos que o abolicionismo não era o elemento mais marcante na trajetória de Macedo Soares, por mais que em diversos momentos de sua vida o magistrado tivesse vocalizado sua aversão à escravidão e demandando o fim da mesma. Ou melhor dizendo: seu ímpeto abolicionista estava atrelado principalmente à sua postura reformadora dentro da sociedade imperial. O que realmente interessava a Macedo Soares, a nosso ver, era a modernização do Estado brasileiro dentro de uma lógica civilizatória, sendo o fim da escravidão de seres humanos um dos critérios essenciais para este objetivo. Para o magistrado, existia a necessidade de o Estado atender a toda a população, contribuindo para mediar as relações sociais e criar uma forma de governo baseada na execução da lei e dos interesses comuns, quebrando com a lógica de privilégios de determinados grupos paternalistas.

A própria trajetória de Macedo Soares nos dá indicativos desta postura de reformador. A formação no campo do direito estava intimamente ligada à um treinamento burocrático e político, com os bacharéis exercendo grande influência no período imperial. Para além disto, os juízes possuíam muita proximidade com o poder central, além de estarem inseridos em amplas redes de influência e dependência política mútua, denominadas de clientelismo. Em sua passagem pelo Paraná, Macedo Soares foi juiz de direito, chefe de polícia interino e deputado provincial pelo Rio de Janeiro, o que demonstra sua versatilidade, habilidade e principalmente influência política. Balizando esta trajetória de destaque dentro da burocracia e política estatal, o magistrado sempre escreveu muito, procurando publicitar suas posições a respeito dos deveres do Estado, da justiça e dos juízes como organizadores de um processo civilizacional. Isto também estava presente nas instituições particulares que o juiz incentivou e participou, que se orientavam para a instrução e resgate de valores morais da população.

De tal maneira, Macedo Soares alinhava-se com o reformismo imperial, colocando-se como agente ativo do processo a partir de sua posição como juiz de direito. Era um dos mediadores de um projeto civilizatório encabeçado pelo Estado e manifesto através de sua estrutura burocrática. Todavia, sem deixar de colocar críticas e defender suas próprias posições. Sendo assim, o que buscamos com esta pesquisa, é compreender como este espírito reformista se manifestava através de Antônio Joaquim de Macedo Soares e como este sujeito relacionava-se com estes ideais.

Entretanto, antes de nos aprofundarmos em Antônio Joaquim de Macedo Soares, é necessária maior compreensão sobre o seu contexto. O recorte temporal escolhido aqui coincide com o período em que diversas reformas eram discutidas no Brasil: a questão do elemento

servil, o judiciário e o sistema eleitoral do Império. Esta necessidade de reformar as instituições brasileiras, para muitos historiadores, veio em consequência de uma profunda crise de uma instituição intrinsecamente ligada a todo modo de vida no Brasil do período: a escravidão. É a partir dessa crise do sistema escravista que propostas de reformas, que já existiam, começam a ganhar força nos anos 1860 e concretizar-se em políticas de fato na década seguinte. Portanto, para compreender o reformismo imperial, primeiramente precisamos debater sobre a crise da escravidão no Império do Brasil, como faremos a seguir.

Crise da escravidão no Império do Brasil

Mesmo que a Lei de 7 de Novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó, tenha proibido a entrada de africanos escravizados para o Brasil, após ampla insistência da Inglaterra, pouco foi feito pelo governo brasileiro para conter o tráfico transatlântico de escravos. Como a “lei para inglês ver” não surtiu o efeito desejado, a questão do tráfico eventualmente voltou ao centro do debate político imperial. Sendo assim, José Murilo de Carvalho identifica cinco elementos que resumem as providências tomadas em relação ao tráfico de escravos que culminaram na Lei nº 581 de 4 de Setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz. Primeiramente havia uma condenação moral quanto ao tráfico de escravos que ganhava força internacionalmente. Em segundo lugar, estava o fato de que apenas Brasil e Cuba ainda sustentavam o tráfico transatlântico de escravos naquele momento, o que trazia a compreensão que aquela era uma atividade que cedo ou tarde seria extinta, contribuindo para um sentimento de decadência quanto ao contrabando de africanos. Um terceiro fator era justamente a pressão e intervencionismo dos ingleses no processo, que para muitos constituía uma ameaça à soberania brasileira. Além disso, constituindo um quarto agente motivador, havia um temor sobre os impactos do fim do tráfico para a economia das grandes lavouras, ainda vistas como fundamentais para o Brasil, necessitando o planejamento de políticas que substituíssem a ameaçada mão de obra escrava, como o incentivo a imigração de europeus. Por último, Carvalho argumenta que a tensão entre Brasil e Argentina crescia, criando um sentimento de guerra iminente, o que acabou contribuindo para a aceleração do processo¹⁷.

Além disso, ainda existia o discurso de que o trabalho livre seria mais vantajoso, o que segundo o autor, ficou restrito ao campo da retórica, não encontrando muitos proprietários e

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 303.

fazendeiros que aderissem a estas e outras ideias próximas ao liberalismo econômico¹⁸. A própria Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, reprodutora de tais discursos, reconhecia que a escravidão só poderia ser extinta no Brasil através da ação governamental. Somado a isso, Carvalho argumenta que este tipo de discurso era desacreditado por conta de Brasil e Cuba, dois países escravistas, representarem os principais concorrentes com a produção de açúcar baseada no trabalho livre das Índias Ocidentais, sob controle da Inglaterra. Desta maneira:

A própria pressão inglesa, se era liberalizante no Brasil, tinha cunho protecionista no que se referia à Inglaterra, contrária que era ao livre jogo do mercado. Do lado brasileiro, foi o governo o principal responsável pela eliminação do tráfico, início da liberação da força de trabalho. Nisto, aliás, não se distinguia a situação brasileira do que sucedera na própria Inglaterra: o liberalismo sendo favorecido pela ação governamental¹⁹.

De acordo com o historiador Robert Slenes, o tráfico interno foi fundamental para a manutenção da escravidão no Brasil após o fim do tráfico transatlântico de escravos, em decorrência da Lei Eusébio de Queiroz de 1850. Para Slenes, isto foi possível a partir de dois grandes pólos de tráfico interno de escravos, que ele identifica como Norte-Nordeste e Centro-Sul que, apesar de relacionados, possuíam condições de funcionar de forma autônoma²⁰. De maneira geral, os preços dos escravos acompanharam o valor dos principais produtos de cada uma destas regiões ao longo da segunda metade do século XIX. Desta forma, os preços dos escravos nestes dois eixos mantiveram-se relativamente próximos nos anos subsequentes à Lei Eusébio de Queiroz, com um pequeno favorecimento do eixo Centro-Sul. Contudo com o avançar do tempo, a diferença aumentou consideravelmente entre as duas regiões, com os preços dos escravos na região Centro-Sul muito maiores a partir dos anos 1870. Ao relacionar com os produtos produzidos nestas regiões, Slenes demonstra que o café do Centro-Sul continuou expandindo ao longo do XIX, enquanto o açúcar do Nordeste passou a flutuar muito a partir dos anos 1860²¹. É notável um grande fluxo de tráfico de escravos no Centro-Sul oriundos do Nordeste, entretanto, Slenes faz a ressalva que este fenômeno não deve ser visto apenas como uma transferência de trabalhadores de regiões de açúcar em “declínio”, para aquelas em que o café encontrava-se ascendente, sendo um fenômeno muito mais complexo²².

¹⁸ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 303.

¹⁹ Ibidem, p. 304.

²⁰ SLENES, Robert. The Brazillian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience, and the politics of a peculiar market. In: Walter Johnson (ed.). **The Chattel principle: internal slave trades in the Americas**. New Haven: Yale University Press, 2004, p. 325.

²¹ Ibidem, p. 328-329.

²² Ibidem, p. 334.

Utilizando dos dados de pesquisadores como Herbert Klein, Josué Passos Subrinho e Bert Barickman, bem como suas próprias pesquisas, Robert Slenes conclui que a maior parte dos escravos vendidos para o Centro-Sul oriundos do Nordeste vinham de ocupações urbanas, não atividades agrícolas. Estas últimas continuavam dependendo fortemente de mão-de-obra escrava, principalmente o açúcar²³. A isso, Slenes complementa que a própria introdução do trabalho livre na cultura do açúcar não se deu por conta de um esvaziamento de mão-de-obra escrava nesta área, mas sim devido a expansão da economia açucareira²⁴.

Com a Guerra Civil nos Estados Unidos, a produção de algodão, uma matéria-prima altamente requisitada pela indústria, que contava com a mão-de-obra escrava estadunidense, teve uma queda brusca. Isto abriu possibilidades para que outros países investissem na produção desta cultura, inclusive o Brasil, o que lhe proporcionou certo respiro econômico nos anos 1860, principalmente considerando que o país estava com uma guerra em andamento contra o Paraguai, como constata Alain El Youssef²⁵. Este é outro elemento levantado por Slenes para explicar o processo de entrada de escravos no Centro-Sul, já que a produção de algodão brasileira viu-se bastante prejudicada com a retomada do Estados Unidos neste mercado após o fim da Guerra Civil. Entretanto, mesmo reconhecendo que o açúcar ainda era economicamente viável, Slenes reconhece que a produção cubana ainda era mais avançada que a brasileira, o que traria grande prejuízo para os proprietários de engenhos nos anos 1880²⁶.

Robert Slenes ainda sustenta que o tráfico inter regional foi maior a partir dos anos 1870, sendo que na década de 1860, foi o tráfico intra regional o responsável pela manutenção da escravidão no Centro-Sul. Boa parte destes escravos era movimentada das velhas regiões cafeeiras, como o Vale da Paraíba, para as novas, como São Paulo e a Zona da Mata de Minas Gerais. O crescimento do tráfico interno e do número de escravos nas regiões de *plantation* foi constante ao longo dos anos 1870, demonstrando que os senhores, a despeito das discussões políticas a respeito da escravidão que se desenrolaram nesta década (e que discutiremos com

²³ SLENES, 2004, Op. cit. p. 337. Para as referências citadas por Slenes ver: KLEIN, Herbert S. “The Internal Slave Trade in Nineteenth-Century Brazil”. In: *The Middle Passage: Comparative Studies in the Atlantic Slave Trade*. Princeton: Princeton University Press, 1978, p. 95–120; PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Tráfico Inter e Intra-provincial de Escravos no Nordeste Açucareiro: Sergipe (1850-1887). In: XIX Encontro Nacional de Economia 1991, Curitiba. Anais do XIX Encontro Nacional de Economia, 1991. v. 4. p. 343-369. PPASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. Reordenamento do Trabalho. Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe 1850-1930.. Aracaju: FUNCAJU, 2000. 487p . Cap. 3 e, por fim, BARRICKMAN, Bert. “Persistence and Decline: Slave Labour and Sugar Production in the Bahian Recôncavo, 1850–1888. In:” *Journal of Latin American Studies* 28 (1996), 581–633.

²⁴ Ibidem, p. 338.

²⁵ YOUSSEF, 2019. Op. cit. p. 106.

²⁶ SLENES, 2004, Op. cit. p. 339-340.

mais detalhes adiante), ainda acreditavam na continuidade do sistema escravista, a ponto de continuarem investindo em sua manutenção²⁷.

Com o substancial crescimento do tráfico interno após os anos 1850, houve grandes alterações em diversas das estruturas e relações sociais dos escravos. Muitas pessoas em situação de escravidão, principalmente em pequenas áreas, fossem urbanas ou rurais, passaram pela experiência de serem separados de suas famílias e outras pessoas próximas, com o ápice deste processo sendo a década de 1870. Analisando as regiões que mais perderam escravos neste período, Robert Slenes pode concluir que a maior partes destas pessoas era relativamente jovem e teve sua migração forçada através de vendas²⁸. À isso, de acordo com Hebe Mattos, o tráfico interno influenciou drasticamente a concentração da propriedade escrava, movimentando cativos de pequenos e médios plantéis para outros muito maiores e associados com a produção agrícola, principalmente do café²⁹.

A lógica que existia antes de 1850, em que a formação de laços familiares e comunitários garantia aos escravos maior estabilidade para permanecer em um mesmo local, foi muito abalada após o fim do tráfico transatlântico, proporcionando a estas pessoas uma possibilidade muito viva de serem separadas de seus entes queridos. Mesmo que os pequenos e médios plantéis não tenham deixado de existir com a pressão do tráfico interno de direcionar escravos para os de grande porte, os escravos nestes plantéis passaram a viver sob constante medo de terem seus laços rompidos³⁰. De acordo com Ricardo Salles, a interrupção do tráfico transatlântico permitiu que os escravos no Brasil passassem por uma ampliação do processo de crioulistização e ladinização (sendo ladino aquele escravo que dominava o português), e que eram justamente estes escravos que “tinham mais possibilidades de construção de laços de amizade, compadrio e familiaridade, dentro e fora de sua comunidade”³¹. Todavia, estas possibilidades não se concretizaram por conta da própria dinâmica do tráfico interno, invertendo a experiência do cativo destes crioulos, que passaram a estar sujeitos aos mesmos deslocamentos antes mais comuns aos escravos africanos e frustrando muitas de suas expectativas quanto à liberdade³².

²⁷ SLENES, 2004, Op. cit. p. 346-347.

²⁸ Ibidem, p. 352-353.

²⁹ MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3ª edição revista. Editora Unicamp, Campinas, 2013, p. 117.

³⁰ Ibidem, p. 119.

³¹ SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 65.

³² MATTOS, 2013, Op. cit. p. 116.

Além disso, como nos acrescenta Hebe Mattos, boa parte dos escravos transferidos de uma localidade para a outra através do tráfico interno “traziam para o seu novo cativeiro determinadas expectativas sobre as relações senhor-escravo, que nem sempre correspondiam à nova realidade”³³. Desta forma, se antes estes laços ou o fato de serem escravos crioulos, abriam aos cativos maiores possibilidades de manumissão ou mobilidade social, mesmo que dentro da escravidão, de 1850 em diante estas expectativas passaram a ser drasticamente reduzidas³⁴. O que estava sendo oferecido aos cativos neste contexto era, portanto, a oposição entre “o reforço das relações familiares no suceder de gerações nascidas sob o cativeiro e a experiência ampliada de desestruturação dessa rede, imposta pela condição de mercadoria, num quadro de ampliação sem precedentes do mercado interno de escravos”³⁵.

Assim, ao analisar processos criminais envolvendo escravos na segunda metade do século XIX, Hebe Mattos conseguiu perceber que as formas de resistência escrava se aprofundaram com as frustrações das expectativas dos escravos ocasionadas pela dinâmica do tráfico interno. Segundo a autora, “a agressão violenta aos senhores, e especialmente aos feitores, permaneceu sempre uma possibilidade inerente à própria violência estrutural da dominação escravista, contida, entretanto, em limites suportáveis”, mas com toda a mudança das relações no cativeiro em decorrência ao tráfico interno, ela pode perceber através dos processos criminais um “caráter específico que tomavam as agressões aos feitores e senhores, quando escravos que conheceram outras experiências de cativeiro eram seus autores”³⁶.

Desta forma, a dinâmica do tráfico interno, para além das mudanças dentro das comunidades escravas, também alterou a percepção da população livre quanto ao sistema escravista. Hebe Mattos argumenta que a escravidão no Brasil, ao longo de sua existência, criou uma pedagogia de terror e violência na população, sendo que um dos principais pilares para a sustentação da prática por tanto tempo no Brasil, foi justamente o “reconhecimento do caráter legítimo da violência escravista pela população livre”³⁷. Com a concentração das escravarias nas mãos de grandes proprietários agrícolas, o acesso dos livres à mão-de-obra escrava tornou-se bastante reduzido, conseqüentemente, o seu apoio a prática também diminuiu³⁸. Parte deste apoio deu-se também justamente pelo aprofundamento da resistência escrava, em que a

³³ MATTOS, 2013, Op. cit. p. 127.

³⁴ SLENES, 2004, Op. cit. p. 356.

³⁵ MATTOS, 2013, Op. cit. p. 128.

³⁶ Ibidem, p. 162.

³⁷ Ibidem, 159.

³⁸ Ibidem, p. 159.

contestação da autoridade e legitimidade dos senhores foi ampliada, aumentando um sentimento de insegurança na população livre³⁹.

Portanto, o crescimento do tráfico interno foi concomitante com um cenário de combate a escravidão, com a difusão de ideais antiescravistas internacional e nacionalmente, resistência escrava e outras movimentações sociais e políticas objetivando o fim da prática. Assim, por mais que diversos senhores enxergassem o tráfico interno como uma forma de preservar a escravidão, estas expectativas foram minadas já no início dos anos 1870, com a aprovação da Lei do Ventre Livre e com toda esta conjuntura de hostilidade à escravidão que se formou no período⁴⁰.

Mudando o foco do debate a respeito da crise na escravidão, nos anos seguintes a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, o governo brasileiro viu-se obrigado a fazer valer esta lei, diferente do que aconteceu com a Lei Feijó de 1831, a fim de preservar diversas relações diplomáticas, principalmente com a Inglaterra, que continuou fazendo pressão política ao Brasil na questão da escravidão⁴¹. Tanto é que nos anos seguintes a Lei Eusébio de Queiroz, o Brasil tomou iniciativas para revogar o *Bill Aberdeen*, que garantia poderes à marinha britânica para prender navios suspeitos de tráfico de africanos. A contrapartida dos ingleses era que o Brasil libertasse todos os africanos traficados ilegalmente no Império, o que para o governo brasileiro levantava o temor que tais medidas emancipacionistas pudessem levar à desintegração total do Império⁴². Todavia, até a década de 1860, ainda não haviam surgido elementos suficientes para colocar a escravidão brasileira em xeque, como aponta o historiador Alain El Youssef,

As transformações e os problemas advindos da abolição do tráfico negreiro geraram, no máximo, tensões contraditórias que poderiam ameaçar a existência dessa instituição a médio e longo prazos. [...] Nesse momento, as revoltas escravas não tinham alcance sistêmico, inexistia um movimento abolicionista no país, o Império mantinha-se escudado pelo cativo norte-americano, a diplomacia britânica não tinha sobre a escravidão o mesmo alcance que havia tido sobre o tráfico negreiro e a economia cafeeira, a despeito das oscilações, não tinha concorrentes que efetivamente a ameaçassem no mercado global⁴³.

Contudo, precisamos ponderar esta colocação. Apesar da escravidão não estar sob ameaça de um fim imediato, já estava bastante desenhada a crise no sistema escravista, com mudanças estruturais na sociedade brasileira dentro e fora do cativo, bem como a perda de

³⁹ MATTOS, 2013, Op. cit. p. 174.

⁴⁰ SLENES, 2004, Op. cit. p. 357.

⁴¹ YOUSSEF, 2019, Op. cit. p. 17.

⁴² Ibidem, p. 19.

⁴³ Ibidem, p. 26-27.

legitimidade da prática no Brasil, fosse interna ou externamente. Como já apontamos, Hebe Mattos ressalta que a violência no cativeiro também havia crescido consideravelmente, o que não pode ser um fator minimizado.

A eclosão da Guerra Civil nos Estados Unidos, a maior nação escravista do mundo, começaria a fazer peso na política brasileira com a escravidão no centro do debate, além de trazer transformações nas relações internacionais do período. A princípio o Império encontrou-se dividido entre a opção de apoiar o Norte na guerra, tal qual seus vizinhos americanos, ou reconhecer o estado de beligerância do Sul escravista e alinhar-se com os países europeus, principalmente a Inglaterra. Ao optar pela última, surgiu a preocupação no Império de que as relações diplomáticas com outros países americanos, a maioria com a escravidão já abolida, fossem abaladas⁴⁴. Também contribuíram para o tensionamento no debate a respeito da questão do elemento servil, de uma perspectiva global, o fim da servidão na Rússia em 1861 e a abolição da escravidão no Império Holandês em 1863, criando a sensação de que o caminho para a civilização passava pelo trabalho livre. No primeiro caso, a imprensa brasileira recebeu positivamente a emancipação dos servos russos, saudando principalmente o czar Alexandre II por ter encaminhado a questão sem precisar recorrer à violência⁴⁵. O caso holandês, que contava com um sistema escravista já em decadência, foi bastante influenciado pelo andamento da Guerra Civil Americana. Também repercutindo na imprensa, que em geral adotava uma perspectiva comparativa entre o Brasil e outros países, a abolição no Império Holandês acabou causando mais impacto no parlamento, esquentando o debate acerca da necessidade do encaminhamento de políticas a respeito da escravidão⁴⁶.

O plenipotenciário brasileiro em Washington, Miguel Maria Lisboa, possuía previsões pessimistas quanto a emancipação dos escravos. Com a aprovação do *Preliminary Emancipation Proclamation* nos Estados Unidos em 1863, que previa a libertação de escravos em territórios confederados e sua incorporação ao exército da União, era posta em prática uma primeira medida de emancipação efetiva em solo norte-americano. Lisboa, como resgata Alain El Youssef, temia que a emancipação dos escravos destruísse a economia agrícola do Sul dos Estados Unidos e consequentemente a indústria do Norte, dependente daquela. Isto, segundo ele, aprofundaria o sentimento de secessão do país⁴⁷. O diplomata previa que a questão da escravidão nos Estados Unidos acabaria abalando profundamente o sistema escravista

⁴⁴ YOUSSEF, 2019. Op. cit. p. 29.

⁴⁵ Ibidem, p. 35.

⁴⁶ Ibidem, p. 38-40.

⁴⁷ Ibidem, p. 44.

brasileiro, temendo que isso pudesse levar a extrema violência e fragmentação do país, recomendando muita atenção e cautela do governo brasileiro ao abordar o tema⁴⁸.

Outro elemento que contribuiu para a crise política da escravidão, ainda na lente das relações internacionais do período, foi o evento conhecido como Questão Christie, que trouxe novamente para o jogo político a pressão da Inglaterra. Parte da missão do diplomata britânico William Dougal Christie no Brasil, secretamente, era de averiguar as condições da escravidão no país e se o tráfico de africanos havia mesmo cessado. No parecer de Christie enviado ao *Foreign Office*, o diplomata constatou que, após ter consultado os diversos cônsules britânicos no Brasil, o tráfico transatlântico havia de fato sido extinto. Entretanto, para ele, a escravidão não demonstrava sinais de esmorecimento, concluindo assim que a abolição muito provavelmente ainda demoraria a acontecer. Além disso, de acordo com o relatório de Christie, o trabalho livre avançava muito devagar e as taxas de imigração ainda eram incipientes⁴⁹.

Considerando a abolição da escravidão no Brasil como distante no horizonte, William Christie resolveu pressionar o governo brasileiro na questão do elemento servil baseando-se nas próprias legislações do Império. Ancorado no decreto de 28 de Dezembro de 1853, que dava autorização para emancipar os africanos livres que tivessem trabalhado por quatorze anos, Christie demandou do governo imperial uma lista com os nomes de todos os africanos nestas condições que se encontravam no Brasil, fossem eles arrendados ou ainda sob tutela do Estado. A esta iniciativa do diplomata britânico, Alain El Youssef defende que seria uma maneira de Christie trazer certa segurança jurídica para os africanos livres, ou seja, demonstrar que poderiam recorrer à sua liberdade através da lei brasileira. Todavia, o Império demonstrou desinteresse em providenciar as listas ao diplomata, documentos dos quais possuíam uma grande deficiência de registro. Com isso, Christie endureceu a sua postura, ameaçando utilizar todos os mecanismos legais e o suporte britânico para emancipar os africanos livres, caso o governo imperial continuasse a negligenciar a questão⁵⁰.

Sem uma resposta satisfatória, William Christie passou a acusar o governo brasileiro de explorar a mão de obra de africanos livres, protelando ao máximo a liberdade destes que já haveriam de ser emancipados e mantendo-os assim em situação de escravidão. Beatriz Mamigonian aponta que o diplomata britânico teve bastante apoio na publicização de suas

⁴⁸ YOUSSEF, 2019. Op. cit. p. 55.

⁴⁹ Ibidem, p. 47.

⁵⁰ Ibidem, p. 48.

denúncias, trazendo grande desconforto para a classe senhorial e ao governo brasileiro, que temiam a instabilidade que a publicidade da questão dos africanos livres poderia causar⁵¹.

Dados estes elementos, Alain El Youssef conclui que:

A queda de braço entre Christie e o governo imperial precisa, na realidade, ser inserida em um contexto mais amplo, caracterizado pelo avanço do abolicionismo na Guerra Civil norte-americana, e pelo progressivo isolamento internacional do Império [não só em relação a Inglaterra e os Estados Unidos, mas também os outros países americanos]. Dessa confluência histórica, que selou o predomínio do abolicionismo como elemento normativo do sistema interestatal, ficou patente que qualquer país que admitisse o cativeiro em seus territórios ficaria geopoliticamente fragilizado⁵².

Neste contexto, ainda é necessário levar em conta que o Império do Brasil passou a última metade da década de 1860 em guerra contra o Paraguai. Com o aumento da tensão política na Bacia do Rio da Prata e a intervenção militar brasileira no Uruguai, Solano López invadiu a província de Mato Grosso com o exército paraguaio no fim do ano de 1864, deixando evidente o despreparo das forças armadas brasileiras⁵³. Diante da invasão paraguaia, o governo brasileiro viu-se na urgência de organizar suas forças militares. A Guarda Nacional, tida como uma das alternativas em caso de guerra, contava com cidadãos alistados entre os homens de 18 a 60 anos, que obedeciam aos critérios de renda exigidos, formando assim a milícia. Todavia, a Guarda Nacional não possuía treinamento adequado à guerra, estava bastante atrelada ao poderio das elites locais e seus membros, por si só, rejeitavam a ideia de participar no conflito armado, proporcionando dificuldades ao governo brasileiro para que estas milícias cumprissem suas obrigações militares⁵⁴.

Mesmo com a iniciativa dos Voluntários da Pátria, que no início do conflito trouxe alguns milhares de soldados para a guerra devido a comoção popular gerada em reação ao ataque dos paraguaios e os incentivos oferecidos pelo alistamento, o que evitou um desastre devido a precariedade da Guarda Nacional⁵⁵, o governo brasileiro ainda precisou recorrer a outras formas de recrutamento para dar conta dos esforços de guerra. O Conselho de Estado começou a discutir a possibilidade de inclusão de escravos nas forças armadas, oferecendo a liberdade para aqueles que lutassem na guerra. A questão dividiu os conselheiros entre aqueles que acreditavam que todas as medidas necessárias deveriam ser tomadas no esforço de guerra,

⁵¹ MAMIGONIAN, Beatriz. **O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872**. Almanack. Guarulhos, n.02, 2º semestre de 2011, p. 24-27.

⁵² YOUSSEF, 2019. Op. cit. p. 54.

⁵³ DORATÍOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra : nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 97-99.

⁵⁴ Ibidem, p. 110-112.

⁵⁵ Ibidem, p. 114-117.

inclusive a incorporação e consequente liberdade dos escravos que atuassem no conflito, e aqueles que se opuseram veementemente à proposta, acreditando que tal medida traria grande instabilidade política e social para o país, ao precipitar uma possível abolição⁵⁶.

Por fim, após um debate parelho e a influência do imperador Dom Pedro II na questão, o encaminhamento do Conselho de Estado foi baixar o Decreto nº 3725-A de 6 de Novembro de 1866, determinando o seguinte: “Hei por bem Ordenar que aos escravos da Nação que estiverem nas condições de servir no exercito se dê gratuitamente liberdade para se empregarem naquelle serviço; e, sendo casados, estenda-se o mesmo beneficio ás suas mulheres”⁵⁷. Consequentemente, a incorporação de escravos no conflito provocou fervorosos questionamentos dentro e fora do Brasil, servindo inclusive como propaganda de guerra pelos paraguaios, mesmo que seu país também fosse escravocrata e utilizasse cativos em suas fileiras⁵⁸. A imagem internacional do Brasil preocupava muito o imperador, que sempre objetivou colocar o Império no patamar das “nações civilizadas”. O fato do Brasil ainda ser um país escravista e monárquico, envolto por repúblicas em sua maioria livres, entrar em guerra sozinho contra o Paraguai, poderia aparentar para a comunidade internacional como uma investida do primeiro sistema político contra o segundo, o que de acordo com Alain El Youssef, ajudar a explicar porque o Império aceitou o Tratado da Tríplice Aliança, que lhe colocava algumas condições pouco favoráveis⁵⁹.

A escravidão, assim, era uma das pautas que ocupava o centro do debate político durante a Guerra do Paraguai, dando mais contornos à sua crise. Próximo ao fim do conflito, o Conde d’Eu, genro de Dom Pedro II e naquele momento comandante das forças brasileiras, aplicou mais um golpe no sistema escravista em crise, ao proclamar a abolição da escravatura no Paraguai. A ironia da emancipação dos escravos no Paraguai ter-se dado pelas palavras do marido da Princesa Isabel, que representava um país ainda escravocrata, pressionou ainda mais os políticos e a sociedade brasileira em direção a reformas quanto a questão do elemento servil⁶⁰.

Para além disso, as contradições da Guerra do Paraguai a respeito da escravidão, forneceram munição para o movimento abolicionista, que começou a surgir de maneira mais organizada no Brasil a partir de 1868, ganhando mais fôlego na década seguinte, com medidas

⁵⁶ YOUSSEF, 2019, Op. cit. p. 112-114.

⁵⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1866, Página 313 Vol. 1 pt. II. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao6.html>. Acesso 04/09/2019.

⁵⁸ DORATÓTO, 2002, Op. cit. p. p. 272-274.

⁵⁹ YOUSSEF, 2019, Op. cit. p. 80.

⁶⁰ Ibidem, p. 164-167.

reformadoras como a Lei do Ventre Livre. Com o incentivo desta lei, o movimento abolicionista passou a atuar de maneira mais efetiva e diversificada. Foram organizados clubes e associações abolicionistas, conferências públicas e banquetes. O abolicionismo se diversificou tanto quanto ao seu método de ação, quanto ao público que visava atingir, desde parlamentares e membros da elite até pessoas comuns⁶¹.

Em síntese, diversos fatores contribuíram para a crise do sistema escravista brasileiro. Desde a proibição do tráfico transatlântico, que consequentemente modificou as sociabilidades e a demografia do cativo, até pressões internacionais e conflitos políticos internos no Brasil, bem como um crescente sentimento antiescravista na sociedade, com a perda de apoio da população livre. Consequentemente, surgiu assim um contexto propício, mesmo que tenso, para a implementação de reformas, este também repleto de fatores diversos que complexificaram a política brasileira. Sobre isso, veremos a seguir.

Reformismo Imperial

A partir da segunda metade da década de 1860, a iniciativa por reformas quanto a mudança no estatuto da escravidão passou a ser protagonizada pela Coroa. O imperador deixou claro que findada a Guerra do Paraguai, o objetivo principal do governo seria encaminhar medidas emancipacionistas para os escravos. A maioria dos políticos do Império, segundo José Murilo de Carvalho, foram pegos de surpresa com a posição firme de Dom Pedro II, que acabou sendo fundamental para a implementação da Lei do Ventre Livre em 1871. Já em 1866, o imperador havia encaminhado à José Antônio Pimenta Bueno, que em breve ganharia o título de Visconde de São Vicente, projetos emancipacionistas, dentre os quais uma proposta de libertação do ventre das escravas. Contudo, estas propostas sequer foram discutidas pelo Conselho de Estado, na época presidido pelo Marquês de Olinda⁶².

O Conselho de Estado em 1867, sob presidência de Zacarias de Góis e Vasconcelos (3 de agosto de 1866 - 6 de julho de 1868), era relativamente simpático à libertação dos nascituros, mas não acreditava que aquele momento era o mais oportuno para encaminhar medidas emancipacionistas que alterariam a estrutura da sociedade imperial. A recomendação era de que se aguardasse o fim da Guerra do Paraguai, como sinalizado pelo monarca. Carvalho justifica esta posição argumentando que “uma das razões para aconselharem esperar o fim da guerra era

⁶¹ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 104.

⁶² CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 305.

a necessidade de dispor de tropas no país para conter possíveis levantes de escravos”, já que o medo de uma sucessão de rebeliões escravas ou até mesmo uma guerra civil e racial, permeava o imaginário daquela sociedade, tendo em vistas as experiências violentas do Haiti e dos Estados Unidos⁶³. Ao longo dos anos 1860, ocorreram intensos debates no parlamento pensando a relação entre segurança pública e emancipação dos escravos e, como demonstra Youssef, conclusões divergentes quanto ao tema. Era possível perceber de um lado os partidários de que qualquer alteração no estatuto da escravidão traria insegurança e instabilidade para a sociedade brasileira. De outro, aqueles que acreditavam que a imobilidade quanto ao tema é que traria uma violência revolucionária, tal como o exemplo da Guerra Civil norte-americana⁶⁴. Como já discutimos, as revoltas e rebeliões escravas tomariam maior corpo a partir da década de 1870, muito por conta das mudanças de sociabilidade do cativo decorrentes do tráfico interno.

Estes argumentos relacionados à segurança ainda encontravam espaço no cenário político devido a urgência adotada pela Coroa em aplicar reformas quanto ao estatuto da escravidão. Políticos como Rio Branco alegavam que a posição do imperador não encontrava paralelo nos partidos políticos e em diversas camadas da sociedade. Os favoráveis, por outro lado, como Nabuco de Araújo, temiam justamente os problemas que poderiam surgir devido à inação. Havia o temor entre estes sujeitos que a falta de iniciativa quanto a abolição poderia incitar os ânimos dos escravos em direção ao desejo de liberdade. Nabuco de Araújo alertava como isso poderia ser o estopim para uma ruptura com o sistema escravista que fosse imediata e revolucionária. A isso, estavam somadas às pressões externas, desde o crescimento de movimentos abolicionistas estrangeiros e nacionais, baseados em argumentos morais e civilizatórios; até mesmo a iniciativa de países da Europa e os Estados Unidos, que buscavam aumentar as taxas de produtos oriundos do trabalho escravo, ainda mais barato que o trabalho livre, de forma a minimizar seus lucros. Deste modo “medidas abolicionistas, embora pudessem trazer perigos, seriam um mal menor em face do que poderia acontecer”⁶⁵. Portanto, a posição predominante a respeito da emancipação, de acordo com Carvalho, era de que uma

abolição imediata [...] perturbaria toda a produção e, a ser feita com indenização, arruinaria as finanças do país. Daí que o mal menor era a abolição gradual acompanhada de medidas acauteladoras para enfrentar o provável aumento das inquietações escravas e possíveis rebeliões⁶⁶.

⁶³ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 307.

⁶⁴ YOUSSEF, 2019, Op. cit. p. 61-62.

⁶⁵ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 306.

⁶⁶ Ibidem, p. 307.

Estes temores também se reproduziram nas discussões do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), como apura Eduardo Spiller Pena, existindo a preocupação que a abolição imediata da escravidão ameaçasse a integridade do Estado brasileiro, não sendo possível indenizar todos os proprietários de uma vez, além do temor de que os escravos pudessem abandonar as fazendas de uma tacada só, rendendo-se à criminalidade por estarem não estarem habituados à liberdade. Isto tudo, dentro deste círculo de debate, poderia levar a uma desestruturação total da agricultura e consequentemente do Estado brasileiro, levando muitos membros do IAB a se tornarem partidários de um gradualismo quanto a abolição⁶⁷.

Este gradualismo quanto a medidas emancipatórias pode ser observado na própria Fala do Trono de 1867, em que Dom Pedro II comprometia-se a encaminhar a questão do elemento servil, mas ao mesmo tempo preservar a propriedade que já havia sido constituída no Brasil. À posição do imperador, Beatriz Mamigonian argumenta que Dom Pedro II sinalizava aos senhores buscando uma forma de mediação, garantindo a preservação das escravarias ilegais ocorridas após a proibição do tráfico de africanos para o Brasil em 1831, com a instituição da Lei Feijó⁶⁸. Desta maneira, estaria em jogo a proposta da libertação do ventre para impedir o nascimento de novos escravos, mas não a contestação da escravidão já existente.

Alain El Youssef argumenta que, tradicionalmente, a historiografia aponta a Guerra do Paraguai como um momento de arrefecimento dos debates da questão do elemento servil. Contudo, para ele, “ao invés de implicar na prorrogação indefinida da primeira medida rumo a emancipação dos cativos, a Guerra do Paraguai acabou forçando uma mudança de rota, mas não de objetivo”, já que o imperador continuou focado em “recolocar o Brasil nos trilhos que o conduziriam à marcha da civilização. O que, em outras palavras, significava reinserir país no sistema interestatal dominado pela geocultura do abolicionismo”⁶⁹. Desta maneira, dentro do gabinete Zacarias as cisões continuaram, apesar da decisão de encaminhar a proposta ao Poder Legislativo, entre aqueles que defendiam a sua aplicação imediata e aqueles que encontravam impedimentos com o intuito de atrasar a proposta. Conforme analisa Youssef, aproveitando um momento de calma na Guerra do Paraguai, em que o Duque de Caxias aproveitava para reorganizar o exército brasileiro, o debate a respeito do Ventre Livre avançava. Os saquaremas ainda defendiam que o mais seguro seria esperar que a escravidão acabasse por meios naturais, o que foi rebatido pelos liberais e conservadores moderados do Conselho de Estado. Nabuco de

⁶⁷ PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 275.

⁶⁸ MAMIGONIAN, 2011, Op. cit. p. 29.

⁶⁹ YOUSSEF, 2019, Op. cit. p. 77.

Araújo direcionava sua posição à um encaminhamento mais rápido da questão, dada a eminência da abolição da escravidão nas colônias espanholas. O Brasil, segundo ele, não poderia isolar-se ainda mais do mundo civilizado. O Visconde de Jequitonha foi ainda mais radical que seus companheiros liberais, acreditando que o governo deveria decidir pela emancipação imediata do ventre⁷⁰.

A insistência de Dom Pedro II em encaminhar a questão do elemento servil não caiu bem para muitos políticos do Império. Levada ao parlamento pelo Conselho de Estado, a proposta de libertação do ventre catapultou críticas de que a postura de Dom Pedro II estivesse flertando com o autoritarismo ao diminuir a importância do Poder Legislativo em questões como a do elemento servil. Outros argumentavam que a interferência do imperador trazia perigos por tentar acelerar uma emancipação que demandaria um tempo adequado de estudo e debate, bem como uma conjuntura propícia, antes de ser posta em prática⁷¹. De acordo com Youssef, Zacarias desviou-se das críticas assumindo a posição de “seu ministério com relação ao ‘elemento servil’ não emanava de Dom Pedro II, mas do isolamento internacional do Império e dos ímpetos antiescravistas dos cidadãos e dos representantes brasileiros”, o que acabaria, por fim, protegendo momentaneamente a imagem do imperador, mas enfraquecendo o gabinete⁷².

Com a queda do gabinete Zacarias após um tensionamento com os políticos imperiais e o Duque de Caxias, que liderava as forças armadas brasileiras na Guerra do Paraguai, os anseios de Dom Pedro II a respeito do Ventre Livre precisariam passar por alguns gabinetes do Conselho de Estado para ter a sua aprovação. Apesar de José Murilo de Carvalho apontar que os motivos para o interesse do imperador em pressionar por projetos de emancipação não fossem claros⁷³, a escravidão encontrava-se em uma evidente crise, como já discutimos. Existia uma conjuntura política e social, dentro e fora do Brasil, que contestavam a perpetuação do sistema escravista. Muito provavelmente, Dom Pedro II soube fazer uma leitura deste cenário, decidindo usar de sua influência e poder político para tentar contornar um aprofundamento ainda maior da crise na escravidão e, conseqüentemente, no Império. Somado a isso, estava o seu constante desejo de colocar o Brasil no mesmo patamar de “nações civilizadas” e a escravidão mostrava-se um impeditivo a isso.

Desta maneira, para Alain El Youssef, a abolição da escravatura no Paraguai decretada pelo genro do imperador, o Conde d’Eu, a morte de Solano López no início de 1870 e o retorno

⁷⁰ YOUSSEF, 2019, Op. cit. p. 126-128.

⁷¹ Ibidem, p. 142.

⁷² Ibidem, p. 144.

⁷³ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 305.

dos Voluntários da Pátria, junto a “proliferação do movimento de libertação de escravos nas províncias e a iminente apresentação de um projeto de emancipação do cativo nas Cortes espanholas”, impulsionaram o imperador Dom Pedro II a aumentar a pressão pela aprovação de medidas emancipacionistas no Brasil⁷⁴. Contudo, a pressão do imperador foi contida pela indisposição do gabinete Itaboraí (16 de julho de 1868 - 29 de setembro de 1870), substituto de Zacarias, que afirmava que Dom Pedro II não possuía poderes constitucionais para interferir em tal questão. Sendo assim, Youssef coloca que a “crítica calou fundo no constitucionalismo de D. Pedro II”, levando o imperador a tomar outra abordagem ao ameaçar libertar os escravos da nação com seus próprios recursos, levando assim o ministério, preocupado com a repercussão da ameaça, a se comprometer com o encaminhamento de projetos de lei voltados à questão servil⁷⁵.

Com isso, não faltaram acusações à interferência do imperador na questão servil, em que seus críticos afirmavam que era uma tentativa de imposição de uma vontade individual sobre o Poder Executivo. Todavia, mesmo com estes críticos e com a resistência do gabinete Itaboraí, propostas que alteravam o estado da escravidão começaram a ganhar fôlego no Legislativo, inclusive por iniciativa de conservadores⁷⁶. Alguns acontecimentos internacionais, como a libertação do ventre em Cuba e o relativo sucesso da Reconstrução nos Estados Unidos pós-Guerra Civil, lançaram mais pressão sobre o gabinete Itaboraí e aumentaram o atrito entre conservadores. Desta maneira, somando estes fatores à atuação de liberais como Nabuco de Araújo, que alertava sobre o peso que a civilização lançava sobre o Brasil interna e externamente na questão da escravidão, o gabinete Itaboraí, mesmo comprometido em defender os interesses escravistas, não resistiu ao desgaste político e social, recorrendo à renúncia⁷⁷.

Com uma posição oposta ao gabinete Itaboraí, o gabinete de José Antônio Pimenta Bueno (29 de setembro de 1870 - 7 de março de 1871), o visconde de São Vicente, estava comprometido com o encaminhamento de uma proposta para a libertação do ventre das escravas, sendo ele próprio requisitado pelo imperador a pensar projetos neste sentido no início deste processo. Todavia, devido a problemas dentro do próprio gabinete e sua incapacidade de articular políticos em seu favor, logo este seria substituído pelo governo de José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco⁷⁸.

⁷⁴ YOUSSEF, 2019, Op. cit. p. 165.

⁷⁵ Ibidem, p. 166.

⁷⁶ Ibidem, p. 169.

⁷⁷ Ibidem, p. 172-173.

⁷⁸ Ibidem, p. 174.

Encaminhada ao parlamento pelo gabinete Rio Branco (7 de março de 1871 - 25 de julho de 1875), a Lei do Ventre Livre causou intensos debates entre os deputados. Mesmo com todos os deputados no período sendo conservadores, devido ao boicote dos liberais às eleições legislativas de 1869, a reforma custou a ser aprovada. Os parlamentares das províncias do norte do país mostraram-se imensamente a favor da proposta do Ventre Livre. Os deputados sulistas, que contavam com os representantes das maiores províncias escravistas, por sua vez, mostraram uma resistência considerável à reforma⁷⁹. Carvalho argumenta que além da divisão regional, existia uma divisão muito clara quanto à ocupação profissional dos deputados. Cerca de 81% dos funcionários públicos que ocupavam assentos de deputados, apoiaram o Ventre Livre, sendo a maioria destes magistrados⁸⁰. A magistratura possuía uma forte ligação com o imperador, ficando a seu critério a nomeação de juízes de direito, por exemplo. Abordaremos este tema com maior profundidade mais adiante no Capítulo 1, quando discutirmos as reformas do Poder Judiciário ao longo do Império. Todavia, este dado de José Murilo de Carvalho nos é muito interessante, considerando que Antônio Joaquim de Macedo Soares era magistrado e acabou por desempenhar um alinhamento muito forte com o reformismo imperial, mesmo que com as suas devidas particularidades.

Diversas críticas foram levantadas à proposta do Ventre Livre, inclusive a retomada da ideia de que a proposta era de inspiração “imperial e não nacional”⁸¹. A proposição do Ventre Livre seria, de acordo com seus críticos, uma medida imposta de cima para baixo, sem participação do parlamento e da nação em sua elaboração. Desta forma, constituía-se como uma imposição da monarquia. Por outro lado, os conservadores teriam duras críticas a Rio Branco, presidente do Conselho de Estado. Ele mesmo um conservador, era acusado por seus partidários de defender uma pauta historicamente representada pelos liberais e de não dar atenção aos líderes do partido, prejudicando o campo conservador. Os liberais, frustrados por um gabinete conservador aprovar uma lei de teor abolicionista, questionavam o fato de seu adversário político estar no poder com a defesa de uma de suas bandeiras. Isto aproximou muitos de seus dissidentes ao recém-criado Partido Republicano, que encontraram denominadores comuns para criticar o governo. Desta maneira, segundo Carvalho, a principal consequência política da aprovação da Lei do Ventre Livre, foi aumentar o desgaste e as rupturas dos partidos políticos no Império⁸².

⁷⁹ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 309.

⁸⁰ Ibidem, p. 311.

⁸¹ Ibidem, p. 311.

⁸² Ibidem, p. 312.

A discussão a respeito da aprovação da Lei do Ventre Livre desencadeou uma série de manifestações na imprensa e de representações enviadas ao congresso, sendo uma boa parte contrária a nova legislação. Para Alain El Youssef, estas manifestações não foram naturais, principalmente considerando que a maior parte delas vinha de senhores de escravos e fazendeiros. Seriam sim, um movimento articulado pelo núcleo duro do Partido Conservador, que buscava uma aproximação com as suas bases políticas, de forma a construir um consenso contrário a projetos emancipacionistas, justificado pela opinião pública, ou seja, estas mesmas bases escravistas⁸³. O gabinete Rio Branco rebateu os argumentos de que a emancipação não tinha respaldo na opinião pública. Para o gabinete, as manifestações contrárias por escrito, apresentadas pelos saquaremas, eram fruto do presente, sugerindo a organização destas pelos conservadores. Rio Branco defendia ainda que a experiência de outros países oferecia vantagens para o Brasil encaminhar a questão, podendo justamente aprender com estas experiências. O objetivo do governo não seria acabar com a escravidão de uma vez, causando inconvenientes como no caso do Haiti, muito menos esperar de braços cruzados, tendo em mente o caso estadunidense e os perigos de não tomar nenhuma iniciativa a respeito da escravidão⁸⁴.

Segundo Carvalho, muitos fazendeiros reclamavam da nova lei argumentando que “o projeto tirava ao senhor a força moral e o tornava suspeito à autoridade e odioso ao escravo”. Para eles, a única liberdade que traria obediência e reconhecimento por parte do escravo, seria aquela alcançada através da graça dos senhores. De tal maneira, os proprietários demonstravam enorme preocupação de que a lei criasse um sentimento de insubordinação e rebeldia entre os escravos. Mesmo que os temores dos proprietários não tenham se materializado de maneira considerável, a princípio, sua preocupação era significativa, pois a política imperial experimentava um fenômeno novo. Nas palavras de José Murilo de Carvalho:

Pela primeira vez o Estado propunha intrometer-se nas relações senhor/escravo, minando a autoridade do primeiro e dando ao segundo um ponto de apoio legal para aspirar à liberdade ou mesmo para rebelar-se (a lei previa o direito de alforria ao escravo que pudesse pagar seu preço)⁸⁵.

A este ponto, Hebe Mattos acrescenta que tanto a Lei do Ventre Livre quanto as outras reformas que vieram posteriormente, eram baseadas em práticas que se desenvolveram em ambientes que os escravos denominavam como um “bom cativo”. Desta forma, se antes essas práticas eram consideradas como uma benevolência do senhor, agora sendo direitos, diminuía

⁸³ YOUSSEF, 2019, Op. cit. p. 177.

⁸⁴ Ibidem, p. 179-180.

⁸⁵ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 313.

a autoridade senhorial, proporcionando um aprofundamento da crise da escravidão. Desta maneira:

a legislação golpeava de morte o pilar fundamental sobre o qual se construía a legitimidade da dominação escravista, ou, melhor dizendo, a ascendência moral dos senhores sobre seus cativos, que combinava a pedagogia da violência e a capacidade de concessão de privilégios, associados à figura senhorial. Se os privilégios (direitos pessoais) se tornavam universalmente direitos dos cativos, se a violência se tornava legalmente restrita, toda a “economia moral” da grande fazenda se desarticulava⁸⁶.

Mesmo com as manifestações de diversos opositores, a Lei do Ventre Livre não encontrou grandes dificuldades para ser implementada, uma vez resolvidos os elementos burocráticos para a sua efetivação. Quanto a aprovação no parlamento, Youssef resume as críticas escrevendo que

o roteiro do Senado seguiu à risca o da Câmara dos Deputados: do lado da oposição, o texto foi criticado por emanar do Imperador, por contrariar as petições enviadas por lavradores e comerciantes e por ser resultado de uma má leitura da conjuntura internacional; do lado dos governistas, ele foi defendido por fazer jus às manifestações emancipadoras que tomaram as principais cidades do Império e por colocar o Brasil em compasso com o restantes das “nações civilizadas”⁸⁷.

Ainda que houvesse um clima de pessimismo e uma série de previsões quanto a rebeliões e levantes de escravos, estes não aconteceram de maneira significativa até a década posterior. Além disso, o governo pouco fez para potencializar sua capacidade repressiva com o advento da nova lei, muito pelo contrário, a enfraqueceu⁸⁸. Com isso, Carvalho chega à seguinte conclusão a respeito do reformismo imperial e o papel do imperador neste processo, diferenciando do Período Saquarema, na qual foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz:

Distinguiram-se assim os atores e os parâmetros decisórios de 1871 dos de 1850. No último caso, o governo reagiria à forte pressão externa e implementara pela força a decisão tomada, enfrentando a forte oposição dos traficantes e contando com o apoio de um pequeno grupo de abolicionistas ainda pouco influente. Estava em questão antes de tudo a soberania nacional. Em 1871 o jogo foi todo interno: não havia pressão material externa e não havia mais traficantes. A iniciativa foi sem dúvida da Coroa, secundada pelo gabinete conservador e apoiada na imprensa abolicionista e parte do Partido Liberal⁸⁹.

⁸⁶ MATTOS, 2013, Op. cit. p. 169.

⁸⁷ YOUSSEF, 2019, Op. cit. p. 187.

⁸⁸ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 315

⁸⁹ Ibidem, p. 314.

Com a dedicação da Coroa na questão da aprovação da Lei do Ventre Livre, ficavam evidentes as intenções de acabar com a escravidão, uma prática que já se encontrava em uma profunda crise. Além disso, para Carvalho, o imperador deixava claro que os escravistas não poderiam contar com o amparo da monarquia neste processo. Desta forma, com a abolição tornando-se inevitável, diversos proprietários tomaram atitudes com o intuito de reduzir danos do eventual fim da escravidão. Muitos passaram a vender ou libertar seus escravos, bem como estimular a contratação de trabalhadores livres, muitos dos quais imigrantes⁹⁰.

Alain El Youssef, por outro lado, ao analisar a aprovação da Lei do Ventre Livre, conclui que é preciso olhar para o reformismo imperial a partir de uma perspectiva mais ampliada, tomando cuidado para não ignorar “a pluralidade dos processos históricos e das variáveis que o conformaram, resultando em explicações que tratam as mudanças como decorrência exclusiva da ação de um agente ou um grupo social específico”⁹¹. Para este autor, de fato a vontade de Dom Pedro II foi fundamental para a efetivação da Lei do Ventre Livre, como podemos observar nas suas escolhas de gabinetes, suas iniciativas nos bastidores do parlamento e as Falas do Trono. Contudo, para Youssef, é necessário considerar o conjuntura internacional a respeito da escravidão e do abolicionismo e a interiorização deste último em estratos livres da sociedade brasileira, que influenciaram tanto o monarca quanto criaram um clima propício para a implementação de reformas⁹². Vale ressaltar que esta posição de Youssef é pautada no conceito de *segunda escravidão*, elaborado por Dale Tomich e muito trabalhado por Rafael de Bivar Marquese, que consiste em compreender a relação da escravidão com o capitalismo, inserindo-a em uma perspectiva global.

Concomitantemente a Lei do Ventre Livre, esteve em pauta a Reforma Judiciária, outra medida importante do espírito reformista que rondou o Império nos anos 1870. A administração da justiça no Brasil independente foi ocupada principalmente pelos bacharéis formados na Universidade de Coimbra, que influenciaram fortemente a magistratura até as décadas de 1860 e 1870⁹³. O Império mostrou-se incapaz em oferecer cargos ao grande número de bacharéis formados nas Faculdades de Direito brasileiras, surgidas poucos anos depois da independência, que aumentavam consideravelmente ao longo das décadas, levando as gerações mais jovens a terem poucas possibilidades de inserção burocrática, consolidando muitos deles como

⁹⁰ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 318.

⁹¹ YOUSSEF, 2019, Op. cit. p. 191.

⁹² Ibidem, p. 192.

⁹³ NEDER, Gizlene. **As reformas políticas dos homens novos: Brasil Império: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Revan, 2016, p. 80.

opositores do governo imperial⁹⁴. Desta maneira, de acordo com José Murilo de Carvalho, cimentaram-se diferenças cruciais entre os magistrados e advogados no Brasil imperial. Os primeiros geralmente ainda possuíam uma formação em Coimbra, sendo também funcionários públicos, com grande possibilidade de inserção política e defensores da hegemonia estatal. Enquanto os advogados, por outro lado, eram de maneira geral profissionais formados no Brasil, acionados para defender interesses de indivíduos ou de grupos, constituindo-se como figuras importantes em oposições políticas hegemônicas⁹⁵. Claro que este quadro exposto por Carvalho, apesar de bastante fundamentado, é colocado de maneira generalizante: a trajetória de Antônio Joaquim de Macedo Soares é um pouco diversa, porque ele mesmo foi um magistrado formado no Brasil, pertencente a uma leva de bacharéis de direito que foi feliz em sua inserção na burocracia imperial. Consequentemente, alinhou-se com o ímpeto reformista que tomava corpo naquela sociedade.

Quando ocupou a função de Ministro da Justiça, nos anos 1850, Nabuco de Araújo já defendia uma maior profissionalização da magistratura em detrimento de juízes leigos, em favor de um constitucionalismo moderno. Esta concepção não era defendida só por ele, mas também por políticos próximos, como Francisco Inácio de Carvalho Moreira e José Maria da Silva Paranhos, os futuros Barão de Penedo e Visconde do Rio Branco, respectivamente. Estes homens, que são denominados por Gizlene Neder de “homens novos”, foram fundamentais para esboçar várias das reformas que se concretizaram nas décadas seguintes, inclusive a Reforma Judiciária de 1871, baseados em uma posição mais moderna dentro do Partido Conservador⁹⁶, o que demonstra como as posições ideológicas de conservadores e liberais eram mais complexas do que estamos acostumados a encontrar na historiografia.

Os projetos de modernização dos chamados “homens novos”, de acordo com com Neder, incentivavam a meritocracia em detrimento do clientelismo, buscando reduzir a influência das localidades na política. Entretanto, tais projetos encontravam em seus propositores posições conflituosas quanto a maneira como eles haviam construído suas carreiras políticas e o que estavam defendendo. Ao mesmo tempo em que criticavam o clientelismo, possuíam eles mesmos suas redes de favorecimento, que de acordo com Gizlene Neder, foram fundamentais para a sua reprodução política e de seus descendentes⁹⁷. No imaginário destes sujeitos, existia a concepção de que seus correligionários seriam os únicos aptos ao exercício

⁹⁴ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 341.

⁹⁵ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 101.

⁹⁶ NEDER, 2016, Op. cit. p. 84

⁹⁷ Ibidem, p. 98

do governo devido à sua formação acadêmica e até mesmo a uma suposta superioridade intelectual. Naquele entendimento, o sujeito era dotado de qualidades para o exercício de uma função pública. Esta concepção nos ajuda a compreender como políticos e intelectuais como os “homens novos”, conseguiam encontrar harmonia em suas contradições, como por exemplo, criticar práticas clientelistas ao mesmo tempo que as exerciam⁹⁸.

Voltando a Reforma Judiciária em si, entre seus objetivos estava a maior profissionalização do Poder Judiciário, de maneira a delimitar o exercício de funções burocráticas por parte dos bacharéis e direcioná-los de forma mais contundente a prática jurídica. A reforma estabeleceu uma separação entre as funções judiciais e policiais, possibilitando maior autonomia das polícias, bem como reestruturou as funções dos juízes de paz, municipais e de direito, sendo esses últimos que possuíam as obrigações mais importantes⁹⁹. Segundo José Murilo de Carvalho, um dos elementos que pressionou para uma reforma que profissionalizasse o judiciário, foi a própria saturação de bacharéis de direito existentes naquele contexto. O constante acúmulo de funções dos bacharéis mais antigos, incluindo aquelas fora do campo jurídico, impedia que os novos bacharéis conseguissem se inserir no campo jurídico ou até mesmo na política, entendendo que muitas vezes ocupar funções dentro da burocracia estatal era um agente facilitador para uma carreira política¹⁰⁰.

Esta reforma, como veremos mais profundamente no Capítulo 1, foi fundamental para a efetivação dos projetos de controle imperial expostos aqui por José Murilo de Carvalho e Hebe Mattos: o judiciário passaria a servir como um mediador das relações pessoais e do Estado, este último passando a agir diretamente em práticas que anteriormente ficavam restritas ao âmbito particular ou das elites locais, como as relações senhores-escravos.

Como resultado do reformismo imperial levado à cabo pelo Conselho de Estado e incentivado pela Coroa, apesar do Império do Brasil ter conseguido implementar muitas políticas novas, o sistema como um todo acabou enfraquecido, principalmente por conta da pressão do imperador em direção a política emancipacionistas. De tal maneira, quanto mais a monarquia demonstrava interesse na libertação dos escravos, mais pessoas, principalmente fazendeiros, adotavam posicionamentos republicanos. Assim, de acordo com Carvalho, a monarquia “fracassou, então, não pela ineficácia, mas, pelo contrário, por ter promovido ou facilitado ação contrária a grupos dominantes, sem ao mesmo tempo construir uma base de

⁹⁸ NEDER, 2016, Op. cit. p. 99.

⁹⁹ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 175.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 181.

poder que substituísse ou equilibrasse a dos donos de terra”¹⁰¹. O foco do Poder Moderador foi tentar criar um sistema representativo do país como um todo, quando na verdade, na prática, a sociedade imperial organizou-se a partir dos interesses de grupos ou indivíduos que possuíam poder construído com base no paternalismo. Desta forma, como “a cidadania era reduzida [...] a representação se fazia no vazio, sem alterar a composição do poder político”¹⁰².

Uma das características mais marcantes do período imperial brasileiro era o constante jogo de políticas e instituições que coexistiam em uma relação tensa, com aparências de contraditórias, ao mesmo tempo que se complementavam em uma dinâmica muito própria. José Murilo de Carvalho sintetiza este imaginário quando coloca que:

Tanto ideias e valores que predominavam entre a elite, como as instituições implantadas por esta mesma elite mantinham relação tensa de ajuste e desajuste com a realidade social do país: uma sociedade escravocrata governada por instituições liberais e representativas; uma sociedade agrária analfabeta dirigida por uma elite cosmopolita voltada para o modelo europeu de civilização¹⁰³.

A Constituição imperial havia criado a possibilidade de que a Nação se visse representada não somente pelo parlamento, mas também pelo imperador, através do Poder Moderador, que seria por sua vez um poder idealizado como neutro. Desta forma, esta suposta neutralidade do Poder Moderador, na realidade, criava a possibilidade do imperador se sobrepor ao parlamento como representante nacional, compreendendo que poderia representar melhor a população. De tal maneira, Carvalho argumenta que “a face absolutista da Constituição permitia ao rei arbitrar os conflitos dos grupos dominantes, uma das grandes necessidades políticas do sistema, mas, ao mesmo tempo, permitia-lhe também contrariar os interesses desses grupos”¹⁰⁴. Desta maneira, para Alain El Youssef, o Estado imperial manteve-se

Preso a uma estrutura rígida e centralizada, que abria poucos espaços para a incorporação de novos grupos sociais e que se mostrou incapaz de imprimir um novo tom à gestão de sua população e de seu território, ele ampliou o descompasso com seus principais congêneres no sistema interestatal. Com dificuldades para implementar um novo tipo de gestão [...] e sem dispor de qualquer projeto efetivo de incorporação de estratos sociais de seu sistema político-partidário-eleitoral, o Estado imperial ficou refém de uma estrutura fechada que dependia, em última instância, da Coroa e dos interesses agrários para funcionar¹⁰⁵.

¹⁰¹ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 323.

¹⁰² Ibidem, p. 323.

¹⁰³ Ibidem, p. 417.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 417.

¹⁰⁵ YOUSSEF, 2019, Op. cit. p. 207.

Esta série de características específicas do Império do Brasil, com uma série de ambiguidades, distanciou o país de outros modelos políticos pelo mundo, inclusive monárquicos. José Murilo de Carvalho refere-se ao sistema político brasileiro do período como um *teatro de sombras*, em que “os atores perdiam a noção exata do papel de cada um. Cada um projetava sobre os outros suas expectativas de poder, criava imagens, seus fantasmas”¹⁰⁶. Neste palco, os interesses não estavam totalmente esclarecidos, muitas vezes projetados por detrás das cortinas, com o Poder Moderador criando uma sombra de uma política representativa. Uma sombra, pois, os verdadeiros agentes muitas vezes estavam agindo nos bastidores, encaminhando as reformas e políticas que interessavam à monarquia. Portanto, como continua Carvalho:

Os políticos não sabiam ao certo se representavam a nação ou se respondiam ao imperador. A elite passava a acreditar num sistema representativo que não estava na Constituição e a cobrar sua execução pelo Poder Moderador. O rei, por sua vez, esforçava-se por seguir a ficção democrática na medida em que as falhas dos mecanismos da representação o permitiam¹⁰⁷.

Com a vitória brasileira na Guerra do Paraguai, novos contornos foram esboçados para a figura das forças armadas, que saíram do conflito com a imagem bastante positiva. Internamente, os militares começaram a se identificar com maior autonomia em relação às outras instituições imperiais e as próprias elites governantes. Em contrapartida, a imagem do Império em si foi bastante prejudicada pela guerra, principalmente através da propaganda republicana, sendo “denunciada na imprensa como massacre de uma monarquia escravocrata contra uma república de pobres e aguerridos combatentes, invertendo a imagem de civilização e barbárie que motivara a própria mobilização bélica”¹⁰⁸.

Deste modo, para José Murilo de Carvalho, os militares aumentam o seu antagonismo com as elites políticas já estabelecidas. Suas demandas, pautadas pelo pensamento positivista, passavam por uma ênfase na educação, industrialização e pautas sociais, como a abolição da escravidão. O Império não conseguiu absorver o setor militar como o fizera com o clero e a magistratura ao longo da construção estatal, o que levou os militares a serem um dos principais elementos que levaram ao fim daquele sistema político, sendo que “a condição de constituírem

¹⁰⁶ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 421.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 421.

¹⁰⁸ ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

uma contra-elite era o fato de pertencerem a uma corporação que lhes proporcionava os recursos de poder necessários para uma ação política eficaz”¹⁰⁹.

Algumas palavras sobre metodologia

Para encaminhar a resolução dos questionamentos desta pesquisa, buscamos inspiração na micro-história, que para o historiador italiano Giovanni Levi, não constitui-se de uma teoria, mas sim de um método de pesquisa que “está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador, e assim, a micro-história não pode ser definida em relação às macrodimensões de seu objeto de estudo”¹¹⁰. Ou seja, é um método que se define pela maneira de abordar um objeto de pesquisa, não pelo objeto em si, o que permite a utilização da micro-história em uma amplitude de pesquisas diferentes, com referenciais teóricos diversos. A micro-história não se constitui portanto, de uma escola intelectual ou uma disciplina autônoma, como coloca Jacques Revel, mas sim uma prática historiográfica profundamente empírica, acompanhada “dos obstáculos e das incertezas enfrentadas ao longo de caminhos aliás muito diversos, em suma, de uma experiência de pesquisa”¹¹¹.

A micro-história, constitui-se, portanto, em um método extremamente descritivo e detalhado. Incorpora-se ao texto todo o processo de pesquisa, evidenciando as qualidades, lacunas e demais dificuldades ao abordar as fontes. Este procedimento demonstra ao leitor os limites interpretativos do historiador, ao mesmo tempo em que os fundamenta na materialidade documental, incorporando assim quem lê a todo “processo de construção do argumento histórico”¹¹².

Desta forma, os objetivos dos historiadores que tem utilizado da micro-história como método, geralmente tem

se centralizado na busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem no mundo que reconhece sua - relativa - liberdade além, mas não fora das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos¹¹³.

¹⁰⁹ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 194.

¹¹⁰ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 135.

¹¹¹ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 16.

¹¹² LEVI, 2011, Op. cit. p. 155-156.

¹¹³ Ibidem, p. 137.

Desta maneira, continua Levi, “toda a ação social é vista como o resultado de constantes negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais”¹¹⁴. Com isso, ao utilizar a micro-história, o historiador depara-se com uma série de escolhas dos indivíduos, balizadas pelas condições oferecidas pelas estruturas da sociedade. Portanto, cabe ao historiador neste cenário buscar compreender “as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais”¹¹⁵. Sendo assim, para Levi, o método da micro-história está atrelado a combater relativismos e irracionalismos, compreendendo que o papel do historiador não deve ser reduzido “a uma atividade puramente retórica que interprete os textos e não os próprios acontecimentos”¹¹⁶.

Para dar conta destes objetivos e transitar por estes tensionamentos, Jacques Revel coloca que o micro-historiador faz um trabalho de contextualização múltipla, compreendendo que:

cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos - e portanto se inscreve em contextos - de dimensões e de níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto, hiato, menos ainda oposição entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais: é [...] uma versão diferente¹¹⁷.

Como discutimos a pouco, a crise da escravidão no Brasil e o reformismo imperial que se organiza em relação àquela, possuem em sua configuração uma diversidade de elementos e agentes que as complexificaram. Ao reduzir a escala em Macedo Soares, temos a oportunidade de tensionar ainda mais esta conjuntura, observando como esta trajetória selecionada do magistrado, colocava questões a este sistema maior, ora reforçando as características gerais, ora as contrariando. Ou seja, como nos explica Jacques Revel, ao focalizarmos a lente da história neste personagem específico que foi Macedo Soares, compreendendo elementos de sua trajetória e seu pensamento, também estaremos contribuindo para a compreensão do contexto

¹¹⁴ LEVI, 2011, Op. cit. p. 137.

¹¹⁵ Ibidem, p. 138.

¹¹⁶ Ibidem, p. 138.

¹¹⁷ REVEL, 1998, Op. cit. p. 28.

político e social do Império do Brasil nos anos 1870. É compreender, portanto, uma história global a partir de uma local.

Entretanto, não existe, ou pelo menos não é de nosso conhecimento, uma obra de Macedo Soares que organize seu pensamento a respeito da crise da escravidão e do reformismo imperial. Isso está diluído em seus escritos e nas ações que tomou ao longo de sua trajetória. Seja escrevendo artigos jurídicos ou estudos sobre o clima e a população. Nas suas iniciativas de participar de clubes e outras empreitadas particulares de cunho civilizacional. Em sua própria formação jurídica e suas relações políticas.

Carlo Ginzburg chama a atenção para o paradigma indiciário, que se constitui como uma ferramenta analítica utilizada por diversas disciplinas, consistindo em desenvolver uma forma de raciocínio baseada em indícios, sinais, pistas, ou seja, na minúcia dos detalhes. Ao ter em mente o paradigma indiciário, prestando atenção naquilo aparentemente sem importância ou desconexo, o historiador pode contornar as intencionalidades na produção das fontes e identificar discursos e sujeitos ocultos nas mesmas. Como afirma Ginzburg: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la”¹¹⁸.

O argumento de Ginzburg também é complementado por Giovanni Levi, escrevendo que

A micro-história tenta não sacrificar o conhecimento dos elementos individuais a uma generalização mais ampla, e de fato acentua as vidas e os acontecimentos individuais. Mas, ao mesmo tempo, tenta não rejeitar todas as formas de abstração, pois fatos insignificantes e casos individuais podem servir para revelar um fenômeno mais geral¹¹⁹.

Portanto, a partir destes indícios, sinais, enfim, organizaremos os vários elementos distintos da vida de Macedo Soares que podemos recuperar nas fontes em uma leitura inteligível de sua conjuntura refletida através das mesmas. Ou seja, montaremos um quebra-cabeças com peças que a princípio não teriam tanta conexão com a imagem final, mas que conforme as juntamos, podemos compreender um pouco mais da complexidade e diversidade do período. Com isso, entendemos que é importante compreender não só a conjuntura em que Macedo Soares estava inserido, mas como este relacionava-se com ela. Como a crise da escravidão e o reformismo dos anos 1870 limitaram ou ampliaram as suas decisões e posicionamentos e como, a partir de suas ações, Macedo Soares influenciava neste processo.

¹¹⁸ GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2014, p. 177.

¹¹⁹ LEVI, 2011, Op. cit. p. 160.

Com base no aporte metodológico da micro-história, dividimos este trecho da trajetória de Antônio Joaquim de Macedo Soares em três capítulos temáticos, analisando seu pensamento político, suas sociabilidades e por último, aglutinando os elementos anteriores, as suas concepções a respeito da escravidão. A princípio, o nosso recorte temporal era delimitado pelo período que Soares ocupou a função de juiz de direito da comarca de São José e Campo Largo, do ano de 1874 até 1876. Contudo, este recorte inicial precisou ser ampliado para toda a década de 1870, compreendendo que esta extensão temporal nos ajuda a entender com maior profundidade os elementos analisados da trajetória de Macedo Soares no Paraná.

No primeiro capítulo analisaremos o entendimento de Macedo Soares sobre os papéis do Estado, do Poder Judiciário e do funcionalismo público (especialmente a magistratura), além de realizar uma reflexão sobre o ideal de Justiça que era defendido por este magistrado. Para isso, primeiramente precisamos compreender a formação da elite política imperial, que estava condicionada principalmente no campo do direito, objetivando adquirir um treinamento burocrático para atuar na construção do Estado Imperial. Também estarão em pauta as reformas do Poder Judiciário, em que se definiram os papéis dos juízes de direito nos anos 1870, não somente dentro das atribuições do Judiciário, mas também na política imperial. É aqui que discutiremos como Macedo Soares compreendia estes papéis e o que acreditava ser necessário para cumpri-los ou distanciar-se deles. Na sequência, faremos uma breve discussão sobre cidadania no Império, entendendo que Soares relacionava muito o papel da justiça e do Estado como de assistência à população.

Para dar conta destas problemáticas, utilizaremos os artigos escritos pelo magistrado e publicados na seção de Doutrina da revista *O Direito*, cuja coleção completa encontra-se na Seção de Obras Raras da Biblioteca de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná e também na Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal¹²⁰. Esta revista, que esteve em circulação entre 1873 e 1913, era de propriedade do sergipano João José do Monte Júnior, nascido em 1843 e formado bacharel em direito em 1864, na faculdade de Recife. Ser de propriedade particular não impediu que textos de diferentes vertentes e opiniões do campo técnico-jurídico fossem publicados em suas páginas, inclusive, constituindo-se como a publicação mais importante do campo do Direito no século XIX. No período de sua existência a revista foi publicada regularmente e sem interrupções, tendo como redatores Antônio Joaquim Ribas, Francisco Balthazar da Silveira, Joaquim Saldanha Marinho, Olegário Herculano de Aquino e Castro e Tristão Alencar Araripe. Estes nomes que compunham a redação, conforme

¹²⁰ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Biblioteca Digital do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp>. Acesso em: 02/08/2019.

coloca Sônia Regina Martins de Oliveira, são um demonstrativo da pluralidade da revista, incorporando liberais, conservadores e republicanos em seus quadros¹²¹. A utilização deste periódico nos permite localizar Macedo Soares no centro dos debates jurídicos do período, sendo uma publicação de grande abrangência, influência e circulação. Este magistrado, por sua vez, ocupava uma posição de destaque nas páginas do periódico, sendo o correspondente com o maior número de artigos publicados na seção de Doutrina, totalizando trinta e três textos.

No segundo capítulo abordaremos as sociabilidades de Macedo Soares e as formas de intervenção do magistrado na sociedade paranaense. Para isso, primeiramente faremos uma discussão sobre clientelismo e o lugar da magistratura nesta prática, entendendo agentes do Poder Judiciário como intermediários entre a política nacional, a regional e a população. Resolvida esta questão, abordaremos as relações de Macedo Soares com a política e a população local, desde o seu envolvimento com a presidência da província do Paraná até instituições particulares e iniciativas científicas do magistrado. Nesta etapa, será importante sempre termos no horizonte que estas formas de ação estavam relacionadas com um ideal de progresso e civilização, no sentido de Macedo Soares colocar-se em ação políticas que modernizassem o Brasil, o que passava desde o clube literário do qual foi membro e que objetivava difundir as letras, até os estudos climáticos efetuados pelo juiz, buscando encontrar maneiras de desenvolver a região da província do Paraná e, permeando tudo isso, o seu relacionamento com as elites locais.

Neste capítulo iremos variar um pouco a seleção de fontes, utilizando artigos de autoria de Macedo Soares publicados em jornais paranaenses, bem como os textos de outras pessoas que interagiram com os escritos de Soares nestes periódicos. Nas duas últimas décadas do Império, circularam na província do Paraná mais de uma centena de periódicos. A periodicidade dos jornais na época era irregular, geralmente sendo publicados uma ou duas vezes na semana. O jornal *Dezenove de Dezembro* foi o primeiro a ser publicado diariamente, o que ocorreu apenas em 1884¹²². O jornal *Província do Paraná* foi uma iniciativa de membros do Partido Liberal, que encontravam dificuldades em publicar no mais famoso *Dezenove de Dezembro*, tornando-se um dos órgãos oficiais do partido. Seu proprietário e redator era José Ferreira Pinheiro, que circulou o jornal a partir de Curitiba para o resto do Paraná até 1885¹²³. Estes dois

¹²¹ Para maiores informações sobre a revista O Direito, ver OLIVEIRA, Sônia Regina Martins de. Juristas ao final do império brasileiro (1873-1889): perfis, discursos e modelos a partir do estudo da revista O Direito. Em particular, o item “2.3. A centralidade da revista O Direito no periodismo jurídico brasileiro”.

¹²² GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Imprensa periódica e escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981, p. 24.

¹²³ Ibidem, p. 29.

jornais constituem-se como as principais fontes neste quesito, contando com textos relacionados a política local, no caso do *Dezenove de Dezembro*, e estudos climáticos realizados por Macedo Soares, no caso do *Província do Paraná*. O acesso a estes periódicos pode ser feito através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹²⁴, bem como a consulta física na Biblioteca Pública do Paraná e no Museu Paranaense.

Também recorreremos às correspondências que Macedo Soares trocou com a presidência da província do Paraná, seja endereçando suas cartas como juiz de direito ou chefe interino de polícia. Infelizmente só temos acesso às cartas enviadas por Macedo Soares, não as recebidas por ele. Contudo, estas correspondências já oferecem muitos elementos para refletirmos sobre as sociabilidades do juiz em território paranaense. Estes documentos estão depositados no Arquivo Público do Paraná e disponíveis para consulta. Nesta seleção de fontes também consta uma monografia sobre a história de Campo Largo, escrita por Macedo Soares em 1883 e publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1900. Neste texto, Macedo Soares discorre sobre o período em que foi juiz de direito naquela localidade, buscando registrar a formação da estrutura burocrática daquela vila, seus espaços de sociabilidade e as biografias das pessoas mais influentes na região.

Por fim, dedicaremos o último capítulo para discutir as visões de Antônio Joaquim de Macedo Soares a respeito da escravidão, instituição central na sociedade imperial. Aqui analisaremos como o magistrado enxergava a legalidade do cativo, debatendo a respeito da validade da Lei de 7 de Novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó, muito utilizada pelo movimento abolicionista e como argumento jurídico em ações de liberdade. Junto a isso veremos como Macedo Soares localizava a questão do elemento servil dentro da conjuntura política e social do Brasil imperial, bem como suas opiniões repercutiram neste cenário, dentro e fora dos tribunais. Para isso, voltaremos a recorrer aos artigos escritos por ele na revista *O Direito*, utilizando também como suporte o livro organizado por seu filho, Julião Rangel de Macedo Soares, *Campanha jurídica pela libertação dos escravos 1867-1888*, que demonstra uma forte intencionalidade de identificar Macedo Soares como abolicionista.

Além disso, veremos como Macedo Soares enxergava a escravidão através de seus trabalhos lexicográficos. O magistrado demonstrava grande atenção às influências indígenas e africanas na formação do que ele chamava de dialeto brasileiro, realizando amplos estudos a respeito da origem de diversas palavras do vocábulo no Brasil. Assim, utilizaremos estes

¹²⁴ BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 02/08/2019.

estudos, bem como o dicionário organizado por ele, procurando relacionar verbetes chave redigidos por Macedo Soares com o conjunto de suas ideias a respeito da escravidão no Brasil.

Capítulo 1 – Projetos de Estado, justiça e magistratura

Para melhor compreender a trajetória política, intelectual e social de Antônio Joaquim de Macedo Soares, é necessário discutir aspectos acerca da conjuntura política do Império do Brasil que envolveram as iniciativas de construção do Estado brasileiro. Tais iniciativas demandaram a formação e treinamento de uma elite política capacitada a lidar com a burocracia estatal. Portanto, é necessário entender como se deu tal processo, o que demanda discutir as condições de formação dos bacharéis em direito no Império e o que era esperado dos mesmos no processo de formação de uma elite política brasileira.

Também é necessário discutir as implicações políticas que as diversas reformas do sistema judiciário brasileiro trouxeram para o contexto, especificamente a Reforma de 1871, que trouxe grandes transformações quanto às funções do Poder Judiciário, bem como atribuiu maior profissionalização à magistratura. Desta forma, tal reforma reverbera nas possibilidades de ações políticas dos magistrados brasileiros do período, por consequência de Macedo Soares. Entendendo que este magistrado exerceu a função de juiz de direito no Paraná poucos anos depois da Reforma de 1871, é necessário compreender como isto poderia ter lhe afetado e como este se relacionava com a mesma.

Desta maneira, poderemos ter uma base mais sólida para discutir as concepções que Macedo Soares esboçou sobre as responsabilidades do Estado, do Poder Judiciário e dos próprios magistrados nas décadas finais do Império do Brasil.

1.1 Formação da elite política e o papel da burocracia no Império

O Brasil passou por um prolongado processo de edificação estatal durante todo o Império, com o intuito de distanciar-se de seu passado colonial e construir um Estado propriamente brasileiro nos parâmetros do que era considerado como moderno e civilizado. Uma das vertentes de interpretação da efetivação deste projeto é a de José Murilo de Carvalho, em que foram implementadas várias medidas em torno da formação de uma elite política imperial apta a lidar com os elementos requeridos para a organização estatal, passando desde uma tradição portuguesa até a efetivação de um projeto propriamente brasileiro. Para Carvalho, países que passaram por processos revolucionários burgueses retardados ou interrompidos, possuíam a necessidade de desenvolver projetos modernizadores, criando uma tendência em direcionar suas elites à burocracia, proporcionando um treinamento maior destas e aproximando-as principalmente do campo do direito de forma a desenvolver capacidades

condizentes com a administração do Estado. Deste modo, “quanto mais homogênea era a elite, mais estável era o processo de formação do Estado”¹²⁵. Tal homogeneização deve-se à formação educacional no campo jurídico e do treinamento administrativo, minimizando os conflitos intraclasses, já que o recrutamento dos sujeitos que compunham a elite política poderia ter uma origem diversa, tanto da nobreza quanto da pequena burguesia¹²⁶. Claro que isso não significa que não houvesse conflitos dentro da elite política, mas sim que qualquer conflito que pudesse ocorrer, estaria dimensionado dentro de um objetivo maior e comum, que era a construção e modernização do Estado. José Murilo de Carvalho demonstra isso muito bem quando escreve:

A homogeneidade da elite pela educação comum na tradição do absolutismo português e pela participação na burocracia estatal fazia com que o fortalecimento do Estado constituísse para ela não só um valor político como também um interesse material muito concreto. Desse modo, o objetivo da manutenção da unidade da ex-colônia [no caso, o Brasil] rarissimamente seria posto em dúvida por elementos da elite nacional, talvez até mesmo independentemente de estar essa unidade de acordo ou desacordo com os interesses dos grupos econômicos dominantes.¹²⁷

Como a citação anterior já demonstra, o modelo português de formação de elite visando o treinamento administrativo e a homogeneidade ideológica foi reproduzido no Brasil enquanto colônia, tendo suas reverberações e modificações ao longo do período imperial brasileiro. Contudo, a Coroa portuguesa adotou uma política rígida quanto a educação superior na colônia, impedindo que qualquer universidade fosse instalada em terras brasileiras. Desta forma, no entendimento dos portugueses, era criada uma relação de dependência com Portugal, mais especificamente com a Universidade de Coimbra, obrigando os brasileiros a educarem-se na metrópole de forma a desenvolver o repertório técnico para atender as demandas burocráticas do Brasil¹²⁸. Assim, o governo português direcionou a elite brasileira à sua formação jurídica na universidade de Coimbra, objetivando capacitá-la para o trato estatal e inserindo-a, principalmente, na magistratura e no Exército¹²⁹.

Dada a Independência, começaram debates acerca da criação de faculdades de Direito no Brasil, de forma a continuar educando profissionais aptos a manejar o aparelho estatal, desvinculando-se da dependência da Universidade de Coimbra na educação da elite política brasileira. Com isso, disputas a respeito dos currículos, localização e número de faculdades

¹²⁵ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 32.

¹²⁶ Ibidem, p. 35

¹²⁷ Ibidem, p. 42

¹²⁸ Ibidem, p. 69.

¹²⁹ Ibidem, p. 37

começaram a ocupar espaço nos debates políticos, principalmente quando a proposta de São Paulo como uma das sedes surgiu na pauta¹³⁰. A sugestão por São Paulo desagradava muitos políticos, principalmente por conta da grande distância que isso ofereceria aos estudantes da parte norte do país, gerando extensos debates sobre uma suposta supervalorização daquela cidade¹³¹.

Tais disputas foram de extrema importância, já que no entendimento dos políticos do Império, a formação jurídica era importante não só para questões administrativas, mas também para o acesso ao próprio poder político. Portanto, a escolha de determinadas regiões em detrimento de outras para a instalação das faculdades de Direito, por exemplo, poderia isolar politicamente as regiões e grupos preteridos¹³². Tanto é que a influência política e as capacidades econômicas das províncias continuaram díspares durante todo o período imperial, como nos demonstra José Murilo de Carvalho no seguinte trecho:

Mesmo após o fim das rebeliões e após a consolidação do sistema centralizado, as rivalidades provincial e regional permaneceram como dado constante da política imperial. A desigualdade das províncias em termos populacionais e de riqueza levava ao maior favorecimento de umas em relação às outras, gerando ressentimentos sobretudo nas que perdiam influência devido à decadência econômica.¹³³

Após extensas discussões parlamentares e pressões políticas, decidiu-se pela criação dos cursos de direito nas cidades de São Paulo e Olinda, implementados pela lei de 11 de agosto de 1827¹³⁴. Entretanto, a criação das Faculdades de Direito foi carregada de dualidades, já que ao mesmo tempo que surgiram como difusoras de uma ordem baseada no liberalismo, também foram destinadas a formação de uma elite burocrática voltada ao controle do Estado¹³⁵. Segundo Sérgio Adorno, a inserção do liberalismo no Brasil assumiu uma relação tensa com a prática patrimonialista, levando grupos diferentes a darem mais importância à aspectos distintos do ideário liberal. Nas palavras de Adorno:

Assim, para as elites proprietárias rurais a agenda liberal significou progresso, liberdade, modernização e civilização, não obstante implicasse paradoxalmente a proposição de um projeto político de âmbito nacional que mantinha a propriedade escrava, não tinha pretensões democratizantes, não revelava intenção de transformar o país numa república e sequer se baseava na premissa da igualdade jurídica, política

¹³⁰ ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 82.

¹³¹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 225.

¹³² ADORNO, 1988, Op. cit. p. 84.

¹³³ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 133.

¹³⁴ ADORNO, 1888, Op. cit. p. 88.

¹³⁵ WOLKMER, Antônio Carlos. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 79.

e social. Para os grupos urbanos pauperizados, ao contrário, a liberdade e igualdade significaram “o fim da miséria, das diferenças de cor, de privilégio, de fortuna e de ocupação de cargos preferenciais”.¹³⁶

Na perspectiva de Sérgio Adorno, a ausência de uma revolução burguesa no Brasil, tal como ocorreu em países como Inglaterra, Estados Unidos e França, em que o pensamento liberal surge como um motivador da burguesia em combate contra o absolutismo, fez com que os brasileiros criassem a sua própria versão do liberalismo. Para Antônio Carlos Wolkmer, o liberalismo brasileiro durante o Império imprimiu a necessidade de reforma do Estado e instituições, mas sem necessariamente combater as hierarquias já existentes na sociedade imperial¹³⁷. Adorno, novamente, vai ainda mais longe ao explicar que “o liberalismo brasileiro é pensado como um sistema ordenado e articulado de ideias e de representações, cujo objetivo é obscurecer os fundamentos das contradições entre as classes sociais e produzir a ‘ilusão’ de igualdade e liberdade entre os homens”¹³⁸.

As perspectivas de Adorno e Wolkmer buscam interpretar o liberalismo como uma ideologia contraditória com a experiência social no Brasil. Entretanto, os próprios exemplos mobilizados por Adorno demonstram que o liberalismo não se constituiu como um modelo ideológico fechado, que organizava um tipo de sociedade que não o contradizia. A indústria têxtil inglesa colheu de bom grado os frutos das *plantations* de algodão dos Estados Unidos, este país que abrigou a maior sociedade escravista moderna até a resolução de sua Guerra Civil, nos anos 1860. Desta forma, como aponta Hebe Mattos, este ideário do liberalismo não conviveu com a escravidão somente no Brasil, mas foi uma característica marcante em “toda a Afro-América, inclusive nas colônias escravistas inglesas e francesas”¹³⁹.

Segundo Alfredo Bosi, o liberalismo no Brasil esteve intimamente ligado à reprodução de estruturas hierárquicas já existentes no país, mas buscando uma roupagem considerada moderna. A princípio, a expressão deste liberalismo não partia de um conflito entre as classes sociais, mas sim um sentimento antilusitano, buscando romper com o domínio português. Desta forma, uma vez rompidos os laços, o liberalismo brasileiro

parcial e seletivo, não era incongruente: operava a filtragem dos significados compatíveis com a liberdade intra-oligárquica e descartava as conotações importunas,

¹³⁶ ADORNO, 1988, Op. cit. p. 34.

¹³⁷ WOLKMER, 2003, Op. cit. p. 75.

¹³⁸ ADORNO, Sérgio. Op. cit. p. 161.

¹³⁹ MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2000, p. 10.

isto é, as exigências abstratas do liberalismo europeu que não se coadunassem com as particularidades da nova nação.¹⁴⁰

A historiadora Maria Fernanda Vieira Martins coloca mais luz neste debate ao buscar as principais influências liberais na formação do Estado brasileiro. A autora afirma que o liberalismo no Brasil foi muito influenciado pela perspectiva do francês Benjamin Constant, adepto de uma efusiva defesa da propriedade, restrições ao sistema representativo e da monarquia como mediadora dos conflitos políticos e sociais. De acordo com Martins, estes ideais foram muito bem representados na Constituição de 1824, permitindo uma conciliação entre uma ideologia liberal e os modelos tradicionais da sociedade brasileira, ao mesmo tempo que se afastava de concepções democráticas e de representação política¹⁴¹.

A atenção depositada para a criação destes cursos de Direito demonstrava a necessidade política de formar indivíduos a serem inseridos não somente nas demandas administrativas do Estado, mas iniciá-los no próprio sistema político, ao mesmo tempo em que era exercido um controle sobre as perspectivas ideológicas destes intelectuais, como nos aponta Sérgio Adorno¹⁴². Também é digno de nota a preocupação em preencher os quadros do Estado com profissionais brasileiros, tendo em vista que uma das pautas levantadas em torno da abdicação de Dom Pedro I, era justamente o alto número de portugueses ocupando cargos no funcionalismo público¹⁴³.

De acordo com Carvalho, a educação superior foi o principal elemento que proporcionou uma coesão ideológica para a elite política imperial. A educação superior ajudou a homogeneizar a elite ao proporcionar uma formação em um país em que a imensa maioria da população era analfabeta: de acordo com dados do censo imperial de 1872, tabulados por José Murilo de Carvalho, a alfabetização entre os brasileiros era de 18%, sendo 23% dos homens alfabetizados para 13% das mulheres¹⁴⁴. Deste modo, a elite política possuía uma enorme distância educacional para o restante da população brasileira. Foi a educação superior que ofereceu instrumentos técnicos e teóricos semelhantes a estes sujeitos, dando preferência pela formação de bacharéis de direito e concentrando o ensino primeiramente em Coimbra, e,

¹⁴⁰ BOSI, Alfredo. **A Escravidão entre dois Liberalismos**. Estudos Avançados, v. 2, Universidade de São Paulo, 1988, p. 21.

¹⁴¹ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 63-64.

¹⁴² ADORNO, 1988, Op. cit. p. 88.

¹⁴³ GRAHAM, 1997. Op. cit. p. 271.

¹⁴⁴ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 80.

posteriormente em duas regiões no Brasil, o que proporcionou a criação de redes entre os formandos devido ao isolamento geográfico dos seus núcleos educacionais¹⁴⁵.

Além disso, as faculdades de direito no Brasil buscaram proporcionar uma formação mais pragmática e aberta a novas ideias, contrastando com o isolamento por qual passaram os formados na universidade de Coimbra, que possuía uma perspectiva constituída a partir de um iluminismo português sem caráter libertário¹⁴⁶. Tal formação diversificada era importante para administrar as contradições existentes no Império, um país de constituição liberal e trabalho escravo¹⁴⁷. Para Sérgio Adorno:

As Academias de Direito fomentaram um tipo de intelectual produtor de um saber sobre a nação, saber que se sobrepôs aos temas exclusivamente jurídicos e que avançou sobre outros objetos de saber. Um intelectual educado e disciplinado, do ponto de vista político e moral, seguindo teses e princípios liberais.¹⁴⁸

Entendendo estes sujeitos como fundamentais para a consolidação do Brasil, as discussões a respeito da formação dos bacharéis de direito, assim como as doutrinas por eles aprendidas, não estavam restritas ao meio acadêmico. Existia uma grande disputa política e ideológica travada para além da Academia, tomando corpo nos mais diversos periódicos e institutos, dando uma dimensão pública ao debate. Com isso, a “vida acadêmica proporcionou, por assim dizer, um espaço social institucionalizado, porém aberto, de participação e de lutas políticas, as quais se expressaram no teatro, na literatura e, sobretudo, no jornalismo”, principalmente no caso da Faculdade de São Paulo¹⁴⁹ na qual Antônio Joaquim de Macedo Soares teve sua formação.

A Faculdade de Direito de Olinda, entretanto, teve dificuldades de implementar os projetos pensados para a formação jurídica no Brasil. Sediada no mosteiro de São Bento, a faculdade teve muita influência da Igreja Católica e dos costumes portugueses durante sua existência, distanciando-se pouco da estrutura educacional e do que era difundido na Universidade de Coimbra. A Faculdade de Olinda também contava com uma grave deficiência docente, com um quadro educacional bastante despreparado ou pouco interessado em ensinar. Com isso, a Faculdade de Olinda teve pouca relevância quanto a produção intelectual ao longo de sua existência¹⁵⁰.

¹⁴⁵ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 65.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 84.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 86.

¹⁴⁸ ADORNO, 1988, Op. cit. p. 79.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 158.

¹⁵⁰ SCHWARCZ, 1993, Op. cit. p. 190.

Transferida de Olinda para Recife em 1854, a Faculdade de Direito passou por uma grande transformação quanto aos seus currículos e regimento, apesar de ainda carecer de uma boa infraestrutura. A disciplina e a produção intelectual passaram a ser muito valorizadas, com os integrantes da faculdade procurando distanciar-se da influência religiosa e metafísica que havia imperado em Olinda, buscando desta maneira legitimar o direito atribuindo-lhe um estatuto científico¹⁵¹. Com isso, a partir da década de 1870, a Faculdade de Recife passa por uma grande transformação de suas bases teóricas. Os intelectuais de Recife, no ímpeto de legitimar o direito cientificamente, tomaram distância das ciências humanas e aproximaram-se das ciências naturais, principalmente sob a influência de leituras de autores como Charles Darwin, Herbert Spencer e Arthur de Gobineau¹⁵². A partir deste imaginário, esses intelectuais buscavam atingir o que seria entendido como uma verdade absoluta sobre o mundo baseada na ciência, com o intuito de construir não somente um campo científico, mas principalmente estabelecer as fundações de uma nova nação moderna e civilizada¹⁵³. Para além do que já foi discutido até o momento, é interessante adiantarmos que esta aproximação com as ciências naturais também marcou a trajetória de Macedo Soares, pondo o magistrado a dissertar sobre clima, botânica e saúde, relacionando estes temas com questões sociais e políticas. Veremos isto mais detalhadamente no [Capítulo 2](#) deste trabalho.

A Faculdade de Direito de São Paulo, por sua vez, teve em seus estudantes uma preocupação muito maior com a construção de um saber direcionado a ocupação de cargos políticos e burocráticos do que a consolidação de um campo científico, apesar da formação destes continuar bastante plural. Lilia Schwarcz aponta que de “Recife vinha a teoria, os novos modelos - criticados em seus excessos pelos juristas paulistas; de São Paulo partiam as políticas convertidas em leis e medidas”, demonstrando a afinidade com que os formados em São Paulo exibiam para com a arena política¹⁵⁴. Enquanto em Recife valorizavam-se as ciências naturais, dando bastante espaço para as discussões pautadas na antropologia física; São Paulo mostrava-se mais próxima da filosofia, privilegiando debates sobre lógica e psicologia. Da mesma forma, inspirada pelas correntes deterministas que associavam características biológicas a criminalidade, a Faculdade de Recife criou grande ênfase no direito penal. Por outro lado, bastante interessados pela inserção na estrutura do Estado, os bacharéis de São Paulo

¹⁵¹ SCHWARCZ, 1993, Op. cit. p. 193.

¹⁵² Ibidem, p. 196.

¹⁵³ Ibidem, p. 197.

¹⁵⁴ Ibidem, p.240.

desenvolveram bastante afinidade pelo direito civil, constituindo-se como burocratas, em contraste com os “homens de ciência” do Recife¹⁵⁵.

A conjuntura social e cultural que se constituiu ao redor da formação dos bacharéis em direito, principalmente a intimidade com a imprensa, deixou marcas importantes nestes sujeitos. Os bacharéis criaram extremo apreço pela erudição e pelo intelectualismo. Desta forma, muitas vezes influenciados por ideias europeias, consideravam-se como agentes de uma ordem civilizatória. Contudo, segundo Adorno, os projetos civilizatórios dos bacharéis não se debruçaram sobre a formação da população no geral, mas sim nos grupos sociais dos quais estes originaram-se e nas instituições às quais estavam inseridos¹⁵⁶. O que demonstra que para muitos bacharéis a consolidação do Estado e a manutenção de seus grupos de origem, baseado em sua própria versão do liberalismo, ocupava um lugar prioritário à subversão da ordem social. Entretanto, cabe adiantar que Macedo Soares extrapolava esta concepção, ensaiando também ideias a respeito da população e de seu acesso às instituições.

Além das iniciativas de formação da elite política através da educação superior, outra medida que tomou corpo ao longo do Império no sentido de construir o Estado, foi a circulação geográfica e de funções de funcionários públicos e políticos imperiais. Baseado na tradição portuguesa de fazer a elite política circular de maneira a aumentar seu treinamento, o Império do Brasil adotou uma prática semelhante, buscando equilibrar os regionalismos com o controle do poder central ao transferir com certa regularidade agentes públicos de um lugar para o outro¹⁵⁷.

O sistema judiciário oferecia uma série de oportunidades para que o bacharel que ansiasse pela posição de juiz circulasse entre as províncias. Esta prática também possuía uma forte conotação política, podendo favorecer diversos grupos, deslocando os magistrados de acordo com seus interesses, como por exemplo estabelecer-se em uma região que lhe oferecesse melhores condições eleitorais. Certamente, de acordo com Carvalho, a circulação geográfica estava pautada muito mais em um treinamento de caráter político do que administrativo, sendo que as relações estabelecidas durante este trânsito poderiam ser essenciais na inserção de magistrados e outros agentes da justiça em carreiras políticas¹⁵⁸, o que claramente garantia um caráter de clientelismo para a prática, como será discutido em um [tópico](#) específico no capítulo seguinte. Durante o Império a circulação dos magistrados foi altíssima, o que demonstra a

¹⁵⁵ SCHWARCZ, 1993, Op. cit. p. 240-241.

¹⁵⁶ ADORNO, 1988, Op. cit. p. 160.

¹⁵⁷ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 121.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 122.

importância dada a este sistema, com sua redução ocorrendo apenas nas suas décadas finais, quando havia poucas possibilidades de inserção para os novos bacharéis formados no Brasil¹⁵⁹.

No caso dos presidentes de província, a circulação geográfica era extremamente difundida. Era bastante comum que o político que fosse indicado a presidência de uma província acabasse passando por outras ao longo de sua carreira, em alguns casos chegando ao ponto de alguns indivíduos adquirirem extrema especialização para a função e serem remanejados para regiões que necessitavam de um bom administrador com urgência. Entretanto, isso não era a regra, já que na maioria das vezes o presidente de província ficava poucos meses na função antes de ser substituído por outro, o que novamente demonstra que o aspecto de experiência política era mais relevante naquele contexto, deixando o aspecto administrativo defasado¹⁶⁰.

De tal modo, o intuito de edificar uma elite política para lidar com o aparato burocrático, assumia uma configuração própria voltada para a coesão do sistema político, como aponta Carvalho:

A burocracia imperial não era estamento. Não estávamos num Estado feudal, nem mercantilista. Mas também não era máquina moderna de administrar, pois o sistema industrial de produção que levou a racionalização administrativa para dentro dos modernos Estados capitalistas ainda não se estabelecera entre nós. Mas ela possuía racionalidade própria, cujo sentido era relevante, menos para a administração como tal do que para o sistema político como um todo.¹⁶¹

O imaginário imperial a respeito da formação da elite política, apesar de ser pensado para a modernização do Estado e a efetividade burocrática deste, acabou tomando uma composição própria, criando uma lógica de formar quadros políticos para sustentar o próprio sistema. Em outras palavras, mais do que formar burocratas profissionais, estavam constituindo-se políticos profissionais. Isto gerou disputas intensas por inserção política, por projetos de centralização ou descentralização do Estado e organização institucional.

1.2 Reformas do Poder Judiciário no Império do Brasil

No alvorecer do Império três perspectivas políticas a respeito da forma como o Estado brasileiro deveria se organizar ganharam destaque. Eram os defensores de uma robusta centralização política e administrativa, os que defendiam a autonomia das províncias em relação

¹⁵⁹ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 123.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 124.

¹⁶¹ Ibidem, p. 164.

ao governo central e os que defendiam não a autonomia, mas sim a independência das províncias brasileiras. Estas vertentes políticas buscaram efetivar seus projetos principalmente a partir da organização judiciária do Império¹⁶², o que levou a uma série de reformas quanto a esta questão, mexendo na balança política do Estado brasileiro através das funções de sua burocracia. Deste modo, de acordo com Ricardo Freitas, “a disputa em torno da organização judiciária do Brasil imperial resultou num exacerbado confronto político que, no longo prazo, culminou com a vitória da facção mais próxima do ideal centralizador”¹⁶³. Como estamos vetorizando o reformismo imperial através de um juiz de direito, nos cabe aqui fazer uma discussão sobre estas reformas ao longo do tempo, relacionando-as principalmente com suas implicações políticas, buscando entender como elas alteraram a relação de centralização e descentralização do Estado, bem como o papel que a magistratura ocupou neste processo, para então dialogar com Antônio Joaquim de Macedo Soares. Todavia, é importante colocarmos que estas disputas entre projetos centralizadores e descentralizadores do poder são apenas um dos diversos processos de importância política ao longo do Império, não devendo ser vistas como a única dinâmica que norteou os conflitos daquele sistema político.

A lei de 29 de novembro de 1832, também conhecida como o Código do Processo de Primeira Instância¹⁶⁴, foi fortemente influenciada pelos membros do Partido Liberal, possuindo como seu objetivo político a descentralização do controle do Estado. Com isso, o novo Código fortaleceu as autoridades judiciais locais, colocando a municipalidade como “base da organização judiciária nacional”¹⁶⁵. O principal ator a ganhar novos papéis neste projeto foi o juiz de paz, que passou a ter uma grande amplitude de poderes e funções, indo desde a manutenção e controle da ordem pública, efetuar prisões e aplicar multas, até julgar casos de crimes com penas menores dentro da municipalidade¹⁶⁶. Outra função importante assumida pelo juiz de paz era participar da composição da lista de integrantes do júri, que de acordo com Gizlene Neder, constituiu-se como uma instância muito baseada na *Common Law* de tradição anglo-saxã, bastante difundida no Brasil através da maçonaria¹⁶⁷. Um dos motivos da figura do

¹⁶² FREITAS, Ricardo. **Luzias e Saquaremas em confronto: A organização judiciária como problema político no Brasil imperial**. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 7, no.1, janeiro-abril, 2015, p. 136.

¹⁶³ Ibidem, p. 137.

¹⁶⁴ BRASIL, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. **Lei de 29 de Novembro de 1832**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em: 24/12/2018.

¹⁶⁵ FREITAS, 2015, Op. cit. p. 138.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 140.

¹⁶⁷ NEDER, 2016, Op. cit. p. 70.

juiz de paz ter exercido tanto peso por parte dos liberais, era devido ao fato de a escolha para este cargo ser feita através de eleições. Desta maneira:

A singularidade das eleições de magistrados pelas assembleias primárias resultou no esforço do Parlamento brasileiro de dotar o país de instituições liberais capazes de regular a influência do poder central. A eleição pareceu aos parlamentares o instrumento mais adequado a esse fim. As magistraturas eleitas converteram-se assim, em mandatos populares, cuja finalidade consistia, em princípio, na afirmação das forças locais diante do Estado¹⁶⁸.

A princípio a eleição para juiz de paz estava pautada na Constituição de 1824, estabelecendo que seriam utilizados nestas os mesmos critérios definidos para a eleição de vereadores. Entretanto, imprecisões e ausências quanto aos critérios das eleições destes últimos levaram a vários problemas nos processos eleitorais, em que cada localidade adotava termos diferentes para a realização dos pleitos. Este fato trouxe diversas preocupações para os políticos imperiais no que dizia respeito à organização do Estado, por conta da instabilidade que tal conjuntura poderia proporcionar em processos de centralização ou descentralização política, por exemplo. Segundo Adriana Campos e Ivan Vellasco:

A partir de então, os legisladores passaram a discutir projetos para disciplinar a política local, desde os conselhos provinciais e as câmaras municipais até as magistraturas eleitas, como júri e juizados de paz. Tratava-se de processo legislativo marcado pelo ímpeto da elite brasileira em avançar em direção ao liberalismo político, que se expressou fortemente no plano institucional, por meio da criação de órgãos eletivos.¹⁶⁹

Todavia, precisamos ponderar o caráter democrático que Campos e Vellasco enxergam neste processo. Como discutimos, o liberalismo no Brasil adaptou-se muito bem à hierarquização social, incorporando as restrições à cidadania e afastando-se de concepções emancipadoras, principalmente aquelas que poderiam violar a propriedade. O que se depreende desta discussão é que os liberais defendiam que os instrumentos eletivos funcionassem de forma coerente e coesa no Império para a efetivação dos projetos de descentralização política, ao mesmo tempo que tal processo antagonizaria a intervenção do governo central nas liberdades individuais. Ricardo Freitas argumenta que “no esquema liberal e federalista, o Juiz de Paz seria a própria encarnação do poder local, da comunidade política gerenciando sua existência e

¹⁶⁸ CAMPOS, Adriana Pereira; VELLASCO, Ivan. Juizes de paz, mobilização e interiorização da política. In: CAMPOS, Adriana Pereira; CARVALHO, José Murilo de (Orgs). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 379.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 382.

dirigindo seus próprios destinos”¹⁷⁰. As eleições para os juizados de paz foram regulamentadas em 1827, apesar de ainda não haver regras bem definidas para a eleição dos vereadores, que não nos cabe debater aqui, o que proporcionou o suporte necessário para a implementação da já referida reforma do Código do Processo de Primeira Instância em 1832¹⁷¹.

Para Campos e Vellasco, a implementação dos juizados de paz conferiu dois elementos importantes na conjuntura política da época. Primeiro era a ampliação do acesso à participação política da população, permitindo que votantes participassem do processo de escolha dos juízes de paz. Resumidamente, o processo eleitoral durante a maior parte do Império funcionava a partir de critérios censitários, com dois graus de participação, sendo o primeiro deles o votante. Este, qualificado para o exercício do voto, poderia escolher os sujeitos que participariam do segundo grau, os eleitores, qualificados a partir de critérios censitários mais altos, que por sua vez escolheriam a maioria dos cargos políticos nas eleições¹⁷². Aprofundaremos esta questão sobre acesso à cidadania em um [tópico](#) adiante. Com a participação dos votantes no processo eleitoral dos juízes de país, abria-se espaço para a participação de mais pessoas no processo e os colocava como novos atores políticos. O segundo ponto destacado por Campos e Vellasco é justamente o enfraquecimento pelo qual as câmaras municipais passaram neste processo, com as diversas atribuições coercitivas e jurídicas legadas aos juízes de paz e em maior medida para outras instâncias da burocracia imperial¹⁷³. . Claro que o que estava em jogo nestes projetos não era propriamente a participação popular e democrática nestes processos, como já apontamos, mas sim a manutenção do controle das elites regionais sobre suas localidades.

Políticos liberais moderados e conservadores, encabeçaram a criação do Ato Adicional (lei nº 16 de 12 de agosto de 1834)¹⁷⁴, que era compreendido como uma iniciativa importante para a preservação da unidade nacional, considerando o conturbado período regencial. O Ato Adicional atribuiu às Assembleias Provinciais o poder para organizar o Judiciário, o que gerou um processo de enfraquecimento das localidades no conjunto político. Apesar de ainda contar com o objetivo de fazer prevalecer uma ordem federalista, garantindo autonomia às províncias,

¹⁷⁰ FREITAS, 2015 Op. cit. p. 140.

¹⁷¹ CAMPOS; VELLASCO, 2011, Op. cit. p. 382.

¹⁷² Cf. CARVALHO, José Murilo de. A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930. In: CAMPOS, Adriana Pereira; CARVALHO, José Murilo de (Orgs). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹⁷³ CAMPOS; VELLASCO, 2011, Op. cit. p. 385.

¹⁷⁴ BRASIL, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. **Lei nº 16 de 12 de Agosto de 1834**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm. Acesso em: 24/12/2018.

o Ato Adicional, de acordo com Ricardo Freitas, foi uma ação importante na direção da centralização política no médio prazo¹⁷⁵.

O juiz de paz, que havia saído bastante fortalecido com o Código do Processo de Primeira Instância, sofreu um baque com o novo Ato Adicional. Muitas de suas atribuições foram transferidas para os juízes de direito, com formação superior no campo do direito, que naquele momento estavam sob responsabilidade do poder provincial. As províncias, por sua vez, foram dotadas do poder de organizarem suas forças policiais e remanejar os cargos judiciais criando novos ou extinguindo os já existentes. Os liberais mais radicais, contrários à reforma, “ressaltavam em defesa das amplas competências do Juiz de Paz e do Júri que o preparo técnico do magistrado era menos importante que sua vinculação à comunidade a qual pertencia”¹⁷⁶. O argumento era de que a formação jurídica não teria bom uso se o magistrado fosse apenas um funcionário do governo, sujeito às condições impostas pelo mesmo. De tal modo, seria muito mais eficaz eleger um sujeito capaz para a função na própria comunidade, garantindo, idealmente, maior imparcialidade e lisura nas decisões pelo caráter temporário da função. Os conservadores e liberais moderados, adeptos a esta reforma, por outro lado, acreditavam na necessidade de valorizar a constituição de uma boa legislação e o fortalecimento do direito, entendendo que no estágio organizacional do país naquele momento, carecia destas iniciativas, colocando a experiência e os laços locais em segundo plano. Assim, Ricardo Freitas coloca que:

Por tal razão, os liberais moderados e conservadores postulavam a reforma do Judiciário com a finalidade de assegurar o que consideravam ser um sadio equilíbrio entre o federalismo – por vezes concebido equivocadamente como defesa da confederação de Estados – e o unitarismo – por vezes confundido com centralismo exacerbado. Em suma, na opinião dos liberais moderados o desafio consistia em assegurar um nível razoável de descentralização política que, por um lado, não compromettesse a unidade nacional e, por outro, não sacrificasse inteiramente a autonomia provincial.¹⁷⁷

Esta posição, como podemos ver, levou os liberais moderados a desconfiar do projeto de descentralização máxima do poder judicial e consequentemente política, defendida pelos seus colegas liberais autênticos e radicais, devido a possibilidade de fragmentação política que isto poderia significar para o país. Sendo a conservação da unidade do Estado Imperial uma das principais preocupações do período, as posições favoráveis à centralização política começam a ganhar mais espaço, no que ficou conhecido como o “Regresso Conservador”¹⁷⁸.

¹⁷⁵ FREITAS, 2015, Op. cit. p. 143.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 145.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 145-146.

¹⁷⁸ Ibidem, p. 146.

A Lei de Interpretação ao Ato Adicional (lei nº 105 de 12 de maio de 1840)¹⁷⁹, encabeçada pelos conservadores, estabeleceu medidas a partir de uma perspectiva de que as elites locais representavam um perigo contra a unidade nacional. Desta forma, o primeiro passo foi diminuir o poder provincial em favor do poder central. Os favoráveis a lei de Interpretação argumentavam que a autonomia dada às províncias em relação a organização judiciária, oferecia perigo a unidade imperial, já que as mudanças no sistema judiciário estariam supostamente sujeitas a caprichos políticos regionais¹⁸⁰. Para Ricardo Freitas, “as forças conservadoras acreditavam sinceramente que sem o controle do aparelho repressivo estatal (magistrados, promotoria e polícia) o país estaria sempre sujeito aos rompantes separatistas como aqueles que se verificaram no período regencial”¹⁸¹.

Contudo, Adriana Pereira Campos e Ivan Vellasco oferecem uma perspectiva um pouco diferente, argumentando que “a esfera política não reproduzia necessariamente o poder privado e sua capacidade de gerar dependências e lealdades”¹⁸², ou seja, o poder das elites locais não era sintomático no resultado dos processos eleitorais. Estes autores verificaram uma participação popular bastante difundida nos processos eleitorais de juizados de paz, proporcionando uma expansão e interiorização da atividade política que envolvia muitos homens comuns. Em muitos casos, por exemplo, o número de votos aos concorrentes do pleito era inversamente proporcional às propriedades e bens do concorrente, demonstrando que pelo menos o poder material não era determinante para o resultado de uma eleição¹⁸³. Para Campos e Vellasco, na conjuntura do final da década de 1830, o movimento do Regresso Conservador “intensificou a campanha de responsabilização do juiz de paz tanto pelo desregramento da justiça quanto por sua suposta submissão aos poderes locais”¹⁸⁴.

Em fins de 1841 o Código de Processo de 1ª Instância passou por uma reforma através da lei nº 261 de 3 de dezembro daquele ano¹⁸⁵, consolidando um dos maiores marcos da centralização política imperial. Um dos principais argumentos utilizados pelos conservadores em favor da proposta apontava para a parcialidade dos jurados e juízes de paz. Criticavam que os juízes de paz não possuíam necessariamente uma formação jurídica normativa, o que

¹⁷⁹ BRASIL, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. **Lei nº 105 de 12 de Maio de 1840**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM105.htm. Acesso em: 24/12/2018.

¹⁸⁰ FREITAS, 2015, Op. cit. p. 147.

¹⁸¹ Ibidem, p. 148.

¹⁸² CAMPOS; VELLASCO, 2011, Op. cit. p. 396.

¹⁸³ Ibidem, p. 398-399.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 400.

¹⁸⁵ BRASIL, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. **Lei nº 261 de 03 de Dezembro de 1841**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm. Acesso em: 24/12/2018.

prejudicaria sua atuação, que por sua vez não seria muito zelosa, já que não eram remunerados e acabavam exercendo outras atividades concomitantemente com as atribuições de juiz. Por sua vez, o júri possuía forte influência dos poderes de sua localidade e reunia-se muito espaçadamente¹⁸⁶. Entretanto, Campos e Vellasco apontam que as “justificativas que insistiam na incompetência e corrupção dos juízes de paz eram claramente elitistas, quando não abertamente anti-democráticas, o mesmo se aplicando ao sistema de júri e seus supostos empecilhos ao andamento da justiça”¹⁸⁷, o que indica a forte tendência política da reforma em estabelecer argumentos em favor da centralização política. De qualquer maneira, de acordo com Gizlene Neder

o juiz de paz perdeu seu poder local (que era basicamente rural), pois ficou asfixiado pela autoridade policial, que passou a exercer funções policiais e judiciais. Ao mesmo tempo, os juízes municipais perderam vínculo com as câmaras e o júri foi esvaziado de suas atribuições de justiça popular¹⁸⁸.

A Reforma de 1841 estabeleceu a subordinação dos chefes de polícia ao poder central, sendo escolhidos entre desembargadores e juízes de direito e nomeados pelos presidentes de província ou diretamente pelo imperador. Com isso, as forças policiais obtiveram um fortalecimento bastante sólido, com a possibilidade de ser atribuído aos chefes de polícia a prerrogativa de julgar crimes menores, causando um esvaziamento do Poder Judiciário. Em relação ao júri, os critérios censitários para a sua qualificação aumentaram, além da responsabilidade da feitura das listas ter sido atribuída também ao chefe de polícia, o que contribuiu para a elitização na composição do corpo de jurados¹⁸⁹. Os juízes municipais e de direito passaram a ter obrigatoriedade de formação jurídica, sendo nomeados ou demitidos diretamente pelo Imperador. Além disso, os juízes de direito para serem nomeados como tal, necessitavam ter atuado como juízes municipais, de órfãos ou promotores anteriormente, demonstrando experiência na prática jurídica¹⁹⁰. Entretanto, apesar da obrigatoriedade da formação jurídica para o exercício da magistratura, na prática o desempenho do judiciário dava-se de maneira mais complexa. Mesmo nomeando-se um bacharel formado para um cargo na magistratura, isso não garantia que aquela função estivesse o tempo todo ocupada por um sujeito

¹⁸⁶ FREITAS, 2015, Op. cit. p. 148.

¹⁸⁷ CAMPOS; VELLASCO, 2011, Op. cit. p. 400.

¹⁸⁸ NEDER, 2016, Op. cit. p. 70.

¹⁸⁹ FREITAS, 2015, Op. cit. p. 149.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 150.

com formação jurídica. Os pedidos de afastamento para diversos fins eram corriqueiros, deixando suplentes sem formação jurídica ou interesse pela função no exercício do cargo¹⁹¹.

A Reforma de 1841, desta maneira, garantiu grandes poderes ao governo central, possibilitando que o Imperador exercesse controle tanto das forças policiais quanto da magistratura. Com isso, o Estado brasileiro passava a ser extremamente centralizado, com o poder central ramificando-se em todas as localidades. Nas palavras de Gizlene Neder:

A centralização monárquica, realizada de cima para baixo, estabeleceu, portanto, as condições para que o governo imperial pudesse combinar certa estabilidade política com práticas autoritárias, mesmo que informadas por um discurso político e jurídico que se pretendia moderno e constitucionalista.¹⁹²

Todavia, de acordo com Adriana Campos e Ivan Vellasco, o controle quase que total do poder central quanto às nomeações de delegados e magistrados de carreira não significaram uma supressão da influência dos poderes locais. Ao contrário, Campos e Vellasco apontam que foi justamente esta posição do poder central que “efetivamente introduziram na crônica judicial a decisiva influência dos poderosos locais na nomeação e indicação de cargos e carreiras”¹⁹³. Exploraremos esta questão com maior profundidade no próximo [capítulo](#) deste trabalho, quando abordarmos as redes de influência exercidas pelos magistrados ao longo do Império.

Desde a Reforma de 1841, a defesa de novas reformas que dessem continuidade à modernização das instituições judiciárias continuou em pauta, principalmente por parte dos liberais, que assumiram a sua posição histórica em direção a descentralização política. Entretanto, a nova grande reforma do Poder Judiciário ocorrida em 1871, tomou corpo no gabinete do conservador José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, assim como outras pautas historicamente defendidas pelos liberais que tornaram-se legislações pelas mãos dos conservadores¹⁹⁴, como por exemplo as reformas no estatuto da escravidão através da Lei do Ventre Livre, como já discutimos na introdução deste trabalho.

A Reforma Judiciária de 1871, na forma da Lei nº 2033 de 20 de setembro de 1871¹⁹⁵, caminhou muito em direção à profissionalização da carreira dos magistrados e na autonomia do Poder Judiciário, além de diferenciar as funções policiais e judiciárias, que encontravam-se

¹⁹¹ SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. **Brasil Imperial: o poder de Estado exercido através da administração judiciária**. X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Santa Maria - RS, 2010, p. 7.

¹⁹² NEDER, 2016, Op. cit. p. 71.

¹⁹³ CAMPOS; VELLASCO, 2011, Op. cit. p. 400.

¹⁹⁴ NEDER, 2016, Op. cit. p. 108.

¹⁹⁵ BRASIL, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. **Lei nº 2033 de 20 de Setembro de 1871**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2033.htm. Acesso em: 24/12/2018.

amalgamadas desde a Reforma de 1841. A profissionalização dos magistrados era uma demanda de vários elementos da sociedade imperial, inclusive de muitos profissionais do direito, que encontravam dificuldades de inserir-se na política ou na burocracia devido ao acúmulo de funções dos magistrados já inseridos nestes campos. Com a nova reforma, as possibilidades dos magistrados em acumular cargos políticos e administrativos eram reduzidas, criando oportunidade para que indivíduos que não estavam inseridos na estrutura estatal pudessem disputar cargos políticos. E era justamente esta politização da magistratura que apresentava diversos problemas à administração da justiça, já que diversos juizados ficavam desfalcados quando seus juízes se ausentavam para ocupar funções políticas¹⁹⁶.

Uma extensa discussão a respeito da forte presença de magistrados ocupando cadeiras na Câmara e no Senado, assim como outros profissionais do direito, aconteceu ao longo dos anos 1850, com seus críticos alegando a falta de representação de outras categorias profissionais dentro do Legislativo¹⁹⁷. Aqui é interessante observarmos como os poderes constitucionais se dividiam no Império. Ao mesmo tempo em que um sujeito ocupava um cargo no Poder Judiciário, poderia ser eleito para participar do Legislativo, não havendo delimitações bem definidas a respeito da separação e independência dos poderes, mesmo que a Constituição Imperial estivesse embasada nestas concepções. Uma das justificativas levantadas pelos defensores da presença dos magistrados na política passava pela sua formação. A sua educação superior e a experiência de transitar em diversos cargos administrativos proporcionaria aos magistrados maiores condições de exercer funções legislativas, assim como lhes dava um instrumental político bastante forte¹⁹⁸.

Para Antônio Carlos Wolkmer, um dos principais motivadores das forças liberais em criar reformas no sentido da organização judiciária brasileira, provém da conduta que os magistrados atuantes no Brasil carregavam do sistema colonial. A magistratura estava acostumada com uma morosa administração da justiça, baseada em sua posição privilegiada como elite, acumulando e concentrando cargos políticos e funções públicas¹⁹⁹. Todavia, quando localizamos este processo no reformismo imperial dos anos 1870, vemos motivações diferentes ou pelo menos mais urgentes das apontadas por Wolkmer. Como discutimos na introdução, o período estava marcado pela necessidade de modernização do Estado e ampliação de suas atribuições junto a sociedade, em um processo encabeçado pelo Conselho de Estado e

¹⁹⁶ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 175.

¹⁹⁷ Ibidem, p. 177.

¹⁹⁸ Ibidem, p. 178.

¹⁹⁹ WOLKMER, 2003, Op. cit. p. 87.

incentivado pelo imperador Dom Pedro II. Por mais que o apontamento de Wolkmer tenha seus fundamentos, o que inclusive é reforçado por José Murilo de Carvalho ao identificar as ocupações profissionais dos políticos do Império, não eram necessariamente o acúmulo de cargos ou a pressão dos bacharéis de direito as maiores fontes de combustível para esta reforma judiciária, mas sim o próprio ímpeto reformista do Império. Desta forma, apesar da Reforma Judiciária de 1871 instituir diversas medidas que reduziram o controle do poder central, como por exemplo a possibilidade dos juízes de direito nomearem os promotores para os termos, possibilitando uma diluição do controle quanto a nomeação de cargos e maior autonomia dos magistrados, o objetivo de seus propositores estava mais direcionado à eficiência da máquina judiciária do que a descentralização política em si ou o fortalecimento de potentados locais²⁰⁰.

Os juízes de paz, que tiveram diversas de suas atribuições diminuídas ao longo do Segundo Reinado, recuperaram alguns de seus poderes na Reforma de 1871, atendendo à pressão feita pelos liberais. Ao juiz de paz coube a intervenção em resolução de conflitos cíveis que envolvessem quantias de 100 mil-réis, o que geralmente envolvia relações entre proprietários e trabalhadores livres. Além disso, como citamos anteriormente, com esta reforma os poderes policial e judicial foram mais bem diferenciados e autonomizados. Ficava a cargo das forças policiais organizarem os inquéritos como antecedentes do processo penal, que seria concluído no âmbito da justiça, uma separação que era bastante nebulosa nos tempos anteriores a esta reforma²⁰¹.

Contudo, as agendas liberais e conservadoras continuaram em conflito quanto às especificidades da Reforma. Enquanto os setores liberais defendiam a ampliação da autonomia do Poder Judiciário, o que já havia se constituído como uma pauta histórica, os conservadores temiam que uma ampliação muito grande diminuiria o controle do governo central quanto a administração da justiça, o que descentralizaria o poder político. Desta maneira, a figura do juiz de direito saiu fortalecida, sendo sua função compreendida como uma garantia dos direitos individuais em frente às forças policiais²⁰².

As reformas judiciárias ao longo do Império mexeram muito na balança política, entendendo que não só o direito, mas principalmente os sujeitos ligados a ele, exerceram muita influência em todas as relações de poder daquela sociedade. Na próxima seção, analisaremos estas questões envolvendo a justiça, o direito, a administração e a política imperial através da

²⁰⁰ NEDER, 2016, Op. cit. p. 110

²⁰¹ CERQUEIRA, Gabriel Souza. **Reforma Judiciária e administração da justiça no Segundo Reinado (1841-1871)**. Dissertação (Mestrado em História). Orientadora: Keila Grinberg. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 84.

²⁰² Ibidem, p. 85.

ótica de Macedo Soares, buscando compreender como ele se posicionava perante esta conjuntura e como suas posições podem oferecer novas perspectivas sobre o período.

1.3 Os papéis da magistratura, da justiça e do Estado para Antônio Joaquim de Macedo Soares

“E, se preciso fôr, vá o Juiz, e não cobre custas. Saiba ser Juiz, o pai dos orphãos, o protector dos pobres, que n’isso está o carater sagrado, o sacerdocio do seu altissimo ministerio”.

Antônio Joaquim de Macedo Soares, 1874

O trecho acima faz parte do texto “Arrolamento das pequenas heranças no Juízo de Orphãos”, escrito por Antônio Joaquim de Macedo Soares, para o 4º volume da revista *O Direito*, publicada em 1874. Neste texto, Macedo Soares discorre sobre uma questão levantada pelo juiz de órfãos da vila de Garanhuns, Manoel Lopes da Cunha Maciel, em que este magistrado questionava se quando em um arrolamento houvesse poucos bens, seria dever do juiz partilhá-los ou não. De acordo com Macedo Soares, Cunha Maciel contestou em um artigo a posição do juiz de direito de sua comarca, Antônio Manuel de Medeiros Furtado, que decidiu em sentença a favor dos arrolamentos nestes casos. A partir daí, Macedo Soares escreve sobre este artigo, assumindo uma posição crítica a respeito de Cunha Maciel e aproximando-se da decisão de Medeiros Furtado. Para contestar a posição de Cunha Maciel, primeiramente Macedo Soares utilizou o exemplo de um processo em que ele mesmo participou, quando juiz de órfãos de Araruama, na província do Rio de Janeiro, para depois utilizar várias legislações pertinentes ao tema para argumentar contra o juiz de órfãos de Garanhuns.

No processo de arrolamento julgado por Macedo Soares, o magistrado em questão não só encaminhou a partilha dos bens, como ele e o escrivão abriram mão de seus honorários devido à condição paupérrima das partes envolvidas. Nisso, Macedo Soares escreve que era dever do juiz fazer o inventário sob qualquer circunstância e que no caso dos pobres deveria fazê-lo “mais depressa e mais barato ainda que o dos ricos”²⁰³. Esta obrigação, de acordo com Macedo Soares, era devido ao fato de que somente um juiz e as outras autoridades competentes poderiam partilhar os bens depois de um arrolamento. Caso contrário, sem a participação daqueles qualificados para tal, como os bens haveriam de ser partilhados? Não haveria rigor no

²⁰³ MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Arrolamento das pequenas heranças no Juízo de Orphãos**. Revista O Direito. Ano 2, volume 4. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1874, p. 248.

procedimento, que seria assim legado às próprias partes que recorriam à partilha e deste modo a divisão estaria sujeita ao acaso ou até mesmo à força, não caracterizando um desfecho satisfatório e pautado na justiça.

Na decisão inicial de Cunha Maciel no juizado de órfãos de Garanhuns, os bens das partes no processo de arrolamento haviam sido mantidos em comunhão. Para Macedo Soares era uma decisão merecedora de crítica, já que estes mesmos bens já se encontravam em comunhão antes de qualquer decisão, o que tornaria esta sentença sem sentido. Portanto, qual seria a função de um processo de arrolamento que não terminasse em partilha? Ou, ainda, que mantinha os envolvidos na condição anterior à abertura do procedimento? Macedo Soares ressaltava inclusive a importância do cumprimento das solenidades adequadas, que não haviam sido efetuadas pelo juiz de órfãos de Garanhuns.

Legalmente, de acordo com Macedo Soares, os bens em comunhão estariam sob posse do inventariante enquanto um processo de arrolamento estivesse em andamento. Com a partilha não se concretizando, o inventariante manteria o controle dos bens, o que impediria que os herdeiros envolvidos exercessem o seu direito de uso. Portanto, no seu entendimento, a decisão de Cunha Maciel em não proceder pela partilha prejudicava diretamente os envolvidos e fugia do que era esperado de um juiz. Isto porque a herança era um dos meios de transmissão de propriedade, sendo somente através de uma partilha efetuada com os devidos ritos e agentes capacitados, que cada herdeiro adquiriria os títulos de sua parte. Macedo Soares inclusive fazia a ressalva que a divisão de bens, por mais modestos que fossem, era essencial já que para “herdeiros pobres, uma cadeira, uma roça de mandioca, um rodete, uma vacca, uma caixa de pinho, são bens de certa valia”²⁰⁴.

É interessante observarmos que, mesmo que Macedo Soares não tenha se referido diretamente a isso, a cidadania e a participação política no Brasil imperial estavam diretamente ligadas à propriedade. Os cidadãos exerciam o voto de acordo com os seus rendimentos, sendo que uma renda maior abria maiores possibilidades políticas. Políticos como Antônio Rebouças defenderam abertamente que a propriedade fosse o critério fundamental para o exercício da cidadania, sendo a única prova das virtudes e qualidades de um cidadão²⁰⁵. Com isso, o lembrete de Macedo Soares quanto à propriedade pode ser uma questão que vai além da necessidade de partilhar os poucos bens entre pessoas empobrecidas, mas sim, mesmo que inconscientemente, uma garantia de que a transmissão da propriedade em algum momento proporcionasse o suporte para o exercício da cidadania e de direitos políticos. Voltaremos a este debate mais [adiante](#).

²⁰⁴ MACEDO SOARES, 1874 (A), Op. cit. p. 248.

²⁰⁵ MATTOS, 2000, Op. cit. p. 47.

Outra possibilidade está ligada justamente ao reformismo imperial e o entendimento que Macedo Soares fazia deste processo. Para ele, era fundamental que o Estado prestasse assistência à população, inclusive, se necessário, mediando suas relações pessoais. O Estado estaria aqui cumprindo um papel patriarcal, mas não em uma lógica baseada em relações e favores pessoais, mas sim pautado na letra da lei. Ou seja, ao mesmo tempo em que se mantinha um caráter patriarcal, este patriarcalismo era inserido dentro de uma lógica de modernização do Estado. O juiz era então, neste caso, o agente responsável por garantir esta assistência patriarcal de maneira institucionalizada. Nossa interpretação, em certa medida, vai de encontro com o que defende Richard Graham, em que os magistrados no Império exerciam grande influência política e social ao cumprirem um papel de intermediadores entre o poder central, os poderes locais e a população²⁰⁶.

Voltando à possibilidade de um juiz não fazer um arrolamento de pequenas heranças, que envolveria diretamente pessoas pobres, Macedo Soares desenha três possibilidades, recheadas de ironia, fazendo referência à decisão de Cunha Maciel de não realizar a partilha de bens:

Ou o inventariante os reparte se quizer, quando e como quizer: o que importa a negação do direito hereditário dos pobres;
Ou os herdeiros carregão o que podem: solução absurda, que consagra o direito da força;
Ou é a autoridade publica quem faz a partilha: é o Juiz, (Ord. Liv. 1º Tit. 88 § 4º), quando ha orphãos (Liv. 4º Tit. 96) em geral.²⁰⁷

Obviamente, no entendimento de Macedo Soares, somente a terceira alternativa era a correta no que dizia respeito às partilhas: que era um dever do juiz fazê-las, que seu papel não estava delimitado pela vontade de dar encaminhamento ou não para um processo, mas sim pelo rigor da lei, como funcionário do Estado. Para isso o magistrado ancorou-se nas Ordenações Filipinas, em que o primeiro trecho citado obriga o juiz de órfãos a inventariar todos os bens de um falecido que tenha deixado herdeiros menores de idade. No caso das Ordenações Filipinas, a maioria dava-se a partir dos 25 anos de idade, sendo que esta havia sido reduzida para os 21 anos em legislação posterior. De qualquer maneira, o que vale ressaltar é que ficava incumbido ao juiz de órfãos, ao tabelião e ao escrivão, inventariar os bens deixados e identificar sua localização, fossem estes materiais ou imateriais, como no caso de dívidas. No segundo trecho citado das Ordenações, o título 96, são dadas diversas diretivas sobre como lidar com

²⁰⁶ GRAHAM, Richard. 1997, Op. cit. p. 272.

²⁰⁷ MACEDO SOARES, 1874 (A), Op. cit. p. 249.

heranças, mas nenhuma que oriente para a não realização de um arrolamento por pobreza ou a existência de poucos bens a serem herdados. Portanto, não caberia ao juiz recusar a execução de um arrolamento, o que, de acordo com a seleção de legislações feita por Macedo Soares, invalidaria a decisão de Cunha Maciel de não levar adiante o processo e deixar os bens em comunhão.

Na argumentação de Antônio Joaquim de Macedo Soares, fica evidente que o problema com a decisão de Cunha Maciel não se dava somente quanto a uma interpretação das leis, já que estas não davam suporte para a decisão do juiz de órfãos de Garanhuns. A questão era principalmente a respeito de uma posição ética quanto ao que significava ser um juiz, que estaria em desacordo com o que era esperado de um funcionário público moderno de acordo com os papéis delimitados pelo Estado. Desta forma, as legislações invocadas por Macedo Soares serviam como base para uma argumentação pautada em questões jurídicas, mas que objetivavam levantar um debate moral de qual eram as obrigações a serem desempenhadas pelos juízes em sua função pública. Para este magistrado, Cunha Maciel tratava uma partilha como uma função indigna para um juiz, até mesmo repugnante, fazendo as seguintes perguntas a respeito da conduta do juiz de órfãos de Garanhuns: “É por ventura alguma cousa indecorosa o officio de partidor? Á parte a graduação das attribuições para mais ou menos importantes, não é um officio de justiça como o de Juiz, ou outro qualquer?”²⁰⁸.

Outro elemento que podemos perceber naquele trecho é uma concepção de direito de Macedo Soares. Ao apresentar aquelas três possibilidades, a única válida é aquela pautada na lei escrita, ou seja, no direito positivo, negando assim qualquer decisão que se baseasse em categorias do direito que não fossem as institucionais, como o “direito da vontade” e o “direito da força”. Desta maneira, Macedo Soares marcou uma posição muito próxima da institucionalidade, afastando a função do juiz da utilização de formas de direito não respaldadas por uma institucionalidade moderna. Contudo, vale ressaltar que esta questão é mais complexa. Percebemos ao longo das fontes uma miscelânea de vertentes do direito utilizadas por Macedo Soares, todavia, sempre respaldadas pela lei ou pela doutrina.

O argumento de Cunha Maciel para não efetuar o arrolamento de bens, de acordo com Macedo Soares, estaria embasado no Regimento das Custas Judiciárias, em que supostamente não estariam definidos os emolumentos dos juízes de órfãos, portanto não estariam obrigados a executar tais funções. O juiz de órfãos de Garanhuns argumentava ainda que o Regimento separava as funções do partidor e do juiz, sendo este último responsável apenas por rever e

²⁰⁸ MACEDO SOARES, 1874 (A), Op. cit. p. 249.

julgar os arrolamentos. Contudo, Macedo Soares contra argumentou que o próprio Regimento das Custas Judiciárias não dava sustentação para a “douta opinião” de Cunha Maciel. Segundo Soares, o regimento em questão ainda estaria submetido às Ordenações Filipinas, que atribuíam ao juiz a obrigação de efetuar a partilha de bens²⁰⁹.

Desta forma, chegamos a epígrafe que selecionamos para esta seção. Para Macedo Soares, o exercício da magistratura em um juizado de órfãos vinha acompanhada de uma série de deveres morais. A função de um juiz não deveria ser pautada em ganhos financeiros, mas sim na assistência que este era capaz de proporcionar aos desfavorecidos. Nisto repousava o que Soares identificava como um caráter sagrado da magistratura, ou seja, um certo altruísmo inerente à função e a efetuação da justiça. Dito isso, Macedo Soares ia além, afirmando que aquele que não exercia magistratura pautado em tais preceitos, estaria garantindo a inutilidade da função. Para ele, o juiz necessitava estar incondicionalmente associado à justiça, não ao dinheiro, o que neste caso nos leva a compreender que a justiça à qual Macedo Soares fazia referência não era somente aquela pautada na lei, mas também uma justiça de caráter moral, ideal, que levaria em conta questões sociais. Portanto, era fundamental para a consolidação estatal que os juízes estivessem alinhados com estes valores defendidos por Macedo Soares. Era através de instituições como o Judiciário que o Estado teria capacidade de atender à população, atingindo estas virtudes sociais e civilizando o país.

Por fim, Macedo Soares sinalizou que a decisão de Antônio Manuel de Medeiros Furtado, juiz de direito da comarca de Garanhuns, que havia sentenciado contra a decisão de Cunha Maciel, havia sido bastante acertada. De tal maneira, Soares encaminhava sua conclusão com os seguintes questionamentos:

Como é que o Juiz ha de arrecadar e acautelar o quinhão dos orphãos, se não fizer a partilha dos bens arrolados? Grande ou minima, consiste em dinheiro, moveis, terras ou dividas activas, a quota dos orphãos tem destino legal. O dinheiro vai recolhido ao cofre; o movel é vendido em praça; o immovel, arrendado, ou aproveitado de outra melhor forma; o titulo de divida, carregado ao tutor, que se incumba da cobrança. Ora, que destino dará o Juiz a uma quota não discriminada? e que outro meio de discriminá-la senão a partilha, pela qual se adjudica cada cousa a cada herdeiro?²¹⁰

Neste trecho, Macedo Soares realizou uma síntese daquilo que discorrera até então: que era obrigação do juiz realizar a partilha, pois esta era fundamental às partes, principalmente as que se encontravam em situação menos favorecida e que tal processo só poderia ser realizado através de instrumentos legais. Além disso, o fato de colocar seus argumentos de forma

²⁰⁹ MACEDO SOARES, 1874 (A), Op. cit. p. 250.

²¹⁰ Ibidem, p. 251.

interrogativa, reforça a ironia e indignação que o magistrado já havia desenhado por todo seu artigo, porque a questão carregava em si, além dos seus aspectos legais e institucionais, uma carga de valores morais quanto ao exercício da magistratura.

As questões quanto a conduta dos juízes e outros funcionários do Poder Judiciário continuaram chamando atenção de Macedo Soares. No artigo “O Novo Regimento das Custas Judiciárias”²¹¹, publicado no volume 5 da revista *O Direito*, ainda no ano de 1874, o magistrado discute os impactos desta nova regra, representada no Decreto n. 5737 de 2 de Setembro daquele ano²¹². Neste texto, o juiz afirmava que havia tempos que o Regimento n. 1569 de 3 de Março de 1855, que dava as diretrizes para as custas do Poder Judiciário, necessitava de uma atualização de forma a estar compatível com a justiça daquele momento.

Um dos pontos ressaltados que necessitava de atualização, era justamente a respeito da conduta que alguns magistrados vinham mantendo, em que Macedo Soares propunha “acabar com a practica pouco decorosa de receberem os juizes das mãos das partes seus emolumentos, a qual dava á banca do magistrado a apparencia de balcão de vender despachos”²¹³. Aqui Macedo Soares criticava o costume disseminado no Judiciário, em que as pessoas que recorriam a justiça pagavam diretamente aos juízes pelos procedimentos jurídicos, lançando uma aura de parcialidade à função. Ou como o próprio magistrado colocava, um balcão de negócios, em que aqueles que possuíam melhores condições financeiras, estariam tendo um acesso ampliado à justiça, não levando os juízes ao “caráter sagrado” de seu “altissimo ministerio”, que era justamente ser o “protector dos pobres”. Desta forma, Macedo Soares demonstrava grande preocupação com a conduta de seus pares, o que acreditamos que deriva dos valores morais e éticos que ele atribuía àquelas funções da justiça. Assim, a análise que Soares se dispôs a fazer do novo decreto tinha como objetivo verificar se este havia contribuído para reverter estas e outras práticas que ele considerava defasadas.

Antes de entrar nas resoluções do novo regimento, Macedo Soares fazia um alerta para a importância da utilização de uma boa linguagem na feitura das leis, um elemento que segundo ele teve mais atenção nas legislações portuguesas do que nas brasileiras. Para Soares, a escrita incorreta condicionava leituras imprecisas das leis, consequentemente afetando a distinção de funções entre os cargos do Poder Judiciário, bem como as decisões nos processos. Este alerta de Macedo Soares não parece gratuito, mas sim uma crítica à maneira como o Poder Legislativo

²¹¹ MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **O Novo Regimento das Custas Judiciárias**. Revista *O Direito*. Ano 2, volume 5. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1874, p. 550-559.

²¹² No artigo referido, o decreto aparece sob o número 5757, entretanto foi um equívoco do autor ou da edição da revista, pois o Regimento das Custas Judiciárias está expresso no decreto de número 5737.

²¹³ MACEDO SOARES, 1874 (B), Op. cit. p. 550.

encaminhava a formulação das leis brasileiras, sendo que ele escrevia na sequência que “no Brasil, não cuidam os pretores d’essas coisas mínimas; e actos legislativos ha cuja linguagem incorrecta e espuria não dá presumir muito da illustração dos seus auctores”²¹⁴.

A crítica feita ao Legislativo não foi pontual, já que ao longo de sua obra, constantemente Macedo Soares fazia censuras às condutas deste e dos demais poderes constitucionais. Podemos perceber neste trecho que Macedo Soares esperava uma certa “ilustração” dos membros do poder público para o melhor exercício de suas funções. Vemos aqui, portanto, mais um elemento elencado pelo magistrado para o bom funcionamento do Estado: além do comprometimento com valores morais, os funcionários públicos e políticos deveriam ter uma formação adequada e demonstrar competência técnica. Isto fica evidente em outro artigo de Macedo Soares, em que apontava para uma degeneração da magistratura brasileira, encontrando-se naquele momento em péssimas condições, sendo que “até ha bem pouco tempo dela arrendavão os talentos mais brilhantes, as vocações literárias mais decididas, deixando quase só os incapazes, os mudos, os illiteratos, os preguiçosos; e dessa lista erão tirados os desembargadores”²¹⁵. Os magistrados estariam deixando de lado uma formação adequada ao mesmo tempo em que sujeitos bem formados estariam deixando a magistratura. Como consequência, proliferavam sujeitos incapazes para o exercício da magistratura, atingindo até postos elevados como os de desembargadores. Este despreparo levaria a outros problemas, com o juiz tornando-se incapaz de lidar com problemas práticos nas “longínquas comarcas, onde era ele quem ia dar noticia da civilização do mundo”²¹⁶, levando aquele magistrado a ocupar durante anos uma função da qual não dominava por completo. Desta forma, para Macedo Soares, após anos de carreira o magistrado “chegado á Relação, quando começava a declinar o vigor da intelligencia, velho, cansado, desiludido, perdidos os hábitos de estudo, esbarrava o novo desembargador diante da imensidade de materias de direito, que apenas de nome lhe erão conhecidas”²¹⁷. Assim, Macedo Soares acreditava que a “ignorancia e o cansaço” eram as principais causas das contradições que se espalhavam pelos tribunais brasileiros.

Questões relativas a formação de outros funcionários do Judiciário, não somente os juízes e desembargadores, também preocupavam Antônio Joaquim de Macedo Soares. Ao dissertar sobre os equívocos nos tratamentos formais utilizados nos tribunais, principalmente os referentes aos membros da Casa Imperial, o magistrado declarava:

²¹⁴ MACEDO SOARES, 1874 (B), Op. cit. p. 550.

²¹⁵ MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Do recurso de agravo na acção de despejo I**. Revista O Direito. Ano 4, volume 9. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1876, p. 617.

²¹⁶ Ibidem, p. 618.

²¹⁷ Ibidem, p. 618.

Como esse, ha nos cartórios muitas outras usanças, que vão passando de geração em geração, como coisa a mais natural do mundo; e entretanto, não são somente erros grosseiros, são offensas vivas e quotidianas ás máximas politicas do regimen representativo, e só provam uma coisa: que o geral dos nossos escrivães e tabelliães se formam sem os estudos proprios, a resolverem, sem quem os guie, a poeira dos autos seculares; e no copiar eterno das fórmulas antigas, insensivelmente se habituão ás linguagens do tempo do rei velho, tão destoante das praticas modernas, inauguradas pela independencia politica do paiz. São coisas que não fazem mal, convivimos; mas também não fazem bem, e sendo, como são, erros visíveis, devem ser corrigidos.²¹⁸

Com estas colocações, Macedo Soares demonstrava a importância de uma boa formação para que os agentes públicos executassem suas obrigações dentro de uma lógica moderna, desprendendo-se do funcionamento característico do Antigo Regime. Era através disso que o Brasil poderia exaltar sua independência e colocar-se como um país moderno e civilizado, afastando-se de seu passado colonial. Mesmo que o próprio Macedo Soares admitisse que o tratamento usado nos tribunais não era uma das questões de maior importância, ainda assim é representativo da maneira de pensar deste juiz e de suas ambições quanto ao futuro do país.

Voltando à discussão sobre o novo regimento das custas judiciárias, Macedo Soares afirmava que este texto ainda deixava muitas brechas abertas à interpretação. O exemplo que ele usou foi das punições disciplinares atribuídas aos funcionários do juízo, como os escrivães. O juiz criticou o texto do decreto, afirmando que o mesmo abria três possibilidades de punição, mas que não havia clareza quanto a que tipo e em que circunstâncias estas deveriam ser aplicadas. Desta forma, Macedo Soares indagava se tais omissões deveriam ficar somente sob o arbítrio do juiz, o que nos leva a acreditar que o magistrado acreditava que deveria existir mecanismos reguladores mais claros, inclusive o de regulação entre os poderes constitucionais e seus funcionários. Em outros momentos de seus escritos, Macedo Soares demonstrou a preocupação de que os juízes pudessem acumular muitos poderes, estando propensos a cometerem abusos, o que tornava urgente a necessidade de um regulamento que desse clareza às infrações e punições dentro do âmbito burocrático do Judiciário.

Outra questão criticada por Soares era de encaminhamento burocrático. Apontava que a nova regra não havia resolvido os problemas quanto a documentação de processos resolvidos há mais de trinta anos. O novo regimento, baseado ainda nas Ordenações Filipinas, orientava que “passados trinta annos, diz o art. 120 [do decreto 5737], perceberão (os escrivães) o que

²¹⁸ MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Antigualhas forenses – sobre o tratamento devido as relações e mais tribunaes superiores**. Revista O Direito. Ano 7, volume 18. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1879, p. 579.

convencionarem com a parte que procurar papeis ou processos findos etc”²¹⁹. Em outras palavras, o regimento concedia ao escrivão a prerrogativa de cobrar custas quanto a obtenção dos documentos de um processo antigo requisitado pela parte. Este era o ponto bastante criticado por Macedo Soares, que questionava os limites de tal convenção, pois não delimitava condições ou limites pela cobrança de tal serviço. Desta forma, para o juiz, tal trecho da nova legislação “repugna ao bom senso”, deixando a parte à mercê de uma cobrança excessiva ou até mesmo à vontade do escrivão, dificultando o acesso ao documento, mesmo que tal determinação, de acordo com Macedo Soares, contrariasse a carta constitucional do Império do Brasil²²⁰.

A esta questão do Novo Regimento das Custas Judiciárias, Macedo Soares referenciou outro texto por ele escrito, o “Regimento dos Distribuidores do geral”, livro publicado em 1868 por Ed. & H. Laemmert. Fazendo referência a este texto, Antônio Joaquim de Macedo Soares argumentava que a propriedade dos livros e documentos era dos cartórios, e não dos funcionários da justiça, fossem eles distribuidores, tabeliães ou escrivães. Portanto, a ideia de que um funcionário destes mantivesse o controle de tais documentos após trinta anos, estaria muito defasada. Para ele, tal concepção era própria do período das Ordenações Filipinas, quando os cargos eram de propriedade de seus ocupantes, podendo ser negociados, vendidos ou transmitidos por herança²²¹.

De tal maneira, Macedo Soares estava colocando-se de maneira crítica ao patrimonialismo do Antigo Regime, em que as funções burocráticas eram ligadas ao favor pessoal. Por mais que as concepções de Estado e justiça que Macedo Soares estava esboçando ainda tivessem um quê de patriarcal, estas não estavam baseadas em privilégios ou posições pessoais. O magistrado esperava dos funcionários públicos imparcialidade, um certo altruísmo e capacidade técnica, ou seja, os qualificava de acordo com seus méritos, não pelas relações pessoais. É uma formulação ambígua: por mais que Macedo Soares esperasse por uma justiça que funcionasse através do direito positivo e das delimitações institucionais do Estado, não podemos dizer que ele esperava um cenário de isonomia, porque ainda assim demandava uma assistência maior aos desfavorecidos. Este posicionamento é muito próximo dos “homens novos”, estudados por Gizlene Neder. Por mais que sujeitos como Nabuco de Araújo, Visconde do Rio Branco e o Barão de Penedo defendessem a meritocracia dentro da reforma do Estado imperial, buscando modernizá-lo, estes ainda organizavam este reformismo a partir de suas

²¹⁹ MACEDO SOARES, 1874 (B), Op. cit. p. 552.

²²⁰ Ibidem, p. 552.

²²¹ Ibidem, p. 553.

próprias relações pessoais²²². Era como se para acabar com tais práticas, seria necessário ainda, naquele momento, recorrer a elas. Esta aproximação com os “homens novos” e ainda as relações pessoais neste processo de reformismo do Império, voltarão a nossa pauta no [capítulo seguinte](#).

Na sequência, Macedo Soares criticou a decisão de diversos juízes de direito de ordenar que os juízes de órfãos ou até mesmo escrivães, assistissem a avaliações de inventários sem necessidade para tal, alegando que isto constituía uma prática abusiva que só servia por aumentar desnecessariamente as custas judiciárias. Para ele, tais atitudes contrariavam os alvarás de 2 de maio de 1731 e de 10 de outubro de 1754, que orientavam que tal ação fosse efetuada apenas quando estritamente necessária, para evitar que custas inapropriadas fossem feitas aos órfãos. O novo regimento oferecia pagamentos de estadia e demais custas apenas para os casos omissos aos alvarás, portanto, estes ainda possuíam primazia e deveriam ser levados em consideração antes dos magistrados gerarem gastos ilegais²²³. Por isso, Soares acrescentava às atribuições dos membros do judiciário a responsabilidade com o bem público e com a população, evitando que se realizassem procedimentos desnecessários e que onerassem as pessoas que recorriam à justiça.

Não eram só as práticas do judiciário que geravam custas desnecessárias que preocupavam Macedo Soares. O magistrado também denunciava o valor excessivo das taxas cobradas das partes envolvidas em processos judiciais. Para ele, estas taxas possuíam um aumento desmensurado, em que era necessário

reconhecer que as custas judiciais são um imposto lançado sobre os que precisam da justiça para ajuda do Estado na manutenção do seus officiaes della; e nenhum outro imposto semelhante tem sido augmentado ao menos em tanta desproporção, com respeito á alteração dos valores monetario.²²⁴

Assim, Macedo Soares apontava que com o novo regimento, houve um aumento exagerado das taxas cobradas pelo Judiciário, elevação essa que não encontrava paralelo com o aumento de salário dos funcionários daquele poder, por exemplo. Ou seja, o aumento do valor das taxas no novo regimento não possuía uma justificativa aceitável para Macedo Soares²²⁵. Além disso, como podemos observar na citação acima, o magistrado ressaltava que os aumentos recaíam sobre aqueles que necessitavam da ajuda da justiça, assumindo novamente uma postura moral em relação ao Judiciário, compreendendo que parte do abuso era, não somente o valor

²²² NEDER, 2016, Op. cit. p. 98.

²²³ MACEDO SOARES, 1874 (B), Op. cit. p. 554.

²²⁴ Ibidem, p. 557.

²²⁵ Ibidem, p. 558.

exagerado, mas também as condições em que estas taxas eram aplicadas: um momento em que a parte necessitava da justiça, uma situação de fragilidade, o que nos faz novamente a reconhecer a sua percepção de um Estado patriarcal assistindo à população, ao mesmo tempo que buscava uma otimização de seus aparatos burocráticos.

Para Macedo Soares, existiam áreas no Judiciário que contavam com emolumentos deficitários, como “as escripturas publicas, as estadas dos juizes, os salarios dos peritos, os honorários dos advogados etc”²²⁶. Portanto, o regimento deixava de aplicar os devidos aumentos nas áreas necessárias, para direcioná-los a outras que acabavam por aumentar os custos das partes. Além disso, o novo regimento não havia solucionado outros problemas, como os custos que deveriam ser arcados pelos próprios funcionários do Poder Judiciário. Macedo Soares denunciava que:

A folha do livro custa o dinheiro do tabelião; o escrivão cobra o papel que dá para os outros; o sello do livro é pago pelo tabelião; o sello da folha dos autos, ou avulsa, é pago pela parte; a escriptura tem, em regra, muito mais escripta que qualquer daquelles termos; a escriptura compreende o primeiro translado (uma das lacunas que o novo Regim. preencheu); do termo não é o escrivão obrigado a dar de graça translado algum.²²⁷

Com isso, o magistrado apontava para a responsabilidade do Estado de arcar com as custas de sua própria estrutura burocrática. Naquele momento os custos do aparelho estatal, pelo menos no que dizia respeito ao Judiciário, recaíam sobre seus próprios funcionários. Mesmo que neste momento Macedo Soares não tenha feito referência “aos tempos das Ordenações Filipinas”, com os cargos públicos sendo atrelados à pessoa, é perceptível a crítica do magistrado aos resquícios do Antigo Regime. Em outras palavras, Macedo Soares estava apontando para a incompatibilidade de determinadas atribuições do Poder Judiciário com a proposta de um Estado modernizado.

Mesmo assumindo uma postura crítica quanto ao Novo Regimento das Custas Judiciárias por todo o seu artigo, Macedo Soares concluiu que esta legislação proporcionou melhorias importantes, mas que ainda carecia de muitas modificações a serem feitas de forma a deixar a lei mais próxima da perfeição. Contudo, mesmo amenizando o tom em sua conclusão, fica evidente que Macedo Soares enxergava a situação das custas judiciárias como extremamente onerosa à população que recorria ao Poder Judiciário e aos próprios funcionários

²²⁶ MACEDO SOARES, 1874 (B), Op. cit. p. 558.

²²⁷ Ibidem, p. 558.

que nele atuavam, principalmente aqueles que não faziam parte da magistratura, o que demonstra que ele enxergava certos privilégios ainda exercidos por esta categoria.

Esta preocupação com a eficiência do Estado e o que este cobrava da população, seja por procedimentos burocráticos ou impostos, continuou sendo uma pauta nos escritos do juiz. No artigo intitulado “Imposto de 2% sobre o monte-mór das heranças, na província do Paraná”, publicado no ano de 1875, no sexto volume da revista *O Direito*, Macedo Soares, então juiz de direito da comarca de Campo Largo e São José; fazia um alerta quanto a situação econômica do Brasil. Para ele, a sociedade brasileira estaria passando por uma série de problemas quanto às suas finanças. Tal problemática carecia de estudos mais aprofundados, buscando compreender as diversas causas do problema. Deste modo, Macedo Soares criticava a postura dos partidos políticos sobre o tema, acreditando que estes reduziam problemas complexos à “má gerencia dos que se achão á testa da administração do paiz”²²⁸. O magistrado reafirmava a necessidade de estudar o problema e a irresponsabilidade dos partidos políticos no processo quando escrevia:

A generalidade do facto, porém, está mostrando que essas causas devem de ser procuradas de preferencia na ordem economica. Os governos, quer liberaes, quer conservadores, são publica-fôrma uns dos outros. Os principios da administração são todos da mesma cartilha; as ideias financeiras, as mesmas; os habitos de governo, identicos; entretanto, o mal-estar das provincias revela-se, quasi repentinamente, de um modo inquietador.²²⁹

É interessante notarmos aqui como Macedo Soares identificava os partidos políticos do Império como similares, com as mesmas políticas e condutas, o que prejudicaria a administração do país. Isto demonstra a insatisfação do magistrado em como a política partidária vinha sendo feita e como, conseqüentemente, era necessária uma renovação de projetos políticos para o país. A esta questão, José Murilo de Carvalho nos faz um alerta, afirmando que:

Os partidos imperiais, em sua liderança nacional, compunham-se de intrincada combinação de grupos diversos em termos de ocupação e de origem social e provincial. Não cabem a seu respeito divisões e classificações simplificadas. A complexidade dos partidos se refletia naturalmente na ideologia e no comportamento político de seus membros, dando às vezes ao observador desatento a impressão de ausência de distinção entre eles²³⁰.

²²⁸ MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Imposto de 2% sobre o monte-mór das heranças, na província do Paraná**. Revista O Direito. Ano 3, volume 6. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1875, p. 37.

²²⁹ Ibidem, p. 37.

²³⁰ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 219.

Carvalho aponta que as pautas de Liberais e Conservadores divergiram muito em relação a constituição do Estado e também demandas sociais como a escravidão. Todavia, Carvalho acrescenta que “Longe de não se distinguirem em termos de composição e ideologia, os partidos se revelaram instrumentos úteis para entender as fissuras da elite, mesmo que estas fissuras fossem de natureza a provocar apenas reajustes no sistema”²³¹. Ou seja, apesar das diversas distinções, estas atingiam um limite, não constituindo projetos que demandassem uma ruptura social. Acreditamos que a colocação de Macedo Soares é bastante retórica, porque apesar da crítica, ele não defendia a dissolução dos partidos políticos ou a sua ilegitimidade como mecanismos políticos, mas sim uma reformulação de suas políticas e condutas. Eram elementos importantes para o funcionamento do Estado imperial, mas precisavam adequar as suas políticas para uma melhor administração do país.

Contudo, avançando alguns anos no tempo, vemos que Macedo Soares continuava convicto dos problemas dos partidos políticos. Em 1884 a revista *O Direito* publicaria um artigo de Macedo Soares intitulado “O Concelho d’Estado e a lei de 7 de Novembro de 1831”, em que o magistrado comentou a respeito das decisões do Conselho de Estado a respeito da validade da Lei Feijó. Nos aprofundaremos tanto neste tema como neste artigo no [Capítulo 3](#), entretanto, vale ressaltar o seguinte trecho para o nosso debate atual:

N’esta, como em todas as graves questões do nosso paiz, se verifica a confusão, sinão ausencia de ideias, dos nossos partidos políticos. Dir-se-hia no Brasil, politica é synonymo de mexerico de aldeia, questiuncula de *dize tu dizer eu*, negocio de corrilho, cuja importante solução não tem outro criterio sinão o proveito do chefe tal, ou do seu contrario, ou o beneficio dos parentes e adherentes. Com effeito, é levantar-se qualquer problema social, d’esses que mais interessam á sorte da nação, e por isso se podem classificar de questões eminentemente politicas, e desvairarem-se as opiniões, votando liberais no sentido conservador e vice-versa²³².

Este trecho demonstra não somente a crítica de Soares aos partidos, mas além disso, fundamentalmente, uma crítica aos modelos patrimonialistas difundidos na sociedade brasileira, em que o favor das elites locais era um dos maiores agentes políticos. Portanto, podemos perceber que a crítica de Macedo Soares aos partidos políticos não era à sua existência, mas sim as condutas que os aproximavam desta política de “mexerico de aldeia”.

Voltando ao artigo sobre o imposto de 2% sobre as heranças, o juiz argumentava que a desvalorização da moeda brasileira era evidente em todas as províncias do Império. Os

²³¹ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 226.

²³² MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. O Concelho d’Estado e a lei de 7 de Novembro de 1831. In: MACEDO SOARES, Julião Rangel de. **Campanha jurídica pela libertação dos escravos – 1867 a 1888**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p. 69.

salários dos empregados públicos aumentavam, assim como os jornais dos trabalhadores livres e os custos dos serviços administrativos, o que não seria um aumento real, mas um reflexo da desvalorização da moeda brasileira. Além disso, para ele, a produção do país encontrava-se em baixa, contribuindo para o desequilíbrio das rendas públicas. Às causas destes problemas, Macedo Soares afirmava “que não vem a pello indagar”²³³.

Apesar de toda a atenção dada à situação desfavorável da economia brasileira no período, Macedo Soares escrevia que era “palpável o progresso do paiz na senda da civilização” com diversas obras públicas e de infraestrutura sendo realizadas, estas “obras imprescindíveis, cujo adiamento admira que se haja protraído até hoje”²³⁴. É interessante observarmos como Macedo Soares associava estes dois elementos: as referidas obras e civilização. A modernização de um Estado para Macedo Soares, não passava somente pela reforma de suas instituições e das pessoas que as operavam, mas também pela edificação de uma estrutura física para o seu funcionamento. Não somente isso, como também começa a se desenhar um objetivo maior para esse ideal de Estado, que era colocar o Brasil no patamar do que era considerado civilizado. Este ideal de civilização não foi uma preocupação somente de Macedo Soares, mas esteve constantemente atrelado ao pensamento das elites brasileiras e do próprio imperador. Segundo Lília Moritz Schwarcz, Dom Pedro II orgulhava-se de sua ilustração e não media esforços em apresentar o Brasil ao exterior como um país amigo das ciências e civilizado²³⁵.

Em seu artigo, Macedo Soares denunciava que empréstimos e impostos estavam sendo utilizados como meio de saldar as despesas do orçamento do país. Muitos dos impostos decretados não estavam sendo feitos com os melhores critérios, contribuindo para formulação de diversos tributos despóticos e que violavam preceitos constitucionais, apesar de constantemente serem denunciados na imprensa²³⁶. O magistrado afirmava que

os presidentes das provincias fazem vista grossa á lettra da constituição e ouvidos de mercador aos clamores na imprensa e das praças commerciaes; e vão sancionando os excessos das assembleas respectivas, que, assim animadas, não achão paradeiro aos seus desmandos.²³⁷

Desta forma, em seu entendimento, os presidentes de província acabavam contribuindo para a implantação de impostos abusivos e inconstitucionais arquitetados nas assembleias provinciais. Cabe lembrarmos das críticas que o juiz já havia feito aos membros do Poder

²³³ MACEDO SOARES, 1875, Op. cit. p. 37.

²³⁴ Ibidem, p. 37.

²³⁵ SCHWARCZ, 1993, Op. cit. p. 42.

²³⁶ MACEDO SOARES, 1875, Op. cit. p. 38.

²³⁷ Ibidem, p. 38.

Legislativo, duvidando de sua “ilustração” e capacidade técnica. Tanto é que todo este preâmbulo feito por Macedo Soares foi escrito com o objetivo de discutir a lei n. 370 de 10 de março de 1874, posta em vigor na província do Paraná. A referida lei havia criado um imposto de 2% sob o monte-mor de todas as heranças, ou seja, o levantamento de todos os bens acumulados por um sujeito em vida. Para Macedo Soares esta lei aplicava uma determinação injusta, contrária ao que havia sido legislado até então e “sem precedentes nos annaes das outras provincias do imperio”²³⁸.

Antes de começar a sua análise sobre o novo imposto, Macedo Soares alertava que este não seria discutido a partir de uma perspectiva financeira, mas sim estritamente jurídica. Entretanto, até este trecho de seu artigo, bem como na sua sequência, fica evidente que a argumentação de Macedo Soares não estava restrita à um debate jurídico, mas estava, na realidade, fortemente marcada pelas posições políticas do magistrado. Além disso, em determinados momentos Macedo Soares voltou a trazer posições quanto a valores morais para o debate como era costumeiro aos seus textos. Pode ser que Macedo Soares enxergasse seus escritos como puramente jurídicos, talvez por conta de compreender-se como fundamental um juiz posicionar-se sobre tais questões. Contudo, é evidente que o magistrado estava pautando fortemente um projeto político de reformismo e modernização do Estado.

Para começar seu argumento, Antônio Joaquim de Macedo Soares selecionou os seguintes artigos da lei n. 370 de 10 de março de 1874:

Art. 1.º Fica creado o imposto addcional de 2% sobre todo o monte-mór de qualquer herança antes do julgamento das partilhas, com applicação especial para o pagamento da dívida da provincia.

Art. 2.º Os bens vindos á collação e entregues aos herdeiros antes do casamento ficão isentos deste imposto.

Art. 3.º Os inventarios que estão em andamento ficão sujeitos ao imposto do art. 1º, ainda que pendão de decisão sobre embargos.

Art. 4.º O governo imporá multas até 100\$000 aos empregados que não cumprirem fielmente as presentes disposições.

Art. 5.º Ficão revogadas as leis em contrario.²³⁹

No primeiro comentário após a exposição dos artigos da referida lei, Macedo Soares já demonstrou de maneira bastante incisiva a sua posição sobre ela, ao escrever que: “Á parte o artigo 4º, que impõe multas, e o 5º, que é da tarifa, encerrão as tres outras violações de principios e acarretão injustiças que instão imperiosamente pela sua prompta revogação”²⁴⁰. Apesar de

²³⁸ MACEDO SOARES, 1875, Op. cit. p. 38.

²³⁹ Ibidem, p. 38.

²⁴⁰ Ibidem, p. 39.

deixar explícita a sua urgência pela revogação da lei, Macedo Soares reconhecia a legitimidade da assembleia legislativa provincial do Paraná de legislar quanto à tributação da transmissão hereditária da propriedade, relativa a herdeiros e legados. Ou seja, mesmo que o magistrado constantemente criticasse os membros do Poder Legislativo, de nenhuma maneira ele considerava a sua invalidade como instituição ou a reformulação como poder constitucional.

A problemática apontada por ele era que a lei n. 370, fazia com que o imposto de 2% recaísse sobre terceiros, como cônjuges e credores. A partir daí, tentando demonstrar a inconstitucionalidade e o equívoco na feitura desta legislação, Macedo Soares buscou reunir situações que seriam complicadas a partir da aplicação daquela lei. Ele começou argumentando que o imposto era “calculado sobre o monte-mór illiquido, é pago pelo casal *pro-indiviso*: o visto é então que a lei afastou o princípio que legitimava o imposto, isto é, a transmissão da propriedade dos herdeiros, e legatarios, operando-se por via de partilha”²⁴¹. Em caso de herdeiros devedores incapazes de arcar com os custos de um imposto como este, Macedo Soares questionava quem arcaria com os valores exigidos pela província. Isto então acabaria recaindo sobre o credor, que estaria subtraído de uma parcela do que lhe era devido para o pagamento do exigido pelo imposto provincial.

Como já verificamos, em vários dos temas comentados por Macedo Soares em seus textos doutrinários, sempre estava presente uma posição moral quanto a determinadas práticas, políticas e instituições; caracterizando uma justiça ideal, que permeia toda a obra do magistrado. Ao comentar sobre o referido imposto, Macedo Soares não agiu de maneira diferente, apontando o seguinte sob a lei n. 370:

E aqui está a iniquidade do imposto, na sua excepcionalidade: em recahir sobre um ou outro individuo, e justamente na ocasião em que lhe tem entrado em casa a desgraça da morte. E quando se cogita de um casal insolvel, vem o fisco augmentar a afflicção ao afflicto, prelevando 2% dos bens que não bastão para pagamento dos credores²⁴².

Ou seja, para Soares, na formulação da lei n. 370, os seus legisladores não haviam levado em conta os impactos sociais que poderiam ser causados por ventura de sua aplicação. O magistrado apontava para a imoralidade de taxar um indivíduo em um momento delicado como o evento da morte de uma pessoa próxima. Não era um imposto imoral só por conta da condição da morte, mas também por impactar a vida de insolváveis, ou seja, pessoas incapazes de arcar com as suas dívidas. Aqui Macedo Soares demonstrava novamente uma posição

²⁴¹ MACEDO SOARES, 1875, Op. cit. p. 39.

²⁴² Ibidem, p. 40.

política e moral, partindo de uma idealização de um Estado que deveria proporcionar amparo aos desfavorecidos. Além disso, retoma princípios que já discutimos em relação às custas judiciárias, como a exigência de uma quantia em dinheiro sobre pessoas em condições precárias. Contudo, é importante ressaltarmos que as críticas do magistrado não iam na direção de negar o Estado ou repensar sua configuração na totalidade. Havia uma concepção bastante comum entre os políticos alinhados com a construção do Estado imperial, desde o Visconde do Uruguai, de que a consolidação do poder estatal garantiria a efetivação dos direitos civis e a proteção dos interesses individuais²⁴³. Como bem aponta o próprio Macedo Soares ao reconhecer a legitimidade da Assembleia Provincial do Paraná, as instituições eram importantes e benignas, porém necessitavam de ajustes para desempenhar este papel patriarcal de atendimento à população.

Para além da imoralidade apontada por Macedo Soares, a lei n. 370 criava ainda uma série de inconsistências que poderiam prejudicar a sua aplicação, devido a pobreza do texto e a sua incoerência com as legislações conhecidas. O juiz de direito de Campo Largo afirmava, por exemplo, que “o art. 2º é, pois, além de vexatório, contrario a todos os principios da nossa legislação civil”²⁴⁴, apontando assim para a deficiência técnica de sua formulação.

Ao comentar sobre o artigo 3º desta legislação, Macedo Soares era categórico em afirmar a sua inconstitucionalidade: era uma lei que legislava para o passado, abrindo a possibilidade de que partilhas já realizadas fossem taxadas pelo novo imposto. Assim, chamava a atenção para os problemas que uma legislação mal formulada, e podemos dizer, que do ponto de vista de Macedo Soares era também mal intencionada, poderia causar: “D’ahi, vexames sem conta para os interessados, questões com o fisco, duvidas para o governo provincial resolver: um estado, enfim, de incerteza que é sempre deplorável em materia tão grave”²⁴⁵.

Ao concluir seu texto, colocando em evidência o artigo 4º da lei n. 370, Antônio Joaquim de Macedo Soares apontava que esta legislação ainda limitava a ação da magistratura, imputando aos juizes multas caso não a cumprissem, desacreditando a profissão e também as assembleias legislativas. Além disso, ele retornou às questões levantadas em princípio escrevendo mais uma vez sobre a situação de crise econômica do Brasil que, ao invés de ter suas causas investigadas, era alvo de leis impensadas e vexatórias que faziam os custos recaírem

²⁴³ COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai. Centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2008, p. 311.

²⁴⁴ MACEDO SOARES, 1875, Op. cit. p. 41.

²⁴⁵ Ibidem, p. 42.

sob “a massa contribuinte do paiz”²⁴⁶. Com isso o magistrado apontava para três problemas quanto a questão do imposto discutida e da situação do país como um todo.

O primeiro problema era quanto à limitação do exercício da magistratura e seu descrédito, bem como do Poder Legislativo. Macedo Soares acreditava no papel da magistratura e do judiciário como fundamentais para a ampliação da ação estatal e como elementos de mediação das relações sociais. Não uma mediação que representasse os interesses de políticos ou grupos específicos, mas sim como agentes de uma ordem civilizatória que se daria através da eficiência da burocracia estatal, por mais que ainda guardasse alguns resquícios patriarcais. Novamente, o magistrado era um defensor das instituições, o mesmo valendo para o Legislativo. Ao depreciar os papéis da magistratura e do Legislativo devido a sua má formulação, a lei n. 370 dificultava para que as instituições e seus agentes cumprissem o papel que Macedo Soares estava projetando para o Estado, pautado no reformismo imperial, e afastando a população no processo. Não somente isso, mas podemos dizer que ao deslegitimar as instituições, leis como essa, no entendimento de Soares, proporcionavam a manutenção do poder das elites locais.

Em segundo lugar estava a ineficiência de diversas instâncias políticas e burocráticas de procurar compreender os problemas econômicos do país. Esta questão relaciona-se com o que Macedo Soares já havia apontado tanto da falta de projeto dos partidos, quanto formação e capacidade técnica insuficiente dos quadros burocráticos e políticos. O magistrado demonstrava uma maneira de pensar preocupada com a eficiência do Estado, o que demandava, logicamente, uma compreensão aprofundada das problemáticas deste. Como discutimos no início deste capítulo, autores como Lilia Moritz Schwarcz e Sérgio Adorno apontam para a preocupação que os bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo, instituição de formação de Macedo Soares, demonstravam com a edificação de um saber político e burocrático voltado ao Estado.

Por último, estava a iniciativa de tentar compensar estes problemas onerando a população através de um imposto mal formulado. Não deveria ser prática do Estado resolver seus problemas às custas do povo. Pelo contrário, o Estado deveria prestar assistência à população e organizar-se como uma instituição que transmitisse segurança às pessoas, para que essas pudessem sentir confiança para recorrer às instâncias estatais para resolução de conflitos.

Nos artigos publicados durante os anos 1870 por Antônio Joaquim de Macedo Soares na revista *O Direito*, é notável uma preocupação do magistrado com as causas cíveis, principalmente as que envolviam órfãos, inventários e heranças. Desta forma, o perfil dos textos

²⁴⁶ MACEDO SOARES, 1875, Op. cit. p. 42.

de Macedo Soares demonstrava uma necessidade redistributiva com a sociedade, em que o Estado e os seus funcionários possuíam uma obrigação com a prestação de assistência à população, principalmente aquelas pessoas em condições mais fragilizadas e com limitações de sua personalidade jurídica, como crianças, mulheres e escravizados. Aprofundaremos esta questão logo adiante, [na seção 1.4.1](#). Era dedicado um lugar privilegiado do Judiciário para lidar com estas questões, sendo o bom juiz aquele que assumia uma postura paternal nestes casos, tornando o Judiciário acolhedor à população. Em outras palavras, a magistratura aparecia como pacificadora de conflitos sociais, buscando substituir os poderes locais pela intervenção e regulação estatal.

Era um Estado em transição, buscando livrar-se de resquícios do Antigo Regime e constituir-se como uma nação “moderna e civilizada”, ao mesmo tempo em que ainda se prendia em alguns elementos patriarcais. Macedo Soares chamava à atenção para a necessidade de eficiência das instituições, criticando diversas delas e as condutas de seus membros, porém não as deslegitimava ou propunha instâncias que as substituíssem. O que estava sendo pautado pelo juiz, portanto, era uma reforma destas instituições, tal qual já vinha sendo proposta e implementada pelo Conselho de Estado e influenciada pelo imperador Dom Pedro II.

1.4 Cidadania no Brasil-Império

A concepção de cidadania no Império sempre esteve muito atrelada ao direito de exercer o voto. Desta forma, obedecendo os princípios do liberalismo adotado no Brasil, os direitos políticos e de exercício do voto estavam divididos constitucionalmente de acordo com a propriedade dos cidadãos, estabelecendo assim três categorias de cidadania. Primeiro estavam os cidadãos passivos sem os requisitos suficientes para o exercício do voto; seguidos por cidadãos ativos votantes que atingiam os critérios estabelecidos de renda e poderiam votar para escolher a próxima categoria de cidadãos ativos, os eleitores, estes qualificados a partir de critérios de renda maiores e com a possibilidade de votarem e concorrerem à cargos representativos. Aos eleitores também era exigido a condição de ter nascido ingênuo, ou seja, ter nascido livre e não ter experimentado o cativeiro²⁴⁷.

Mesmo que a Constituição Imperial estabelecesse critérios como renda (mínimo de 100 mil-réis ao ano) e idade (mínimo de 25 anos), ainda assim o direito ao voto por grande parte

²⁴⁷ MATTOS, 2000, Op. cit. p. 20-21.

do período imperial era bastante abrangente para os padrões da época, como avalia José Murilo de Carvalho. As exigências de renda não eram altas o suficiente para excluir por completo a população pobre de sua condição de votante e ainda não era proibido o voto de analfabetos, o que tinha um grande peso em um país com pouquíssima alfabetização como o Brasil. Desta maneira, a maior parte da população masculina adulta durante o Império era pelo menos votante²⁴⁸. Apesar disso é importante ressaltarmos que no entendimento do período, como argumenta Angela Alonso, havia um afastamento do indivíduo com o sistema político, sendo a família um elemento de maior peso neste cenário. Isso porque a liberdade era compreendida como “responsabilidade pública, não como direito individual”, o que naturalizava as desigualdades dentro da sociedade, entendendo que o pleno exercício dos direitos dos indivíduos era uma forma de tirania. Desta maneira os “politicamente impedidos eram representados simbolicamente pelo votante, por sua vez representado pelo que elegia os deputados”²⁴⁹.

Complementando estas ideias, ao analisar os escritos de José de Alencar, Carlos Lima identifica na produção alencariana uma concepção de que o voto não se constituía como um direito político, mas sim um elemento de soberania. A representação política era, portanto, uma forma de delegação de soberania capaz de edificar uma vontade geral, negando tanto uma decisão da maioria quanto das forças locais. Deste modo, a política deveria ser pautada a partir do vínculo entre as pessoas e não a sua autonomia individual. Assim, no imaginário imperial, a representação garantia o voto de todos, mesmo que um indivíduo não cumprisse nenhum critério para o exercício deste voto de fato²⁵⁰.

Contudo, apesar dos direitos políticos relativamente acessíveis, as condições sociais e políticas impostas tanto pelas elites quanto pelo governo, não permitiam que a maior parte da população exercesse estes direitos em plena condição de autonomia. Para Carvalho, a inexistência de uma prática política através do voto durante a Colônia, dificultou o entendimento da maioria dos cidadãos brasileiros quanto ao significado tanto da escolha de representantes quanto ao que de fato significava um poder representativo no Império. Com isso, o voto constituía-se mais como um instrumento do domínio político local, do que um exercício de cidadania²⁵¹. O votante poderia entender a concessão do seu voto como uma demonstração

²⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, p. 36

²⁴⁹ ALONSO, 2002, Op. cit. p. 63.

²⁵⁰ Cf. LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Iracema vota. Ficção, Política e História em José de Alencar**. Revista Letras, Curitiba, n. 94, jun./dez. 2016, p. 142-155.

²⁵¹ CARVALHO, 2014, Op. cit. p. 38.

de lealdade, medo ou gratidão por um político daquela localidade. Ou até mesmo, a partir do momento em que os cidadãos começaram a compreender que o voto tinha importância para estes mesmos políticos, utilizá-lo como negociata para uma melhor condição material²⁵².

Este trato com o voto durante o Império levantou questionamentos quanto a participação da população nas eleições e a efetividade destas serem indiretas. O modelo eleitoral imperial foi bastante questionado pelos proprietários rurais, que mantinham uma grande quantidade de agregados de forma a usufruir de seus direitos ao voto, o que lhes encareceu as eleições. Esta dependência dos votantes de poderes locais, bem como a argumentação que eram ignorantes, alavancou a defesa das eleições diretas, sempre acompanhadas de medidas restritivas quanto ao acesso ao voto²⁵³. Desta forma, a reforma eleitoral de 1881 reduziu drasticamente o acesso ao voto ao aumentar os requisitos de renda, endurecer os critérios de comprovação da mesma e, principalmente, proibir o voto de analfabetos em um país em que apenas 20% da população masculina era alfabetizada. De tal maneira o Brasil, que até então possuía uma legislação eleitoral bastante avançada, caminhou em direção inversa a de diversos países, em que a tendência era a ampliação e não a restrição do voto e dos direitos políticos²⁵⁴.

No entanto, Carvalho aponta que os argumentos em favor da restrição ao voto deixaram de considerar diversos fatores importantes da formação cívica do povo brasileiro: a falta de experiência prévia, o intervencionismo das elites e do governo no processo eleitoral, os defeitos das práticas eleitorais de outros países que serviram como base, e, por fim, interromper o aprendizado do exercício dos direitos políticos através de uma prática contínua, justamente por restringir o acesso ao voto. Ao ignorar tais fatores, as elites políticas acabaram por responsabilizar somente os cidadãos quanto aos problemas do sistema eleitoral, que eram de fato muito mais complexos²⁵⁵.

A historiadora Keila Grinberg argumenta que devido a maneira como a Constituição fora formulada, a cidadania no Brasil imperial entrou em um dilema. Nos debates de formulação da carta constitucional, surgiu a problemática sobre quem seria considerado um cidadão brasileiro. Deste modo, considerando a presença dos indígenas e dos escravos, os parlamentares concordavam que nem todos os nascidos no Brasil poderiam ser considerados cidadãos brasileiros. Por um lado, havia habitantes do país como os indígenas, que não poderiam possuir cidadania porque encontravam-se fora da sociedade, mesmo sendo nascidos no país. De outro

²⁵² CARVALHO, 2014, Op. cit. p. 40.

²⁵³ Ibidem, p. 42.

²⁵⁴ Ibidem, p. 45.

²⁵⁵ Ibidem, p. 49.

lado, outras pessoas não seriam consideradas cidadãs porque eram propriedade de alguém, no caso os escravizados brasileiros²⁵⁶. A este dilema, Hebe Mattos acrescenta que não era uma problemática particularmente brasileira, mas sim presente em pelo menos toda a América escravista, em que os ideais do liberalismo a respeito da liberdade e igualdade de nascimento e direito dos cidadãos, colidiram com os sistemas escravocratas em vigor que buscavam sua manutenção²⁵⁷. Como avalia Alfredo Bosi, a própria ideia de universalidade da defesa de elementos como a propriedade e o livre-comércio, fundamentados nos conceitos liberais, permitiu ajustá-los aos interesses específicos dos escravocratas, em que “Uma linguagem ao mesmo tempo liberal e escravista se tornou historicamente possível; ao mesmo tempo, refluía para as sombras do esquecimento a coerência radical-ilustrada da inteligência que amadurecera no último quartel do século XVIII”²⁵⁸.

Desta forma, foi possível uma convivência com as desigualdades, ressignificando as estruturas hierárquicas já existentes e não colocando em xeque a existência da escravidão. De fato, a escravidão sequer é mencionada na Constituição de 1824. Existem apenas referências indiretas, como a possibilidade de cidadania do liberto, como colocado no primeiro inciso do artigo 6 da Constituição: “I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”²⁵⁹. Apesar desta possibilidade, a cidadania dos libertos não era a mesma dos ingênuos. Como comentamos no início desta seção, a Constituição de 1824 exigia que eleitores tivessem nascido ingênuos para serem qualificados como tal, o que apresentava uma clara restrição à participação política dos libertos. Proibidos de serem eleitores e terem a condição de votante colocada de maneira ambígua na Carta Magna, os libertos só foram obter o direito de serem eleitores de fato a partir da reforma eleitoral de 1881, mas ainda assim os critérios eram tão restritivos socialmente que poucos realmente podiam exercer esta condição. A questão da condição de cidadania dos libertos despertou vários debates e manifestações de políticos de destaque no Império. O mais interessado em tentar resolver este entrave foi certamente Antônio Pereira Rebouças, que via a restrição imposta aos libertos como uma grande incoerência constitucional²⁶⁰.

²⁵⁶ GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. p. 110.

²⁵⁷ MATTOS, 2000, Op. cit. p. 9.

²⁵⁸ BOSI, 1988, Op.cit. p. 21.

²⁵⁹ BRASIL, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. **Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 06/06/2020.

²⁶⁰ MATTOS, 2000, Op. cit. p. 43.

Quando entrou em pauta no parlamento a restrição à participação de libertos na Guarda Nacional, Antônio Rebouças foi bastante vocal a respeito. De acordo com Keila Grinberg,

o nó estava na forma como o problema era formulado: para uns, esta era matéria de segurança pública; para outros, tratava-se de qualificar a cidadania. A questão é que, da maneira como considerada por alguns deputados, não era possível tratar de segurança pública sem, ao mesmo tempo, considerar a limitação das garantias dos direitos dos cidadãos. Era contra isto que Rebouças se insurgia²⁶¹.

Para Antônio Rebouças, os únicos critérios que deveriam ser adotados para a qualificação da cidadania eram aqueles baseados na propriedade. A condição anterior do indivíduo na escravidão pouco valia, porque a partir do momento em que adquirisse a liberdade, estava qualificado para ser cidadão desde que atingisse os critérios materiais para tal. Rebouças acreditava que pautando as hierarquias sociais na propriedade, você poderia compreender as “virtudes e talentos” dos indivíduos, qualificando-os para o exercício da cidadania, porque era somente através delas que aquele sujeito mostrava-se capacitado para tal. Todavia, Rebouças não estava tecendo uma crítica à manutenção da escravidão, pelo contrário, o que estava em jogo era sua oposição a perpetuação de hierarquias entre os livres baseadas em um passado escravo, quando deveriam estar alicerçadas na propriedade²⁶². Tanto é que do ponto de vista de Rebouças “era como se, terminado o tráfico, que produzia novos escravos, e garantindo o direito à autocompra, a obra da emancipação, no melhor estilo liberal, pudesse ser lentamente deixada a cargo das ‘virtudes e talentos’ dos próprios escravos”²⁶³.

A correlação entre cidadania e segurança pública ocupou grande espaço nos debates a respeito da condição dos libertos. Para Keila Grinberg:

A segurança pública estava relacionada ao bem-estar e proteção dos bons cidadãos, e estes tinham o dever de se preocupar e zelar por ela; por isso a dificuldade de muitos em considerar os libertos como cidadãos de fato, já que, para aqueles, estes seriam alguns dos principais responsáveis pela onda de revoltas e descontentamentos que varria o Império²⁶⁴.

Ao longo do século XIX a conceitualização de raça começa a tomar forma. A escravidão, de acordo com Hebe Mattos, passou por um processo de racialização, que apareceu

²⁶¹ GRINBERG, 2002, Op. cit. 107.

²⁶² MATTOS, 2000, Op. cit. p. 47.

²⁶³ Ibidem, p. 53

²⁶⁴ GRINBERG, 2002, Op. cit. 114.

como uma resposta a ideia de um indivíduo universal e de condições de igualdade em seus direitos. Desta forma, tal processo serviu para naturalizar as desigualdades quanto aos direitos civis existentes, classificando grupos como racialmente inferiores²⁶⁵. Portanto o liberto aparece neste cenário como um sujeito que gerava desconfiança, um aglutinador de ideias perigosas e ânimos exaltados, o que poderia abalar a ordem social de um Estado amplamente escravocrata. Esta é uma concepção do período que entendia a escravidão como degeneradora das relações sociais, oferecendo um perigo eminente por parte dos escravizados. Este é um debate que passou pelo imaginário de Antônio Joaquim de Macedo Soares, que detalharemos com maior profundidade no [capítulo 3](#).

As restrições quanto a cidadania dos libertos ficavam, geralmente, no campo dos direitos políticos, entendendo que era através destes direitos que os rumos do Império seriam tomados²⁶⁶. Entretanto, mesmo que não houvesse restrições quanto aos seus direitos civis, na prática os libertos vivenciavam uma série de restrições quanto à sua liberdade, precisando comprovar diversas vezes a sua [condição livre](#). Para Hebe Mattos, isso era uma consequência da racialização da sociedade, já que a dúvida quanto à condição de liberdade destes libertos era expressada através da sua cor. Desta maneira, a “noção de raça é assim uma construção social do século XIX, estreitamente ligada, no continente americano, às contradições entre direitos civis e políticos inerentes à cidadania estabelecida pelos novos estados liberais e o longo processo de abolição do cativo”²⁶⁷.

O acirramento das tensões em relação à racialização da sociedade brasileira pode ser sentido nas primeiras iniciativas de recenseamento no Império, que incorporaram informações quanto a cor dos sujeitos, que sofreram bastante resistência. No entendimento dos opositores de qualquer iniciativa que evidenciasse a “cor” em uma documentação, tal classificação não estaria considerando a igualdade entre os cidadãos, abrindo a possibilidade inclusive para medidas de escravização. A “cor” poderia ser, portanto, um elemento de estigma e hierarquização social, podendo ser associada ao cativo. Os partidários contrários a classificações de cor entendiam que ela não deveria ter relevância, sendo que o que deveria prevalecer era a condição de livre. Desta maneira, tais questionamentos não eram acompanhados de uma crítica profunda ao sistema escravista ou a defesa de uma abolição

²⁶⁵ MATTOS, 2000, Op. cit. p. 13.

²⁶⁶ GRINBERG, 2002, Op. cit. 112.

²⁶⁷ MATTOS, 2000, Op. cit. p. 13.

imediate da escravidão. Estas críticas, na verdade, estavam mais condicionadas a diferenciar os cidadãos negros e pardos livres dos escravizados²⁶⁸.

Antônio Rebouças, por sua vez, acreditava que a cor não era um elemento que causava diferenciação social entre os cidadãos, o que segundo Keila Grinberg foi uma das posições que mais impactaram negativamente a sua carreira política. A Sabinada e a Revolta dos Malês foram episódios que demonstraram que existiam conflitos e reivindicações políticas próprias dos negros e mulatos. De tal modo, as revoltas na Bahia da década de 1830 contrariaram o argumento defendido por Rebouças, o que foi amplamente usado por seus opositores, colocando em evidência conflitos em torno da cor e pondo em xeque sua defesa da igualdade de direitos civis²⁶⁹.

A discussão a respeito da cidadania no Brasil imperial geralmente gira em torno dos critérios expostos até aqui. As condições políticas dos cidadãos eram restritas à sua propriedade, possuindo mais ou menos autonomia conforme suas capacidades materiais. Entretanto, como mensurar a ação das pessoas comuns na sociedade daquela época? Para além do exercício da política, institucionalizada ou feita nas relações interpessoais com mandatários locais, qual o nível de agência que os brasileiros e brasileiras possuíam para o trato de seu cotidiano? Como pudemos analisar na seção anterior, Antônio Joaquim de Macedo Soares esperava alguns papéis definidos quanto a natureza do Estado, do judiciário e da magistratura. Dentro destes papéis, a assistência à população era constante, sendo uma necessidade que as instituições chegassem às pessoas, principalmente as pessoas comuns. Entretanto, isto não significa necessariamente que o oposto fosse verdadeiro, que as pessoas comuns pudessem participar das instituições ou exercerem plenos direitos políticos. Portanto, nos cabe tentar compreender como Macedo Soares entendia o exercício da cidadania e, principalmente, das pessoas não contempladas naquele entendimento de exercício cidadão. Existiam elementos que Macedo Soares enxergava como comuns à sociedade, independentes do que era compreendido como cidadania? Pretendemos analisar isto na sequência.

1.4.1 O Estado e o estado das pessoas

Em um artigo intitulado “Da confissão no juízo conciliatório”, publicado no volume 13 da revista *O Direito*, em 1877, Antônio Joaquim de Macedo Soares colocava a questão: “A

²⁶⁸ MATTOS, 2000, Op. cit. p. 24.

²⁶⁹ GRINBERG, 2002, Op. cit. p. 152.

confissão pura e simples, feita pelo devedor e aceita pelo credor, no juízo conciliatório, é conciliação verificada?”. O que nos interessa aqui não é o impacto da resposta desta pergunta no campo do direito, mas sim os elementos que Macedo Soares mobilizou para responde-la, que trazem possibilidades de compreender as relações privadas e a atuação do Estado no Brasil da época. De todo modo, o magistrado começava a responder esta questão apontando para a importância do direito, dos mecanismos judiciais e da própria figura do juiz para ajudar nas disputas entre as pessoas:

As demandas forenses forão sempre consideradas como indeclinavel, mas triste necessidade das relações sociaes. Sem fazer cabedal das más paixões dos homens, da cobiça, da avaresa, da ira, da prepotencia, dos caprichos de todo o genero, bastão para explical-as a divergencia das vontades, sempre tão variaveis, e a fraquesa dos entendimentos acerca da natureza e da comprehensão dos direitos de cada um. Onde ha homens reunidos em sociedade, ha direito; onde ha direitos, há processo que os fação valer, e juízes que dirimão as contendas, dando a cada um o que é seu.²⁷⁰

Mesmo chamando a atenção para a importância do uso do sistema judiciário para a resolução de conflitos, dada as paixões envolvidas em processos judiciais e o distanciamento das pessoas quanto a compreensão de seus direitos, Macedo Soares ressaltava a importância de não desgastar o sistema, transformando-o em um “circo de gladiadores”²⁷¹, onde as intrigas só seriam exacerbadas e tornariam os litigantes inimigos. Para isso, o magistrado defendia a importância das tentativas de conciliação entre as partes antes que as disputas virassem processos judiciais, compreendendo ser desejável e possível que as pessoas resolvessem suas contendas a partir de um senso de fraternidade, sem necessariamente recorrer a procedimentos mais complexos, demorados e custosos. Exaltava assim o art. 161 da Constituição do Império, em que se lê “Art. 161. Sem se fazer constar, que se tem intentado o meio da reconciliação, não se começará Processo algum”²⁷², atentando que para isso a Carta Magna “creou uma classe de juízes, com o caracter eminentemente pacifico e popular, os juízes de paz electivos”²⁷³. Desta forma, Macedo Soares argumentava o seguinte:

Reconciliar, é a phrase da constituição. Com efeito, a conciliação é o estado natural dos homens nas suas regulares relações sociaes: rotas estas ou perturbadas pela desarmonia dos interesses contrariados, manda a lei que o juiz trabalhe e se esforce para restabelecel-as, aconselhando, esclarecendo os direitos e os deveres das partes,

²⁷⁰ MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Da confissão no juízo conciliatório**. Revista O Direito. Ano 5, volume 13. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1877, p. 5.

²⁷¹ Ibidem, p. 5.

²⁷² BRASIL, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. **Constituição Política do Imperio do Brazil (25 de março de 1824)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 06/06/2020.

²⁷³ MACEDO SOARES, 1877 (A), Op. cit. p. 5.

procurando meios de evitar que a questão se prolongue e se transfira para o juízo contencioso, onde se converte em demanda com o seu cortejo de despesas, perda de tempo, agitação de espírito, fermento de odios, incommodos de toda a sorte.²⁷⁴

Esta posição de Macedo Soares evoca a ideia de que as pessoas teriam por natureza uma existência pacífica, conciliados em sociedade. Contudo, ainda assim as pessoas estariam sujeitas a diversas paixões que poderiam contribuir para desequilibrar o estado natural de conciliação e colocá-las em disputa. Havendo o conflito, era necessária a emergência de um poder reconciliador, que só seria possível através do Estado, representado neste caso por um juiz.

Como temos visto e veremos novamente ao longo deste trabalho, o repertório jurídico de Macedo Soares era bastante complexo. Existia uma predominância do uso de um direito positivo, sendo a argumentação deste magistrado fortemente embasada na letra da lei. Tanto é que Macedo Soares questionava a formulação das legislações brasileiras, carentes de clareza e ilustração. À primeira vista pode parecer óbvio este apego à lei escrita, contudo, existia no imaginário jurídico brasileiro um amplo uso do direito natural, muito mais embasado em concepções filosóficas e moralizantes a respeito de uma natureza humana e a formação de uma sociedade civil ideais. Macedo Soares demonstrava uma imensa preocupação com questões morais e éticas na sociedade brasileira, desta forma, mesmo defensor do direito positivo, é importante termos em mente que o direito natural não esteve ausente do imaginário de Macedo Soares, principalmente em momentos em que ansiava por apontar para questões que considerava imorais, como a manutenção da escravidão. Ou, como neste caso, um debate sobre a vida social que justificasse a existência do Estado no ordenamento das relações privadas.

Além disso existe uma ponderação a ser feita sobre o próprio direito positivo como agente de doutrinas moralizantes. Ao estudar os discursos que circulavam no Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), a entidade que representava os advogados e onde se debatiam diversas doutrinas jurídicas durante o período imperial, Eduardo Spiller Pena coloca que era comum uma “concepção do ‘positivismo jurídico’ oitocentista, que via a produção da lei como atributo exclusivo do Estado, para a aplicação de reformas no âmbito de sua própria estrutura burocrática e, principalmente, como projeto para a ordenação das relações sociais”²⁷⁵. De todo modo, Macedo Soares estava apontando para a função do Estado como mediador de conflitos no âmbito privado, uma característica marcante do que se pretendia com o reformismo imperial.

²⁷⁴ MACEDO SOARES, 1877 (A), Op. cit. p. 5-6.

²⁷⁵ PENA, 2001, Op. cit. p. 253.

Esta é uma concepção que voltará a aparecer, principalmente quando discutirmos as ideias que Macedo Soares relacionava à [propriedade e a escravidão](#).

O artigo prosseguiu com um questionamento de que a conciliação era vista por muitos como uma transação, ou seja, um acordo em que uma ou ambas as partes faziam concessões de direitos para que a disputa fosse encerrada. Macedo Soares acreditava que

Nem sempre a conciliação é transacção. O devedôr que no juízo de paz reconhece e paga o que deve, verificou a conciliação, e não transigiu. Aquelle que convence o seu credor de já lhe haver solvido a obrigação, sahe reconciliado com este, e não transigiu. Si confessou a dívida, e pediu espera, dir-se-ha que o credôr, dando a mora, cedeu do seu direito? Fantastica cessão! A demanda no contencioso lhe havia de roubar muito mais do que esse pequeno prejuízo da espera; mas, mesmo aqui um só cedeu, não houve transacção, no sentido verdadeiro da palavra.²⁷⁶

Portanto, a conciliação em geral não era uma concessão de direitos e mesmo quando houvesse certa concessão, ainda era menos desgastante e prejudicial às partes do que as possibilidades de um longo processo judicial. Levando isto em consideração, o magistrado alegava ser de grande importância que a conciliação fosse realizada pelas próprias pessoas que possuíssem uma contenda, ressaltando que as conciliações fossem feitas através de outros agentes como curadores, testamenteiros ou procuradores públicos, somente em casos excepcionais e com total ciência das partes em conceder autonomia para aquele representante²⁷⁷.

A confissão de uma dívida poderia ser feita de maneira extrajudicial, contudo, Macedo Soares pontuava que não havia garantias para a resolução do conflito. Somente a confissão realizada em juízo conciliatório possuía efeitos legais, ganhando possibilidade de ser exequível judicialmente caso a contenda não fosse resolvida naquela etapa prévia, concluindo que “a confissão pura e simples, feita pelo devedor e aceita pelo credor, no juízo conciliatorio, é uma conciliação verificada”²⁷⁸. Uma vez havendo uma conciliação verificada, era possível acionar os mecanismos legais para o cumprimento do acordo.

Portanto, Macedo Soares reconhecia que existia a resolução de conflitos de maneira extrajudicial, afinal defendia que a conciliação era um estado natural das pessoas. Todavia, somente aquelas realizadas sob a tutela de um juiz de paz é que possuíam as garantias de efetivação. Nesta concepção, existia de fato uma supervisão institucional para a resolução de conflitos, mas ainda assim a esfera pessoal não era desvalorizada. Desta forma, estava sendo

²⁷⁶ MACEDO SOARES, 1877 (A), Op. cit. p. 6-7.

²⁷⁷ Ibidem, p. 7.

²⁷⁸ Ibidem, p. 10.

pautado o papel do Estado como intermediário dos conflitos privados com os indivíduos ainda possuindo seu poder de ação, com Macedo Soares incentivando a conciliação entre os sujeitos, mas passando por uma mediação institucional que garantiria a validade legal daqueles acordos e desta forma oferecendo segurança às partes. Os conflitos deveriam ter a supervisão do Estado, não deixando que estes se resolvessem em um âmbito estritamente privado, em que os resultados pudessem ser decorrentes do uso da força física ou simbólica.

É importante considerarmos que o acesso à justiça no Brasil Imperial não era o mesmo para todas as pessoas, havendo diversas restrições e personalidades jurídicas distintas de acordo com a condição do indivíduo. Em outro texto doutrinário escrito para a revista *O Direito*, Macedo Soares discorria um pouco sobre estas questões, argumentando sobre quem deveria ser classificado como pessoa miserável em um procedimento jurídico, assim como os requisitos a serem avaliados para tal e a quem cabia fazer esta classificação. O primeiro ponto levantado pelo magistrado nesta questão era o reconhecimento de que nem todas as pessoas possuíam o mesmo poder de ação perante a lei, precisando recorrer a outro indivíduo que fosse legalmente responsável naquela questão:

Ha incapacidades absolutas ou relativas, naturaes ou civis, para o exercicio do direito de acionar, ás quaes tem a lei obviado dando ao incapaz quem o represente em juízo. No crime, a queixa compete ao ofendido, sendo maior; a seu pai ou mãe, tutor ou curador, sendo menor, púbere ou impúbere, e segundo é ou não orphão; ao cônjuge, sendo o consorte o ofendido; ao senhor, sendo o escravo.²⁷⁹

Além destes casos elencados pelo juiz, outras pessoas também possuíam problemas de representação na justiça, não pelas limitações de sua personalidade jurídica, mas sim por fatores que os colocavam na impossibilidade de recorrer ao sistema judiciário de forma equivalente. Estas pessoas, portanto, eram miseráveis do ponto de vista legal. Entretanto, Macedo Soares pontuava a respeito da diferença de definição quanto a pessoa miserável no âmbito do direito civil e no criminal. A pessoa miserável no direito criminal, segundo Macedo Soares, estaria pautada a princípio no art. 73 do Código de Processo Criminal de 29 de novembro de 1832: “Art. 73. Sendo o offendido pessoa miseravel, que pelas circumstancias, em que se achar, não possa perseguir o offensor, o Promotor Publico deve, ou qualquer do povo pôde intentar a

²⁷⁹ MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Da miseria do ofendido**. Revista O Direito. Ano 6, volume 15. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1878, p. 424.

queixa, e prosseguir nos termos ulteriores do processo”²⁸⁰. O magistrado pontuava então que no direito civil

são miseráveis todos os que, pelo só estado de sua pessoa, necessitam da assistência do ministério publico, revelada pelo officio nobre do juiz, pelo do curador geral e do escrivão respectivo. Assim, os orphãos ou menores sem pai, quer tenham tutor, quer não; os interdictos, que lhe são equiparados; as viúvas, embora ricas; os rusticos; os doentes de molestia diuturna; os escravos; os fracos litigando com poderosos, são todos eles pessoas miseráveis.²⁸¹

Evidenciando estas diferenças de tratamento, Macedo Soares concluía que a questão do miserável era bastante mais restrita no caso do direito criminal do que no civil, o que levava a debates sobre a questão da classificação da pessoa miserável. O aviso n. 377 de 10 de agosto de 1865 definia que o ofendido poderia alegar ser miserável, cabendo ao juiz aceitar a sua declaração e aos acusados impugnarem aquela afirmação apresentando qualquer gênero de provas para tal. Já o acórdão de 17 de abril de 1874, definia que que uma pessoa que vivia “do seu modesto trabalho, por mais modesto que seja”²⁸², não poderia ser considerada miserável, dando a compreensão de que desde que o sujeito possuísse autonomia e renda, ele não poderia ser miserável, mesmo que fosse extremamente pobre. Macedo Soares não concordava com estas doutrinas, acreditando que da maneira que haviam sido escritas poderiam “destoar de todos os principios do direito formal, e dar ao juiz formador da culpa um arbítrio que pôde mui facilmente degenerar em abuso”, sendo que “a lei deve ser feita, não para pôr em prova a prudencia e circumspecção dos juizes; porem, para, limitando-lhes o poder, melhor assegurar os direitos das partes”²⁸³. Mesmo não tocando no assunto neste texto, fica clara a constante preocupação de Macedo Soares quanto a necessidade de uma boa formulação das leis e de clareza dos textos doutrinários, como discutimos [anteriormente](#). Decisões como aquelas poderiam transformar os juizes em figuras com demasiado poder em mãos, o que não era o objetivo. Os juizes deveriam ser mediadores dos conflitos sociais e para isso não poderiam possuir poderes ilimitados que os levassem à abusos de função. Deveriam, portanto, possuir mecanismos limitadores de seu poder assim como qualquer outra pessoa, para poderem então agir de maneira reconciliatória.

²⁸⁰ BRASIL, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. **Lei de 29 de novembro de 1832**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em: 06/06/2020.

²⁸¹ MACEDO SOARES, 1878 (B), Op. cit. p. 424.

²⁸² Ibidem, p. 425.

²⁸³ Ibidem, p. 425.

Questionadas as doutrinas, qual era então a solução de Macedo Soares para considerar uma pessoa miserável perante um processo criminal? A resposta do magistrado era simples: deveria se inverter o agente que apresentava as provas. A pessoa que alegava ser miserável é que deveria comprovar sua condição e não o sujeito que a opunha no processo. Nas palavras de Macedo Soares: “Ao offendido que allega a sua miseria incumba a prova dela; e seria vexatória ao réo, já afligido pela accusação, attribuir lhe o onus de provar que o offendido não é pessoa miseravel”²⁸⁴. Posta esta questão, novamente Macedo Soares chamava a atenção para o “caráter sagrado” do “altíssimo sacerdócio” dos juízes, como discutimos na [seção 1.3](#). O magistrado argumentava que os juízes deveriam levar em consideração a questão social daqueles que alegavam miséria. Evidentemente a condição de pobreza deveria ser comprovada, mas levando em conta a potencial veracidade do fato, os juízes deveriam exigir provas que não fossem custosas aos alegantes de miséria:

Não se vá, porém, exigir do offendido uma justificação em regra, com citações, inquirição de testemunhas e sentença, um processo, enfim, que não estivesse em suas forças intentar. Seria contradicção, mais do que isso, seria escarnecer do pobre e exigir delle que dispendesse dinheiro para provar que está em circumstancias de não poder gastar dinheiro. Deve, pois, o juiz contentar-se com qualquer gênero de prova, ainda semiplena, ainda indiciaria, como attestados do parochio, ou de qualquer autoridade local, ou mesmo attestações juradas de dous ou mais homens bons do lugar da residencia do ofendido; tanto mais que ao accusado fica sempre salva a prova em contrario, que póde ser formada na reinquirição das testemunhas do accusador.²⁸⁵

O que pudemos perceber ao longo das fontes consultadas é que Macedo Soares contestava algumas das fórmulas utilizadas nas restrições de direitos, mas não as restrições em si. Não havia de sua parte um grande questionamento quanto as qualidades que a lei delegava aos cidadãos, que por si só já possuíam diferentes graus de cidadania. Por outro lado, estava bastante clara a posição de Macedo Soares em reconhecer que pessoas com personalidades jurídicas ou condições sociais diferentes necessitavam de um tratamento que considerasse essa assimetria por parte da justiça. No caso em questão, a possível condição de miserável vinha acompanhada de uma compreensão por parte do juiz de que a pessoa provavelmente não teria as condições materiais para apresentar provas substanciais que comprovassem a sua situação.

Dentre as comprovações passíveis de serem considerados para o reconhecimento da condição de miserável, destacamos a possibilidade de recorrer a testemunhas que alegassem o fato em favor do ofendido, o que se desdobra em três elementos. Primeiro, ao recorrer a sujeitos ligados à Igreja ou autoridades locais, ficava evidente a legitimidade entre instituições,

²⁸⁴ MACEDO SOARES, 1878 (B), Op. cit. p. 425.

²⁸⁵ Ibidem, p. 426.

reconhecendo a palavra dos agentes públicos como prova legal. O segundo ponto vai na mesma direção, dando peso à palavra de outras testemunhas desde que tivessem uma moralidade reconhecida publicamente. Por fim, contemplando os dois primeiros elementos, havia a importância do reconhecimento da pessoa perante a comunidade. Hebe Mattos argumenta que o estabelecimento de laços comunitários e/ou familiares era fundamental na experiência de liberdade durante o Império, principalmente entre a população considerada parda²⁸⁶. Neste caso, o reconhecimento comunitário ou a falta dele, poderiam ser determinantes para o indivíduo que alegava ser miserável. O mesmo valia para suas próprias testemunhas, que careciam do mesmo reconhecimento para terem força em seu testemunho. Estas são questões que estiveram constantemente presentes no imaginário de Macedo Soares e iremos voltar a abordá-las nos capítulos seguintes.

Levando em conta que existia um reconhecimento da diferença de condições jurídicas entre as pessoas por parte de Macedo Soares, em uma sociedade que possuía cidadãos com níveis de cidadania distintas e crescente desigualdade social, uma das ideias do magistrado nos chamou bastante atenção. Uma das passagens mais interessantes dos textos doutrinários de Antônio Joaquim de Macedo Soares deu-se em um artigo publicado na revista *O Direito* no final da década de 1870. Intitulado “Antigualhas Forenses – sobre o tratamento devido as relações e mais tribunaes superiores”, o artigo, como sugere o título, colocava questões a respeito das formas adequadas de tratamento que deveriam ser utilizadas nos tribunais ao referirem-se aos membros da Casa Imperial. Considerando os períodos de regência da Princesa Isabel, Macedo Soares apontava para confusões que magistrados e advogados cometiam quanto ao tratamento direcionado à filha do monarca. Não fica claro qual era o equívoco que vinha acontecendo nos tribunais, mas de qualquer modo, não é o erro em si que chama a atenção, mas o debate que Macedo Soares construiu a partir dele.

Segundo o magistrado “O erro vem de se não reflectir na diversidade do regimen absoluto antigo e do regimen constitucional de hoje”²⁸⁷. Macedo Soares apontava para uma percepção, fortemente enraizada nos brasileiros, de que as instituições ainda eram ligadas à figura de um monarca todo-poderoso e que as pessoas ainda não sabiam discernir entre os tempos do Antigo Regime e aquele período moderno em que viviam. De forma a rechaçar a ideia de todos os poderes centralizados na figura do rei, declarava o seguinte:

²⁸⁶ Cf. MATTOS, 2013, Op. cit.

²⁸⁷ MACEDO SOARES, 1879 (A), Op. cit. p. 577.

Ora, hoje todos estes poderes: legislativo, moderador, executivo e judicial, são delegações da nação (Const. art. 12); não compõem a Côrte Imperial; não são depositários da imperial jurisdição; nem representam vivamente a pessoa imperial no exercício de sua jurisdição, porque por sua vez o Imperador não é mais do que representante da nação (art. 11), e funcionario publico encarregado de exercer uma parte delegada da soberania nacional na qualidade de poder moderador, chefe do poder executivo e membro do poder legislativo; mas, tão funcionario publico como nós, por exemplo, juizes de direito, incumbidos de uma outra parte delegada da soberania nacional, a qual consiste na execução das leis pela sua applicação aos factos occurrentes (art. 152).²⁸⁸

O que estava escrito no artigo 11 da Constituição Imperial é que “Os Representantes da Nação Brasileira são o Imperador, e a Assembléa Geral”²⁸⁹, portanto, não há neste artigo e em nenhum outro da carta constitucional a equiparação do imperador com um funcionário público. O que existia na Constituição era um Estado de governo monárquico, hereditário e representativo, reconhecendo a dinastia de Dom Pedro I como a única a governar, sendo o imperador o defensor perpétuo do Brasil. Mas, também é verdade, que no artigo 12 da Carta Magna imperial, constava que “Art. 12. Todos estes Poderes no Imperio do Brazil são delegações da Nação”²⁹⁰. Portanto, Macedo Soares buscava desmitificar a figura do rei como portador de poderes ilimitados, tão característicos do Antigo Regime. Ou melhor dizendo: combater os resquícios culturais do Antigo Regime e defender um imaginário em que instituições independentes fossem compreendidas como a nova norma em um mundo moderno e civilizado. Por isso submetia o poder do imperador à carta constitucional, delimitando quais eram suas funções e obrigações e humanizando a figura do monarca ao equipará-lo aos outros funcionários públicos do Império.

No entanto, Macedo Soares demonstrava que sua percepção em relação à figura do imperador não era tão popular como deveria. Segundo ele, estava muito difundido pela burocracia estatal a exaltação da figura imperial, aludindo decisões à vontade do imperador, desejando bênçãos a sua pessoa e manifestando a impressão que os poderes institucionais ainda emanavam do monarca. Era uma mentalidade que precisava ser superada, declarando que ideias como estas eram:

Palavras tabelliôas, sem sentido na parte que se refere ao Monarcha, porque os juizes deprecão por autoridade propria, como poder independente que são, e bem servindo, servem á nação, que assim lh'o delegou; não ao Imperante que, por seu turno, não

²⁸⁸ MACEDO SOARES, 1879 (A), Op. cit. p. 578.

²⁸⁹ BRASIL, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. **Constituição Política do Imperio do Brazil (25 de março de 1824)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 06/06/2020.

²⁹⁰ Ibidem.

passa de um seu delegado para, por si, exercer o poder moderador; por seu ministro, o executivo; conjuntamente com as duas camaras, o legislativo.²⁹¹

Desta forma o magistrado reforçava o que estava expresso no artigo 12 da Constituição, que todos os poderes eram delegações da nação, fossem os do imperador ou de um juiz. Ainda é abstrato afirmarmos o que Macedo Soares considerava ser a nação brasileira, apesar de termos nos esforçado em trazer vários elementos que podem ajudar a compreender esta questão ao longo deste trabalho. Considerando que o juiz demonstrou tanto apego à Carta Magna brasileira, assumiremos neste momento que Macedo Soares queria se aproximar de uma definição quanto a nação baseada naquilo que era exposto na Constituição de 1824. No primeiro artigo deste código, definia-se o que era o Império do Brasil: “Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Politica de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia”²⁹². Sendo o Império constituído pela associação política de seus cidadãos, formando assim uma nação, é compreensível que Macedo Soares entendesse que os poderes, tanto do imperador quanto qualquer outro funcionário público, emanavam da união de cidadãos brasileiros. Claro que considerando todas as já debatidas restrições à cidadania, que excluía uma parcela significativa daquela sociedade e que a princípio este magistrado não rechaçava.

Todavia, ainda assim é possível perceber a resistência de Macedo Soares às relações que ele considerava como sendo de privilégio. É uma linha bastante tênue e delicada. O imperador tinha sim funções de extrema importância, mas que só existiam pela delegação de poderes efetuada por uma nação de cidadãos brasileiros. Ser o imperador não o tornava uma pessoa especial, mas sim um funcionário público como outro qualquer que teve seus poderes delegados por esta mesma nação. Os cidadãos então, idealmente, legitimavam o poder mesmo que suas condições de cidadania fossem diversas. Como falado na época, as pessoas possuíam diversas “qualidades”, ou seja, características jurídicas, sociais, raciais e políticas que as classificavam na hierarquia social. Macedo Soares reconhecia estas diferenças de “qualidades” na sociedade brasileira, defendendo que o Estado criasse mecanismos que mesmo que não acabassem com estas hierarquias, pelo menos as colocassem em equilíbrio.

²⁹¹ MACEDO SOARES, 1879 (A), Op. cit. p. 579.

²⁹² BRASIL, Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil. **Constituição Política do Império do Brazil (25 de março de 1824)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 06/06/2020.

Era a defesa de um novo modelo de sociedade que se opunha ao Antigo Regime e suas relações de privilégio. Mesmo não extinguindo estas relações, era reconhecido que elas não poderiam ser exercidas sem um balanceamento. Contudo, esta defesa do equilíbrio, de proporcionar oportunidades às pessoas mais desfavorecidas nas contentas jurídicas e em situações sociais precárias, não significa necessariamente a defesa de um modelo mais democrático de sociedade, pelo menos neste recorte da vida de Macedo Soares. Como veremos mais adiante, apesar de ver a população quase sempre de maneira positiva e acreditar em uma natureza pacífica das pessoas, ainda assim Macedo Soares pautava a necessidade de mecanismos de controle social. Era essencial que o Estado criasse formas de inserir-se nas relações privadas, oferecendo instrumentos de equilíbrio social e maneiras de manter a população pacificada, evitando qualquer possibilidade de convulsão social, que naquele imaginário, seria um impeditivo para o andamento de um processo civilizatório no Brasil.

Capítulo 2 – Redes de sociabilidades e construção do Estado na província do Paraná

Antônio Joaquim de Macedo Soares projetou algumas expectativas sobre o que ele esperava da magistratura, do Judiciário e do Estado. Esperava dos magistrados e demais pessoas em funções públicas um comportamento imparcial, com uma formação adequada, capacidade técnica e uma postura até certo ponto altruísta. O Judiciário deveria reduzir seus custos e otimizar suas práticas, constituindo-se como um instrumento visto como legítimo pela população, em que esta sentiria abertura para recorrer, servindo como um poder mediador na sociedade. Seria o Estado, em sua preocupação de chegar até as pessoas, que deveria oferecer as condições para a realização destes processos. Para isso, precisava de reformas que o colocassem no caminho do que era considerado no imaginário de Macedo Soares, um Estado moderno e civilizado.

Uma parte importante destas ideias foi expressada por Macedo Soares durante sua passagem pela província do Paraná, como já pudemos ver anteriormente. Soares havia vindo para esta província com o intuito de assumir a função de juiz de direito da recém organizada comarca de São José e Campo Largo, coincidindo com um período de retomada ao poder do Partido Conservador em terras paranaenses, em que foram implementadas diversas reformas na província. Um período de relativa estabilidade, em uma província que passou por uma considerável turbulência política desde sua formação.

O debate a respeito da emancipação política da comarca de Curitiba, que viria a se tornar a província do Paraná, prolongou-se por uma década, iniciando sua discussão em 1843 e concluindo-se o processo emancipatório em dezembro de 1853, passando por um período de intensas discussões e tensão dentro de legislaturas de maioria conservadora²⁹³. Este processo foi desencadeado em meio a temores quanto à possibilidade de explodirem revoltas armadas na comarca de Curitiba, futura província, dada a proximidade da região com os farroupilhas do Rio Grande do Sul e o calor da recém derrotada Revolta Liberal de 1842 em São Paulo. O temor era de que as forças liberais da região se alinhassem com algum destes movimentos, causando ainda mais instabilidade política em um contexto já conturbado. Além disso, de acordo com Vitor Marcos Gregório, diversos políticos enxergavam o potencial da região em funcionar de

²⁹³ GREGÓRIO, Vitor Marcos. **A emancipação negociada: os debates sobre a criação da província do Paraná e o sistema representativo imperial, 1843**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, nº 69, 2015, p. 320.

forma autônoma, bem como a própria necessidade da medida considerando a distância da administração da província de São Paulo²⁹⁴.

Portanto, o considerável risco de articulação de novas revoltas ou mesmo um alinhamento com os farroupilhas, a dificuldade de administração devido a distância da capital e o potencial que a região demonstrava em se sustentar, a proposta de emancipação, ao invés de uma pacificação na base da força, foi ganhando forma. Gregório, de tal modo, argumenta que:

Era preciso dotar a elite local de meios para captar os recursos disponíveis na comarca, e investi-los “em favor da ordem pública”, o que significava criar uma força policial, fortalecer a guarda nacional, e realizar obras públicas capazes de facilitar o aproveitamento do solo fértil da região, impulsionando as virtualidades de crescimento econômico que a comarca possuía. Para que esses objetivos fossem alcançados, a emancipação surgia como uma condição necessária, já que daria origem a uma Assembleia Legislativa que, de acordo com as determinações do Ato Adicional, teria a autonomia necessária para tributar e aplicar os frutos dessa arrecadação no desenvolvimento da província²⁹⁵.

Evidentemente, muitos deputados paulistas demonstraram resistência à proposta de emancipação da comarca de Curitiba, irrompendo um tensionamento entre as elites políticas envolvidas. De um lado, uma parte da elite paulista via a emancipação da região como desvantajosa, devido à perda na arrecadação de impostos, bem como a possibilidade de terem sua representação política reduzida devido a nova divisão populacional. De outro lado, para a elite que viria a se tornar paranaense, aumentavam as possibilidades de organização de sua região, explorando o seu potencial econômico, bem como representação política²⁹⁶.

Alessandro Cavassin Alves aponta em sua tese que os partidos políticos do Paraná emancipado representavam interesses econômicos específicos, controlados por parentelas políticas, que almejavam chegar ao controle dos cargos políticos da província de forma a encaminhar medidas que favorecessem suas empreitadas econômicas²⁹⁷. De acordo com Rafael Augustus Sêga, os liberais paranaenses possuíam maior proximidade com as atividades tropeiras e de criação de gados e muare, formando o que o autor chama de uma “aristocracia tropeira”. Os conservadores no Paraná, por sua vez, estavam mais envolvidos com atividades comerciais, principalmente no que dizia respeito a produção e comercialização da erva-mate²⁹⁸.

²⁹⁴ GREGÓRIO, 2015, Op. cit. p. 324.

²⁹⁵ Ibidem, p. 324.

²⁹⁶ Ibidem, p. 333.

²⁹⁷ ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná (1853-1889). A classe política. A parentela no governo**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira. Curitiba, 2014, p. 35.

²⁹⁸ SÊGA, Rafael Augustus. **Tempos Belicosos: a Revolução Federalista no Paraná**. 2ª Ed. Curitiba: Instituto Memória, 2008, p. 150-151.

Como veremos adiante, Macedo Soares, conservador, teve uma aproximação com a questão do mate na província.

Por outro lado, como aponta Sandro Gomes, nas duas primeiras décadas do Paraná emancipado, apesar da força das parentelas políticas ainda ser uma questão fundamental na política paranaense, os chefes nacionais dos partidos exerciam muita influência sobre seus correligionários, principalmente no caso do Partido Liberal. Este partido, inclusive, como aponta Gomes, teve uma maior incorporação de políticos oriundos de fora do Paraná, tanto veteranos como iniciantes, com bons resultados nestas candidaturas. Esta maior facilidade na incorporação de políticos vindos de fora por parte dos liberais, principalmente bacharéis, constitui de acordo com Gomes, uma das principais diferenças entre os partidos políticos no Paraná, já que os conservadores mostraram-se mais resistentes a este processo a princípio²⁹⁹.

Após um predomínio liberal nos anos 1860, a década de 1870 no Paraná foi marcada pelos conservadores no poder da província, pautando diversos encaminhamentos na direção de construção estatal. De acordo com o levantamento de Alessandro Cavassin Alves, da emancipação política do Paraná em 1853 até o final da década de 1860, foram aprovadas pela Assembleia Legislativa Provincial 148 leis, ao passo que na década de 1870, foram aprovadas 349 leis pela mesma instituição. Em outras palavras, em uma década foram criadas mais que o dobro de legislações do que nos 17 anos anteriores. Entre as medidas aprovadas, ocorreu um aumento significativo nas leis referentes a organização administrativa, com a criação de novos municípios, comarcas e cartórios; assim como foram ampliadas as iniciativas de obras públicas e de instrução na província³⁰⁰. Como já discutimos na introdução, este é o período do Gabinete Rio Branco, conservador, em que foram implementadas diversas reformas no sistema imperial principalmente em decorrência do aprofundamento de uma crise da escravidão no Brasil. No entanto, é importante deixar claro que o predomínio dos conservadores não se caracterizou em um período isento de disputas entre os membros deste partido, como bem observa Sandro Gomes, evidenciando os conflitos existentes entre os conservadores no litoral paranaense que eventualmente chegavam a demandar a mediação da presidência da província, mesmo que estas divergências não representassem ideias radicalmente opostas³⁰¹.

²⁹⁹ GOMES, Sandro Aramis Richter. **Parentelas, partidos e transição política: mudanças na gestão de diretórios partidários e na atuação política das elites regionais na passagem do Império para a República (Paraná, c. 1853-c. 1926)**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Carlos Alberto Medeiros Lima. Curitiba, 2017, p. 42.

³⁰⁰ ALVES, 2014, Op. cit. p. 224.

³⁰¹ GOMES, 2017, Op. cit. p. 243-244.

Quando chegou ao Paraná em 1874, Macedo Soares deparou-se com uma província controlada pelo projeto conservador de edificação estatal, mesmo que, como veremos neste capítulo, ainda fosse um projeto bastante alinhado com os interesses de certas elites locais. Além disso, verificamos em trabalho anterior que o Paraná era uma província extremamente ruralizada, com uma população composta, grosso modo, de lavradores mais empobrecidos atuando na produção de alimentos, com alguns sujeitos bastante mais enriquecidos atuando no comércio ou sendo proprietários de fazendas. Era, assim, uma sociedade bastante hierarquizada como um todo, mas com hierarquias muito menos expostas quando consideramos apenas a população camponesa³⁰². Desta forma, como aponta Carlos Lima, o campesinato no Paraná era bastante robusto na década de 1870, diferentemente do que aponta a historiografia tradicional sobre a região, que considera a ascensão de uma classe camponesa intimamente relacionada à imigração³⁰³.

O mate, é verdade, ainda constituía um produto de muita importância econômica para a província, mas encontrava-se em um período de dificuldades, devido a recuperação da produção ervateira paraguaia após a Guerra do Paraguai³⁰⁴. Contudo, mesmo importante, o mate não ocupava necessariamente o centro de toda a produção provincial ou da vida dos lavradores como apontam pesquisas mais clássicas. Por ser uma atividade extrativista, considerando que a melhor erva-mate crescia junto à vegetação nativa de forma natural, era sempre complementar à algum outro tipo de trabalho³⁰⁵.

Sobre a questão da erva-mate, o presidente de província Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, no cargo durante a chegada de Macedo Soares ao Paraná, alertava em seu relatório à Assembleia Legislativa Provincial de 1874 que “não é prospero o estado da renda geral em consequencia da baixa nos mercados consumidores da herva mate, principal produto de exportação da provincia”³⁰⁶. Em seu relatório seguinte, Abranches abordava com mais

³⁰² CUNHA, André Gustavo Lescovitz. **Casos negros e pardos livres de mobilidade ascendente no Paraná do Século XIX**. (Monografia de Graduação). Orientador: Carlos Alberto Medeiros Lima. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016, p. 49-54.

³⁰³ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Distância na carne: mundo agrário, escravidão e fronteira nos Campos de Curitiba (séculos XVIII e XIX). In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 310.

³⁰⁴ WESTPHALEN, Cecília Maria. **Porto de Paranaguá: um sedutor**. 1ª edição. Secretária de Estado da Cultura do Paraná, Curitiba, 1998, p. 260

³⁰⁵ LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Uma “informação” sobre os negócios da erva-mate e o seu autor (1837)**. História Econômica & História de Empresas XIV.1, 2011, p. 51.

³⁰⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatório do Presidente de Província, 15 de fevereiro de 1874, p. 56. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>. Acesso em: 03/11/2019.

profundidade a questão da erva-mate na economia paranaense, desta vez comentando sobre a recuperação do Paraguai:

O Paraguay entrou em seu periodo da paz, refez-se de forças e curou do restabelecimento de suas fontes de riqueza. O matte foi de novo explorado e veio abastecer os depositos das cidades platinas, fazendo damnosa concorrência ao nosso, causando-lhe sensível redução de preço e completo depreciação. A esta circunstancia já de si poderosa bastante para afastar do Prata o nosso matte, associou-se o desprezo em que cahiu esse produto desde que por todas as classes e entre as mais importantes familias portenhas e orientaes começou o gosto pelo uso do café, ali introduzido por nossas forças quando fizemos de Buenos-Ayres e Montevidéo nosso centro de operações. Não bastava inda isso; veio a fraude coroar a obra de aniquilamento do matte, originando a mal entendida astucia e torpe especulação o seu descredito completo³⁰⁷.

Abranches demonstrava a situação complicada em que enxergava a erva-mate paranaense, vitimada pela recuperação da erva paraguaia, a perda de apreço de mercados consumidores e a desonestidade no trato com o produto, recomendando assim o desenvolvimento de outras formas de indústria para o progresso do Paraná. Adolfo Lamenha Lins, por outro lado, tomou uma abordagem distinta do presidente anterior em seu relatório. Lamenha Lins ressaltou com entusiasmo as qualidades e especificidades do produto, deixando claras suas intenções de melhorar a apresentação da erva-mate, substituindo as tradicionais bolsas de couro, consideradas por ele esteticamente repulsivas, por um acondicionamento em caixas de pinho, mais agradáveis e parecidas com as embalagens de chá indiano. O que chamou bastante atenção neste relatório de Lamenha Lins, foi este trecho:

Cumpre alargar a esphera em que até agora se tem achado circumscripto tão esperançoso ramo de commercio, abrindo novos mercados a seu consumo. As exposições industriaes nas quaes esta provincia tem sido tão feliz hão de concorrer para fazer conhecidos nos mercados estrangeiros, esta planta e as vantagens de seu uso. N'este intuito resolvi mandar imprimir em folhetos, traduzido em quatro línguas, o extracto de uma monografia sobre a herva matte escripta pelo illustrado Dr. Macedo Soares. Estes folhetos deverão ser largamente distribuídos na exposição de Philadelphia e acompanhar as amostras de herva matte que o ministério da agricultura mandou preparar aqui para serem remetidas aos nossos agentes consulares no estrangeiro, com o fim de desenvolver o seu commercio³⁰⁸.

Aqui Lamenha Lins deixava evidente a sua tentativa de buscar novos mercados para o consumo da erva-mate, alavancando as receitas provinciais. Para isso, apresentava à Assembleia Legislativa Provincial a iniciativa de tornar Antônio Joaquim de Macedo Soares o

³⁰⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatório do Presidente de Província, 15 de fevereiro de 1875, p. 42. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>. Acesso em: 03/11/2019.

³⁰⁸ Ibidem.

garoto-propaganda da empreitada, publicando seu texto em quatro idiomas diferentes e apresentando-o na Exposição Universal da Filadélfia de 1876. O texto de Macedo Soares foi publicado primeiramente no jornal *Província do Paraná*, na *Secção Alemã*, que como o nome sugere, era escrita em alemão e direcionada aos imigrantes germânicos da província. Neste texto, Macedo Soares escrevia sobre os benefícios da erva-mate em comparação com outras infusões:

Entre as inúmeras riquezas brasileiras está a árvore do Mate, uma das melhores. Seu produto (em pó ou folhas) que é apreciado como uma infusão, como o chá indiano, ou o café, é uma bebida nutritiva de primeira e tem duas grandes vantagens em relação às outras duas bebidas, é menos estressante e incomparavelmente mais barato. O mate não é algo que depende mais de testes, mas é algo conhecido pelas populações das províncias do sul do Brasil, dos estados de La Plata e do Chile que de forma geral e exclusiva, bebem-na diariamente. No Paraná, no Rio Grande do Sul e no Paraguai, onde é conhecido com o nome de *herva* ou *yerba*, é um importante ramo do comércio. O preço médio do mate nos anos fiscais de 1860 a 1874, de acordo com as tarifas alfandegárias em Paranaguá, é 214 réis por quilo ou 3143 réis a arroba. Uma arroba de mate (14 quilos e 690 gramas) é suficiente, com consumo de três vezes ao dia, para seis meses. Assim, o investimento diário é de 23 réis, o que é pouco mais de 1 centavo, ou 4 dólares ao ano. Um consumo equivalente de café custaria 16 dólares por ano, chá indiano ou chá verde, entre 80 e 100 dólares. Consequentemente, o mate é a bebida preparada mais barata de todas. O mate contém óleo, portanto, é menos estressante que o café, o chá verde ou preto. De fato, a experiência confirma que para pessoas nervosas, mulheres e crianças o mate é mais aceitável do que as outras bebidas mencionadas. O mate extrai mais resina que café, menos do que o chá verde e muito menos do que o chá preto, consequentemente, ele é [bartreinbänder] como o café e como [Bozmittel] é comparável com o chá verde³⁰⁹.

Como podemos ver, Macedo Soares escrevia sobre os benefícios do mate: mais barato que outras infusões como o café e o chá tradicional, assim como possuidor de características mais benéficas à saúde. O fato de ser publicado em alemão e em um jornal de ampla divulgação, demonstra o intuito de incentivar a população de origem alemã da província a habituar-se com o consumo da erva-mate. É reforçado o seu consumo diário, inclusive demonstrando ser uma bebida bastante comum para a população da região, o que indica a tentativa de incutir nos leitores a possibilidade de consumirem um produto capaz de proporcionar certa integração social. Antes mesmo da publicidade do escrito de Macedo Soares dado por Lamenha Lins à Assembleia Provincial, o jornal *Dezenove de Dezembro* já havia emitido uma nota de agradecimento ao magistrado e ao presidente da província, louvando a atitude de divulgação do mate e tornando a questão ainda mais pública. A nota destacava a importância da iniciativa para

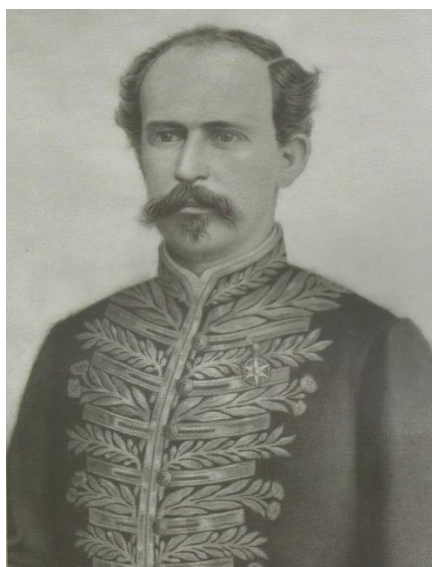
³⁰⁹ PROVÍNCIA DO PARANÁ. Curitiba, 01 de abril de 1876, Edição nº 14, p. 2. Tradução livre do alemão realizada pelo colega historiador Lucas Engel Sacht, a quem deixamos nossos agradecimentos.

o desenvolvimento da província, tanto de uma perspectiva econômica como também civilizacional, como podemos ver no trecho seguinte:

Vemos nesse proceder de S. Ex. a força de vontade de que dispõe, procurando por todos os meios, fazer com que o Paraná, maior nome obtenha nos cultos estados da Europa. Para uma provincia, como a nossa, digna de ser apreciada mais de longe, só um administrador como S. Ex., solicito sempre em promover-lhe todos os adiantamentos. A impressão aludida [no texto de Macedo Soares] é de grande utilidade para nós, Paranaenses, porque vemos, desde já a importancia que vae merecer na Europa essa riqueza, que se ha mais tempo não tem tido grande aceitação é por falta de quem como o Exm. Sr. Dr. Lamenha Lins, tivesse a feliz iniciativa de mandar imprimir em quatro idiomas a noticia sobre o mate do Paraná. Oxalá que houvesse sempre quem assim tomasse á peito os interesses deste bello torrão³¹⁰.

O trabalho de Macedo Soares sobre o mate continuou repercutindo na imprensa paranaense até mesmo depois do magistrado sair do Paraná para ocupar assento como juiz de direito em Mar de Hespanha, na província de Minas Gerais. Em 1881, um artigo de autoria de Caetano Alberto sobre a erva-mate paranaense citava e elogiava o trabalho realizado por Macedo Soares, mas sem maiores detalhes³¹¹. Já em 1885, quase uma década após a saída de Macedo Soares do Paraná, suas contribuições a respeito do mate, assim como de outros nomes, foram alvo de uma moção de agradecimento do vice-presidente de província do Paraná, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho³¹².

FIGURA 2. Adolfo Lamenha Lins, presidente da província do Paraná (1875 – 1877)



Manoel Azevedo da Silveira Neto, 1888, 81 x 53, 5 cm, detalhe. Acervo Museu Paranaense.

³¹⁰ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 05 de janeiro de 1876, Edição nº 1671, p. 2.

³¹¹ REVISTA PARANAENSE, Curitiba, 30 de janeiro de 1881, Tomo I, p. 23.

³¹² GAZETA PARANAENSE, Curitiba, 2 de dezembro de 1885, p. 2-3.

Resumindo, fica evidente a preocupação de Macedo Soares e Lamenha Lins com o desenvolvimento da província do Paraná, neste caso divulgando o seu principal produto de exportação para novos consumidores. Considerando os ideais expressos por Macedo Soares em seus textos doutrinários a respeito da população, do Judiciário e do desenvolvimento do Estado, veremos neste capítulo ações mais diretas do magistrado objetivando atingi-los, sendo esta discussão a respeito do mate apenas um exemplo entre vários outros que marcaram a trajetória do magistrado no Paraná. Mais do que isso, veremos como Macedo Soares se relacionava socialmente e politicamente durante a sua trajetória nesta região, interagindo com as expectativas das elites em um período marcado pelos anseios de reforma do Estado imperial, tanto nacionalmente quanto localmente.

2.1 A influência dos magistrados e suas redes de sociabilidades na política do Império

Ao longo do período imperial, indivíduos ligados à prática jurídica exerceram grande influência na política do país, não apenas por comporem os quadros da burocracia estatal, mas ocupando efetivamente diversos cargos políticos. Magistrados³¹³, militares e advogados corresponderam juntos a 70% das ocupações profissionais dos ministros imperiais. Até os anos 1850, os dois primeiros grupos profissionais eram a maioria, sendo substituídos aos poucos pelos advogados nas funções ministeriais³¹⁴. No caso do Senado, encontramos um cenário semelhante. Mais de um terço dos senadores imperiais possuía como ocupação a magistratura, enquanto que os advogados foram o segundo maior grupo profissional a ocupar cargos no Senado imperial, com cerca de 14% durante todo o período. Nas últimas duas décadas do Império, este cenário sofre uma alternância, com a advocacia ocupando a maior parte das cadeiras no Senado³¹⁵. Isto, contudo, não significa que o Brasil fosse um governo de magistrados e advogados, mas que a carreira jurídica oferecia maiores oportunidades de inserção política do que as outras. Não era um caminho natural dos bacharéis a inserção em cargos políticos, mas a sua proximidade com a burocracia e formação jurídica eram elementos que contribuíam para isso.

³¹³ No levantamento feito por José Murilo de Carvalho, o autor ressalta que considerou como magistrados apenas sujeitos que haviam alcançado a função de juiz de direito, que era um cargo de maior estabilidade. Todavia, Carvalho também alerta quanto a fragilidade de diversas das fontes selecionadas, bem como as classificações utilizadas.

³¹⁴ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 103.

³¹⁵ Ibidem, p. 105.

Esta preferência por advogados em detrimento de magistrados em fins do Império estava condicionada às pressões políticas dos bacharéis em direito, que encontravam dificuldade de inserção profissional devido ao inchaço do Estado e acúmulo de funções exercida pelos magistrados mais antigos. Isto foi um elemento importante na profissionalização da magistratura e na efetivação da Reforma de 1871, como já discutimos em [seção anterior](#).

É bom lembrarmos o que nos alerta José Murilo de Carvalho, de que apesar das funções judiciárias, executivas e legislativas possuírem distinções formais e institucionais entre si, era bastante comum que estas atribuições fossem amalgamadas no mesmo indivíduo, representado na figura de profissionais do direito, tornando a carreira jurídica um elemento de destaque para o acesso a cargos burocráticos e políticos em todos os níveis³¹⁶. Desta maneira, como podemos observar no trecho abaixo, a carreira jurídica com formação superior, configurava-se como a escolha profissional com maiores possibilidades dentro do Império:

Um diploma de estudos superiores, sobretudo em direito, era condição quase *sine qua non* para os que pretendessem chegar até os postos mais altos. A partir daí vários caminhos podiam ser tomados, o mais importante e seguro sendo a magistratura, secundariamente a imprensa, a advocacia, a medicina, o sacerdócio. Em alguns casos, a influência familiar era suficientemente forte para levar o jovem bacharel diretamente à Câmara. O apoio familiar e dos amigos e o patronato dos líderes já estabelecidos era, aliás, presença constante em todos os passos da carreira.³¹⁷

É notável que a presença de magistrados ocupando assentos políticos aumentava em legislaturas controladas majoritariamente pelo Partido Conservador³¹⁸. Esta afinidade aos conservadores por parte da magistratura, pode ser explicada pela tendência dos projetos conservadores em fortalecer a centralização política, enquanto os liberais estavam mais preocupados com a autonomia dos poderes locais³¹⁹. Como vimos no capítulo anterior, os projetos de reforma judiciária influenciados pelos conservadores valorizaram a magistratura profissional, geralmente articulando-a com o poder central. Ainda com a Reforma de 1871, foi garantida a profissionalização da magistratura e a autonomia do Poder Judiciário.

Desta maneira, os juízes de direito eram nomeados pelo imperador e respondiam diretamente ao Ministério da Justiça³²⁰, portanto, mesmo localizados por todo o país, eram uma instância muito ligada ao poder central. Entretanto, mesmo próximos ao governo central, os magistrados colocavam-se frequentemente como intermediários entre este poder, os poderes

³¹⁶ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 145.

³¹⁷ Ibidem, p. 125.

³¹⁸ Ibidem, p. 107.

³¹⁹ NEDER, 2016, Op. cit. p. 104.

³²⁰ Ibidem, p. 93.

locais e a população, o que lhes conferia certo caráter regionalista³²¹. Para Antônio Carlos Wolkmer, mesmo que o Poder Judiciário estivesse institucionalmente separado do poder político, a atuação da magistratura era extremamente politizada. Sua atuação estava fortemente ligada ao controle do poder central, bem como as alianças políticas e partidárias que os magistrados viessem a estabelecer. Isto colocava o juiz em uma situação de dualidade “ora submetido às exigências da legalidade partidária (aliados ou adversários das facções locais), ora impelido aos deveres funcionais do cargo como aplicadores da lei”³²².

Com isso, o exercício da magistratura conferia outras possibilidades políticas para os juízes para além da sua costumeira prática de ocupar funções na burocracia imperial ou eventualmente serem eleitos para um cargo político. Dentro do universo da política do período era comum a existência de redes de influência entre protetores ocupantes de cargos públicos, com pessoas que a eles recorriam em busca de favores, em um processo conhecido como clientelismo. Com a construção do Estado brasileiro ao longo do século XIX, ocupar um cargo na estrutura estatal concedia um grande poder, já que o ocupante em muitas das funções tinha a autoridade de nomear e demitir funcionários em postos inferiores³²³. Tal poder não se constituía apenas como potencial de nomeação e demissão de cargos diretamente relacionados, mas também, e principalmente, através de influência política constituída através de clientelas. As redes de clientes eram formadas por pessoas que buscavam por um protetor, geralmente numa condição capaz de nomear ou influenciar na nomeação de um cliente à um cargo público, podendo estender-se até mesmo em cargos que exigiam requisitos específicos para o ingresso³²⁴. Vale ressaltar que apesar de estarmos debatendo o clientelismo a partir de uma perspectiva de sua influência na política e na mobilidade na burocracia do Estado, tal prática se estendia por diversos níveis da sociedade³²⁵. Além disso, como veremos mais adiante [neste capítulo](#), sequer eram as únicas formas de sociabilidade no Brasil imperial que possibilitavam uma agência política naquele contexto.

Os pedidos por cargos públicos aconteciam muito frequentemente e envolvendo um número bastante extenso de indivíduos dentro de uma rede clientelar. Contudo, na perspectiva de Richard Graham, esta relação era bastante assimétrica, já que o sujeito que requisitava um

³²¹ GRAHAM, 1997, Op. cit. p. 272.

³²² WOLKMER, Antonio Carlos. A **magistratura brasileira no século XIX. Sequência: Estudos jurídicos e políticos**. v.18, n.38, Florianópolis - UFSC, 1997, p. 26.

³²³ GRAHAM, 1997, Op. cit. p. 274.

³²⁴ Ibidem, p. 307.

³²⁵ VELLASCO, Ivan. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; CARVALHO, José Murilo de (Orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 99

cargo a outro que o pudesse oferecer, estava claramente em uma posição de poder mais frágil. Entretanto, esta fragilidade não significava necessariamente que o sujeito em condições de oferecer um cargo possuísse uma posição completamente estável. Ivan Vellasco, por sua vez, salienta que as redes clientelares não se constituíam como um sistema de dominação e subordinação, mas sim como uma lógica de reciprocidade que orientava a ordem social³²⁶. De qualquer maneira, era um modelo que gerava muitas ansiedades, já que uma resposta positiva ou negativa para um pedido gerava toda uma movimentação dentro da relação clientelar, o que poderia alterar as diversas relações entre padrinhos e protegidos, abrindo ou fechando oportunidades para ambos os lados³²⁷.

Estas redes clientelares possuíam um forte apelo às relações que os políticos e funcionários públicos mantinham com sujeitos influentes em suas terras natais, suas famílias e amigos. Em tal prática era comum que pedidos fossem efetuados em favor de terceiros, pessoas que o requerente não necessariamente conhecia, mas que haviam sido indicados por parentes, amigos ou outros sujeitos de confiança ou poder³²⁸. A família era uma instituição de extrema importância no Império, sendo muito comum que os pedidos levados até os padrinhos fossem feitos em nome dos familiares do cliente, o que era visto como uma forma de legitimação do poder familiar com diversos membros daquela família ocupando funções dentro da estrutura do Estado. O nepotismo não era uma prática incomum, sendo inclusive reconhecida publicamente em diversos momentos, por mais que houvesse tentativas de controlar o fenômeno por parte do Estado³²⁹.

A perspectiva de Graham vai na direção de que as elites rurais exerciam um grande poder na lógica do clientelismo, com o Estado constituindo-se assim como a clientela dos mandatários locais. O Estado, então, precisaria mobilizar as próprias práticas senhoriais para expropriar o poder político destes mesmos senhores e quebrar aquela relação de clientela. José Murilo de Carvalho aponta para outra direção, entendendo que apesar do clientelismo ser uma relação de troca, é evidente que era o Estado que ocupava a posição de maior força nesta relação, já que era este quem possuía a capacidade de distribuir cargos e benesses políticas. De tal modo, para Carvalho, apesar da influência dos senhoriatos locais na sociedade brasileira, eram eles que formavam uma clientela do Estado e não o contrário, como considera Richard Graham³³⁰.

³²⁶ VELLASCO, 2009, Op. cit. p. 88.

³²⁷ GRAHAM, 1997, Op. cit. p. 313.

³²⁸ Ibidem, p. 279.

³²⁹ Ibidem, p. 301.

³³⁰ CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em:

Carvalho nos lembra que até mesmo figuras importantes da política imperial, como Nabuco de Araújo e o Visconde do Sinimbu, utilizavam de suas funções públicas como única fonte de renda, desta forma “para esses indivíduos o cargo público não era apenas um serviço como o era para um político inglês, ou para os que classificamos como ‘políticos’. Muitos filhos de fazendeiro dependiam dos vencimentos para sobreviver: viviam para a política mas também da política”³³¹. Em outro momento, Carvalho argumenta que:

A burocracia era importante para prover ocupação para os setores médios urbanos e mesmo para setores proletários; era também poderoso elemento de cooptação dos potenciais opositores, oriundos dos setores médios urbanos e das alas decadentes da grande propriedade rural.³³²

Ou seja, a burocracia no Brasil possuía grande importância social e política, para além de funções administrativas, proporcionando um meio de existência para diversos grupos sociais, inclusive de indivíduos ligados a setores de influência, como os proprietários rurais. Inserir-se nos quadros do Estado, neste contexto, era uma alternativa muito atrativa como modo de viver para muitos grupos do Império.

Voltando a Graham, para ele a constituição de um sistema clientelar não era incoerente com a política de construção do Estado, já que a “ordem estratificada da sociedade brasileira dava forma à prática clientelar, e a mobilidade dos indivíduos dentro dessa ordem imprimia a direção dada àquela prática”³³³. Assim o clientelismo utilizava da estrutura social para consolidar-se como elemento constituinte do próprio Estado brasileiro, nas palavras de Graham “era a própria razão de ser do Estado”³³⁴. Apesar do clientelismo ter sido um elemento de muita importância no funcionamento do Império, acreditamos que não era necessariamente o maior mecanismo de coesão política e social daquele sistema, bem como não era erigido como uma barreira intransponível a novas perspectivas que pudessem estar circulando no período a respeito do Estado brasileiro.

Contudo, o extenso estudo de centenas de correspondências realizado por Richard Graham, nos ajuda a compreender melhor o papel dos magistrados nestas trocas de influência através do clientelismo. Devido a influência do campo do direito na formação da elite política brasileira, havia uma grande cobiça pela ocupação de cargos dentro da magistratura imperial,

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25/12/2018. p. 9.

³³¹ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 113.

³³² Ibidem, p. 164.

³³³ GRAHAM, 1997, Op. cit. p. 301.

³³⁴ Ibidem, p. 272.

principalmente a função de juiz de direito, além de outras funções pertencentes ao universo jurídico, como os tabeliães e escrivães, que exerciam importantes ações legais ou até mesmo de juízes substitutos, o que não exigia formação jurídica³³⁵. A carreira na magistratura, como já discutimos, era um dos principais trampolins políticos do Império, o que tornava a profissão intensamente chamativa.

De acordo com o levantamento de Graham, nas correspondências analisadas, o Presidente do Conselho de Ministros (a quem ele chama de primeiro-ministro), o Ministro da Justiça e o Ministro da Agricultura e Obras Públicas, eram respectivamente os que mais recebiam pedidos de cargos. Os intermediadores eram em sua maioria membros do Legislativo, seguidos de presidentes de província e por fim juízes. Os cargos mais requisitados, como já apontamos, eram os de juízes e outras funções ligadas ao judiciário, seguidos por funções militares³³⁶.

Em síntese, os cargos relacionados ao Poder Judiciário ocupavam um grande peso na sociedade imperial. Lilia Schwarcz, ao escrever sobre as Faculdades de Direito, aponta que “prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão *stricto sensu*, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional do direito”³³⁷. Além das diversas possibilidades políticas que estas funções proporcionavam, estas por si só ofereciam uma possível fonte de renda para os seus ocupantes, como já apontado, além do poder vinculado ao próprio exercício do cargo. A posição de autoridade e a proximidade com a comunidade, principalmente no caso de sujeitos como juízes, garantia diversos poderes dentro das localidades, podendo o magistrado facilitar ou dificultar o andamento de processos de acordo com a balança de relações naquele local³³⁸.

Aqui desenha-se um cenário interessante, com um ponto de divergência entre José Murilo de Carvalho e Richard Graham, que na verdade podem ser complementares para compreender a edificação do Estado imperial brasileiro. Carvalho sustenta que o projeto de construção do Estado brasileiro no Império, que passou pela criação de novas elites políticas formadas principalmente em direito, constituiu uma oposição às tradicionais elites agrárias, mesmo que aqueles sujeitos em muitos casos se originassem destas elites. Cada vez mais o Império se impunha no controle da sociedade, buscando diminuir a influência das elites tradicionais. Era necessário, portanto, conter o poder das elites locais. Por outro lado, Graham

³³⁵ GRAHAM, 1997, Op. cit. p. 283.

³³⁶ Ibidem, p. 280.

³³⁷ SCHWARCZ, 1993, Op. cit. p. 186.

³³⁸ GRAHAM, 1997, Op. cit. p. 293.

acredita que a força e influência das elites tradicionais ainda eram fundamentais para o funcionamento do Estado, sendo o clientelismo um dos pilares essenciais da política imperial. Resumindo, Carvalho acredita na possibilidade de contornar o clientelismo, construindo uma nova elite política capaz de gerir o Estado, ao passo que para Graham a força da tradição e dos valores agrários dos mandatários locais ainda era muito forte, sendo ainda necessária a utilização do clientelismo na manutenção da burocracia e política, para, eventualmente, superar estes poderes locais.

O que faz ambos autores se complementarem é justamente o tensionamento destas propostas. De fato, o Império dedicou-se a formação de uma nova elite política, assim como as elites tradicionais e práticas clientelares continuaram ocupando um grande espaço nas relações políticas e sociais. Constituíam-se assim um cabo de guerra entre o poder estatal e os poderes locais, em que diversos momentos ambos se alimentavam. Quem sintetiza bem esta questão é justamente Gizlene Neder, ao argumentar que os “homens novos”, sujeitos interessados na reforma e modernização do Estado, combatiam o clientelismo a partir de suas próprias redes clientelares³³⁹. Como veremos na sequência, Macedo Soares também teve ação neste cenário, interagindo com redes de influência no Paraná com o objetivo de colocar em prática um projeto de edificação estatal.

2.1.1 Um caso de indicação de cargo: a política reformadora e os conflitos com os interesses locais

Em sessão ordinária da assembleia legislativa provincial do Paraná, datada de 17 de fevereiro de 1875, o deputado Tertuliano Teixeira de Freitas trouxe para a plenária um questionamento a respeito da nomeação de Joaquim Virgolino Gomes Barbosa para o cargo de adjunto ao promotor público do termo de São José dos Pinhais. Teixeira de Freitas pedia à assembleia que encaminhasse um requerimento ao governo provincial a respeito de um processo de falsidade instaurado contra Barbosa no ano de 1873, de forma a verificar o resultado da questão e se Barbosa havia sido nomeado ao cargo antes ou depois do mesmo. Este e outros requerimentos foram aprovados pela assembleia sem maiores debates³⁴⁰. O episódio em questão geraria certa discussão nas páginas do jornal Dezenove de Dezembro, sendo um processo que

³³⁹ NEDER, 2016, Op. cit. p. 99.

³⁴⁰ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 20 de fevereiro de 1875. Edição nº 1583, p. 6.

envolveria o juiz de direito da comarca de São José e Campo Largo, bem como o presidente de província.

Na edição de 27 de fevereiro de 1875 do jornal Dezenove de Dezembro, foi publicado um texto intitulado “A opposição da assembléa provincial e a nomeação do adjunto do promotor publico de S. José dos Pinhães”, de autoria de Antônio Joaquim de Macedo Soares. Neste texto, como sugere o título, Macedo Soares trazia uma resposta às acusações da assembleia provincial contra a nomeação de Joaquim Virgolino Gomes Barbosa para a função de adjunto do promotor público. Macedo Soares alegava que a indicação do nome de Barbosa era responsabilidade sua e que assim as críticas pela nomeação não deveriam ser encaminhadas a Frederico José Cardoso de Araújo Abranches, então presidente de província do Paraná. Além disso, afirmava que a sua indicação havia sido feita a partir do cumprimento do art. 1º § da lei 2033 de 20 de setembro de 1871, ou seja, a recém efetivada Reforma Judiciária³⁴¹. Aprofundaremos este argumento sobre a reforma um pouco mais adiante em nosso texto, já que foi um aspecto recorrente nesta questão apresentada por Macedo Soares.

Esta indicação pode ser verificada em uma correspondência que Macedo Soares enviou para o presidente Abranches no dia 18 de agosto de 1874. Na carta, o juiz de direito a identificava como uma resposta ao ofício a ele encaminhado por Abranches, requerendo de Macedo Soares a recomendação de uma pessoa idônea que pudesse ocupar o cargo de adjunto do promotor público para o termo de São José dos Pinhais. Nesta correspondência, Soares informava que a junta de classificação de escravos no termo de São José dos Pinhais não havia sido formada como dispunha a lei, portanto havia nomeado interinamente Joaquim Virgolino Gomes Barbosa para assumir as funções da junta³⁴². As juntas de classificações de escravos tinham como objetivo realizar as matrículas de escravos no Império, como havia sido estabelecido pelo art. 8º da Lei do Ventre Livre de 1871.

Além disso, Macedo Soares realizou um breve comentário a respeito da população de São José dos Pinhais, afirmando que não havia cidadãos habilitados para corresponder às exigências que cargos como o de adjunto de promotor demandavam, o que lhe impossibilitava de indicar uma pessoa idônea para o cargo, como o presidente havia requerido. Em uma segunda e breve correspondência, datada de 23 de agosto de 1874 e também endereçada ao presidente Abranches, Macedo Soares enfim escrevia que de maneira honrada propunha o nome do cidadão Joaquim Virgolino Gomes Barbosa para o cargo a que já nos referimos

³⁴¹ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 20 de fevereiro de 1875. Edição nº 1583, p. 6.

³⁴² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 444, volume 16, folha 9.

anteriormente³⁴³. Desta maneira, observando estas duas correspondências, vemos que Soares primeiramente estabeleceu uma relação quanto ao nome de Barbosa, relatando que este havia ocupado uma função importante interinamente, o que seria indicativo de sua competência, para depois de fato indicar este para a função requerida pelo presidente de província. Além disso, o juiz chamava a atenção para a necessidade de capacidades técnicas para o exercício do cargo, ao falar da população de São José dos Pinhais. Isto nos faz lembrar do que discutimos no capítulo anterior, a respeito do cumprimento de critérios técnicos para os designados às funções públicas como defendido por Macedo Soares.

Voltando ao texto do jornal, Macedo Soares afirmava que havia se empenhado na busca de um homem que estivesse à altura do cargo e que desempenhasse a função com competência. De acordo com o magistrado, Barbosa era o que se encontrava em melhores condições para ocupar o cargo de promotor adjunto, tendo demonstrado ser um rapaz inteligente, esforçado e experiente. O juiz atestou pela capacidade do sujeito, afirmando que Barbosa estava “nas condições de servir, tanto mais que, se não servisse bem, ao dia seguinte eu proporia a elle demissão com a mesma facilidade com que propunha a nomeação”³⁴⁴. Soares ainda apoiava a nomeação recorrendo à palavra de Lobo de Moura, seu substituto como juiz de direito interino, que havia lhe informado sobre a boa desenvoltura de Barbosa no trato com o júri.

Na sequência, Macedo Soares escreve de maneira bastante crítica às elites políticas locais, demonstrando também que a posição de que seu papel como juiz estava acima de interesses e disputas políticas. Nas palavras de Soares:

Não sei nem quero saber si a sua nomeação agradou aos partidos locaes. Sou conservador em toda a parte, menos naquellas onde fôr juiz. A minha vara é a *vara branca* com que a ordenação mandava sahirem no publico os juizes de fôra. E a *côr branca* é a ausência das outras côres³⁴⁵.

Com estas palavras, é perceptível que Macedo Soares possuía uma visão acerca de uma suposta neutralidade política que os membros do judiciário deveriam portar no exercício de suas funções. Além disso, ao escrever que não se importava se a nomeação de Barbosa havia agradado os “partidos locaes”, Macedo Soares marcava a posição de que a autonomia do Estado era prioritária aos interesses dos poderes locais. Devemos notar aqui que Macedo Soares não se referia a partidos estritamente quanto a composição partidária do Império. Ao referir-se como

³⁴³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Officios, AP 444, volume 16, folha 10.

³⁴⁴ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 20 de fevereiro de 1875. Edição nº 1583, p. 6.

³⁴⁵ Ibidem.

partidos locais, estava justamente batendo de frente com as elites regionais. Da mesma forma, quando se referiu a si mesmo como “conservador”, Macedo Soares fazia a ressalva que sua posição de juiz também era prioritária a qualquer interesse político. Portanto, o Estado e a sua eficiência estavam sempre em primeira importância.

De tal forma, nos parece que Macedo Soares, alinhado com uma postura de modernização das instituições imperiais, assumia que sua função no judiciário lhe permitia um distanciamento de interesses políticos locais em prol de um projeto político maior, que era justamente a promoção desta modernização. Mais do que isso, ao afirmar que as querelas dos partidos locais não eram de seu interesse, demonstrava que o dever dos juízes estaria acima destas rivalidades políticas. Desta maneira, a indicação Barbosa ao cargo, de acordo com Macedo Soares, não havia acontecido a partir de critérios políticos, mas sim devido à competência do sujeito. Com isso, podemos perceber o que discutimos na seção anterior, a respeito do uso do poder pessoal, do clientelismo e da consolidação do Estado. Macedo Soares estava utilizando de sua influência pessoal, mas não da maneira como Richard Graham identificava, em que a movimentação de uma rede clientelar se realizava em benefício de determinados grupos. Era justamente um momento de virada da década de 1870, em que se utilizava da influência pessoal em benefício do Estado, almejando justamente diminuir a influência dos potentados locais. Isto verifica-se na oposição explícita que Macedo Soares fez em relação aos poderes locais na província do Paraná, bem como justificar sua indicação com base na Lei nº 2033 de 20 de setembro de 1871, a partir de um pedido feito pelo próprio presidente Abranches.

Quanto ao questionamento de Tertuliano Teixeira de Freitas sobre o processo em nome de Joaquim Virgolino Gomes Barbosa, o magistrado afirmava que desconhecia tal fato envolvendo o nome de seu indicado, mas que apesar disso, defendia que caso Barbosa possuísse “alguma culpa em cartório” a justiça deveria ser feita. Escrevia ainda que havia procurado apurar as acusações, buscando compreender o papel de Barbosa naquele processo. Macedo Soares colocava que Barbosa era acusado de não ter realizado o juramento e os ritos jurídicos adequados quando passou a exercer o cargo de escrivão de paz. Para Macedo Soares, caso o fato também fosse comprovado, as medidas cabíveis deveriam ser tomadas, entretanto, até isso acontecer, Barbosa não dava motivos para gerar desconfiança para o magistrado³⁴⁶.

O juiz de direito de Campo Largo levantava uma terceira acusação que haviam feito à Joaquim Virgolino Gomes Barbosa, sobre sua participação em fraudes eleitorais. Contudo,

³⁴⁶ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 20 de fevereiro de 1875. Edição nº 1583, p. 6.

Macedo Soares fazia a ressalva que tal fato era bastante duvidoso, já que quase nunca eram verídicas as acusações feitas em torno de um processo eleitoral. Para ele, “aos homens sisudos é impossível encarar com seriedade essas trapaças feitas em nome da lei, e aprovadas ou reprovadas pelos governos conforme a conveniência da ocasião”³⁴⁷. De fato, como aponta Soares, havia motivo para desconfiar de acusações a respeito das conturbadas eleições imperiais. José Murilo de Carvalho aponta que durante todo o período imperial, as eleições no Brasil, e também em outros países, eram constantemente marcadas por fraudes, arbitrariedades e até mesmo ações violentas, que iam desde ameaças até brigas generalizadas. A disputa dos poderes locais era muito intensa, existia inexperiência quanto ao exercício da cidadania e distanciamento da população quanto aos significados do processo eleitoral, o que contribuíam para grandes tumultos eleitorais³⁴⁸.

Continuando o texto de Macedo Soares no jornal Dezenove de Dezembro, o magistrado novamente atestou que a responsabilidade sobre a nomeação de Barbosa não deveria recair somente sobre o presidente da província, o senhor Frederico Abranches, mas que deveria sim ser compartilhada com ele mesmo. Escrevia que os dois haviam agido com honestidade, desconhecendo que tais acusações estavam presentes na trajetória de Barbosa. Por fim, afirmava que não tinha acesso a tudo o que foi discutido em assembleia, mas que de qualquer maneira estava à disposição para esclarecer quaisquer fatos que estivessem ao seu alcance, inclusive aqueles que envolvessem o presidente Abranches³⁴⁹.

Sob o mesmo título do texto anterior, Macedo Soares teve novos argumentos publicados na edição de 31 de março de 1875 do jornal Dezenove de Dezembro. Nesta publicação, o magistrado escreveu que mais uma vez vinha defender-se das acusações que, mesmo indiretamente, haviam recaído sobre ele ao indicar o nome de Joaquim Virgolino Gomes Barbosa como adjunto do promotor público, bem como sobre o presidente de província Abranches. Macedo Soares novamente afirmava que sua indicação havia sido feita “em cumprimento da novíssima reforma judiciária”³⁵⁰. Antes de nos debruçarmos sobre o restante do texto publicado no jornal Dezenove de Dezembro, vale pensarmos a respeito deste argumento que Macedo Soares apresenta sobre a Reforma Judiciária de 1871.

O fato de Macedo Soares utilizar esta reforma como justificativa para a indicação de Barbosa, é bastante significativo. Como vimos no [capítulo anterior](#), a Reforma Judiciária de

³⁴⁷ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 20 de fevereiro de 1875. Edição nº 1583, p. 6.

³⁴⁸ CARVALHO, 2011, Op. cit. p. 49-50.

³⁴⁹ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 20 de fevereiro de 1875. Edição nº 1583, p. 6.

³⁵⁰ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 31 de março de 1875. Edição nº 1593 p. 4.

1871, de acordo com Gizlene Neder, foi pensada de maneira a tornar o Poder Judiciário mais eficiente, dando a prerrogativa para que juizes de direito indicassem nomes a determinados cargos. Mesmo que consideremos a influência do clientelismo na sociedade imperial, o objetivo era justamente reduzir a influência de poderes locais³⁵¹. Também como já discutimos, políticos como os “homens novos”, mesmo que preocupados em conter práticas clientelistas em favor de uma meritocracia dentro dos cargos públicos do Império, ainda assim possuíam e preservavam suas redes de influência, sem ver este fenômeno como contraditório. Dado isto, acreditamos em dois elementos importantes que perpassam pela conduta de Antônio Joaquim de Macedo Soares.

Primeiro, mesmo que aparentemente tratasse a política com aparente desinteresse, o juiz procurou preservar a sua relação com Abranches, buscando esclarecer o ocorrido para que não fosse imputada culpa ao presidente da província, como veremos mais adiante, quando retornarmos ao jornal. Além disso, é perceptível que Macedo Soares confiava o suficiente em Joaquim Virgolino Gomes Barbosa para defendê-lo publicamente. O juiz poderia muito bem eximir-se da responsabilidade e deixar Barbosa a própria sorte, mas não o fez, demonstrando uma preocupação também com a reputação do indicado. Acreditamos que Barbosa e Soares possuíam uma relação para além do contato profissional, muito possivelmente formando uma rede de clientela. Na edição de 15 de setembro de 1875 do jornal *Dezenove de Dezembro*, foi noticiado um voto de louvor e gratidão que a câmara municipal de São José prestou a Macedo Soares, após este termo ser retirado da jurisdição do juiz de direito e voltar a fazer parte da comarca de Curitiba. Na sequência dos votos da câmara municipal, havia a resposta de Macedo Soares, acusando o recebimento da homenagem e agradecendo-a. Nisso, o magistrado ressaltou que o serviço que prestara ao termo de São José não poderia ter sido realizado sem o trabalho e dedicação de algumas pessoas, às quais ele agradeceu nominalmente. Dentre estes, o magistrado citou a “lealdade, diligencia e devotação do Sr. Joaquim Virgolino Gomes Barbosa, adjunto do promotor público”³⁵². Além disso, Macedo Soares foi membro fundador do *Club Litterario Campo Larguense*, como veremos mais adiante na próxima [seção](#) deste capítulo. Barbosa, por sua vez, foi orador do *Club Litterario São Joseano*, como podemos verificar em edição de 4 de novembro de 1876 do jornal *Dezenove de Dezembro*, em que consta a cópia da ata de abertura do clube³⁵³. Portanto, é bastante provável que estes dois sujeitos compartilhassem de várias sociabilidades, fossem elas profissionais, intelectuais ou até mesmo

³⁵¹ NEDER, 2016, Op. cit. p. 130.

³⁵² DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 15 de setembro de 1875. Edição nº 1640, p. 3.

³⁵³ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 4 de novembro de 1876. Edição nº 1753, p. 3.

políticas. Muitas destas acontecendo, inclusive, em sociedades literárias, tais quais as que ambos participaram.

O segundo elemento está pautado no próprio uso que Macedo Soares fazia desta rede clientelar. As fontes não nos apresentam um Macedo Soares preocupado em fortalecer um determinado grupo ou família através de uma prática clientelista. Claro que isso pode estar velado, mas acreditamos que o uso que o magistrado fazia desta prática era outro. Vale lembrar que sempre que Macedo Soares referiu-se a Barbosa, o fez ressaltando suas qualidades profissionais, não trazendo ao debate possíveis ligações com pessoas influentes que este sujeito pudesse ter, além de justificar a sua escolha no cumprimento da Reforma Judiciária de 1871. Portanto, nos parece que a influência de Macedo Soares estava focada na própria construção do Estado, ou melhor dizendo, a modernização do mesmo através das reformas tanto incentivadas pelo imperador e o Conselho de Estado, como já discutimos anteriormente. É importante lembrarmos que mesmo com a Reforma Judiciária de 1871, o imperador ainda possuía influência na nomeação de juízes de direito, mantendo certo controle sobre o Judiciário. Desta maneira, o clientelismo constitui-se como um elemento fundamental para a implementação e efetivação destes projetos, mesmo que em certa medida o objetivo fosse eliminar tal prática em favor de critérios meritocráticos. Portanto, acreditamos que o papel que Macedo Soares assume neste processo como juiz de direito é de colocar-se como um agente do reformismo, responsável pela sua efetivação em oposição as disputas dos poderes políticos locais.

Voltando ao texto do jornal, Macedo Soares havia anexado uma cópia do ofício que encaminhou para o presidente de província, esclarecendo as acusações feitas à Barbosa pelo deputado provincial Tertuliano Teixeira de Freitas. Importante ressaltar que apesar de citar nominalmente o deputado no ofício, Macedo Soares afirmava na introdução do texto que seu objetivo era apenas se “defender de uma acusação, cujo autor, aliás, estou [ciente] que nem teve consciencia de que ella recahia sobre mim”³⁵⁴. No ofício, o juiz de direito justificava a acusação de que Barbosa havia servido como escrivão do juiz de paz sem ter cumprido os ritos jurídicos adequados, afirmando que o mesmo havia prestado o juramento requerido, como estava certificado no livro dos termos de juramento da delegacia de polícia. O problema, como constatou Macedo Soares, é que o juramento de Barbosa havia sido registrado, mas não possuía a sua assinatura. O juiz então argumentava que o escrivão João de Souza Guimarães “deu sua fé de que o escrivão de paz realmente havia prestado juramento por caso fortuito, por um descuido da ocasião, o deixou de assignar”³⁵⁵.

³⁵⁴ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 31 de março de 1875. Edição nº 1593, p. 4.

³⁵⁵ Ibidem.

Na sequência, Macedo Soares escrevia que o promotor público responsável por Barbosa havia aceitado a certidão com o juramento do indicado. O fato de não constar a assinatura de Barbosa não invalidava o juramento, que havia sido registrado em um documento oficial. Assim, Macedo Soares concluía que a acusação feita à Joaquim Virgolino Gomes Barbosa era infundada, apontando então uma origem política da questão, ao escrever que “passada a effervescencia eleitoral que deu causa à ordem do processo, ninguém mais fallou nisso, como coisa que nunca houvera tido origem confessavel”³⁵⁶.

Não houve mais textos sobre a questão de Barbosa no jornal Dezenove de Dezembro. Em maio de 1875, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches deixou a presidência da província do Paraná, para ocupar o mesmo cargo na província do Maranhão. Não encontramos correspondências que ele possa ter enviado a Macedo Soares, assim como não houve manifestações dele sobre o tema nos jornais. Joaquim José Virgolino Gomes Barbosa, por sua vez, continuou na função de adjunto do promotor público do termo de São José por alguns meses até ser exonerado em agosto de 1875 sem maiores alardes³⁵⁷.

Deste modo, podemos concluir que a intervenção de Antônio Joaquim de Macedo Soares no jornal Dezenove de Dezembro, não estava pautada apenas na preservação de sua imagem pessoal, mas sim na preservação das redes pessoais e políticas que havia estabelecido em sua breve estadia pela província do Paraná. Redes estas que muito provavelmente estavam a serviço de um projeto que na visão do juiz, serviam à um propósito maior que as disputas políticas locais, que era a modernização do Estado brasileiro. Assim, Macedo Soares esboçava uma reação e inseria-se em uma disputa entre projetos políticos conjunturais, ocorrendo neste caso em um cenário local, impondo às elites daquela localidade a primazia de um projeto reformador do Estado e das instituições.

2.2 – Uma cadeia para Campo Largo: construção do Estado e elites locais

Durante a década de 1870, aconteceram no Paraná uma série de iniciativas de políticos e grupos da elite na direção de construir na província instalações que servissem de cadeias. Em agosto de 1874³⁵⁸, foi enviado ao presidente da província do Paraná, Frederico José Cardoso de

³⁵⁶ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 31 de março de 1875. Edição nº 1593, p. 4.

³⁵⁷ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 11 de agosto de 1875. Edição nº 1631, p. 3.

³⁵⁸ A data exata do documento está ilegível, pois está coberta por um selo postal.

Araújo Abranches, um abaixo-assinado representando 44 moradores de Campo Largo demandando o seguinte:

Os abaixo assignados moradores no Municipio do Campo Largo, d'esta Provincia, vem se apresentar a V. Ex. a cerca da necessidade de quanto antes se construir n'esta Villa um edificio q sirva de cadeia e se preste para as sessões da Camara Municipal, e do tribunal do Jury, e audiências das diversas autoridades³⁵⁹.

Os moradores argumentavam que após a elevação de Campo Largo à vila e a criação de sua municipalidade, a Assembleia Legislativa do Paraná havia determinado a quantia de 3:000\$000 (três contos de réis), através da Lei nº 236 de 3 de Abril de 1871, para a construção de um edificio que tivesse como fim abrigar as sessões da Câmara Municipal, do tribunal do júri e que servisse também como cadeia. Não somente isso, como “a urgência de se prover n'esse serviço continua a ser reconhecida pela mesma Assembléa nas suas seguintes sessões, como é patente das Leis nº 334 de 12 de Abril de 1872, art. 1º § 15; e do orçamento vigente, que no seu art 1º § levou essa quota ao dobro”³⁶⁰.

Os solicitantes informavam terem “contribuindo com as informações necessarias afim de habilitar ao Exmo. Governo da Provincia para dar execução á quelles decretos de sua illustrada Assembléa”³⁶¹, desta forma cumprindo com os requisitos da Portaria de 19 de Setembro de 1873, em que o governo provincial mandava realizar a confecção da planta e o orçamento do edificio. Desta forma, os signatários afirmavam que a construção do edificio que serviria de sede para a Câmara Municipal e a cadeia, era fundamental para que o município de Campo Largo obtivesse “a dignidade a que foi elevado” e assim atendesse “os interesses da justiça publica”³⁶².

Além disso, este grupo de moradores de Campo Largo também se prontificava a contribuir com o governo provincial na construção do edificio através de uma subscrição que objetivava arrecadar fundos, que já estaria circulando entre as pessoas do município. Por fim, retomavam o pedido da seguinte maneira:

PP. a V. Ex. se digne a mandar entregar a Camara Municipal d'este Termo aquantia que a Assembléa Legislativa Provincial destinou para a casa das suas sessões e a Cadêa: dando assim V. Ex. cumprimento ao voto dos Legisladores da Provincia, e praticando um ato que não será de menor importância dentre muitos outros com que a sabia, prudente e honestissima administração de V. Ex. tem dotado esta Provincia³⁶³.

³⁵⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Officios, AP 444, volume 16, folha 14.

³⁶⁰ Ibidem.

³⁶¹ Ibidem.

³⁶² Ibidem.

³⁶³ Ibidem.

Junto a esta representação dos moradores de Campo Largo, foi enviado um ofício de Antônio Joaquim de Macedo Soares, datado de 22 de Agosto de 1874, endossando o pedido dos “mais importantes moradores d’esto município”³⁶⁴. Nesta correspondência, Macedo Soares afirmava que:

Incumbido de levar este pedido a presença de V.Sr. juncto aos votos dos signatarios o meu para que seja bem acolhida tal justa pretensão; e para informar a V.Sr. que effectivamente está correndo a subscrição a que elles alludem, e pela qual se obrigou a fazer effectivas as suas quotas de assignaturas dentro em trinta dias contando d’aquella em que for colocada a primeira pedra³⁶⁵.

O fato de Macedo Soares, juiz de direito da comarca de São José e Campo Largo, somar o seu voto ao dos signatários em favor da construção do edificio, dava uma legitimidade muito maior ao documento. Era um sujeito de destaque na burocracia estatal na província, que reforçava o pedido pela edificação de uma estrutura que serviria não somente à aplicação da justiça, como também contribuiria para a consolidação de uma política de construção do Estado. Além disso, Macedo Soares dava veracidade à arrecadação de fundos que estaria sendo movimentada por estes sujeitos de Campo Largo em prol da construção do prédio da Câmara Municipal e cadeia. O juiz ainda complementou escrevendo que:

Ora, si com a construção de um só edificio se atende a duas sedes e urgentes necessidades, a quantia tão modica, e quando a população está disposta a ajudar V. Sr. em obra tão útil, me parece que a representação do povo de Campolargo fica plenamente justificada. Devo a acrescentar que, na deficiencia de numerario nos cofres da provincia, ha aqui capitalistas que adiantam o dinheiro, [ilegível] letras da thesouraria; e o fasem como meio de facilitar a decisão da V.Sr.³⁶⁶.

Se por um lado, como discutimos na [seção 1.3](#), Macedo Soares acreditava que os custos para a manutenção da máquina estatal não deveriam recair sobre seus empregados, afastando-se de uma concepção própria do Antigo Regime em que os funcionários públicos eram os donos de seus cargos, consequentemente arcando com seus custos; o magistrado não demonstrava objeção quanto a contribuição voluntária da população em questões que colaborassem para a construção do Estado. De fato, como também discutimos anteriormente, Macedo Soares era crítico de impostos e custos que considerava desnecessários e que onerassem a população, principalmente aquela mais desfavorecida socialmente. Entretanto, este episódio não se tratava

³⁶⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Offícios, AP 444, volume 16, folha 13.

³⁶⁵ Ibidem.

³⁶⁶ Ibidem.

de uma iniciativa do Estado de arrecadar receitas às custas do povo, mas justamente o contrário: a população buscando contribuir para um melhor funcionamento do Estado. Além disso, não seria o caso de uma população desfavorecida, como aquela que Soares defendia de más práticas dos governos, mas sim os “mais importantes moradores” de Campo Largo, entre os quais os “capitalistas”³⁶⁷ dispostos a ajudar.

Ao realizamos uma busca dos nomes dos ditos “importantes moradores” de Campo Largo, descobrimos que uma boa parte era composta por sujeitos que foram, eram ou viriam a ser deputados provinciais, vereadores, juízes de paz ou ainda ocuparam posições como delegados ou subdelegados de polícia em Campo Largo durante a década de 1870. Além disso, diversos destes sujeitos participaram de espaços de sociabilidade que também foram frequentados por Macedo Soares. Realizamos um cruzamento de fontes a partir de diversas edições do jornal Dezenove de Dezembro e do Almanak da Província do Paraná, nas listas de qualificação de votantes de Campo Largo de 1874, dos dados elencados por Alessandro Cavassin Alves em sua tese de doutorado sobre as elites e parentelas políticas do Paraná provincial e, também, através do próprio Macedo Soares, por meio de seu artigo “Subsidios para a História da Província do Paraná”, escrito em 1883 e publicado em 1900 na edição de número 68 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com este cruzamento de dados, chegamos a seguinte tabela:

³⁶⁷ Capitalistas aparece entre aspas porque não temos indício se Macedo Soares utilizava o termo de maneira retórica, classificando aqueles sujeitos de maneira genérica, ou se realmente considerava estes indivíduos como detentores dos meios de produção.

TABELA 1 – Signatários do abaixo-assinado para construção da cadeia e Câmara Municipal de Campo Largo – década de 1870

Signatário	Ocupação	Guarda Nacional	Cargos públicos em Campo Largo	Orientação política	Espaço de sociabilidade	Outros cargos públicos
Francisco Pinto de Azevedo Portugal	Fazendeiro, Negociante	Tenente coronel	Vereador; Juiz Municipal; Inspetor Paroquial	Conservador	Club Litterario Campo Larguense; Loja Virtude do Campo Largo	Deputado provincial*
Antônio Machado Lima	Padre		Inspetor Paroquial*	Conservador	Club Litterario Campo Larguense	Deputado provincial*
Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho	Negociante	Capitão	Vereador*; Subdelegado	Conservador	Club Litterario Campo Larguense	Deputado provincial
Domingos Antônio da Cunha	Negociante		Vereador*	Liberal	Loja Virtude do Campo Largo	
Manoel Ribeiro de Macedo	Negociante		Vereador		Loja Virtude do Campo Largo	
Antônio de Paula Xavier	Negociante	Major	Vereador; Delegado		Loja Virtude do Campo Largo	
Francisco Custodio Natel	Negociante	Tenente	Vereador*; Juiz de Paz		Club Litterario Campo Larguense; Loja Virtude do Campo Largo	
João Soares da Silva Merinho						
Leocádio Gonçalves Padilha	Negociante	Tenente	Vereador		Club Litterario Campo Larguense	
João Antônio Ferreira	Negociante	Tenente	Suplente de vereador; Inspetor Paroquial		Loja Virtude do Campo Largo	

Antônio Padilha	Gonçalves	Negociante	Alferes	Vereador*, Juiz de Paz	Conservador	Club Litterario Campo Larguense	
Anastácio Luiz Cordeiro		Negociante	Alferes	Vereador, Juiz de Paz*, Subdelegado			
José Joaquim Ferreira de Moura		Empregado público	Capitão	Juiz de Paz		Club Litterario Campo Larguense	
Antônio Luiz Jorge		Negociante	Tenente	Vereador*		Club Litterario Campolarguense	
Elísio de Oliveira Vianna		Negociante		Vereador		Loja Virtude do Campo Largo	
Manoel de Oliveira Cercal			Tenente	Vereador, Juiz Municipal		Club Litterario Campo Larguense; Loja Virtude do Campo Largo	
Manoel Antônio de Andrade		Negociante	Alferes			Club Litterario Campo Larguense	
Joaquim Ferreira de Andrade			Tenente	Suplente de vereador			
Jayme Pinto de Azevedo Portugal		Negociante	Tenente	Juiz de Paz		Club Litterario Campo Larguense	
João Ribeiro de Macedo		Negociante			Conservador	Club Litterario Campo Larguense	
Agostinho Ribeiro de Macedo		Negociante	Alferes	Vereador		Club Litterario Campo Larguense	
Francisco de Paula Xavier		Negociante	Tenente	Vereador			Juiz de Paz
José Mathias Miller		Negociante	Capitão	Juiz de Paz*, Inspetor Paroquial*, Promotor Público	Conservador	Club Litterario Campo Larguense	Deputado Provincial

Guilherme de Paula Xavier	Negociante	Tenente	Juiz de Paz		Loja Virtude do Campo Largo	
Francisco Soares Pinto	Negociante					
Epiphânio Gonçalves Padilha	Negociante					
Joaquim Soares Pinto	Lavrador					
Manoel Soares Pinto						
José Antônio dos Santos	Lavrador					
Joaquim Luiz Vieira de Souza		Alferes	Vereador			
José Gonçalves Padilha	Negociante	Tenente	Juiz de Paz*		Club Litterario Campo Languense	
Pedro Martins Saldanha	Negociante	Capitão	Juiz de Paz		Club Litterario Campo Languense	
Roldão Borges de Sampaio			Vereador	Liberal	Club Litterario Campo Languense	
Hermes Pereira da Costa	Negociante				Loja Virtude do Campo Largo	
José Brígido dos Santos	Negociante		Vereador*		Club Litterario Campo Languense	
Manoel Martins da Rocha						

Romualdo Ferreira de Azevedo Portugal	Empregado público		Suplente de vereador, Escrivão, Tabelião		Club Litterario Campo Larguense	
Prudente José do Nascimento	Empregado público				Club Litterario Campo Larguense	
Manoel José de Lima						
José Almeida Torres	Negociante		Vereador			
Pedro Ferraz de Oliveira Franco	Lavrador					
Ermelino João da Cruz	Negociante					
Apolinário Rodrigues de Andrade	Empregado público		Escrivão			
Amado Cipriano de Aguiar Ferreira	Lavrador					

***Ocupava o cargo em 1874, no momento de assinatura do documento enviado à presidência da província do Paraná.**

FONTES: Almanak da Província do Paraná: administrativo, mercantil e industrial. 1876. Jornal DEZENOVE DE DEZEMBRO, Edições 1157, 1476, . Cf. ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná (1853-1889). A classe política. A parentela no governo.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira. Curitiba, 2014. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 445, pp. 1-26. MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. Subsídios para a História da Província do Paraná, município de Campo Largo, pelo Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, tomo LXIII, p. 301-406, 1900 [1883].

Através da lista de qualificação de votantes de Campo Largo de 1874, pudemos verificar que dos 44 signatários, 27 eram negociantes, quatro lavradores, quatro empregados públicos, um padre e oito que não foram qualificados, portanto não sabemos suas ocupações profissionais. Evidentemente que vários outros nomes desta lista também eram empregados públicos, contudo, os quatro sujeitos qualificados como tal provavelmente exerciam somente a função pública, não possuindo outras ocupações. Destes nomes, apenas os quatro lavradores possuíam a renda mínima de 200 mil-réis para serem qualificados votantes, enquanto os outros 32 indivíduos possuíam pelo menos 400 mil-réis, sendo comum ultrapassarem esta marca, chegando até 800 mil-réis de renda³⁶⁸. As atividades comerciais destes negociantes eram bastante diversas, contudo, é interessante ressaltarmos que dentre eles havia nove proprietários de engenhos de erva-mate³⁶⁹, um produto que mesmo em crise, como discutimos no início do capítulo, ainda era o carro-chefe das exportações paranaenses. É importante lembrarmos também da proximidade dos conservadores com a erva-mate. Desta maneira, a maior parte dos signatários deste documento era composta pelos cidadãos mais abastados de Campo Largo, o que nos leva a crer que estes são os “capitalistas” indicados por Macedo Soares em seu ofício para Abranches.

Dentre os signatários do abaixo-assinado, é interessante observarmos o caso do primeiro sujeito a assiná-lo, Francisco Pinto de Azevedo Portugal, um político de muita influência na província do Paraná e em Campo Largo e o único fazendeiro da lista (que também lidava com mate). Em sua tese de doutorado, Alessandro Cavassin Alves realizou um trabalho prosopográfico sobre parentelas políticas do Paraná provincial. Nesta pesquisa, entre as dezenas de políticos analisados, alguns aspectos da trajetória de Francisco Pinto de Azevedo Portugal também foram ressaltados. Azevedo Portugal foi eleito deputado provincial em 1869, compondo com Joaquim Almeida Faria a dupla mais votada na província, com 149 votos cada. Esta foi uma legislatura que marcou a volta do Partido Conservador ao poder no Paraná, contando com a eleição de suas principais lideranças, com os 20 assentos da Assembleia Legislativa Provincial sendo assegurados pelos conservadores³⁷⁰. Desta maneira, Azevedo Portugal fazia parte da legislatura que elevou Campo Largo à condição de vila, representada na Lei nº 219 de 2 de Abril de 1870, como também participou dos debates acerca das outras leis

³⁶⁸ Para compreender a relação entre renda, qualificação de votantes e acesso a cidadania, ler a [seção 1.4](#) deste trabalho.

³⁶⁹ BARROS, José Ferreira de. **Almanak da Província do Paraná: administrativo, mercantil e industrial**. Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia Carioca, 1876, p. 252.

³⁷⁰ ALVES, 2014, Op. cit. p. 165.

referidas no abaixo-assinado enviado à presidência da província, já que havia sido eleito novamente deputado provincial para a legislatura de 1872, desta vez com 122 votos, sendo o nono mais votado na província. O tenente coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal inclusive assumiu a presidência da Assembleia Legislativa Provincial em 1873, depois de disputas internas do Partido Conservador no Paraná, período em que foi posta em discussão e aprovada a criação da comarca de São José e Campo Largo³⁷¹, da qual Macedo Soares viria a ser seu primeiro juiz de direito.

FIGURA 3. Atividades industriais e comerciais de Campo Largo, 1876.

— 251 —	— 252 —
<p>Tenente Alexandre Gonçalves Cordeiro de Miranda. Tenente Francisco de Paula Xavier. Joaquim Gabriel Pinto. Benedicto de Souza Leal. Alferes João Baptista de Souza Castro Alferes João Ribeiro de Macedo. Thomaz dos Santos Souza. João Leite Cordeiro.</p>	<p>Engenhos de socar Herva Matte Agostinho Ribeiro de Macedo Angelo Ferrario Antonio Gonçalves Padilha Antonio de Paula Xavier Domingos Antonio da Cunha Francisco Custodio Natel Francisco Pinto de Azevedo Portugal (dous engenhos.) James Pinto de Azevedo Portugal José de Almeida Torres Mariano de Almeida Torres (Timbutuva) Manoel Martins da Rocha Manoel Ribeiro de Macedo Zeferino Martins da Rocha</p>
Açougues	Engenhos de serrar Madeiras
<p>Anastacio Luiz Cordeiro Frederico Propst Manoel Vieira Borges.</p>	<p>Antonio Lopes Vieira (Butiatuva) José de Mattos Leão (Bugre)</p>
Bilhares	Fornos de Cal
<p>Alexandre Gonçalves Cordeiro de Miranda José Brigido dos Santos.</p>	<p>Joaquim Ferreira de Andrade (Batheas) José Francisco dos Santos</p>
Diversas Industrias	Ho'eis
<p>Andrade, Irmão & Bundeira (Batheas.) Antonio Gonçalves Padilha Francisco Custodio Natel (Itaguy.) Francisco Pinto de Azevedo Portugal Hermes Pereira da Costa (Serra.) João Antonio Ferreira João Ribeiro de Macedo. Joaquim da Luz (Campinas.) Pedro Martins Saldanha Paiva, Vidal & Lima (Campinas.) Torres & Filho. Zacarias de P. Xavier & Cunha (Itaguy.) Zeferino Martins da Rocha.</p>	<p>Bernardo de Oliveira Mendes Hermes Pereira da Costa (Serra)</p>
	Líquidos e Comestiveis
	<p>Bernardo de Oliveira Mendes Eduardo Pinto Ribeiro Nunes (Passo) Ermelino João da Cruz Francisco Ribeiro de Macedo</p>

FONTE: BARROS, José Ferreira de. **Almanak da Província do Paraná: administrativo, mercantil e industrial.** Rio de Janeiro: Typographia e Lithographia Carioca, 1876, p. 251 - 252.

Macedo Soares, em seu artigo sobre a história de Campo Largo, ressaltou a importância de Francisco Pinto de Azevedo Portugal para a vila, evidenciando o poder e influência do político, que consistia em um “verdadeiro patriarcha do Campo Largo, onde nada se faz sem que sejam ouvidos os conselhos do seu maduro juízo”, reconhecendo também os

³⁷¹ ALVES, 2014, Op. cit. p. 184.

esforços do sujeito direcionados a melhoria da localidade, afirmando que “tem muito contribuindo para o progresso do Campo Largo, já com donativos de terrenos e dinheiros, já com esforços pessoais assíduos para a elevação da freguezia a villa, termo a comarca, criação de collectoria, etc”³⁷².

Neste interstício entre as legislaturas provinciais, com a elevação de Campo Largo à condição de vila, foram convocadas eleições municipais extraordinárias em 1870, as quais Azevedo Portugal se candidatou e acabou sendo o vereador mais votado de Campo Largo com 177 votos³⁷³, além de ter sido o primeiro presidente da Câmara Municipal da vila. Era pai de outros três signatários do abaixo-assinado, Jayme Pinto de Azevedo Portugal (por vezes referido como James), que viria a ser eleito juiz de paz de Campo Largo em 1877³⁷⁴; Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho, que também era vereador do município na época de assinatura do documento e havia sido suplente de subdelegado de polícia anteriormente³⁷⁵; e Romualdo Ferreira de Azevedo Portugal, mais conhecido por ser escrivão da vila³⁷⁶. Todavia, Azevedo Portugal também possuía outros parentescos na lista: José Mathias Miller, que também foi deputado provincial, além de juiz de paz em Campo Largo, era seu cunhado³⁷⁷, enquanto João Ribeiro de Macedo era seu genro³⁷⁸.

Desta maneira, fica evidente a influência da família de Francisco Pinto de Azevedo Portugal como liderança política de Campo Largo, bem como uma família de destaque no jogo de poder da província do Paraná. Possuíam poder político ocupando diversos cargos, poder econômico através do mate e prestígio social, como pudemos exemplificar pelo reconhecimento de Macedo Soares quanto a influência do chefe desta família.

Vale ressaltar que além da influência da família de Azevedo Portugal, também é possível identificar outros grupos familiares representados no abaixo-assinado: Gonçalves Padilha, Paula Xavier, Ribeiro de Macedo e Soares Pinto. Esta questão de grupos familiares é bastante significativa, pois como aponta Alves, o acesso à política e aos cargos públicos no Paraná provincial era intimamente vinculada a influência familiar, sendo bastante difícil um indivíduo sem estes vínculos conseguir inserir-se naqueles espaços públicos³⁷⁹. Neste sentido,

³⁷² MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. Subsídios para a História da Província do Paraná, município de Campo Largo, pelo Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, tomo LXIII, 1900 [1883], p. 357.

³⁷³ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 14 de dezembro de 1870. Edição nº 1157, p. 2.

³⁷⁴ ALVES, 2014, Op. cit. p. 481.

³⁷⁵ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 31 de janeiro de 1874. Edição nº 1476, p. 2.

³⁷⁶ MACEDO SOARES, 1900 [1883], Op. cit. p. 357.

³⁷⁷ ALVES, 2014, Op. cit. p. 248.

³⁷⁸ FAMILY SEARCH. Disponível em: <https://www.familysearch.org/tree/person/details/27NR-WBX>

³⁷⁹ ALVES, 2014, Op. cit. p. 6.

também vale lembrarmos da discussão sobre clientelismo, que realizados anteriormente neste capítulo.

Apesar de não encontrarmos informações a respeito da filiação partidária da maioria dos signatários do documento e de Domingos Antonio da Cunha e Roldão Borges de Sampaio serem membros do Partido Liberal; os sujeitos de maior destaque como Azevedo Portugal e seus familiares e Antonio Machado Lima, padre em Campo Largo e deputado provincial à época, eram conservadores. Considerando estes dados e a influência do Partido Conservador no período, bem como a proximidade de vários destes sujeitos com a erva-mate, muito provavelmente este grupo de Campo Largo era de uma tendência conservadora, mais modernizante, alinhada com a postura reformista do Gabinete Rio Branco. Isto porque era um grupo mobilizado em favor de políticas de construção estatal, buscando a organização administrativa daquela nova vila, sendo que os seus signatários mais destacados haviam participado das legislaturas que decidiram por tais medidas.

Portanto, este grupo de Campo Largo, muito provavelmente compunha a elite daquela vila, com sujeitos de grande destaque na política provincial ocupando diversos cargos públicos, contando com os sujeitos mais abastados da localidade e provenientes de grupos familiares que contribuíam para o seu acesso ao poder. Também é notável que muitos destes sujeitos compartilhavam outras sociabilidades, como era o caso da maçonaria e do *Club Litterario Campo Larguense*, fundado no ano seguinte. Estas sociabilidades, compartilhadas também com Macedo Soares, nos oferecem vários elementos para compreender a articulação política desta elite, bem como novas formas de entender a organização partidária na província do Paraná. Entretanto, faremos esta discussão em uma [seção própria](#), mais adiante.

Voltando ao pedido deste grupo político de Campo Largo, Macedo Soares, como comentamos, aparece como uma espécie de fiador desta elite, dando sua palavra quanto à veracidade da subscrição organizada na municipalidade e das intenções justas daquele grupo em demandar a construção do referido edifício. Nos é bastante interessante este acontecimento, porque demonstra que o magistrado possuía uma considerável influência e respeitabilidade na província, sendo o porta-voz responsável por apresentar à presidência da província um pedido de uma elite política local que, acreditamos, tinha plenas condições de representar-se por si mesma: continha entre seus membros sujeitos de bastante destaque político, como dois deputados provinciais e diversos vereadores de Campo Largo.

Deste modo, este episódio nos traz certa complexidade quanto à maneira que Macedo Soares se relacionava com as elites regionais e seus diversos aspectos, como o clientelismo. Se

no episódio de Joaquim Virgolino Gomes Barbosa, discutido na [seção 2.1.1](#) deste capítulo, Macedo Soares defendia com firmeza suas decisões e afirmava que não se importava que suas ações tivessem enfurecido as elites locais, aqui ele aparentava ter um bom relacionamento com as mesmas. Ou pelo menos com este grupo em particular. Como compreender este duplo movimento? Acreditamos que isto tenha relação com o objetivo final do grupo de signatários, que neste caso, relacionava-se com a construção estatal ao efetivar a criação de um edifício visto por estes sujeitos como fundamental para a administração da justiça de Campo Largo. Portanto, a demanda da construção da cadeia nos apresenta elementos para compreendermos as expectativas das elites locais e o relacionamento de Macedo Soares com as mesmas. Como apontam Clarissa Nunes Maia, Flávio de Sá Neto, Marcos Costa e Marcos Luiz Bretas:

a manutenção e a regulamentação das instituições carcerárias durante o Império eram de competência dos governos provinciais, o que ocasionava particularidades, por pressão dos interesses das elites locais – que permaneciam ambíguas entre as formas punitivas tradicionais, privatizadas, e os atrativos da modernidade em que queriam se reconhecer. Ao longo do século XIX, mostrar-se moderno implicava a constituição de instituições públicas, que se materializavam em prédios de custo muito elevado, fossem eles teatros ou prisões. Os governantes provinciais, em constante mudança, variavam entre aqueles dispostos ao investimento e os reticentes com os gastos³⁸⁰.

Neste caso, podemos perceber que no que diz respeito a Campo Largo, a elite local se interessava pela modernização das formas punitivas, direcionando a demanda pela construção da cadeia à presidência da província. Pelo que analisamos até o momento, podemos dizer que esta elite possuía um alinhamento com o que pensava Macedo Soares a respeito da modernização das instituições e certas responsabilidades do Estado. No caso do interesse da administração provincial, Macedo Soares demonstrava desconfiança quanto a um boato de que a presidência da província era contrária à instalação de uma cadeia em Campo Largo, como podemos perceber no trecho a seguir:

A objeção que me informam ter aparecido por parte da administração contra esta antiga pretensão do município de Campo Largo, peço vênia para dizer, não me parece procedente. Allega-se que estamos tão perto da capital, para cuja cadeia podem facilmente ser conduzidos os presos d'este município, que bem podemos deixar uns outros casos, de noite ou a qualquer hora, ou cada um [ilegível] contacto com o resto dos jurados³⁸¹.

³⁸⁰ MAIA, Clarissa Nunes...[et.al.]. Introdução: História e Historiografia das prisões. In: MAIA, Clarissa Nunes...[et.al.] (org.). **História das Prisões no Brasil, volume I**. Rio de Janeiro: Anfitriato, 2017, p. 22.

³⁸¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Offícios, AP 444, volume 16, folha 13.

De fato, o presidente Abranches demonstrava preocupação com a condição das cadeias na província do Paraná, inclusive indicando as precárias condições as quais se encontravam, afastando muito a realidade dos cárceres dos objetivos a eles planejados constitucionalmente, como podemos averiguar em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial:

Ainda muito remoto se nos antolha o período da realização, nesta província, do preceito constitucional quanto às condições destes edifícios [as cadeias]. As prisões de algumas localidades do interior são pequenas casas alugadas por preços exagerados, e nas quaes o infeliz detento se vê privado de todas as commodidades que poderiam suavisar seu cruel sofrimento. À excepção das cadêas da capital e das cidades de Paranaguá, Príncipe, Ponta Grossa e Castro, as demais são arremedo grosseiro de uma casa de prisão. Apontarei as necessidades de alguns desses estabelecimentos³⁸².

Apesar de afirmar que apontaria as necessidades das cadeias da província, o presidente não o fez neste relatório. A opinião de Abranches a respeito da precariedade das cadeias não melhorou no relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no ano seguinte, desta vez apontando para as péssimas condições da cadeia de Curitiba e a necessidade de manutenção desta e de outras:

É, em geral, pouco lisongeiro o estado das cadeas da provincia, sendo a da capital a que está em peores condições, visto como não corresponde as exigências de sua dupla qualidade de detenção e penitenciaria. Nas circunstancias desfavoraveis em que estão os cofres provinciaes, não ousou propor-vos a creação de um edificio especial para penitenciaria, de modo a não obrigar-se por falta de convenientes accomodações, o simples detento ou réo apenas pronunciado, a conviver com galés e outros condemnados. É esse um melhoramento que não deverá ser preterido um só momento, logo que a situação financeira da provincia comporte a iniciação de algum dispêndio avultado³⁸³.

Desta forma, nos parece que a desconfiança de Macedo Soares procede com as posições demonstradas por Abranches quanto à importância da edificação e das boas condições nas cadeias da província. É verdade que o presidente de província tinha suas ressalvas quanto à efetivação das obras devido a precariedade econômica do Paraná, mas isso não deixou que recomendasse atenção à questão quando o momento fosse mais favorável aos cofres provinciais.

³⁸² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatório do Presidente de Província, 15 de fevereiro de 1874, p. 16. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>. Acesso em: 26/11/2019.

³⁸³ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatório do Presidente de Província, 15 de fevereiro de 1875, p. 17. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>. Acesso em: 26/11/2019.

A discussão a respeito das condições das cadeias continuou em pauta nos anos seguintes. Em 1876 o jornal *Dezenove de Dezembro* publicou o relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Paraná pelo então presidente da província, Adolfo Lamenha Lins, em 15 de fevereiro daquele ano, do qual constavam informações sobre o estado das cadeias da região. É notável uma preocupação com a organização dos espaços prisionais e com suas condições de higiene e disciplina, como podemos perceber na descrição da cadeia de Curitiba:

Posto que seja um edificio soffrivel, não oferece a necessaria segurança, nem commodos bastantes para ser ali ensaiado o systema tão preconizado das casas penitenciarias, onde o condemnado encontre na alegre atividade do trabalho meios de regenerar o coração viciado, educar-se e tornar-se digno de voltar ao gremio da sociedade. O chefe de policia lembra a conveniencia de ser construído mais um raio no edificio existente, para iniciar-se esse systema civilizador e economico, e melhorar as condições hygienicas das prisões evitando a acumulação dos presos.³⁸⁴

Esta descrição de Lamenha Lins a respeito da cadeia de Curitiba tem diversos elementos que se repetem nas outras cadeias da província. Dentre as treze cadeias citadas por Lamenha Lins, quase todas necessitavam de obras para a melhoria do espaço, segurança ou higiene. O presidente de província fazia elogios apenas às cadeias de Príncipe e de Ponta Grossa, que também foram elogiadas pelo presidente de província anterior, Frederico Abranches. É evidente o interesse das autoridades e dos políticos em debater as condições das cadeias na província. Mas o que motivava tal discussão? Lamenha Lins oferece algumas possibilidades quanto aos fatores ideológicos por trás da implementação destas instituições prisionais. O presidente da província do Paraná deixou claro acreditar no potencial civilizador das penitenciárias, oferecendo condições para que os condenados regenerassem o “coração viciado” através do trabalho, provando-se aptos para regressar à sociedade.

De acordo com Carlos Aguirre, a adoção de modelos penitenciários nos Estados Unidos e na Europa, desde princípios do século XIX, em que estavam sendo colocados em prática uma nova disciplina de trabalho, uma vigilância constante e um suposto tratamento humanitário aos detentos; acabou por cativar “a imaginação de um grupo relativamente pequeno de autoridades de Estado na América Latina, ansiosos por imitar padrões sociais das metrópoles como uma maneira tanto de abraçar a ‘modernidade’ como ensaiar mecanismos de controle ‘exitosos’ sobre massas as indisciplinadas”³⁸⁵. Apesar de pouco apoio das elites políticas latino-

³⁸⁴ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 04 de abril de 1876. Edição nº 1688, p. 2.

³⁸⁵ AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes...[et.al.] (org.). **História das Prisões no Brasil, volume I**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017, p. 40.

americanas, que enxergavam a população de forma negativa, bárbara e incapaz de caminhar rumo à “civilização”; na década de 1830 começaram as primeiras iniciativas de implementação de modelos objetivando

expandir a intervenção do Estado nos esforços do controle social; projetar uma imagem de modernidade geralmente concebida como a adoção de modelos estrangeiros; eliminar algumas formas infames de castigo; oferecer às elites urbanas uma maior sensação de segurança e, ainda, possibilitar a transformação de delinquentes em cidadãos obedientes da lei³⁸⁶.

No caso brasileiro, como apresenta Marilene Antunes Sant’Anna ao estudar a Casa de Correção do Rio de Janeiro, o debate a respeito de sistemas penitenciários foi alavancado pela conjuntura da Abdicação, que acirrou os ânimos políticos e preocupou uma parcela das elites com o receio de revoltas populares³⁸⁷. Todavia, como aponta Aguirre, apesar de certos receios, estes objetivos não pareceram ocupar o centro das atenções das elites políticas, que ofereceram pouco apoio à implementação de modelos penitenciários em princípio. Estes projetos encontraram diversas dificuldades financeiras para serem implementados, além de proporcionarem pouco alcance sobre a correção de criminosos, já que não foram acompanhadas de reformas mais abrangentes no sistema carcerário. Para Aguirre “cada uma destas penitenciárias representaria a única instituição penal ‘moderna’ em meio a um arquipélago de centros de confinamento³⁸⁸”, causando um impacto bastante reduzido sobre a população carcerária. Além disso, estas penitenciárias foram duramente criticadas por não cumprirem seus objetivos de oferecer um espaço de regeneração de criminosos com higiene e tratamento humanitário. Aguirre coloca que:

A escassez de recursos era asfixiante, a superlotação malogrou o experimento reformista desde o começo e a mistura de detentos de diferentes idades, condições legais, graus de periculosidade e, inclusive, sexos transformou-se em uma prática comum. Os abusos contra os detentos desmentiam as promessas de trato humanitário, e as limitações econômicas impediam as autoridades de oferecer aos presos comida, assistência médica, educação e trabalho adequados³⁸⁹.

Sendo assim, estas dificuldades enfrentadas apontadas por Aguirre ainda se faziam bastante presentes na década de 1870, como pudemos perceber através dos relatórios dos presidentes de província Abranches e Lamenha Lins: as cadeias encontravam-se em condições

³⁸⁶ AGUIRRE, 2017, Op. cit. p. 41.

³⁸⁷ SANT’ANNA, Marilene Antunes. Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes...[et.al.] (org.). **História das Prisões no Brasil, volume I**. Rio de Janeiro: Anfitatro, 2017, p. 42.

³⁸⁸ AGUIRRE, 2017, Op. cit. p. 42.

³⁸⁹ Ibidem, p. 43.

estruturais muito precárias, incapazes de oferecer um ambiente propício para o trabalho, que tanto fascinava uma parcela da elite devido a aura de modernidade, assim como não tinham as condições mínimas de higiene e de trato humanitário aos detentos.

Não era só a manutenção do sistema prisional que se encontrava precarizado, mas também, como já pudemos perceber, a própria edificação de locais que servissem ao encarceramento da população, bem como outras demandas administrativas. Ao que tudo indica, era comum a coexistência de cadeias e câmaras municipais em um mesmo edifício, como era o caso de Curitiba, Lapa, Ponta Grossa, Castro, Antonina e Palmas; o que demonstra que o pedido dos “importantes moradores” de Campo Largo apresentado por Macedo Soares em 1874, demandava uma configuração de edifício usual ao período. Acompanhando os relatórios de Lamenha Lins, podemos ver que muitas destas instalações eram improvisadas, com cadeias sendo alocadas em edifícios emprestados ou alugados: “No Rio Negro serve de prisão uma um pequeno xadrez que nenhuma segurança offerece. Em Guaratuba, S. José dos Pinhaes, Campo Largo e Palmeira, não havendo edificio publico, servem de prisões casas particulares sem segurança e necessarias condicções hygienicas”³⁹⁰.

Dentre as demandas das câmaras municipais da província do Paraná neste período, era constante o pedido de recursos para a construção de suas sedes e também de cadeias. O anseio pela construção de um estabelecimento prisional continuou na pauta da Câmara Municipal de Campo Largo, reforçando o pedido na mesma sessão da Assembleia Legislativa Provincial que Lamenha Lins apresentou seu relatório. Não só a Câmara de Campo Largo, mas também as de Antonina, Morretes, Tibagi, Castro e Guaratuba requisitavam recursos para o início ou continuação de obras relativas a cadeias³⁹¹. Em despacho de 17 de fevereiro de 1876, o presidente de província Adolfo Lamenha Lins atendeu alguns destes pedidos, dentre os quais o de Campo Largo, encaminhando à assembleia provincial “o orçamento e a planta da casa da câmara municipal e cadeia da villa de Campo Largo”³⁹².

Estas instituições prisionais, além de não terem condições de cumprir seus objetivos práticos, entravam em sério conflito com suas pautas ideológicas. Para Carlos Aguirre, as penitenciárias no Ocidente foram pensadas como “elementos intrínsecos à ordem liberal e capitalista”, com o objetivo de transformar o encarceramento não somente em uma forma do detento ressarcir a sociedade pelo seu crime, mas também para incutir no preso os valores desta ordem vigente. Na América Latina, apesar destes valores liberais estarem presentes no discurso,

³⁹⁰ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 04 de abril de 1876. Edição nº 1688, p. 3.

³⁹¹ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 12 de abril de 1876. Edição nº 1699, p. 2.

³⁹² DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 03 de junho de 1876. Edição nº 1713, p. 2.

em que “as massas indisciplinadas seriam treinadas para se tornarem cidadãos cumpridores da lei”, a retórica entrava em conflito com estruturas sociais distintas destes objetivos, em que a restrição à cidadania era uma constante³⁹³. Estamos falando de uma sociedade, no caso do Brasil, que ainda convivia com a escravidão, que possuía um acesso à cidadania em distintos graus restritivos (como debatido na [seção 1.4](#)) e que ainda possuía uma grande influência de relações de favor e clientelismo.

O que podemos concluir com esta discussão é que estava em disputa a implementação de um projeto de controle social visto como moderno e civilizado, em que as cadeias eram vistas como instrumentos fundamentais para a incorporação de regimes de trabalho e disciplina capazes de regenerar os criminosos e adequá-los à sociedade. Este controle seria exercido pelo Estado, entrando em oposição pelas formas de controle social já estabelecidas na sociedade imperial, que funcionavam principalmente no âmbito privado. Ou seja, era a iniciativa do Estado de tentar tomar o controle social das mãos das elites locais, diminuindo a influência das relações de favor e clientelismo. O interessante é observarmos como se dá esse movimento: Macedo Soares, ao que tudo indica, estava mobilizado junto a um grupo político local; uma elite em que o magistrado compartilhava diversas sociabilidades, utilizando de sua influência para tentar efetivar um projeto de edificação estatal. Tratava-se também de uma disputa de projetos dentro da elite política brasileira: de um lado uma elite detentora das formas privadas de punição e de outro uma elite que buscava transferir este poder coercitivo ao Estado. É importante ressaltarmos que neste segundo caso, compatível com a elite de Campo Largo que acabamos de analisar, não significa que esta elite abriu mão de sua influência e poder, mas que a partir disso buscava exercê-los através do Estado. Em outras palavras, é a movimentação de relações pessoais, práticas clientelistas e favor, justamente para se opor a estas mesmas práticas e fazer valer um projeto político que pregava uma maior autonomia e controle do Estado sobre a sociedade.

2.3 Iniciativas associativas e projetos de civilização

Por muito tempo na historiografia e no pensamento social brasileiros, foram difundidas ideias de que o Brasil pós-colonial era desprovido de uma vida social, em que não havia sociedade e que a solidariedade entre sujeitos era praticamente inexistente, ficando restrita em

³⁹³ AGUIRRE, 2017, Op. cit. p. 44-45.

muitos casos a seus círculos familiares ou ao ambiente da fazenda. Apontando autores como Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna como precursores deste tipo de pensamento, Alexandre Mansur Barata argumenta que isto influenciou diversos estudiosos das humanidades a enxergarem a vida social no Brasil como insipiente ou privilegiando “a formação de redes de solidariedades verticais, fundadoras de dependências e clientelismos”³⁹⁴. De fato, como discutimos em [seção anterior](#), práticas clientelistas constituíram um elemento de grande influência no jogo político do Império, mas não foram a única forma de sociabilidade capaz de mobilizar forças políticas e sociais. Estas práticas foram simultâneas a diversas outras formas de sociabilidade como o associativismo em irmandades e sociedades mutualistas, clubes literários e científicos, a maçonaria e outras formas de instituições civis.

Ainda no século XVIII, de acordo com Milena da Silveira Pereira, começaram a surgir associações e academias literárias no Brasil, que apesar de consideráveis em número, existiam por pouco tempo e geralmente atreladas a ideais portugueses, dada a condição colonial brasileira. Além disso, muitas das ações destas instituições estiveram limitadas pelas restrições impostas por Portugal quanto a instalação de tipografias na colônia. Entretanto, como aponta a autora “Não se pode negar, pois, que essas primeiras iniciativas associativas foram talvez os principais meios de produção, promoção e expressão da cultura escrita, servindo inclusive de estímulo para algumas futuras agremiações Oitocentistas”³⁹⁵.

Com a vinda da família real portuguesa, seguiram-se iniciativas mais concretas para a construção de um Estado no Brasil, com a necessidade de criar estruturas administrativas e institucionais que acomodassem naquela que seria a nova capital do Império Português. Junto a esta nova estrutura que foi criada com a instalação da Corte no Brasil, seguiram-se mais iniciativas de formação de associações, fossem elas culturais, filantrópicas ou orientadas à indústria. Muitas delas dedicaram-se a inspirar um espírito nacional, buscando criar uma identidade própria brasileira, principalmente em momentos de efervescência política como a Independência do Brasil³⁹⁶. Apesar da efemeridade em muitos casos, as iniciativas associativas continuaram constantes em períodos posteriores, sendo importantes para a construção de novas sociabilidades e ideias no Brasil. Como coloca Milena da Silveira Pereira ao analisar as associações no período pós-abdicação:

³⁹⁴ BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840). CARVALHO, José Murilo de (Orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 52.

³⁹⁵ PEREIRA, Milena da Silveira. **A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos**. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 26.

³⁹⁶ PEREIRA, 2014, Op. cit. p. 33.

Embora tenham tido existência curta e atividade limitada, a importância dessas agremiações políticas – que, vale ressaltar, não se limitaram à capital do Império, estendendo-se por várias províncias – deveu-se sobretudo ao fato de elas terem funcionado, naquele momento decisivo da vida brasileira, como centros aglutinadores da elite local, contribuindo para a organização do nascente Estado nacional.³⁹⁷

Um movimento semelhante é observado no caso da maçonaria. Devido ao caráter ecumênico da maçonaria, a Inquisição acompanhou de perto os passos dos maçons. Alexandre Mansur Barata identificou processos inquisitoriais envolvendo maçons brasileiros nos anos finais do século XVIII, dos quais ele acredita serem subnotificados³⁹⁸. De qualquer maneira, isso sinaliza a existência de atividades maçônicas no Brasil já neste período. Como relata Barata, apesar da maçonaria não ter sido muito bem recebida pelo governo colonial e a Igreja no Brasil, sendo comuns as perseguições às sociedades secretas vistas como perigosas à ordem pública, ainda assim o ideário maçônico teve grande capacidade de agregar diversos setores sociais aos seus quadros, passando por filhos da elite, negociantes, militares, empregados públicos e até mesmo religiosos. Barata atribui este fascínio de homens procurarem a maçonaria como uma miscelânea de fatores, desde a curiosidade de participar de uma entidade rodeada de mistério, até a possibilidade de pertencer a redes de ajuda mútua e participar de um espaço de troca de conhecimentos e experiências de forma coletiva, constituíam-se assim como agregadores de novos maçons³⁹⁹. Para o autor, o crescimento da maçonaria no Brasil também estava relacionado a uma mudança de imaginário, em que

muitas vezes o pertencimento maçônico estava associado a adoção por determinadas parcelas da população de comportamentos críticos aos valores típicos de uma sociedade do Antigo Regime. Comportamentos críticos que evidenciavam as tensões e o desconforto que se adensava socialmente, embora não necessariamente transformados em projetos políticos contra o Estado ou a Igreja Católica. Procurar ser iniciado na maçonaria, ler livros considerados proibidos, não guardar determinados sacramentos católicos são expressões dessa mudança cultural que atingia setores da sociedade luso-brasileira na virada do século XVIII para o século XIX.⁴⁰⁰

Tal como no caso dos clubes culturais e literários, as iniciativas da Coroa Portuguesa em torno da formulação de uma estrutura administrativa no Brasil no início do século XIX,

³⁹⁷ PEREIRA, 2014, Op. cit. p. 40.

³⁹⁸ BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790 – 1822)**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2002, p. 161 – 163.

³⁹⁹ Idem. **Maçonaria no Brasil (século XIX): história e sociabilidade**. Revista de Estudios Historicos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña, v. 1, p. 144.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 144.

acabaram por incentivar a difusão e crescimento da maçonaria, principalmente com a incorporação de muitos funcionários públicos aos quadros maçônicos, com relativa tolerância do governo. Como coloca Barata, incentivados pelos movimentos constitucionalistas portugueses, os maçons construíram um imaginário de um projeto político que defendia a independência do Brasil, buscando libertar-se do julgo português, evidenciando o patriotismo como uma das virtudes esperadas de um bom maçom e assumindo um papel de destaque na conjuntura de independência brasileira. Entretanto, como frisa o autor, isto não significava que existia uma completa de harmonia de ideias e práticas entre os maçons, muito pelo contrário, houve de fato uma série de disputas e cisões dentro da ordem maçônica que se prolongaram ao longo do século XIX⁴⁰¹.

Todavia, a partir do Segundo Reinado, a maçonaria tomou uma dimensão muito mais pública quanto a sua atuação, com diversos políticos sendo abertamente maçons e suas sedes e reuniões sendo de local conhecido. Esta publicidade veio acompanhada de um crescimento da maçonaria, estabelecendo lojas em todas as províncias do país, mas também o aumento tanto de divisões quanto de obediências, ou seja, os centros as quais as lojas eram vinculadas e os ritos maçônicos incorporados nas entidades⁴⁰². De qualquer maneira, Barata aponta para um crescimento significativo da maçonaria nos anos 1870, bem como aproximação das lojas maçônicas com iniciativas de auxílio mútuo e beneficência, “bem como da criação de uma rede de escolas dirigidas tanto às crianças quanto aos adultos”⁴⁰³.

De fato, a década de 1870 foi particularmente próspera no quis diz respeito ao surgimento de associações, clubes e demais entidades civis. Ao analisar a documentação referente a fundação de associações enviadas ao Conselho de Estado, Ronaldo Pereira de Jesus verifica que entre os anos 1860 e 1880 houve um aumento bastante acentuado de associações beneficentes, com seu pico na década de 1870. Jesus chama atenção para a variedade de grupos e objetivos destas associações, argumentando que

vários grupamentos da sociedade monárquica escravista, em seu segmento urbano, tais como trabalhadores livres, operários, empresários, industriais, comerciantes, escravos libertos e artistas, organizaram e fundaram associações, grêmios ou clubes entre 1860 e 1887, em número significativo, muito além do que comumente se supunha. Entre estes, as sociedades beneficentes, numericamente majoritárias, segundo pudemos observar, apresentavam uma composição complexa e diversificada,

⁴⁰¹ BARATA, 2013, Op. cit., p. 147.

⁴⁰² Ibidem, p. 148.

⁴⁰³ Ibidem, p. 149.

evidenciando arranjos por etnia, categorias profissionais, locais de trabalho ou mesmo regionalmente.⁴⁰⁴

Além disso, o governo mantinha um controle rígido de qualquer forma de agrupamento de pessoas. Quem desejasse fundar uma associação de qualquer finalidade, precisaria comunicar o desejo às autoridades policiais, de forma a manter as reuniões dentro da legalidade, submetendo na sequência seus estatutos à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado para aprovação, como disposto no Decreto nº 2711 de 1860 e na Lei nº 1083, de mesmo ano⁴⁰⁵.

Este controle por parte do Estado não passava somente pela fundação das sociedades, mas como aponta Cláudia Viscardi, existia um acompanhamento próximo das funções das mesmas. A autora coloca que o Conselho de Estado assumia para si o papel de “proteger o povo contra as ilusões dos enganadores e contribuir para o aprimoramento dos estatutos. Na condição de juristas e guardiões da lei, os membros do Conselho de Estado tinham como missão contribuir com a proteção social e com a ilustração do povo”⁴⁰⁶. Desta forma, o Conselho de Estado intervinha constantemente nos estatutos que buscavam regulamentação, de forma a criar mecanismos que garantissem a isonomia e direitos entre sócios, além de fortalecer os poderes das assembleias gerais das associações, evitando que estas funcionassem somente pelos mandos das diretorias⁴⁰⁷. Contudo, Viscardi faz um contraponto a estas atitudes envolvendo a regulamentação de estatutos por parte do Conselho de Estado, demonstrando que nem sempre uma forma de sociabilidade mais horizontalizada era o objetivo desta instituição. Diversas sociedades tinham um tratamento diferenciado na hora de sua regulamentação de acordo com o prestígio social de seus membros, com o Conselho de Estado fazendo vistas grossas diversas vezes às lacunas estatutárias. Assim, Viscardi coloca que

Como se vê, o afã do Estado em regulamentar e fazer-se presente na construção de uma imagem de guardião da justiça, da ciência e das letras esvaía-se na prática de favorecimentos individuais de caráter personalístico e na discriminação infundada de alguns setores sociais, revelando os limites e as contradições de um Estado portador de um discurso liberal e isonômico⁴⁰⁸.

⁴⁰⁴ JESUS, Ronaldo Pereira de. **Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 13, n.1, 2007, p. 155.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 145.

⁴⁰⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)**. Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 123.

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 124.

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 132.

Chegando agora ao personagem principal desta pesquisa, como já pudemos perceber, durante a sua estadia pela província do Paraná, Antônio Joaquim de Macedo Soares não restringiu sua atuação a sua posição de juiz de direito da comarca de São José e Campo Largo. O magistrado desenvolveu relações com a elite política local, criticando-a ou aproximando-se dela conforme a circunstância. Possuía certa relação com os presidentes de província do período, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches e Adolfo Lamenha Lins, sujeitos que elogiou e pelos quais foi elogiado nos jornais. Pôs-se a criticar ações dos políticos paranaenses, inclusive duvidando de sua ilustração, mesmo estes sendo conservadores tal como Macedo Soares. Além de todas estas sociabilidades, Macedo Soares foi mais além, participando de círculos associativos, sendo figura de destaque em duas instituições particulares: o *Club Litterario Campo Larguense* e a *Loja Virtude de Campo Largo*. Mais do que sujeito destacado, o juiz mostrou-se fundamental para a constituição da vida associativa de Campo Largo.

2.3.1 O Club Litterario Campo Larguense

A criação do *Club Litterario Campo Larguense* contou com a participação de Macedo Soares já em sua fase embrionária, como o próprio magistrado descreveu na monografia “Subsídios para a História da Província do Paraná, município de Campo Largo, pelo Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares”⁴⁰⁹. Antônio Ribeiro de Macedo, que teve a ideia de fundar um clube literário, juntamente com seu irmão Joaquim Pereira de Macedo, procuraram o magistrado para formular as três bases daquela nova sociedade que objetivava a “instrução e recreio dos seus socios”: uma biblioteca popular, conferências populares e aulas noturnas para adultos⁴¹⁰. O chamado a Antônio Joaquim de Macedo Soares pode ser explicado, entre outras coisas, por conta de o magistrado não ser apenas juiz de direito daquela localidade na época, mas também o chefe de polícia interino. Como aponta Ronaldo Pereira de Jesus, ao discutir o que era necessário no período para que fosse fundada qualquer tipo de associação:

No Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, toda vez um grupo de pessoas desejasse fundar uma associação – científica, religiosa, cultural, recreativa, desportiva, profissional, de classe, ou beneficente –, para organizar, explicitar ou defender seus interesses materiais, ideológicos, políticos ou civis era obrigatório que pedissem autorização na delegacia mais próxima do local em que pretendessem se reunir. O chefe de polícia, o delegado e o subdelegado encarregados tomariam as providências para que o encontro ocorresse dentro da ordem estabelecida. Em seguida,

⁴⁰⁹ MACEDO SOARES, 1900 [1883], Op. cit. p. 301 - 406.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 334.

os interessados promoveriam quantas reuniões fossem necessárias para elaborar os estatutos e fundar as associações, grêmios, clubes ou irmandades conforme o caso.⁴¹¹

Desta forma, podemos ver que os irmãos Macedo procuraram Antônio Joaquim de Macedo Soares não somente para requisitar a participação do magistrado no processo de criação do clube, mas também pedir permissão para a autoridade competente para terem o direito de se reunir. Entretanto, esta questão ficou ausente no relato de Macedo Soares quanto a fundação do clube. Isso e outros elementos que analisaremos adiante, nos revelam que o desejo do magistrado ia além de permitir ou não a efetivação daquele projeto, mas sim tornar-se parte integrante de sua composição e supervisionar de perto o andamento da futura associação.

Continuando, a primeira sessão preparatória de fundação do clube aconteceu em 19 de agosto de 1875, na residência de João Baptista Galvão de Moura Lacerda. O padre Antônio Machado Lima e João Baptista Galvão de Moura Lacerda foram nomeados, respectivamente, presidente e secretário daquela reunião, ambos os casos por indicação de Macedo Soares. Na sequência, os presentes debateram a respeito de cinco premissas que estabeleceriam a fundação do clube literário, contando com 32 assinaturas:

Os abaixo assignados se propoem á creação de uma associação litteraria n'esta villa sobre as bases seguintes:

1ª O seu fim é a aquisição de livros e jornaes para a instrucção e recreio dos respectivos socios;

2ª A joia e mensalidades serão mercadas na primeira reunião geral dos socios, mas não poderão exceder de 2\$000, e aquella de 5\$000;

3ª Não poderá organizar-se a sociedade sem contar ao menos o numero de 25 socios;

4ª haverá, logo que se achem as presentes Bases assignadas pelo referido numero de socios, uma reunião geral para tratar-se da nomeação da Directoria interina, nomeação da Comissão para a confecção dos Estatutos, e a organização definitiva da sociedade;

5ª O socio que não comparecer á dita reunião entende-se ter adherido á resolução que fôr tomada.⁴¹²

Era um padrão na maior parte das associações, independentemente de sua natureza, o pagamento de uma joia, que caracterizava um valor simbólico para o ingresso, juntamente a uma contribuição mensal. Para efeito de comparação, em levantamento feito por Pamela Beltramin Fabris e Thiago Hoshino a respeito da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, fundada em Curitiba no ano da abolição da escravatura e tendo como objetivo a ajuda mútua entre a população negra em Curitiba, constatou-se uma joia no valor de 3\$000 e uma mensalidade de 1\$000. Mesmo que o valor da admissão tenha subido para 5\$000 em 1896, a

⁴¹¹ JESUS, 2007, Op. cit. p. 145.

⁴¹² MACEDO SOARES, 1900 [1883], Op. cit. p. 334 – 335.

mensalidade permaneceu a mesma⁴¹³. Carolina Marchesin Moisés também constatou valores semelhantes ao estudar a Sociedade Operária e Beneficente Protetora dos Operários, fundada em Curitiba em 1883 e orientada para o atendimento e ajuda mútua de trabalhadores urbanos⁴¹⁴. A diferenciação destas duas sociedades com o *Club Litterario Campo Larguense* fica evidente não somente quanto a função, já que aquelas eram mutualistas e beneficentes, mas por conta do valor requisitado para associar-se e manter-se associado. No caso do clube de Campo Largo, a joia era inferior as outras duas, entretanto, a mensalidade era cinco vezes maior. Isto demonstra um recorte mais elitizado dos sócios do clube literário, requerendo maior contribuição para que os sujeitos mantivessem a sociedade.

Na sequência da ata, ficou registrado novamente o engajamento de Macedo Soares com a criação do clube. O presidente da sessão, o padre Antônio Machado Lima convocou os sócios que se manifestassem sobre os tópicos debatidos. Assim, assumindo a palavra, Macedo Soares falou sobre a necessidade de naquele momento decidirem por uma diretoria do clube naquele processo de criação, que deveria ser composta por um presidente, um secretário e um tesoureiro, como também a comissão que deveria formular o estatuto do clube. Para isso, o magistrado indicou novamente os nomes de Antônio Machado Lima e João Baptista Galvão de Moura Lacerda, para os cargos que já estavam alocados naquela reunião, acrescentando o nome de Joaquim Pereira de Macedo para a tesouraria, fechando assim a primeira diretoria do clube. Quanto à comissão responsável pelo estatuto, Macedo Soares indicou os nomes de José Mathias Miller, Pedro Martins Saldanha Filho e Leocádio Gonçalves Padilha. Nos dois casos, as sugestões de Macedo Soares foram acatadas por unanimidade dos presentes⁴¹⁵.

Na segunda sessão preparatória, realizada em 8 de setembro de 1875, no salão da Câmara Municipal de Campo Largo, foi aprovado o estatuto do *Club Litterario Campo Larguense*, formulado pela comissão responsável. João Baptista Galvão de Moura Lacerda, o secretário do clube em formação, sugeriu a inclusão de outros seis nomes a lista de sócios fundadores⁴¹⁶, ficando assim com 38 membros fundadores, como identificados a seguir:

⁴¹³ FABRIS, Pamela B.; HOSHINO, Thiago. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: Mobilização negra e contestação política no pós-abolição. In: MENDONÇA, Joseli M. N.; SOUZA, Jhonatan U. **Paraná Insurgente**. São Leopoldo/RS: Casa Leiria, 2018, p. 57.

⁴¹⁴ MOISÉS, Carolina Marchesin. **“Por ser, como é, uma associação beneficente, constituída de homens de trabalho, de cidadãos dignos”: a Sociedade Operária e Beneficente Protetora dos Operários e sua relação com o espaço central de Curitiba. (1883-1910)**. Monografia de Graduação. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Joseli Maria Nunes Mendonça. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019, p. 58.

⁴¹⁵ MACEDO SOARES, 1900 [1883], Op. cit. p. 335 – 366.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 337.

Tabela 2. Fundadores do Club Litterario Campo Larguense, por ordem de assinatura (1875)			
1	Antônio Joaquim de Macedo Soares	20	Francisco Custódio Natel
2	Domingos Antônio da Cunha	21	Joaquim Carneiro do Amaral
3	Francisco Pinto de Azevedo Portugal	22	João Luiz Gonçalves
4	Augusto Lobo de Moura	23	José Gonçalves Padilha
5	João Batista Galvão de Moura Lacerda	24	Agostinho Ribeiro de Macedo
6	Antônio Machado Lima	25	Joaquim Pereira de Macedo
7	José Mathias Miller	26	Manoel Ribeiro de Macedo Filho
8	Francisco Pinto de Azevedo P. Filho	27	Manoel Martins da Rocha
9	Leocádio Gonçalves Padilha	28	Manoel Antônio de Andrade
10	Antônio Gonçalves Padilha	29	Jayme Pinto de Azevedo Portugal
11	Manoel de Oliveira Cercal	30	Zacarias de Paula Xavier
12	José Brigido dos Santos	31	Francisco Ribeiro de Macedo
13	Romualdo Ferreira de Azevedo Portugal	32	Francisco Soares Pinto
14	Prudente José do Nascimento	33	Manoel Ribeiro de Macedo
15	José Joaquim Ferreira de Moura	34	Antônio de Paula Xavier
16	Francisco Xavier de Almeida Garret	35	Joaquim Carneiro do Amaral Junior
17	Pedro Martins Saldanha Filho	36	Ildefonso Ferreira Bello
18	João Ribeiro de Macedo	37	Eduardo dos Santos Miller
19	Zeferino Martins da Rocha	38	Alexandre Magno de Oliveira Jorge

FONTE: MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. Subsídios para a História da Província do Paraná, município de Campo Largo, pelo Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, tomo LXIII, 1900 [1883] p. 301 – 406.

Não sabemos se a inclusão dos últimos seis nomes se fez por estes sujeitos estarem presentes na segunda sessão preparatória ou se era uma forma de incluir sujeitos pertencentes àquela rede de sociabilidade na fundação da associação, como forma de prestígio social. De qualquer forma, é interessante vermos como muitos dos nomes presentes na fundação do clube eram os mesmos do abaixo-assinado demandando uma cadeia para Campo Largo, representados na [tabela 1](#), como discutimos anteriormente. Isto demonstra a mobilização de um mesmo grupo político, de uma elite de Campo Largo transitando por diversas formas de sociabilidade, como veremos também no caso da maçonaria mais adiante, tendo sempre Antônio Joaquim de Macedo Soares como um de seus protagonistas.

E o protagonismo de Macedo Soares no clube literário fica ainda mais evidente a partir da terceira sessão preparatória da entidade, realizada em 10 de setembro de 1875, também no salão da Câmara Municipal daquela vila. Nesta última reunião preparatória, Antônio Joaquim de Macedo Soares foi eleito o presidente do clube; com Leocádio Gonçalves Padilha e Agostinho Ribeiro de Macedo como primeiro e segundo secretários; João Baptista Galvão de Moura Lacerda como orador; Joaquim Pereira de Macedo na tesouraria; Pedro Martins Saldanha Filho como procurador e, por fim, Francisco Xavier de Almeida Garret como responsável pela biblioteca, completando assim a primeira diretoria efetiva do *Club Litterario Campo Larguense*⁴¹⁷. Macedo Soares seria reeleito presidente do clube no ano seguinte, ocupando a função até a sua transferência para Mar de Hespanha, na província de Minas Gerais.

Desta forma, no dia 11 de setembro de 1875, Macedo Soares, como presidente da nova associação, encaminhou ao então presidente da província do Paraná, Adolfo Lamenha Lins, uma solicitação do recém fundado *Club Litterario Campo Larguense* em nome de seus sócios. Na carta informava-se o seguinte:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex^a que no dia 10 do corrente mes inaugurou-se n'esta Villa uma associação sob o titulo distinctivo de Club Litterario Campo Larguense, com trinta e oito socios, tendo por fim crear uma biblioteca, estabelecer aulas nocturnas e escolas, de ainda fundar um jornal; contribuir em fim por todos os modos para a instrucção dos socios e em geral para a diffusão dos conhecimentos uteis.⁴¹⁸

Na sequência do documento, os sócios do clube demonstravam ansiar pela proteção de Lamenha Lins, a quem creditavam ter sido um grande entusiasta da instrução na província, como podemos ver a seguir: “O Club nutre a grata esperança de que esta comunicação será bem recebida [pelo] ilustrado Administrador o que em tão pouco tempo, tanto já deve a instrução publica da provincia; e que V. Ex^a tornando-a em consideração, se constituirá um dos seus mais devotos protectores”⁴¹⁹. Todavia, mesmo tecendo elogios à Lamenha Lins, isto não quer dizer que Macedo Soares via a instrução pública no Paraná de maneira positiva naquele momento, muito pelo contrário. O magistrado acreditava que a instrução pública na província se encontrava muito defasada, praticamente inexistente, sendo o atraso de Campo Largo neste sentido apenas um lugar comum, como podemos ver nas próprias palavras de Macedo Soares, em seu texto sobre a história daquela vila:

⁴¹⁷ MACEDO SOARES, 1900 [1883], Op. cit. p. 337.

⁴¹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Livro de Offícios, AP 470, volume 15, p. 62.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 62.

No município do Campo Largo, como em toda a província do Paraná, a instrução pública ainda não passou de uma palavra. Não obstante os ingentes esforços de alguns dos administradores, entre os quaes mais avulta o Dr. Adolpho Lamenha Lins, os resultados d'acção dos poderes publicos são inteiramente nulos; póde-se dizer afeutamente [sic] que “na província do Paraná não ha instrucção publica”.⁴²⁰

Como apurou Alessandro Cavassin Alves, o Paraná sob governo conservador experimentou um grande número de legislações aprovadas pela Assembleia Provincial. Das 349 leis aprovadas, 62 eram referentes a instrução e educação⁴²¹. Dentre as legislaturas paranaenses da década de 1870, Alves destaca que a 10ª legislatura (1872-1873) foi a que mais se destacou no que diz respeito a educação⁴²². É interessante observarmos que Francisco Pinto de Azevedo Portugal e José Mathias Miller⁴²³, ambos signatários do abaixo-assinado pela cadeia em Campo Largo e sócios-fundadores do *Club Litterario Campo Larguense*, foram deputados durante a 10ª legislatura. Todavia, estas legislações não pareceram suficientes para Macedo Soares, apesar deste considera-las avanços importantes. O magistrado acreditava que muitas outras medidas deveriam ser encaminhadas para a melhora da instrução pública não somente no Paraná, como em todo o Brasil:

O systema da inspecção do ensino na provincia do Paraná tem seguido a mesma evolução que nas outras províncias, e os resultados continuam a ser igualmente negativos. A razão é obvia. Para ser efficaz, ha de a inspecção ser prompta, cahir de improviso em cima d'aula em trabalho; minuciosa, o inspector ver o que se faz, desde que se começa a fazer até que se acaba de fazer; inteligente, saber o inspector como e por que as cousas se fazem, e si se fazem direito; instructiva, ensinar, corrigir, endireitar o que não está direito; exemplar e moralisadora; castigar, punir, repreender, admoestar, advestir, notar, elogiar. Premiar, segundo as circumstancias. Ora, um pessoal que saiba fazer isto, que saiba inspecionar, é difficil, é novo, e como tudo que é raro, custa caro. No nosso viciosíssimo systema político há dinheiro para tudo, para as afilhadagens, para as patotas (diz o povo); mas para as cousas uteis... carece.⁴²⁴

Neste trecho, é interessante apontarmos para três elementos. O primeiro ponto seria quanto à necessidade de a instrução pública contar com mecanismos de fiscalização, vigilância e controle. As aulas, na visão de Macedo Soares, precisariam ser acompanhadas de perto, estando o inspetor responsável pronto para isso a qualquer momento, inclusive sem o conhecimento de professores e alunos, ou “de improviso”, como escreveu o magistrado. Além disso, o inspetor deveria estar preparado para aplicar quaisquer punições que fossem necessárias, com o intuito de manter a disciplina e o caráter moralizante da instrução pública.

⁴²⁰ MACEDO SOARES, 1900 [1883], Op. cit. p. 326.

⁴²¹ ALVES, 2014, Op. cit. p. 224.

⁴²² Ibidem, p. 182-184.

⁴²³ Ver [Tabela 1](#).

⁴²⁴ MACEDO SOARES, 1900 [1883], Op. cit. p. 328.

Mesmo que Macedo Soares apontasse como funções dos inspetores elogiar, dar exemplos e ensinar, as tarefas coercitivas destes agentes públicos eram muito mais acentuadas neste texto.

Para tanto, era imprescindível a competência do inspetor que atuasse na instrução pública, nosso segundo elemento de destaque. Como já discutimos, Macedo Soares chamava a atenção para a importância de funcionários públicos e políticos possuírem conhecimento técnico e a devida ilustração para as suas funções, devendo ocupar cargos através de seu próprio mérito, não por pura influência que tivessem junto a um grupo ou outro. E é justamente esta questão do favor que é nosso terceiro ponto: neste trecho, Macedo Soares tecia uma crítica as “afilhadagens”, ou seja, ao uso dos recursos públicos para o favorecimento pessoal. Para ele, o sistema político estava contaminado por estas relações de favor, deixando desfavorecidas “as cousas uteis”, como a instrução pública. Contudo, sempre é bom lembrarmos o movimento duplo de Macedo Soares: mesmo crítico às relações de favor, fazia parte de redes do tipo objetivando os projetos políticos que defendia.

Considerando o que pensava Antônio Joaquim de Macedo Soares sobre a instrução pública, é interessante trazermos para o debate a posição de Adolfo Lamenha Lins sobre o tema, tanto para efeito de comparação, quanto pela proximidade que estes dois sujeitos pareciam possuir. Em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de fevereiro de 1876, Lamenha Lins introduzia a questão da instrução pública da seguinte forma:

É desnecessario demonstrar-vos a importancia deste assumpto que preocupa a attenção de todos os governos do mundo civilizado. A diffusão da instrucção publica, principalmente nos paizes regidos pelo systema politico que possuímos, deve ser o incessante cuidado d’aquelles que tem o dever de trabalhar pela felicidade, progresso e engrandecimento de sua patria. Desde que o cidadão, que é chamado a intervir nos negocios publicos mediante o seu voto nos comícios populares, é um analphabeto, está em imminente de ser um instrumento perigoso nas mãos dos outros. A regeneração dos costumes que converte em criminosos homens que poderiam ser uteis á família e á sociedade, depende da educação do povo, que deve conhecer os seus direitos, para elevar-se a seus próprios olhos, e comprehender os altos destinos da humanidade. E é na juventude, quando o terreno está preparado para receber a semente preciosa dos conhecimentos uteis, que se deve proporcionar esse pão do espirito, que o tem de alimentar e desenvolver. A instrucção da mocidade pois exige o mais desvelo⁴²⁵.

Ao analisar os relatórios de diversos presidentes de província do Paraná, Noemi Santos Silva identifica alguns pontos ideológicos em comum quanto ao papel da instrução pública na sociedade imperial. Existia comum acordo que a instrução era um instrumento civilizador, que

⁴²⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatório do Presidente de Província, 15 de fevereiro de 1876, p. 42. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>. Acesso em: 03/01/2020.

direcionava os povos ao progresso. Desta forma, presidentes de província e professores constantemente apontavam para a importância de educar não somente a elite, mas toda a população, de forma a civilizar e regenerar as massas, afastá-las dos vícios e aproximá-las de virtudes, contribuindo para a edificação nacional, com a instrução pública constituindo uma ferramenta importante para a solução das mazelas da sociedade⁴²⁶. Sendo assim, Lamenha Lins não era uma exceção, mas sim a regra quanto ao discurso a respeito da instrução pública, pois deixava claro acreditar nesta como civilizadora, sendo essencial que os agentes atuantes no Estado dedicassem seus esforços para a fomentação de mecanismos educacionais. O presidente de província também apontava para a necessidade de priorizar a educação dos jovens, que seriam os responsáveis por manter este projeto de progresso. Como veremos mais adiante, o jovem também figuraria como símbolo de progresso para o *Club Litterario Campo Larguense*. Contudo, como bem indaga Silva, estes ideais de instrução pública não correspondiam a uma educação igualitária, em que todas as pessoas receberiam o mesmo tipo de instrução, já que a sociedade imperial era extremamente desigual socialmente e juridicamente, com restrições à cidadania, bem como a presença da escravidão⁴²⁷. Constituíam-se de projetos, que tomaram corpo ao longo do século XIX, pautados em ideias que apresentavam “novas concepções de cidadania e trabalho que atestavam por novas estratégias de formação, pautadas por percepções hierarquizadas dos papéis sociais”⁴²⁸. Em outras palavras, existiam entraves para a educação de libertos e escravos, bem como divisões educacionais em relação ao gênero e uma orientação para uma educação mais básica quanto menos favorecida fosse a origem social do educando.

O que também chama atenção no trecho do relatório de Lamenha Lins é a questão da participação política. Como discutimos no primeiro capítulo deste trabalho, a formação superior era um elemento de fundamental importância para o acesso às carreiras políticas e à burocracia estatal. Ou seja, foi constituída uma elite política altamente instruída em um país de extremo analfabetismo e carência educacional. O exercício da cidadania através do voto, limitado sobretudo pela renda, ou seja, a comprovação de autonomia e propriedade, não fazia distinção quanto ao nível de instrução do cidadão. O que autores como José Murilo de Carvalho demonstram, e que podemos ver representado nas palavras de Lamenha Lins, é que existia o temor que votantes sem instrução pudessem ser manipulados nas eleições, favorecendo os poderios locais e degenerando todo o sistema eleitoral, cada vez mais em descrédito. Carvalho

⁴²⁶ SILVA, Noemi Santos da. **O “batismo na Instrução”: projetos e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná provincial**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joseli M. Nunes Mendonça. Curitiba, 2014, p. 54-57.

⁴²⁷ Ibidem, p. 61.

⁴²⁸ Ibidem, p. 97.

aponta que as elites tendiam a responsabilizar a população sem instrução pelas falhas no sistema político, ignorando os principais motivos do problema, que giravam em torno da falta de um exercício eleitoral e político continuados, que proporcionassem uma educação política e de prática da cidadania⁴²⁹. Como coloca Hilton Costa:

Com efeito, o que interessa aqui é que a partir das décadas 1870-80 esta condição de analfabeto passou a ser notada enquanto um fator posto a diminuir a capacidade política das pessoas, algo não tão evidente nos anos anteriores. Esta alteração na percepção dos analfabetos fez com que a situação de não saber ler e escrever passasse a ser mobilizada como elemento para justificar a retirada de pessoas da vida política eleitoral. A condição de analfabeto era, geralmente, atribuída aos votantes, a parte mais popular do eleitorado.⁴³⁰

A principal resposta para este temor foi restringir ainda mais o acesso à cidadania através do voto com o advento da Lei Saraiva (Decreto nº 3029 de 9 de janeiro de 1881) que, entre outras medidas, instituía o fim do sistema eleitoral em dois graus passando a vigorar o voto direto, mas proibia o exercício deste por analfabetos. Desta forma, nas palavras de Costa:

... ficou nítido que as alterações promovidas na legislação eleitoral até a promulgação do *Decreto n.º 3.029 – 9 de janeiro de 1881* não detinham por objetivo final a ampliação do voto, de modo geral, mas sim sua maior veracidade e legitimidade. Desta feita, a alvo das inúmeras modificações na legislação eleitoral até o ano de 1881 era o de alcançar a “verdadeira representação” criando um corpo eleitoral independente e isso não necessariamente passaria pela ampliação do direito ao voto⁴³¹.

Voltando a Lamenha Lins, o presidente de província louvava os esforços dos legisladores e demais envolvidos em promover a instrução pública no Paraná. Contudo, reconhecia que mesmo com estes esforços, os resultados não correspondiam às expectativas, apontando para o que considerava serem as maiores causas de problemas referentes à instrução pública:

A falta de instrução profissional, por meio das escolas normaes, onde se habilitem os candidatos ao magistério. O desconhecimento, quase geral, das desvantagens inherentes á instrução, e consequentemente a apathia dos paes, e a ausencia dos alumnos. O pouco estímulo dos professores, que não correspondem ao sacerdócio, de que se acham investidos; e a insufficiencia dos meios de subsistencia, apreensão constante de todos os funcionarios publicos. A inutilidade, bastante provada, dos

⁴²⁹ CARVALHO, 2014, Op. cit. p. 49.

⁴³⁰ COSTA, Hilton. **O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a reforma eleitoral de 1881**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof.º Dr.º Carlos Alberto Medeiros Lima. Curitiba, 2014, p. 77.

⁴³¹ Ibidem, p. 77.

concursos a que se submetem os aspirantes ao magisterio. A fiscalização incompleta, ou descuidada nos logares onde não se póde fazer sentir a inspecção central⁴³².

A partir da posição de Lamenha Lins, podemos ver que ele e Macedo Soares concordavam quanto a questão da competência técnica dos funcionários da instrução pública. Contudo, Lamenha Lins foi mais específico, colocando sobre responsabilidade dos funcionários públicos praticamente toda a ineficiência do sistema, enquanto Macedo Soares ainda apontava para o desinteresse do governo e a influência das relações de favor. Além disso, Lamenha Lins chamava atenção para o desconhecimento da população quanto aos benefícios de uma boa educação, também dando a carga de responsabilidade ao povo quanto ao insucesso da instrução pública. Isto espelha o que estamos discutindo, do imaginário de membros da elite política de que a população brasileira era incivilizada, degenerada e que precisaria de muitos esforços por parte dos governantes para ser posta no caminho do progresso. Veremos mais adiante que, por mais que Macedo Soares também considerasse fundamental medidas civilizatórias e moralizantes, sua visão a respeito da população paranaense não era tão negativa quanto era comum a outros membros da elite política.

Desta forma, voltando ao *Club Litterario Campo Languense*, podemos ter algumas ideias quanto às motivações de Macedo Soares para se envolver com a criação dessa associação. Acreditamos que o empenho de Macedo Soares na construção do clube literário, era vista pelo magistrado como uma maneira de contornar as deficiências do Estado na instrução pública, por mais que existissem sujeitos como Lamenha Lins, que de seu ponto de vista, ansiavam pelo desenvolvimento do Paraná. As “afilhadagens e patotas”, citadas pelo magistrado e presentes na sociedade imperial impediam que o Estado avançasse na questão da instrução pública (e porque não tantas outras) da maneira que deveria. Por isso Macedo Soares, ironicamente, atuou através de relações de favor e clientelismo, representados nesta elite política de Campo Largo, para ajudar na criação do *Club Litterario Campo Languense* e contribuir para o fortalecimento da instrução na província, ainda pouco incentivada pelo Estado em seus olhos.

Estas ideias de incentivo à instrução pública ficam mais evidentes na solenidade de inauguração do *Club Litterario Campo Languense*, realizada em 17 de outubro de 1875 e carregada de simbolismos:

Os socios, encorporados, foram á Egreja Matriz assistir á missa conventual, precedidos da bandeira do Club, e de uma esphera armillar, symbolo da sciencia,

⁴³² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Relatório do Presidente de Província, 15 de fevereiro de 1876, p. 42 - 43. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>. Acesso em: 03/01/2020.

carregada por um menino, representando a educação popular. De volta a Igreja, celebrou-se uma sessão magna, em que se pronunciaram discursos alusivos ao acto. À noite terminou o festejo por um baile em casa do socio Martins da Rocha.⁴³³

As esferas armilares são instrumentos utilizados na astronomia que foram postos em uso por diversos povos ao longo da história, dos babilônios aos gregos, dos portugueses aos italianos, dos árabes aos chineses. Consistem, basicamente, de um conjunto de anéis que formam uma esfera, cujo centro é a Terra. Os anéis representam as eclípticas observáveis da abóbada celeste, podendo ser ajustáveis para as medições dos astros⁴³⁴. A escolha de um instrumento tão antigo e amplamente utilizado por culturas diferentes ao longo do tempo, diz muito quanto ao caráter do clube, como o próprio Macedo Soares relata, aquele era um símbolo da ciência.

FIGURA 4. Exemplos de esferas armilares



FONTE: Da esquerda para direita: Esfera armilar de Jost Bürgi e Antonius Eisenholt, 1585, acervo do Museu Nórdico de Estocolmo. Esfera armilar chinesa, localizada no Observatório Antigo de Pequim.

A escolha de uma criança para ser o guardião da esfera armilar no ato solene é carregada de significados. Em primeiro lugar, indica uma ideia de progresso, em que a atenção deveria estar depositada no devir e, para isso, era necessário um investimento nas gerações mais jovens que carregariam o conhecimento científico em direção ao futuro. Como nos indicou Macedo Soares, a instrução pública no Paraná, aos seus olhos, era extremamente deficitária, assim como no resto do Império, carecendo de atenção e investimento governamental, além de

⁴³³ MACEDO SOARES, 1900 [1883], Op. cit. p. 337.

⁴³⁴ RONAN, Colin A. *The Cambridge illustrated History of the World's Science*. Cambridge University Press, 1983, p. 163.

rigor técnico dos agentes educacionais. Ao indicar o menino como representante da educação popular, o clube estava chamando a atenção para os níveis mais básicos de instrução, como escolas e liceus focados na formação dos mais jovens. Contudo, carecemos de fontes quanto às pessoas instruídas pelo clube, o que nos proporcionaria uma análise mais precisa quanto aos seus objetivos. Apesar da simbologia de uma educação popular, no estatuto do clube, bem como na comunicação enviada à Lamenha Lins, traçavam-se como objetivos da associação a instrução de seus sócios. Portanto, ainda não sabemos se o *Club Litterario Campo Larguense* se dedicava à uma educação da elite associada ou de uma gama maior de moradores de Campo Largo. De tal modo, é importante termos em mente que o ideal representado pelo clube não se concretizou necessariamente como uma ação efetiva.

Todavia, podemos perceber a determinação dos membros do *Club Litterario Campo Larguense* com um projeto educacional na primeira menção pública que encontramos sobre a entidade, que consta na edição 1691 do jornal *Dezenove de Dezembro*, datada de 15 de março de 1876, em que está reproduzido trechos do relatório do presidente de província Lamenha Lins à Assembleia Provincial. O mesmo relatório no qual o presidente de província colocava suas impressões a respeito da instrução pública, como já analisamos. Nesta publicação, Lamenha Lins faz uma referência a primeira reunião preparatória do clube, que “Por iniciativa do cidadão Antonio Ribeiro de Macedo, e a esforços de seu actual presidente, e do socio Joaquim Pereira de Macedo, foi este club installado em 19 de Agosto de 1875”⁴³⁵. O objetivo do clube continuava sendo a instrução, como relatou Lamenha Lins na sequência do texto, detalhando o acervo e consulta de sua biblioteca, um dos objetivos de fundação:

A bibliotheca possui 230 obras em 360 volumes; assigna diferentes jornaes, nacionaes e estrangeiros. De 22 de Outubro até 31 de Dezembro do anno passado, foram os salões do club frequentados por 172 pessoas, que consultaram 225 obras, assim distribuidas:

Romances	116
Poesias	7
Dramas	12
Historia	19
Politica	9
Educação	52
Religião	2
Philosophia	1

Em comparação com outras bibliotecas particulares alocadas em clubes e associações, a do *Club Litterario Campo Larguense* ainda era modesta. Para efeito de comparação, o *Club*

⁴³⁵ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 15 de março de 1876, edição nº 1691, p. 2.

Litterario de Paranaguá, o *Club Democratico Antoniense* e o *Club Litterario Pitanguyense*, também citados no relatório de Lamenha Lins, constavam com mais de 700 livros em suas bibliotecas. O que diferiu o *Club Litterario Campo Languense* dos outros citados por Lamenha Lins no relatório, foi o detalhamento que o presidente deu quanto aos temas e doadores dos livros da entidade:

Quasi toda a livraria foi constituída por donativos dos Exms. Srs. conselheiros ministro da agricultura e Manoel Francisco Correia; livreiros da corte, os Srs. B. I. Garnier, Serafim José Alves e Manoel Francisco Dias da Silva Junior, alem das importantes offertas do actual presidente Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares.⁴³⁶

Podemos perceber assim que a relação de Macedo Soares com o clube em questão era muito íntima: o magistrado era o seu presidente, um dos principais doadores de livros para a biblioteca da entidade e, como era reconhecido por Adolfo Lamenha Lins, havia juntado esforços a Antonio Ribeiro de Macedo e Joaquim Pereira de Macedo, para fundar a associação. É evidente o protagonismo que Macedo Soares possuía junto ao clube, mas voltando aos livros, o magistrado apresentou um pequeno detalhamento das obras alocadas na biblioteca, “sobresahindo entre estas os romances de José de Alencar e de Julio Verne, a immortal Cabana do Pai Thomaz e a Historia do Brasil, de Southey, traducção do Dr. Luiz de Castro”⁴³⁷. Já em 1877, como indicava o magistrado, “a biblioteca possuía perto de 800 volumes, dos quaes cerca de 500 encadernados, representando mais de 400 obras de litteratura, philosophia, direito e legislação, sciencias physicas e naturaes, historia e geographya, medicina, mathematicas, etc., e um globo terráqueo montado em armação de madeira”⁴³⁸. Como podemos ver, além da convicção quanto ao real formato da Terra, os membros do *Club Litterario Campo Languense* conseguiram ampliar significativamente a sua coleção de livros no curto período de dois anos, com obras a princípio bastante diversificadas, o que demonstrava um grande empenho em cumprir sua finalidade de instrução.

Além da instrução, os membros do clube literário também se dedicaram à arrecadação de recursos financeiros para causas que acreditassem precisar de apoio. Ao estudar diversas iniciativas associativas no Brasil, Cláudia Viscardi faz uma diferenciação das possibilidades e tipos de filantropia presentes nestas sociedades particulares. A autora argumenta que “Filantropia e mutualismo compunham categorias fluídas, indiferenciadas para os próprios contemporâneos”, sendo que “Várias sociedades que foram criadas no período se

⁴³⁶ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 15 de março de 1876, edição nº 1691, p. 2.

⁴³⁷ MACEDO SOARES, 1900 [1883], Op. cit. p. 337.

⁴³⁸ Ibidem, 337.

autodenominavam de ‘socorros mútuos’, ‘filantrópicas’ ou de ‘beneficência’⁴³⁹. Para Viscardi esta dificuldade de definição era sentida até por parte do governo imperial, que como discutimos anteriormente, possuía grande intervenção durante o processo de criação de sociedades. Entre estas diversas definições de práticas existiam os montepios, que se constituíam de “sociedades privadas, que visavam lucro e obedeciam às regulamentações do mercado”⁴⁴⁰; as filantrópicas, que destinavam seus recursos arrecadados a pessoas externas à suas associações e as de socorro mútuo ou beneficentes, orientadas à ajuda de seus membros e pessoas próximas a estes. Como alerta Viscardi, uma associação podia compreender-se como filantrópica, por exemplo, mas na prática exercer o socorro mútuo ou vice-versa, podendo também ter uma definição distinta por parte do Estado⁴⁴¹.

Esta confusão quanto a finalidade de uma associação e como usava seus recursos, também era presente no *Club Litterario Campo Languense*. Por um lado, como comentamos, o estatuto do clube previa a educação de seus sócios, o que indica a cooperação entre estes. Entretanto, a composição do *Club Litterario Campo Languense*, possuindo entre a maior parte de seus associados membros da elite de Campo Largo, nos leva a crer que esta entidade não pode ser considerada como uma associação de ajuda mútua, por mais que pudessem haver meios de seus sócios cooperarem de outras maneiras que não com auxílio financeiro. Isto fica mais evidente quando olhamos para o perfil de outras instituições de ajuda mútua localizadas em Curitiba, como a Sociedade Protetora e Beneficente dos Operários, fundada em 1883, e a Sociedade Beneficente 13 de maio, fundada em 1888; que possuíam entre a maior parte de seus associados, pessoas muito menos abastadas do que aquelas integrantes do clube de Campo Largo. Além disso, como discutimos, o *Club Litterario Campo Languense* possuía inclinações em contribuir com uma instrução pública, ou seja, atuar de forma a prestar assistência a pessoas externas da associação. Isto e mais algumas tentativas de arrecadar recursos financeiros para ações de caridade, nos levam a crer no caráter filantrópico do *Club Litterario Campo Languense*, como veremos a seguir.

Na primeira edição do jornal conservador “O Paranaense”, datado de 9 de dezembro de 1877, consta um relato sobre o aniversário de dois anos de fundação do *Club Litterario Campo Languense*. Tal escrito não possui autoria, contudo, é compreensível pela linguagem utilizada que o autor do texto se não era um sócio do *Club Litterario Campo Languense*, pelo menos possuía proximidade com a associação. Além disso, apesar de Macedo Soares não morar

⁴³⁹ VISCARDI, 2008, Op. cit. p. 120.

⁴⁴⁰ Ibidem, p. 121.

⁴⁴¹ Ibidem, p. 120.

mais no Paraná nesta data, ainda assim este relato é importante para compreendermos as finalidades e ações tomadas pelo clube.

O texto iniciava com um tom patriótico e progressista, elevando a importância daquela festividade:

Descrever os pormenores desta modesta festa e os encantos que ella offereceu aos circunstantes, principalmente áqueles, que, possuindo um coração brasileiro onde pulsa o amor da patria, resentem-se de verdadeiro jubilo, sempre que veem dentro de qualquer circumscripção territorial deste vasto imperio, desenvolver-se os espíritos e o seu progresso, è tarefa para que nos consideramos impotentes, visto como não podemos fazer com os atavios, que merece assumpto de tão alta magnitude⁴⁴².

Mesmo apontando para a difícil tarefa de fazer jus a “alta magnitude” do segundo aniversário do *Club Litterario Campo Larguense*, o autor complementou que a tentativa era indispensável e que deixar de lado tal relato era “indigno de fazer parte da família brasileira”. Na sequência, o texto novamente tomava um discurso patriótico, reforçando o compromisso do clube com o progresso de Campo Largo, pedindo que “a imprensa registre um facto importante que aqui se verificou; que o paiz saiba que nós, embora privados dos dotes e recursos, tambem trabalhamos para que esta villa atinja á um estado florescente e lisonjeiro: e assim façamo-nos dignos de nosso conterraneos”⁴⁴³. De acordo com este texto, a população da vila de Campo Largo regozijava-se com o aniversário do *Club Litterario Campo Larguense*, comemorado no dia 15 de agosto:

Desde pela manhã esta povoação, vestida de galas, justificava o prazer que os seus habitantes sentião ao marcar a ampolheta do tempo o segundo anno da existência de uma instituição, que tem por fim a difusão de luzes e o cultivo da intelligencia; e ao qual se prende intimamente o futuro prospero desta terra⁴⁴⁴.

No interior do *Club Litterario Campo Larguense*, eram descritas as estantes de sua biblioteca, diversos mapas pendurados nas paredes, um globo terrestre, a bandeira brasileira e a efigie de Dom Pedro II. As festividades contaram com uma missa, seguida pela formação de uma comissão formada por “um gracioso grupo de interessantes senhoras”; o padre e sócio fundador do clube, Antonio Machado Lima; o diocesano Arthur Henrique de Figueiredo Mello e o Tenente Coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal, já destacado como figura de grande influência na vila de Campo Largo. Este distinto grupo de personalidades saiu às ruas com o

⁴⁴² O PARANAENSE. Curitiba, 9 de dezembro de 1877, edição nº1, p. 3.

⁴⁴³ Ibidem.

⁴⁴⁴ Ibidem.

“piedoso intuito de agenciar esmolas em favor das victimas da secca nas províncias do norte”⁴⁴⁵, conseguindo angariar por fim a quantia de 113\$000, depositados sob o poder do padre Antonio Machado Lima.

O discurso de Arthur Henrique de Figueiredo Mello, então presidente da instituição, deu início a sessão solene de aniversário do clube, sendo sucedido por um relatório financeiro de Martins da Rocha e depois um “eloquente discurso” de José Mathias Miller, orador substituto naquela ocasião. Outros membros, como Antonio Machado Lima e Francisco Pinto de Azevedo Portugal Filho, também fizeram uso da palavra. O tom dos discursos foi no sentido dos avanços realizados pelo *Club Litterario Campo Languense*, fossem eles em termos financeiros ou aquisição de livros, bem como saudações pelo empenho de seus membros em contribuir para os objetivos da instituição. Mas dentre todas estas falas, nos chamou à atenção um trecho específico deste relato no jornal. O presidente do clube indagou à plenária se mais alguém desejava manifestar-se, momento em que

... a Ex.^{ma} Sra. D. Maria Olympia de Miranda Cercal, professora publica desta villa, que, levantando-se recitou uma breve e tocante allocução, na qual, apellando para a generosidade dos campo-languenses e especialmente dos socios e convidados presentes, solicitou uma assinatura em favor dos nossos irmaos e patricios, victimas da secca em algumas províncias do norte; e em seguida, passou o papel ao Sr. Dr. Arthur, que, ainda uma vez prendou á atenção dos circumstantes com a palavra authorisada, demonstrando eloquentemente a sublimidade deste incidente, que veio dar mais honra e importância á nossa festividade litteraria, e terminou abrindo com a sua assinatura o exemplo que foi em geral seguido por muitos socios e convidados, dando em resultado a quota de 230\$000 rs. que com a de 113\$000 rs. de que já fallamos, attinge a soma de 343\$⁴⁴⁶.

A partir destes trechos, três pontos nos chamam a atenção. Primeiro é a questão da orientação do *Club Litterario Campo Languense* à filantropia, colocando seus sócios mais destacados em procissão pela vila de Campo Largo para arrecadação de fundos para uma iniciativa de caridade, complementada pelo dinheiro doado pelos sócios e convidados da sessão solene. Ou seja, havia uma movimentação do clube em contribuir com causas externas, até mesmo fora da província, como neste caso. A seca a qual Maria Olympia de Miranda Cercal se referia era a Grande Seca, atingindo principalmente as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, durante a década de 1870. Isto é verificável através da leitura dos diversos jornais do período na província do Paraná, em que o tema da seca era pauta recorrente. De acordo com Paulo Cesar Gonçalves, a seca nas províncias do norte provocou grande comoção pelo Império,

⁴⁴⁵ O PARANAENSE. Curitiba, 9 de dezembro de 1877, edição nº1, p. 3.

⁴⁴⁶ Ibidem.

mobilizando diversas iniciativas filantrópicas pelo país, conclamando também intelectuais e agentes técnicos a buscarem soluções para reduzir os danos provocados pela seca⁴⁴⁷.

Um segundo ponto é justamente a emergência da construção de um sentimento nacional. Nesta publicação, o discurso sobre o clube girava em torno de uma ideia de pertencimento a uma “família brasileira”, direcionando os esforços filantrópicos para a assistência dos “irmaos e patrícios, victimas da secca”. Ou seja, vemos o surgimento de um imaginário que considerava as províncias como pertencentes de uma mesma estrutura política, bem como a formação de um povo brasileiro, em que sujeitos de lugares diferentes eram membros de uma mesma “família”.

O terceiro elemento é uma reflexão a respeito do papel das mulheres nestes espaços de sociabilidade. Para melhor compreendermos este elemento, é pertinente fazermos uma comparação com o que já foi analisado por Carolina Marchesin Moisés a respeito do tema na *Sociedade Beneficente e Protetora dos Operários*. Antes de tudo, é importante evidenciarmos as diferenças entre as duas associações. Se por um lado o *Club Litterario Campo Larguense* era frequentado majoritariamente por sujeitos da elite, defendendo um programa de instrução e um moderado projeto reformista; a Sociedade Protetora dos Operários assumia uma postura mais combativa em favor dos trabalhadores associados, propondo sua defesa contra a exploração dos patrões e do capitalismo, mesmo que ocasionalmente homenageassem personalidades da elite paranaense como estratégia para a integração social de seus membros⁴⁴⁸. Contudo, como colocamos, o que nos interessa neste momento, é a relação das duas entidades com o papel da mulher.

Em sua pesquisa, Moisés argumenta a favor da participação das mulheres tanto no mundo do trabalho, quanto em associações das mais variadas, inclusive aquelas divididas justamente pelo gênero. Todavia, mesmo nas associações de gênero misto, não foram encontrados registros até então de mulheres ocupando lugares mais altos nas hierarquias internas. No caso da *Sociedade Beneficente e Protetora dos Operários*, havia o engajamento de mulheres associadas e familiares de sócios em atividades e festejos públicos da entidade, como por exemplo na confecção e no desfile do estandarte da sociedade⁴⁴⁹. Contudo, como a autora destaca, e nós também ressaltamos, os estudos sobre a participação de mulheres em espaços de sociabilidades como clubes e associações, ainda são bastante incipientes. Ainda são necessários

⁴⁴⁷ GONÇALVES, Paulo César. **O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca.** História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.25, n.2, abr.-jun. 2018, p.516.

⁴⁴⁸ MOISÉS, 2019, Op. cit. p. 54-58.

⁴⁴⁹ Ibidem, p. 74.

maiores esforços de pesquisa nesta direção para melhor compreendermos as possibilidades de atuação de mulheres nestes espaços.

Tendo esta questão em mente, temos uma noção frágil do que significa o uso da palavra de Maria Cercal naquela solenidade. Como pudemos ver na [Tabela 2](#), a fundação do *Club Litterario Campo Larguense* foi exclusivamente masculina e não encontramos indícios que mulheres foram associadas à entidade no período imperial. Ao que tudo indica, a sociabilidade de Maria Cercal se condicionava a dois elementos: primeiro ser professora daquela vila, o que lhe garantia um espaço participativo por conta do caráter de instrução do clube e, em segundo lugar, aparentemente ser familiar de Manoel de Oliveira Cercal, apesar de não termos identificado o parentesco dos dois. No que diz respeito ao momento da fala da professora, é possível que houvesse ali uma construção da imagem feminina como caridosa, uma mulher de virtude que era solidária ao sofrimento dos outros. O que nos passa esta impressão é a construção de todo o relato, que assume em diversos momentos um discurso com alegorias a família. Como veremos adiante na próxima seção, valores morais e virtudes também eram preocupações constantes no imaginário destes grupos sociais em Campo Largo. Ainda assim, a real dimensão da participação feminina neste caso nos é nebulosa, assim como tantos outros elementos do clube, devido às poucas fontes relativas à entidade.

Retomando nosso personagem, os laços de Macedo Soares com o *Club Litterario Campo Larguense* continuaram existindo mesmo após a saída do magistrado do Paraná, para ocupar assento como juiz de direito em Mar de Hespanha, na província de Minas Gerais. Uma nota publicada no jornal Dezenove de Dezembro, em agosto de 1884, relatava a realização de uma sessão solene e um concorrido baile em comemoração ao nono aniversário do *Club Litterario Campo Larguense*. A nova diretoria do clube foi empossada naquele evento, possuindo em sua composição a alguns de seus membros mais antigos, como Agostinho Ribeiro de Macedo e Francisco Xavier de Almeida Garret. O encerramento da sessão, contou com

uma homenagem ao ilustrado e distinto cidadão Dr. Macedo Soares, primeiro presidente desta sociedade e primeiro juiz desta comarca, cujo nome é aqui pronunciado com os mais vivos signaes de sympathia, e creio que isso muito honra a este bom povo Campolarguense no qual tambem os homens de critério como o Dr. Macedo Soares não deixam de reconhecer as mais nobres qualidades⁴⁵⁰.

De fato, esta homenagem pode ter sido fruto da etiqueta padrão, mas percebemos que ela cresce em tamanho quando olhamos para os outros homenageados da noite, em que “foi

⁴⁵⁰ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 24 de agosto de 1884, edição nº 195, p. 3.

lançado um acto de louvor aos Srs. Joaquim e Antonio Macedo pelos bons serviços prestados a esta associação”⁴⁵¹. Como apontamos no início desta seção, os irmãos Macedo foram os idealizadores do clube, sendo os primeiros a procurar Macedo Soares para preparar os trâmites de sua fundação. Todavia, mesmo tendo um papel fundamental, a sua participação ficou de certa maneira ofuscada pela importância dada a Macedo Soares na homenagem recebida. Não sabemos se o magistrado estava presente na celebração, mas de toda maneira fica evidente a importância que os associados davam a sua figura.

Além disso, Macedo Soares demonstrou a importância do clube em sua trajetória justamente com o esforço de registrar os eventos de sua fundação em sua monografia sobre a história de Campo Largo. Não somente isso, como encontrou a oportunidade de inserir-se de forma mais abrangente na história daquela localidade através do próprio clube. De qualquer maneira, independente das intenções de Macedo Soares, sem estes registros não teria sido possível compreender muitos dos elementos que levantamos a respeito do *Club Litterario Campo Languense*.

Por fim, o exemplo da atuação de Macedo Soares no *Club Litterario Campo Languense* nos é demonstrativo de como as relações sociais no Império eram complexas. Da mesma maneira que Macedo Soares mobilizava e, possivelmente, era mobilizado por redes clientelares estabelecidas com a elite local, participava também de sociabilidades que, a princípio, buscavam a criação de relações sociais mais horizontalizadas. Já adiantamos esta análise para a seção seguinte, no caso da maçonaria, mesmo que este tipo de instituição possua suas hierarquias particulares. Desta forma, Macedo Soares estabeleceu um vínculo muito próximo com a elite de Campo Largo, atuando junto a estes sujeitos tanto em manifestações políticas, como no caso da cadeia, como de forma associativa pelo clube literário. De qualquer modo, o ponto de coesão nesta complexa rede de sociabilidade é justamente um projeto civilizatório, utilizando diversas abordagens para atingir este fim.

2.3.2 A Loja Virtude e a Sociedade Emancipadora de Campo Largo

O *Club Litterario Campo Languense* não foi a única iniciativa associativa de Antônio Joaquim de Macedo Soares no Paraná. O magistrado também esteve intimamente ligado à loja *Virtude de Campo Largo*, a primeira loja maçônica daquela localidade, entidade a qual também

⁴⁵¹ DEZENOVE DE DEZEMBRO, Curitiba, 24 de agosto de 1884, edição nº 195, p. 3.

ocupou uma posição de protagonismo. A *Virtude de Campo Largo* foi fundada, de acordo com o relato de Macedo Soares sobre aquela vila, em agosto de 1874 por iniciativa de Joaquim Henrique Margarido da Silva e apoiado por alguns personagens de Campo Largo que também aparecem como sócios do *Club Litterario Campo Larguense* e na carta de demanda da cadeia, como Francisco Pinto de Azevedo Portugal, Manoel Ribeiro de Macedo, Hermes Pereira da Costa, Manoel de Oliveira Cercal e Antônio de Paula Xavier. A fundação da loja também contou com o apoio de Antônio Joaquim de Macedo Soares, cuja casa servia de sede para as primeiras reuniões da entidade maçônica⁴⁵².

A regulamentação da loja Virtude, de acordo com Macedo Soares e os registros da maçonaria, foi realizada pelo *Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil* em agosto de 1875, apesar das duas fontes divergirem quanto ao dia: de acordo com Soares, a entidade foi regularizada no dia 8 de agosto⁴⁵³, ao passo que o *Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil* aponta para o dia 15 de agosto⁴⁵⁴. De qualquer maneira, esta divergência evidencia uma dificuldade costumeira identificada pelos pesquisadores que trabalham com a maçonaria: a dificuldade de acesso e de confiabilidade das fontes. Como evidencia Alexandre Mansur Barata, é necessária a “abertura dos arquivos maçônicos aos pesquisadores não-maçons, bem como a necessidade de preservação e organização das fontes produzidas pelas lojas maçônicas”⁴⁵⁵, possibilitando o avanço das pesquisas sobre o tema. Concordando com Barata, Tiago Amaral coloca que esta dificuldade de acesso acaba direcionando o pesquisador a buscar informações vinculadas pela e sobre a maçonaria em domínios públicos⁴⁵⁶, como é o caso dos periódicos que estamos utilizando nesta pesquisa. Contudo, o que temos registrado, é que a regularização da loja deu-se em 1875 e a menção de que a loja Virtude havia sido filiada ao Oriente de Campo Largo em 14 de dezembro de 1874, indica que de fato fora fundada neste ano⁴⁵⁷.

De qualquer maneira, sabemos que com a regularização da loja *Virtude de Campo Largo*, a província do Paraná passou a contar com sete lojas maçônicas no ano de 1875, sendo

⁴⁵² MACEDO SOARES, 1900 [1883], Op. cit. p. 332.

⁴⁵³ Ibidem, p. 332.

⁴⁵⁴ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE E SUPREMO CONSELHO DO BRASIL. Jornal oficial da maçonaria brasileira. 4º ano, n. 1 a 3 – janeiro a março. Rio de Janeiro: Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, 1875, p. 810.

⁴⁵⁵ BARATA, 2013, Op. cit. p. 151.

⁴⁵⁶ AMARAL, Tiago Valenciano Previatto. **O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos grão-mestres da maçonaria paranaense**. Tese (Doutorado em Sociologia). Orientador: Ricardo Costa de Oliveira. Curitiba: UFPR, 2016, p. 8.

⁴⁵⁷ BOLETIM DO GRANDE ORIENTE E SUPREMO CONSELHO DO BRASIL. Jornal oficial da maçonaria brasileira. 3º ano, n. 8 a 12 – agosto a dezembro. Rio de Janeiro: Typographia do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, 1874, p. 813.

as outras seis a loja *Estrella de Antonina* em Antonina, *Modestia* em Morretes, *Perseverança* em Paranaguá, *Philantropia Guarapuavana* em Guarapuava, *Vinte Sete de Dezembro* em Curitiba e, por fim, a loja *Estrella do Paraná* em Ponta Grossa⁴⁵⁸.

Em sua crônica sobre a vila de Campo Largo nos anos 1870, Macedo Soares também dedicou algumas páginas para relatar alguns objetivos e feitos da loja maçônica *Virtude de Campo Largo*. É interessante observarmos a apresentação da entidade, já no primeiro parágrafo do texto:

Na provincia Paraná, onde é tão vivaz o espírito religioso, não o é menos o espírito maçônico; a Loja Maçônica vive ao lado da Igreja Catholica dos descendentes dos antigos paulistas, e do Templo Protestante dos colonos estrangeiros, na paz e harmonia mais invejáveis, produzindo cada instituição socegradamente os fructos que cada uma é destinada a dar⁴⁵⁹.

Neste trecho inicial, fica evidente que Macedo Soares atribuía uma carga simbólica bastante significativa quanto ao papel ecumênico da loja *Virtude*: decidiu por localizar a loja na proximidade das igrejas católica e protestante, que acreditamos ser luterana, atribuindo às três entidades papéis a serem cumpridos socialmente, aos quais praticavam com harmonia. Não havia aqui um conflito evidenciado pelo magistrado, por mais que houvesse ainda certa hostilidade à maçonaria por parte da Igreja católica. Continuando a descrição da entidade, Macedo Soares escrevia:

A Loj.ª é pobre; comtudo tem feito algumas esmolas a orphãos e viúvas de reconhecida moralidade. Demais, é um ponto de reunião, onde periodicamente s'encontram os homens mais importantes do município, trocam idéias uteis, cultivam sentimentos de benevolencia e probidade, praticam actos de philantropia; e d'estarte, voltam para casa sempre em disposições melhores do espirito e do coração. O que é certo é que, antes da fundação da <<Virtude>>, o jogo da parada era a paixão dominante e irresistivel de grande parte dos moradores da villa e do sítio; a Loj.ª, si não extirpou de todo esse cancro, não o deixou extender-se mais. Honra lhe seja por esse beneficio publico!⁴⁶⁰

A atribuição de pobreza da loja *Virtude de Campo Largo* feita por Macedo Soares nos é bastante duvidosa. Como já abordamos, participavam tanto desta loja maçônica, quanto do clube literário, diversos homens influentes na política da vila de Campo Largo e da província do Paraná, muitos dos quais eram negociantes abastados. Era sem dúvida um espaço frequentado pela elite, o que também está indicado pelo próprio magistrado, ao registrar, tal

⁴⁵⁸ VON LAEMMERT, Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, inclusive a cidade de Santos, da Provincia de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 1875, p. 482.

⁴⁵⁹ MACEDO SOARES, 1900 [1883], Op. cit. p. 331.

⁴⁶⁰ Ibidem, p. 333.

como no caso do [abaixo-assinado](#) demandando uma cadeia, que aquele espaço era frequentado pelos “homens mais importantes do município”. Desta forma, “pobreza” neste sentido provavelmente seja uma questão quanto a estrutura da loja naquele momento, não que ela fosse totalmente carente de recursos. Como vimos na seção anterior, o *Club Litterario Campo Larguense* aparentava ter uma estrutura mais consolidada, com uma biblioteca ativa, uma esfera armilar, globo terrestre e algumas assinaturas de jornais. Considerando a circulação destes sujeitos em ambos espaços de sociabilidade, acreditamos que naquele momento o clube literário era preferido no direcionamento de recursos, o que pode ser compreendido pela maior possibilidade de ações públicas da entidade e de pessoas associadas, já que não requeria as mesmas exigências carregadas de mistério da maçonaria.

Também é notável como Macedo Soares enquadrava a loja maçônica de Campo Largo como uma entidade que aglomerava homens imbuídos de qualitativos altruístas, dedicados a praticar ações filantrópicas. É possível encontrar entre as lojas maçônicas a ideia de caridade e filantropia como elementos civilizatórios e de regeneração social, como demonstra Elciene Azevedo ao estudar a *Loja América*, de São Paulo⁴⁶¹. Mais do que isso, vemos os motivos para o nome da loja ser *Virtude*. Segundo o relato de Macedo Soares, a ação da loja maçônica foi fundamental para diminuir o espaço dos jogos entre a população, que a partir de seu ponto de vista moralizante, tinha efeitos negativos nas pessoas de Campo Largo. Tanto é que o magistrado saudava a atitude da entidade como um benefício público.

Conforme discutimos no [capítulo 1](#), Macedo Soares apontava constantemente para como as instituições deveriam estar comprometidas com o bom funcionamento do Estado, evitando práticas baseadas no favor, privilegiando a competência e instrução de seus funcionários, regulando os gastos públicos e constituindo-se como entidades as quais a população pudesse utilizar. Com o que temos visto neste capítulo, reforçado agora com a *Loja Virtude*, percebemos que estas ideias esboçadas por Macedo Soares também carregavam um discurso moralizante a respeito da população. Desta forma, a noção de atendimento à população por parte do Estado, vinha acompanhada de um controle coercitivo e moralizante, seja através da instrução pública, instituições carcerárias ou, neste caso, através de uma supervisão da conduta moral do povo. Em outras palavras, Macedo Soares apontava para a necessidade de civilizar não somente as instituições que compõem o Estado, como também as pessoas que compunham as instituições e aquelas atendidas pelas mesmas.

⁴⁶¹ AZEVEDO, 1999, Op. cit. p. 93.

Apesar de carecermos de maiores detalhes quanto a atuação da *Loja Virtude*, diversos estudos demonstram a variedade de ações empregadas pela maçonaria no período imperial, pautando principalmente a construção de instituições laicas e sociedades secularizadas. Milena Candiá, por exemplo, evidencia as diversas ações maçônicas na direção de consolidar um projeto civilizatório “cujo principal pilar foi a expansão da escolarização do povo”, incentivando a criação de escolas, liceus, oficinas, bibliotecas e até mesmo clubes literários⁴⁶². Não sabemos se a maçonaria de Campo Largo foi responsável pelo surgimento do *Club Litterario Campo Larguense*, surgido pouco menos de um ano após a *Loja Virtude*, mas é evidente que existia uma troca de sociabilidades e ideais, tanto por sujeitos que frequentavam ambas as entidades, quanto por projetos visando uma instrução pública e práticas filantrópicas.

Outra vertente de atuação da maçonaria estava ligada a emancipação dos escravos. Elciene Azevedo, ao estudar a trajetória de Luiz Gama, identifica como um dos agentes patrocinadores de suas empreitadas como defensor de escravos em ações de liberdade a *Loja América*, da qual o rábula era membro. Somada à causa da instrução pública, a *Loja América* colocava como um dos seus principais objetivos a emancipação dos escravos, buscando por intermédio de Rui Barbosa, um de seus membros, expandir a prática de contribuir para a alforria de crianças escravas para toda a maçonaria subordinada ao Grande Oriente Brasileiro do Vale dos Beneditinos. Elciene Azevedo relata que desconhece o resultado desta medida no Grande Oriente a qual a *América* fazia parte, mas ressalta que a loja maçônica fez questão de institucionalizar a prática internamente⁴⁶³. Todavia, a autora ressalta que existiam conflitos quanto às ações emancipacionistas, considerando que na entidade frequentavam tanto sujeitos engajados na abolição como Luiz Gama, quanto proprietários de escravos⁴⁶⁴. Mesmo sabendo que Macedo Soares, dentro de seus projetos reformadores, defendia ideias abolicionistas, não encontramos fontes que demonstrassem práticas abolicionistas por parte da *Loja Virtude*. Entretanto, a fundação em Campo Largo de uma entidade abolicionista pouco tempo depois da saída do magistrado, nos oferece algumas pistas sobre a circulação de ideias abolicionistas naquela localidade.

Em 21 de setembro de 1878, foi encaminhado um ofício ao presidente da província do Paraná, na época Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, contendo o estatuto de fundação da

⁴⁶² CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. **Projetos e realizações culturais e pedagógicas maçônicas: o associativismo como terceira via para (re)pensar a educação popular no Brasil-Império (1870-1889)**. Orientador: Clarice Nunes. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2013, p. 109.

⁴⁶³ AZEVEDO, 1999, Op. cit. p. 102.

⁴⁶⁴ Ibidem, p. 103.

*Sociedade Emancipadora*⁴⁶⁵ de Campo Largo, que ansiava pela regulamentação do governo⁴⁶⁶. O responsável pelo ofício e intitulado como presidente provisório da entidade era Francisco Xavier de Almeida Garret, que como vimos, foi sócio-fundador do *Club Litterario Campo Languense*, seu primeiro bibliotecário e posteriormente presidente desta entidade. Acompanhando Garret, também constava o nome de Alexandre Magno de Oliveira Jorge como primeiro secretário⁴⁶⁷, que também estava presente na fundação daquele clube literário.

No artigo primeiro do estatuto, a Emancipadora definia que a sociedade seria composta de um número ilimitado de sócios “de qualquer sexo, idade e condição”⁴⁶⁸. Além de colocar em seu estatuto a possível participação de mulheres, a “condição” fazia referência à condição jurídica da pessoa, permitindo sócios livres, libertos e até mesmo escravos. Em seu segundo artigo, o estatuto estabelecia que qualquer sócio efetivo poderia candidatar-se a cargos de diretoria, desde que fosse maior de 21 anos e liberto. De qualquer modo, todos teriam direito a voz e voto na Assembleia Geral. Contudo, veremos que esta abertura quanto aos sócios, não significava necessariamente uma condição de igualdade entre eles.

A *Sociedade Emancipadora*, como sugere o nome, tinha como objetivo a emancipação dos escravos através da compra de alforrias. Para isso, estabelecia certos limites para a compra das cartas de alforria: o valor de cada uma não poderia exceder a quantia de 800\$000; precisariam de um fiador idôneo, que fosse aprovado por dois terços da diretoria da sociedade e, por fim, obrigava o liberto ou seu fiador de ressarcir o valor da alforria à sociedade. Neste último quesito, o prazo para o pagamento da dívida do liberto com a sociedade ficaria estipulado na própria carta de alforria. Constava a possibilidade de que no caso do então liberto não possuir os recursos financeiros para ressarcir a *Sociedade Emancipadora*, poderia fazer seu pagamento através da “prestação de serviços” para a instituição em um prazo não superior a sete anos. O estatuto não deixa claro que tipo de serviços deveriam ser prestados neste longo intervalo de tempo. Além disso, o estatuto previa que a sociedade tinha o direito de definir um “acrescimento de 18% sobre o preço total” destinado a alforria, exceto nos casos em que o manumitido já fosse sócio da entidade, com o devido pagamento da joia e mensalidades por três anos. O estatuto ainda previa que alforriado ficava “com as obrigações de socio effectivo desde que finalizar o

⁴⁶⁵ Encontramos duas menções de um nome adotado posteriormente por esta sociedade. Entretanto, as duas fontes apresentam nomes distintos: *Sociedade Emancipadora 24 de Março* e *Sociedade Emancipadora 24 de Maio*. Desta maneira, decidimos nos referir à sociedade da maneira como aparece primeiramente em seu estatuto, ou seja, *Emancipadora*.

⁴⁶⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Livro de Ofícios, AP 553, volume 20, p. 138.

⁴⁶⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Livro de Ofícios, AP 553, volume 20, p. 142.

⁴⁶⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Livro de Ofícios, AP 553, volume 20, p. 139.

pagamento das quantias as que a Sociedade lhe tiver adiantado”⁴⁶⁹. Quanto a prioridade na concessão de alforrias, a sociedade delimitava que:

Artº 6º. Nas alforrias terão a preferencia: 1º os escravos que precisarem de menor quantia; 2º os escravos em idade de conceber; 3º o que sendo casado, um dos cônjuges for liberto.

Artº 7º. Em igualde de condições, serão sempre preferidos para as alforrias os socios, decidindo a sorte quanto houver mais de um nas mesmas circunstancias.⁴⁷⁰

De toda forma, ao conseguir sua liberdade com a “ajuda” da *Sociedade Emancipadora*, o então liberto ficava preso às obrigações que adquiria com a instituição, fosse através de uma dívida ou de “prestação de serviços”, como se refere o próprio estatuto. Saudados os débitos, ainda assim o liberto estaria atrelado à *Emancipadora* com as obrigações de sócio. Portanto, mesmo que o estatuto permitisse uma ampla gama de sócios, fica claro que estes não eram colocados em situação de igualdade. Existia uma hierarquia bem estabelecida, colocando os escravos e até mesmo os libertos em uma condição subalterna.

Aparentemente a sociedade não foi regulamentada no governo de Menezes, sendo que os estatutos foram novamente encaminhados em 3 de novembro de 1879, para o então presidente de província Manoel Pinto de Souza Dantas Filho⁴⁷¹. O novo estatuto deixava mais claras algumas questões organizativas, mas em geral o conteúdo permanecia o mesmo. O maior destaque ficava justamente pelo artigo que fazia referência à dívida do alforriado. A questão de “prestação de serviços” foi suprimida, apesar do endividamento e do acréscimo no valor da alforria permanecerem. Outra mudança foi no caso sócio alforriado, em que o tempo de contribuição com as mensalidades da sociedade, para a quitação do valor da alforria, subia de três para cinco anos⁴⁷².

Tal como a *Loja Virtude*, são escassas as fontes relativas a *Sociedade Emancipadora*, havendo apenas duas referências em jornais durante o período analisado. Em 1880, o imperador Dom Pedro II e sua esposa, a imperatriz Teresa Cristina, visitaram a província do Paraná. Uma das paradas do cabeça do Império do Brasil foi justamente a vila de Campo Largo. O episódio foi registrado nos jornais *Dezenove de Dezembro*⁴⁷³ e n’*O Paranaense*, sendo a exposição deste último mais detalhada. De acordo com o relato, a população de Campo Largo recebeu o imperador com muito entusiasmo, reunindo mais de cem pessoas em um “regosijo popular até

⁴⁶⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Livro de Ofícios, AP 553, volume 20, p. 140.

⁴⁷⁰ Ibidem.

⁴⁷¹ ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Livro de Ofícios, AP 578, volume 19, p. 115.

⁴⁷² ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Livro de Ofícios, AP 578, volume 19, p. 116.

⁴⁷³ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 01 de junho de 1880, edição 2051, p. 3.

então nunca visto”⁴⁷⁴. A comitiva imperial, sob o som da banda da vila, foguetes e vivas da população, seguiu até a casa de Walfrido da Cunha Figueiredo, o substituto de Macedo Soares na função de juiz de direito daquela comarca, a qual foi elevada a Paço Imperial para acomodar o casal de monarcas.

Após orações na igreja de Campo Largo, o imperador dirigiu-se ao *Club Litterario Campo Larguense*. Ali, novamente apareciam elementos simbolizando o conhecimento e o patriotismo de seus integrantes, como consta no seguinte trecho: “A porta do club se achava ornada com a estatua de Minerva, a deusa da sabedoria, sobre uma columnata de madeira e beliamenco preparada com todos os característicos mythologicos, tendo na mão direita a bandeira nacional”⁴⁷⁵. Contudo, ao que parece, a principal objetivo desta visita não era o clube em si, mas sim a *Sociedade Emancipadora*, como podemos ver na sequência:

Ahi foi por S.M. entregue a carta de liberdade á tres escravos, libertos com os auxílios da Emancipadora, sociedade fundada aqui pelos escravos e dirigida pelo sr. Francisco Xavier de Almeida Garret. Esta cerimonia de alta humanidade fora reservada á S.M., que por ela manifestou-se penhorado e dirigio ao sr. Garret algumas palavras de animação e estímulo.⁴⁷⁶

Este acontecimento demonstra mais uma vez a ligação que a *Sociedade Emancipadora* possuía com o *Club Litterario Campo Larguense*, que na aparente ausência de uma sede, utilizou o espaço do clube para receber o evento com Dom Pedro II. É um indicativo de que havia uma rede associativa bastante ativa na vila de Campo Largo, com trocas de sociabilidades entre os membros das entidades. Prova disso é o sujeito a quem Dom Pedro II direcionou elogios, Almeida Garret, presidente da *Emancipadora* e sócio do clube literário, ao qual também viria a ser presidente nos anos seguintes. Por fim, no relato de jornal também constam as contribuições feitas pelo imperador durante a sua passagem por Campo Largo: “Os donativos que aqui fez o monarcha, importaram em 1:500\$000 rs., sendo 1:000\$000 para os escravos da Emancipadora; 200\$000 para o theatro e 300\$000 para os pobres que lhe pedirão esmolas”⁴⁷⁷. Dinheiro que, como vimos nos estatutos da *Emancipadora*, futuramente seria ressarcido por um liberto à sociedade.

Gostaríamos neste momento final de levantar uma hipótese, considerando esta conjuntura associativa que verificamos em Campo Largo. De fato, Antônio Joaquim de Macedo Soares mostrou-se uma figura de destaque nestas sociabilidades campolarguenses. Foi sócio-

⁴⁷⁴ O PARANAENSE. Curitiba, 02 de junho de 1880, edição 118, p. 3.

⁴⁷⁵ Ibidem.

⁴⁷⁶ Ibidem.

⁴⁷⁷ Ibidem.

fundador e primeiro presidente do *Club Litterario Campo Larguense*, participava ativamente da maçonaria oferecendo sua casa como sede de reuniões e estava intimamente ligado à elite política de Campo Largo. Além disso, diversos dos sujeitos que participavam destas ações associativas, tendiam a circular em outras entidades, como explicitamos neste capítulo. Não temos indícios de que Macedo Soares teve envolvimento com a *Sociedade Emancipadora*, entretanto, como veremos no [capítulo 3](#), o magistrado defendia o fim urgente do cativeiro, entendendo que a escravidão era um entrave para a civilização no Brasil. Considerando a importância que Macedo Soares ocupou na vida associativa de Campo Largo com apenas dois anos de estadia, é muito provável que debates sobre a emancipação dos escravos tenham circulando nos espaços de sociabilidade frequentados pelo juiz. Desta forma, acreditamos que no contexto associativo de Campo Largo, concomitante aos debates sobre projetos civilizatórios que abarcavam desde a instrução pública até a moralidade, existia também a emergência de um imaginário abolicionista, ainda que fosse hierarquizante. O quanto Macedo Soares pode ter contribuído na edificação deste debate, é difícil dizer. Contudo, fica claro que o lugar de destaque que o juiz ocupou na conjuntura de Campo Largo no período de 1874 a 1876, deixou marcas importantes nas relações sociais, políticas e intelectuais daquela vila.

2.4 - *Secção Scientifica*: discursos deterministas e projetos modernizadores⁴⁷⁸

Foi muito difundido na historiografia sobre o período imperial que a incorporação de ideias estrangeiras ao imaginário brasileiro dava-se de maneira a subverter as originais, que eram mal compreendidas, criando não uma ciência e sim um cientificismo, com uma propagação de conceitos deformados. Roberto Schwarz, por sua vez, argumenta que este processo era mais complexo, acreditando que se constituíam como “ideias fora do lugar”, argumentos intelectuais que surgiam em um contexto social específico europeu, transpostas para o Brasil que abrigava uma outra situação social. Desta forma, para Schwarz, “adotadas as ideias e razões europeias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor”⁴⁷⁹. Em outras palavras, ideias que defendiam uma determinada racionalidade poderiam ser usadas, de maneira

⁴⁷⁸ Uma primeira versão desta seção foi apresentada como comunicação no I Seminário de Estudos Históricos da Universidade Federal do Paraná. O texto está disponível nos anais do evento. Disponível em: <https://sehufpr.wixsite.com/2018/anais>

⁴⁷⁹ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000, p. 18.

racional, para defender situações que fugiam daquela primeira racionalidade. Roberto Schwarz resume seus argumentos utilizando o exemplo do liberalismo, afirmando que “as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis”⁴⁸⁰. Ou seja, na concepção de Schwarz, o Brasil colocava-se em uma situação de dualidade: sendo um país com uma ampla estrutura escravocrata, adotava um liberalismo envergonhado ao conviver com a escravidão, ao mesmo tempo que sentia orgulho deste mesmo ideal liberal por constituir-se como uma ideologia moderna e civilizada.

Por outro lado, para Angela Alonso, esse movimento de reformulação de ideias estrangeiras não se tratava necessariamente de “ideias fora do lugar”, mas sim um processo de construção de uma identidade própria, em que movimentos intelectuais, ou seja, os agentes que pensam e difundem estas ideias, as organizam em um imaginário coerente para as necessidades as quais sentiam que deveriam ser aplicadas⁴⁸¹. Além disso, para Alonso, o fazer político e o fazer intelectual eram práticas sobrepostas, portanto, fazer uma divisão desses campos no período seria anacrônico, já que isso seria ignorar “a atividade política dos ‘intelectuais’ ou a atividade ‘intelectual’ dos políticos”⁴⁸². Isto é evidente na própria configuração das Faculdades de Direito no Império, que direcionavam a formação de seus bacharéis de maneira a intervir política e ideologicamente. A partir desta perspectiva, observa-se que a atividade intelectual era extremamente pragmática, objetivando metas políticas que estavam em diálogo com um projeto contestador do Estado brasileiro, buscando uma modernização e secularização das instituições.

As discussões dos bacharéis de direito a respeito de política e ciência não se davam apenas dentro das faculdades de direito: suas ideias possuíam uma abrangência pública, atingida através dos mais diversos periódicos, utilizando o jornalismo como ferramenta⁴⁸³. Dentro dos jornais, as *secções científicas* consolidaram-se como importantes espaços de debate a respeito do Brasil e seu povo, colocando em pauta discussões teóricas que associavam política e ciência, atingindo o seu ápice na década de 1880. Tais ideias costumavam assumir uma posição antagônica à Igreja, utilizando a ciência como elemento para justificar discursos sobre uma ideia de “verdade”. Era somente através de uma visão científica de mundo, negando a explicação religiosa, que se poderia compreender a realidade⁴⁸⁴. Tal perspectiva dialogava muito com o positivismo de Auguste Comte, que era muito exaltado em diversas publicações,

⁴⁸⁰ SCHWARZ, 2000, Op. cit. p. 26.

⁴⁸¹ ALONSO, Angela. **Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, nº44, outubro/2000, p. 40-41.

⁴⁸² Ibidem, p. 39.

⁴⁸³ ADORNO, 1988, Op.cit. p. 79.

⁴⁸⁴ SCHWARZ, Lilia Moritz. **Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 116.

com o ideário de Herbert Spencer e assim como as ciências naturais e seus sujeitos de destaque, como Charles Darwin⁴⁸⁵.

Este tipo de discussão marcou alguns pontos da trajetória de Antônio Joaquim de Macedo Soares. Entre 1875 e 1877, Macedo Soares realizou e publicou alguns estudos sobre o clima de Campo Largo. Estes estudos foram alvo de comentários do médico Tibério Lopes de Almeida, demonstrando a formação de um debate científico na província do Paraná. Aqui, analisaremos as concepções que esses dois indivíduos manifestaram a respeito da população da província do Paraná, considerando a circulação de teorias que atribuíam comportamento social e organização política às condições climáticas. As discussões levantadas pelos dois aconteceram justamente na *Secção Scientifica*, do jornal *Província do Paraná: Organismo democrático, dedicado aos interesses da Província*. Este tipo de debate pode nos oferecer mais elementos para compreender as ideias de modernização e reforma do Estado e instituições que estavam em voga na década de 1870, pois a utilização de discursos científicos possuía objetivos maiores do que a formação de uma ciência, propriamente dita, carregados também de uma forte intervenção política. Contudo, nos referimos como debate em um sentido mais amplo, conjuntural, já que somente Tibério Lopes de Almeida comentou os textos de Macedo Soares, não havendo respostas por parte do magistrado.

No dia 23 de janeiro de 1876 foi publicado o quarto número do jornal *Província do Paraná*, que contava com a inauguração de uma nova coluna intitulada *Secção Scientifica*. O primeiro artigo era intitulado “Resumo das observações thermometricas feitas pelo Sr. Dr. Macedo Soares, durante o anno de 1875, Campo Largo”⁴⁸⁶, assinada pelo citado Antônio Joaquim de Macedo Soares, até então juiz de direito da comarca de São José e Campo Largo. Neste estudo climático, Macedo Soares observou a temperatura de Campo Largo dos meses de janeiro a dezembro de 1875, sendo que no intervalo entre os meses de setembro e dezembro a coleta de dados foi executada por outro indivíduo, João Antônio Ferreira⁴⁸⁷. Nesta publicação, Macedo Soares apresentou uma tabela contendo a média de temperatura em cada mês e uma média anual. Por fim, fez breves comentários sobre a qualidade do clima de Campo Largo e

⁴⁸⁵ SCHWARCZ, 2017, Op. cit. p. 119.

⁴⁸⁶ PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 23 de janeiro de 1876, n. 4, p. 2.

⁴⁸⁷ João Antônio Ferreira frequentemente aparecia como integrante de reuniões do Partido Liberal, que eram noticiadas nos jornais. Também aparece como qualificado para o júri da província do Paraná em 1879. Não foram encontrados maiores detalhes sobre sua trajetória.

como seu caráter frio e seco constituía-se como “tonico, reparador, recomendavel aos doentes do peito”, fazendo referência ao livro *Tísica pulmonar* de James Henry Bennett⁴⁸⁸.

O magistrado argumentou a respeito da importância de sua pesquisa na edição de número 7 do mesmo jornal⁴⁸⁹. Macedo Soares lamentava a falta de estudos referentes à temperatura pois, segundo ele, eram ferramentas fundamentais para a medicina, higiene, agricultura e indústria. Ele acreditava que através de estudos termométricos era possível determinar as condições terapêuticas e agrônômicas de uma região, contribuindo para a compreensão da saúde dos indivíduos e do desenvolvimento agrícola. O juiz inclusive levantou a possibilidade de compreender melhor o fenômeno da imigração através de tais estudos, o que já é um primeiro indício de associação entre clima e comportamento social. Continuando, Macedo Soares fez um apelo ao então presidente de província, Adolfo Laménha Lins, para que as observações meteorológicas efetuadas pelos chefes das estações telegráficas da província fossem publicadas regularmente, já que isso contribuiria muito para o avanço da ciência e da região. Por fim, o magistrado fez um convite para que os “doutos” viessem pensar tais questões, já que ele encontrava-se limitado pela precariedade de instrumentos e pelo tempo consumido pelo exercício de sua função⁴⁹⁰.

É interessante observarmos como Macedo Soares relacionava a importância destes estudos científicos com o desenvolvimento do Estado. Aqui vemos o magistrado demonstrando na prática uma das possibilidades do que ele compreendia como a relação entre ilustração, capacidade técnica e função pública. Resgatando alguns elementos que discutimos no capítulo anterior, primeiro precisamos lembrar de como o magistrado fazia críticas ao Poder Legislativo a respeito da falta de ilustração de seus membros ao formularem leis, que geravam problemas graves para a aplicação da justiça, podendo até mesmo desvirtuar o comportamento de seus membros, abalando os aspectos morais das funções judiciárias. O magistrado havia defendido a necessidade dos quadros da burocracia e da política possuírem uma formação adequada e demonstrarem capacidade técnica. Isso também se faz presente quando Soares postou-se a defender a indicação Joaquim José Virgolino Barbosa, como debatemos a pouco no começo deste capítulo. Ou seja, Macedo Soares estava demonstrando uma versatilidade e erudição que julgava necessárias para os agentes públicos ao realizar um tipo de estudo que estava longe de

⁴⁸⁸ James Henry Bennett (1816-1891) foi um médico inglês que desenvolveu diversos estudos a respeito das condições terapêuticas de diferentes climas. Seus estudos tiveram início a partir de sua própria experiência como tuberculoso. Tísica é um termo que pode referir-se a tuberculose.

⁴⁸⁹ PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 13 de fevereiro de 1876, n. 7, p. 3.

⁴⁹⁰ Ibidem.

sua função como juiz de direito. Não se tratava apenas de um passatempo do magistrado realizar estes estudos climáticos, mas sim demonstrar na prática o que ele vinha defendendo até então.

Além disso, vale resgatar também as críticas que Macedo Soares realizou quando se pôs a discutir o imposto de 2% sobre as heranças que havia entrado em vigor na província do Paraná, em que censurava a falta de empenho dos partidos políticos e do governo de tentarem compreender a fundo os problemas do país, buscando assim soluções impróprias para a resolução destas problemáticas complexas. Portanto, o magistrado estava apontando também um caminho para a compreensão dos “problemas do país”, escolhendo para isso a realização de um estudo científico, buscando compreender a fundo a configuração geográfica da província do Paraná.

Retomando a discussão na *Secção Scientifica*, o convite feito por Macedo Soares aos “doutos” surtiu efeito. Na edição de número 10 do jornal *Província do Paraná*, foi publicado o artigo “As observações thermometricas no Campo Largo pelo snr. dr. A. J. Macedo Soares”, assinado pelo Dr. Tiberio Lopes de Almeida,⁴⁹¹ interagindo com a publicação que acabamos de comentar. Em seu texto, Almeida assumia uma visão negativa a respeito da conjuntura de sua época:

Em uma época de corrupção, egoismo e hypocrisia; em uma época em que o indiferentismo sopita todas as concepções fecundas e reaes; em uma época em q’a ignorancia projecta sua sombra além do cháos da obscuridade, e o charlatanismo ousa se ataviar com os adornos custosos da sciencia; em uma época, emfim, em que tudo se prostitue no brilho offuscante do ouro; é digno dos maiores encomios o obreiro da civilização, que desinteressadamente lapida na sua tenda uma pedra, oferece-a a construção do grande templo da sciencia.⁴⁹²

Como podemos ver, Almeida denunciava a época em que vivia como um tempo em que a corrupção e o obscurantismo levantavam-se como inimigos da civilização. A posição de Tibério Lopes de Almeida reflete uma concepção bastante difundida durante o período, de que a modernidade estava intrinsicamente ligada à ciência, que precisaria combater os agentes do atraso opositores da civilização. Portanto, para um país estar no caminho do progresso, era necessário investir e divulgar os conhecimentos científicos. É com esta mentalidade que o Brasil, muito por influência do imperador Dom Pedro II, vai tentar consolidar a sua imagem no exterior como país aberto às ciências⁴⁹³. Contudo, o tom de denúncia do texto de Tibério Lopes de Almeida, que vai se repetir mais vezes, também assume um papel retórico de ressaltar as

⁴⁹¹ PROVÍNCIA DO PARANÁ. Curitiba, 05 de março de 1876, n. 10, p.4.

⁴⁹² Ibidem.

⁴⁹³ SCHWARCZ, 1993, Op. cit. p. 42.

qualidades dos homens que se propunham a colaborar com a ciência, nesse caso, Macedo Soares. Almeida ressaltava a importância de invenções como o estetoscópio, o dinamômetro, o esfigmógrafo e o termômetro para o desenvolvimento da ciência, sendo o último instrumento especialmente importante nos estudos patológicos e diagnósticos clínicos dentro da medicina. Para ele, os estudos termométricos eram importantes para compreender a relação do indivíduo com o seu meio ambiente, que se influenciavam mutuamente e eram impossíveis de serem dissociados, apesar de não deixar claro como o indivíduo influenciava o ambiente em que vivia.

De tal modo, na sua concepção, o clima exercia influência física sobre as funções orgânicas dos sujeitos, “influencias essas que calam os segredos da genesia e evolução dos principios morbogênicos, de fecundidade, do caráter etc. de todos os povos do orbe terraqueo”. A posição de Tibério Lopes de Almeida concede ao clima mudanças não só das características biológicas, como também comportamentais, atribuindo influência também na constituição do *caráter*. Essa posição é reforçada já no parágrafo seguinte do artigo, em que Almeida argumentou que os movimentos migratórios no Brasil careciam de elementos para a sua compreensão, sendo que os estudos da temperatura poderiam oferecer respostas quanto a esses fenômenos, o que colocava Almeida e Macedo Soares em diálogo neste aspecto. Nas últimas décadas do Império, foram produzidos diversos discursos incentivando a imigração europeia que ressaltavam as qualidades da terra, enalteciam heranças europeias e minimizavam experiências africanas⁴⁹⁴. O Brasil participaria de diversas exposições internacionais com o objetivo de divulgar tais concepções e atrair imigrantes, que por sua vez demonstravam diversas preocupações quanto a transferência, principalmente em relação ao clima brasileiro⁴⁹⁵. Tais concepções a respeito da imigração se fariam presentes em outros artigos publicados por Macedo Soares e Almeida na *Secção Scientifica*.

Voltando a publicar, Macedo Soares continuou a pesquisa anterior em um artigo com o título “Observações Thermometricas no Campo Largo, em 1875”. Desta vez foi realizado um estudo comparativo entre as medições realizadas pelo juiz em Campo Largo com medições termométricas sobre Curitiba coletados por Willian Braund⁴⁹⁶ entre 1871 e 1872, além de dados complementares oferecidos por Willian Lloyd⁴⁹⁷. As duas localidades possuíam altitudes semelhantes, com apenas 34m de diferença, sendo Curitiba a mais alta. Entendendo que a

⁴⁹⁴ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 143.

⁴⁹⁵ Ibidem, p. 145.

⁴⁹⁶ Não conseguimos encontrar informações a respeito deste sujeito. De qualquer maneira, tudo indica que fosse um dos muitos viajantes que passaram pelo Paraná a trabalho ou pesquisa.

⁴⁹⁷ Willian Lloyd (1822-1905) foi um engenheiro inglês que trabalhou na construção de diversas estradas de ferro na América Latina. Passou pelo Paraná entre 1873 e 1875, deixando uma numerosa obra iconográfica.

altitude influenciava na temperatura, Macedo Soares concluiu que a pouca diferença entre as duas localidades não exercia influência suficiente, tornando o clima de Curitiba e Campo Largo equivalentes. Aqui, Macedo Soares fazia um comentário sobre a vegetação da província do Paraná, chamando atenção para árvores oriundas da Europa e como estas se adaptaram bem ao clima paranaense, ressaltando também a qualidade e abundância das árvores nativas. Sua conclusão relativa à riqueza da vegetação do Paraná era que as condições atmosféricas e do solo exerciam mais influência para o desenvolvimento da flora do que as condições geológicas⁴⁹⁸. O destaque atribuído a vegetações nativas da Europa e condições climáticas favoráveis ao seu desenvolvimento, muito provavelmente estava imbuído de um teor pró-imigração europeia.

Ainda na mesma publicação, Macedo Soares demonstrava a preocupação em ampliar seus estudos, acreditando na necessidade de medições hidrométricas para tirar conclusões a respeito da “humidade ou seccura, do maior ou menor peso da atmosphaera n’uma e n’outra região”⁴⁹⁹. Macedo Soares acreditava que a região de Campo Largo era mais salubre, ansiando por realizar um estudo comparativo acerca da mortalidade nas localidades. Entretanto, como o próprio juiz apontava, faltavam dados estatísticos a respeito dos índices de mortalidade e doenças que afetavam Curitiba, estando acessíveis apenas os dados referentes a Campo Largo. À essa lacuna, Tibério Lopes de Almeida acrescentou críticas sobre como dados estatísticos como estes estavam sendo menosprezados no Brasil, que muito tinha a aprender com países mais desenvolvidos que valorizavam a ciência⁵⁰⁰. Com este argumento, novamente Almeida demonstrava a sua crítica com o atraso do Brasil em relação a outros países.

Voltando ao juiz, a localização geográfica de Campo Largo, segundo o autor, favorecia a região em relação a Curitiba. Desta maneira, Macedo Soares reforçou mais uma vez as qualidades tônicas, reparadoras e terapêuticas da primeira. Sua posição a respeito da qualidade terapêutica do clima de Campo Largo seria reafirmada também em outro artigo: partindo dos estudos de James Henry Bennett sobre as doenças e a variação da temperatura, Macedo Soares localizou Campo Largo em uma condição ideal para o desenvolvimento de uma boa saúde, comparando a região com o clima de diversos lugares, desde o Senegal até a Suíça⁵⁰¹. Ao concluir a comparação entre Campo Largo e Curitiba, Macedo Soares fez uma colocação interessante para pensarmos a respeito de sua condição: um juiz de direito que realizou estudos

⁴⁹⁸ PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 20 de fevereiro de 1876, n. 8, p. 1.

⁴⁹⁹ Ibidem.

⁵⁰⁰ PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 26 de março de 1876, n. 13, p. 2.

⁵⁰¹ PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 12 de março de 1876, n. 11, p. 1.

climáticos, possuía interesse em estudar taxas de mortalidade e doenças e demonstrava preocupação pela saúde no geral. Macedo Soares conclui o seguinte:

Não receíamos, entretanto, confiar á imprensa as nossas deducções, porque as apresentamos apenas como ocasião de discussão e mais proveitoso estudo, que pode e ha de interessar á provincia. Os competentes, á cuja autoridade gostosamente nos submettemos, sabem o peso que devem dar aos factos, independente da opinião de quem, alheio ás sciencias phisicas e naturaes, desajudado de instrumentos e sobretudo de livros (nem um mappa geographico regular a provincia possue!), não escreve sinão para ter ocasião de ser útil, a si aprendendo, e aos outros, porventura, expendendo alguma idéa proveitosa.⁵⁰²

Neste trecho, Macedo Soares reforça mais uma vez, retomando a sua posição do texto anterior⁵⁰³, de que o estudo realizado poderia ser do interesse da província do Paraná. Assim, o magistrado refazia o convite para que mais pessoas, principalmente as de maior competência no assunto, viessem a pensar aquelas questões. Mesmo que Macedo Soares houvesse se colocado como leigo no assunto, isto provavelmente era um recurso retórico, já que o magistrado acreditava que os funcionários públicos e políticos deveriam pautar sua atuação na ilustração. Seus esforços ao realizar uma pesquisa por um período extenso, comparado seus dados com de outros pesquisadores e, mais importante, ter tornado todo esse esforço público através do jornal, demonstra uma preocupação do magistrado em compreender melhor a organização e desenvolvimento da província do Paraná. Ao pensarmos a conjuntura da geração intelectual da década de 1870 em consonância com os elementos contidos nesta seleção de fontes, é evidente a postura de Macedo Soares em enxergar a ciência como um elemento de intervenção política e de construção civilizacional. Outro dado que demonstra tal intento é o reconhecimento por parte do magistrado a respeito da deficiência de seus instrumentos de pesquisa, evidenciando que a província do Paraná, não possuindo sequer um mapa adequado de seu território, bem como a ausência de levantamentos a respeito da mortalidade e doenças que afetavam a região de Curitiba, encontrava-se com problemas quanto a sua organização e desenvolvimento. Ao escolher o estudo do clima como ferramenta de intervenção política, Macedo Soares também se aproximava de modelos deterministas para a explicação das condições sociais e políticas da região⁵⁰⁴, o que, por sua vez, faz coro com a conduta dos bacharéis de direito em se aproximarem das ciências naturais, utilizando-as como elementos legitimadores de seus discursos.

⁵⁰² PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 20 de fevereiro de 1876, n. 8, p. 1.

⁵⁰³ PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 13 de fevereiro de 1876, n. 7, p. 3.

⁵⁰⁴ SKIDMORE, 1976, Op. cit. p. 44.

Continuando a comentar os estudos de Macedo Soares, Tibério Lopes de Almeida realizou uma discussão a respeito das doenças que afligiam climas como o de Campo Largo, possuindo como parâmetros para isso as modificações orgânicas que os indivíduos experimentavam, os seus hábitos e costumes e, por fim, as condições climáticas⁵⁰⁵. Tendo abordado com mais detalhe a sífilis em seu artigo, Almeida escreveu que “Assim, solopado o organismo de grande parte da população desta provincia pela syphilis, a raça degenera-se, os abortos são inevitáveis, as causas morbogênicas desenvolvem-se varia o infundamente”⁵⁰⁶. Como já abordado, Almeida possuía uma visão negativa quanto ao povo da região, o que é reforçado por sua escolha em esmiuçar uma doença que é sexualmente transmissível e que segundo ele atingia uma grande parcela da população da província do Paraná, demonstrando que a lascívia era uma característica de povos mais atrasados dentro de perspectivas evolucionistas e deterministas. Sua concepção considerava a existências de raças, que no caso apresentado, encontravam-se em um processo de degeneração, o que poderia ser tanto pela questão do clima quanto pela miscigenação, considerando sua escolha por uma doença transmissível através de relações sexuais.

Tal visão não era uma exclusividade de Almeida, já que diversos viajantes estrangeiros atribuíam às condições climáticas brasileiras a degeneração e atraso de seu povo⁵⁰⁷. Outras ideias referentes a degeneração de raças foram bastante difundidas no período por sujeitos como Joseph Arthur de Gobineau e Louis Agassiz, mesmo que na época as vertentes de análise social baseadas em determinismos climáticos fossem mais populares no Brasil que as correntes racistas. Estas perspectivas racistas denunciavam a miscigenação como responsável pela degeneração racial e, conseqüentemente, social, em que as qualidades das raças brancas mais desenvolvidas eram gradualmente apagadas pela mistura com raças inferiores, o que só poderia ser corrigido com a maior inserção de brancos na sociedade⁵⁰⁸, fazendo coro com discursos a favor da imigração. Todavia, a questão da miscigenação acabou tomando rumos diferentes destas concepções, sendo encarada posteriormente como um projeto de “melhoramento do povo” e ocupação do território, estimulando assim políticas que favorecessem um branqueamento da população⁵⁰⁹.

⁵⁰⁵ PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 8 de abril de 1876, n. 15, p. 2.

⁵⁰⁶ Ibidem.

⁵⁰⁷ SCHWARCZ, 1993, Op. cit. p. 48.

⁵⁰⁸ SKIDMORE, 1976, Op.Cit. p. 47.

⁵⁰⁹ RAMOS, Jair de Souza. O Brasil sob o paradigma racial: Sociologia histórica de uma representação. In: PENNA, Sérgio D.J. (org). **Homo Brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro**. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC-RP, 2002, p.142.

A partir disso, Almeida novamente demonstrou seu desprezo a respeito da ignorância que imperava na província, denunciando mais uma vez o charlatanismo e as superstições do povo, mas dessa vez colocando a ignorância em relação a vacinação como um novo fator. De fato, formar-se-ia no Brasil uma resistência e falta de compreensão por parte da população a respeito de políticas sanitárias, implementadas principalmente nos ambientes urbanos em desenvolvimento, como a vacinação. Como coloca Lilia Schwarcz, muito disso decorria da violência em que tais políticas higienistas eram implementadas, em que “pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza”⁵¹⁰. Mesmo que as políticas higienistas venham a ganhar mais fôlego somente no início do século XX, as considerações de Tibério Lopes de Almeida já demonstravam uma preocupação a respeito da implementação de medidas semelhantes. Ele relatava que a província do Paraná possuía um sistema de aquecimento bastante atrasado em relação ao observável em outros países, o que colaborava para o desenvolvimento de doenças pulmonares tanto por conta de sua ineficiência térmica quanto a emissão de gases tóxicos, assim como a alimentação precária também era motivadora de doenças gastrointestinais⁵¹¹. Portanto, para ele, a província do Paraná era subdesenvolvida em diversos aspectos, carecendo de maior atenção do governo e de uma modernização que colocasse a região no caminho do progresso, tal como países mais desenvolvidos.

Mais de um ano depois de seu primeiro artigo na *Secção Scientifica*, Macedo Soares publicou uma nova pesquisa no jornal *Província do Paraná*, quando já havia sido transferido para ser juiz de direito em Mar de Hespanha, na província de Minas Gerais⁵¹². O juiz reproduziu os estudos que realizou em Campo Largo em 1875⁵¹³, para o ano de 1876, com pequenas alterações quanto aos horários de medição da temperatura. Apresentando seus novos dados e comparando com as coletas anteriores referentes a Campo Largo e Curitiba⁵¹⁴, Macedo Soares reiterou conclusões passadas a respeito das características tônicas e reparadoras da região, desta vez estendendo seu comentário a todo o planalto de Curitiba, comentando também que o que imperava na região “É o clima médio entre os extremos da Europa; e portanto, o mais accommodado para a colonização européa”⁵¹⁵. Novamente alertava sobre a importância de tais estudos e a responsabilidade das autoridades em realizá-los e publicá-los, enfatizando que

⁵¹⁰ SCHWARCZ, 1993, Op. cit. p. 46.

⁵¹¹ PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 8 de abril de 1876, n. 15, p. 3.

⁵¹² PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 26 de maio de 1877, n. 68, p. 1.

⁵¹³ PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 23 de janeiro de 1876, n. 4, p. 2.

⁵¹⁴ PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 8 de abril de 1876, n. 15, p. 2.

⁵¹⁵ PROVÍNCIA DO PARANÁ, Curitiba, 26 de maio de 1877, n. 68, p. 1.

deveriam se estender por décadas. Finalizando seu artigo, Macedo Soares explicita a sua visão a respeito da província do Paraná e sua população:

Fôra da provincia, mas nem por isso estimando menos essa afortunada região, onde fortaleci a saude e tive ocasião de estudar uma população inteligente, altamente moralizada e avida de progredir, faço votos para que o seu clima benefico seja melhor conhecido dos brasileiros e dos estranhos.⁵¹⁶

Ao concluir suas publicações na *Secção Scientifica*, Macedo Soares deixava não só uma visão positiva a respeito da população de Campo Largo, fazendo elogios quanto a sua inteligência e moralidade, mas também esperançosa quanto ao seu progresso. Mesmo permeado por concepções deterministas, em nenhum momento ao longo de seus artigos Macedo Soares atribui o baixo desenvolvimento da província do Paraná à sua população. É perceptível que o juiz possuía alta consideração e respeito por seus habitantes, mesmo que em alguns momentos demonstrasse indícios de atribuir comportamentos sociais a determinismos. Desta maneira, novamente desenhava-se a responsabilidade do Estado em desenvolver a região e prestar assistência à população. Reiteradas vezes Macedo Soares apontava para a necessidade de o governo garantir os meios para pesquisas mais aprofundadas sobre a natureza da região.

A visão predominantemente positiva de Macedo Soares sobre a população e natureza do Paraná é bastante contrastante com a posição de Tibério Lopes de Almeida. Até quando Almeida chegava a tecer algum elogio, como o baixo consumo de álcool da população, que em sua concepção, evitava acidentes e chegava a ser benéfico para a saúde, seu ponto de vista ainda era categórico quanto ao atraso do povo e do país⁵¹⁷. É evidente em seus textos que ele considerava a população ignorante, corrupta e dada a crer em charlatões ao invés da ciência⁵¹⁸. Mais do que isso, Almeida ia além do determinismo climático, pautando algumas ideias ao que aparentam ser vertentes racistas, o que não perpassa as publicações de Macedo Soares aqui analisadas, mesmo quando o juiz defendia políticas imigrantistas. Contudo, vale adiantar que Macedo Soares também se apropriou de discursos raciais, como discutiremos mais adiante no [próximo capítulo](#).

Mesmo que os dois estudiosos possuíssem bases analíticas semelhantes, as suas opiniões a respeito da população seguem por caminhos opostos. Os pontos de convergência entre Antônio Joaquim de Macedo Soares e Tibério Lopes de Almeida ficam a cargo de um incentivo à imigração, reforçando mais uma vez que a posição do juiz não era marcada por

⁵¹⁶ PROVINCIA DO PARANÁ, Curitiba, 26 de maio de 1877, n. 68, p. 1.

⁵¹⁷ PROVINCIA DO PARANÁ, Curitiba, 8 de abril de 1876, n. 15, p. 3.

⁵¹⁸ PROVINCIA DO PARANÁ, Curitiba, 26 de março de 1876, n. 13, p. 2.

justificativas raciais (pelo menos neste momento), mesmo apontando sutilmente os benefícios de práticas imigratórias, e a sua atribuição à ciência como um fator importante para o desenvolvimento de um país. Isto estava ligado a um uso político do discurso científico aplicado a projetos modernizadores, mas apropriado de formas distintas entre os dois sujeitos. Enquanto Macedo Soares acreditava no potencial de desenvolvimento da província, Almeida colocava sua opinião sobre a região de forma mais depreciativa. A comparação entre as posições destes dois indivíduos demonstra a complexidade do imaginário da geração intelectual de 1870, em que ideias semelhantes poderiam ter usos políticos distintos, assim como projetos políticos em comum poderiam ter metodologias diferentes.

Destacamos também a posição de Macedo Soares como juiz ao discutir estas questões, o que demonstra não apenas a aproximação do mundo jurídico com as ciências naturais, como também a iniciativa dos bacharéis de colocarem-se como vanguardas da ciência, da civilização e do progresso. Tanto é, que a posição de Macedo Soares fez com que um médico tentasse se colocar em diálogo com ele. Mesmo que o debate estivesse vindo apenas pelo lado de Almeida, é evidente que o médico considerava importante a posição do magistrado e dava legitimidade ao fato de um juiz de direito estar discutindo questões científicas.

Portanto, a defesa de um repertório científico constituía mais um elemento do reformismo de Macedo Soares. A sua posição de tentar compreender fenômenos sociais através de bases deterministas, mas sem atribuir um comportamento supostamente menos evoluído ou degenerado à população, neste momento, é bastante curiosa. Contudo, isto não distanciou Macedo Soares de uma política imigrantista, que muito provavelmente ainda era uma forma deste juiz encaminhar a modernização do país: trazer para o Brasil o povo europeu.

Desta forma, Soares esbarrava na mesma dualidade proposta por Roberto Schwarz, utilizando uma linha ideológica que até certa medida conflitava com sua realidade material. Explicando melhor, Macedo Soares baseava seus estudos em determinismos científicos que geralmente apontavam para a inferioridade de populações não europeias, ao mesmo tempo que negava estas conclusões e apontava para um caminho oposto, de uma população com potencial de progresso. Da mesma forma, também vale o que sustenta Angela Alonso, não constituindo uma questão de “ideias fora do lugar”. O que dava coesão a esta postura de Antônio Joaquim de Macedo Soares era justamente estar alinhado com a iniciativa de reformismo do Império, buscando elementos que dessem embasamento às propostas de reforma e modernização do Estado. Isto tudo sempre apontando para os ideais que o magistrado já tinha delimitado quanto

a função do Estado e das instituições em atenderem a população, constituindo uma organização transitória entre uma ordem moderna, mas com resquícios patriarcais.

Capítulo 3 - Visões sobre a escravidão

O período de reformas no Brasil imperial teve como seu principal agente motivador uma crise do sistema escravista que se desenvolveu desde o fim do tráfico de escravos nos anos 1850. A escravidão estava intrinsecamente ligada à própria existência do Império, impactando diretamente em toda a política, economia e relações sociais do país, nos mais variados níveis, com impactos sentidos até hoje. Para compreender o Império do Brasil é fundamental discutir a escravidão. De tal modo, para melhor compreender o que discutimos sobre as ideias e a trajetória de Antônio Joaquim de Macedo Soares e como estes elementos se relacionavam com a sua realidade, precisamos entender como este magistrado enxergava a escravidão.

Portanto, para darmos conta de compreender as concepções de Macedo Soares a respeito da escravidão, precisaremos ampliar um pouco o nosso recorte da década de 1870, tanto recuando como adiantando-nos em relação a este marco. Para isso, organizamos a discussão a partir de três pontos. Primeiro é a discussão a respeito da validade da Lei Feijó, que ocupou espaço na trajetória de Macedo Soares, utilizando-a tanto no seu ofício quanto em artigos publicados sobre o tema. A Lei Feijó, como veremos, foi um argumento muito utilizado tanto em favor da causa abolicionista, quanto na defesa da continuidade da escravidão. Em um segundo momento, debateremos sobre a posição de Macedo Soares a respeito da escravidão e propriedade, em que o magistrado apresentava questionamentos sobre a possibilidade de deter propriedade sobre pessoas. Para isso utilizaremos tanto artigos escritos pelo magistrado na revista *O Direito*, quanto ações de liberdade que Macedo Soares participou como advogado e como juiz. Por fim, analisaremos as concepções quanto a escravidão, cor e raça que Soares expressou em seu dicionário, apresentando tanto posições abolicionistas, visões do Estado e até mesmo alguns elementos de um imaginário racista.

3.1 - A lei está em vigor: os posicionamentos de Macedo Soares quanto aos debates sobre a Lei Feijó

“Que tempo resta para a prescrição allegada, a famosa prescção da liberdade contra o africano, a cerebrina prescrição da escravidão em favor do senhor?!”.

Antônio Joaquim de Macedo Soares, 1883

Nos anos 1880, um artigo de Antônio Joaquim de Macedo Soares causou certa repercussão pelo Brasil, sendo utilizado como argumentação em alguns processos judiciais pelo país que envolviam a liberdade de escravos. Publicado na edição de número 32 da revista *O Direito*, o texto intitulado “A lei de 7 de novembro de 1831 está em vigor”, tratava do debate a respeito dos usos da Lei Feijó, ocorrendo tanto na Câmara quanto no Senado. Macedo Soares decidiu apresentar como a discussão estava sendo encaminhada nesta última casa parlamentar, mais precisamente a partir da sessão de 26 de junho de 1883. Antes de começarmos a exposição da fonte e a sua análise, nos cabe fazer um esclarecimento de como o texto de Macedo Soares foi montado. A transcrição da discussão foi feita seguindo a lógica de raciocínio do próprio magistrado, isto é, o debate não foi reproduzido exatamente da mesma maneira como aparece registrado nos anais do Senado. Apesar das colocações serem bastante fiéis e em sua maioria, a reprodução exata do que se verifica nos discursos originais, Macedo Soares tomou certas liberdades quanto a ordem das falas, omitindo diversas intervenções e ressaltando as posições que fazem mais sentido com os elementos que ele ansiava trazer para o debate. Portanto, é importante a leitora e o leitor terem em mente que todo esse debate no Senado passou pelo filtro de Antônio Joaquim de Macedo Soares. Achamos importante expormos a fonte e fazer a sua análise mantendo a estrutura do artigo de Soares, pois isso demonstra as intenções e argumentos que o juiz desejava colocar em evidência.

Esta abordagem é importante por conta do posicionamento que Macedo Soares adotou já nas primeiras frases de seu texto, ao indagar o seguinte: “Está em vigor a L. de 7 de novembro de 1831 no seu art. 1.º, que declara livres os Africanos importados depois d’ella? A só propositura d’esta questão no Senado dá a medida do estado da opinião do paiz na serie de magnos problemas suscitados pelo elemento servil”⁵¹⁹. Mesmo breve, este argumento do magistrado possuía bastante profundidade dentro da discussão que ele se propôs a realizar. Para Macedo Soares, somente o fato de existir um questionamento a respeito da validade da Lei Feijó (que libertava todos os escravos vindos de fora do Império para o Brasil), que como veremos adiante, em sua concepção estava plenamente em exercício, demonstrava como a questão da escravidão era fomentadora de conflitos dentro da sociedade brasileira. Ou seja, questionar justamente a legislação que tornava livre escravos provenientes do tráfico ilegal, era uma demonstração de que até mesmo dentro de uma instituição tão respeitável como o Senado, como o próprio Macedo Soares classificava, existia a defesa da escravidão. Desta forma, nos parece

⁵¹⁹ MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. A lei de 7 de novembro de 1831 está em vigor In: MACEDO SOARES, Julião Rangel de. **Campanha jurídica pela libertação dos escravos – 1867 a 1888**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938, p. 29.

que Macedo Soares não acreditava que o Estado deveria legitimar a escravidão, como estaria acontecendo naquele caso, sendo uma prática que ele condenava explicitamente.

Dando início ao debate, Macedo Soares iniciou a sua exposição com as indagações do senador pela província de Goiás, José Inácio Silveira da Mota. O senador por Goiás começou sua fala baseando-se em uma sentença proferida em Pouso-Alto, na província de Minas Gerais, na qual havia sido declarada a liberdade de um africano introduzido no Brasil após a Lei Feijó, portanto, escravizado ilegalmente. Neste processo, resgatado em uma nota de rodapé no artigo de Macedo Soares, a matrícula do preto Galdino o naturalizou como oriundo da Costa d'África e possuindo 36 anos em 1872, ou seja, havia nascido em 1836 - cinco anos após a promulgação da Lei Feijó. O juiz de direito de Pouso-Alto, Domingos Rodrigues Guimarães, declarava então Galdino livre, excluindo o sujeito da partilha que iniciou o processo. A este caso, Macedo Soares acrescentou em sua nota de rodapé mais sete processos em que pessoas haviam sido declaradas livres por serem africanos escravizados ilegalmente, todos baseados na Lei Feijó. O magistrado deixava clara a abrangência geográfica destas sentenças, com decisões ocorrendo nas províncias do Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, com duas destas sentenças sendo proferidas pelo próprio Macedo Soares, em Cabo Frio e Mar de Hespanha. Afirmando que estes processos haviam sido noticiados na imprensa, Macedo Soares finaliza a nota com a questão: "E quantos outros julgados não haverá que a imprensa da côrte ou das provincias não tenha registrado?"⁵²⁰.

Voltando ao senador por Goiás, Silveira da Mota, baseando-se no processo de Galdino, exigia saber do governo, ou seja, do Conselho de Estado, se a lei de 7 de novembro de 1831 ainda estava em vigor⁵²¹. O senador argumentava que a referida lei estava sendo citada em todos os debates que pautavam o estatuto da escravidão, bem como em correspondências diplomáticas, sendo que o governo "tem sempre mantido a ideia de que essa lei é uma verdade no paiz"⁵²². A isso, Silveira da Mota acrescentava brevemente a problemática da aprovação da lei, legislada a partir da pressão da Inglaterra pela abolição do tráfico de escravos, o que configurou para diversos políticos como uma violação da soberania brasileira. A respeito da questão das relações internacionais, José Murilo de Carvalho argumenta que desde que abolira o tráfico de escravos em seus territórios, a Inglaterra passou a exercer forte pressão para que outros países fizessem o mesmo. Portugal assinou diversos tratados com os ingleses nas primeiras décadas do século XIX, em que se comprometia a tomar iniciativas contra a

⁵²⁰ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 31.

⁵²¹ Ibidem, p. 30.

⁵²² Ibidem, p. 31.

perpetuação do tráfico de escravos. O próprio Brasil independente ficou sujeito ao reconhecimento inglês mediante o compromisso de combater o comércio de seres humanos escravizados. O Brasil resistiu à força da Inglaterra até o princípio da década de 1830, quando foi aprovada a lei de 7 de novembro de 1831, a primeira legislação antitráfico do país independente⁵²³.

Na discussão no Senado, Silveira da Mota argumentava que havia grandes divergências quanto a jurisprudência em torno da Lei Feijó. Muitos juizes consideravam a idade registrada nas matrículas de escravos, instituídas com a Lei do Ventre Livre, como requisito suficiente para determinar que um africano havia sido escravizado ilegalmente e assim declará-lo livre. Outros, no entanto, não acreditavam que a idade era o suficiente para comprovar a liberdade de um escravo africano ilegal, o que para Silveira da Mota demonstrava que “são obvios os graves inconvenientes que resultam da incoherencia das decisões judiciais em materia tão melindrosa, como é o direito de liberdade, e o estado das pessoas; e o Governo precisa tomar providencias”⁵²⁴.

A exigência de Silveira da Mota sobre uma posição do governo quanto a validade da Lei Feijó, era reforçada com projeções quanto ao número de pessoas que poderiam estar em situação de escravidão ilegal por conta da indefinição quanto à legitimidade da lei, que de acordo com o senador, ficavam entre 180 e 190 mil indivíduos no espaço de 19 anos entre a lei de 1831 e a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, esta que extinguiu de vez o tráfico de escravos⁵²⁵. É difícil dizer como o senador chegou nestes números, mas consultando o banco de dados *Slave Voyages*, podemos verificar que no espaço de tempo exemplificado por Silveira da Mota, de 1831 a 1850, desembarcaram ilegalmente no Brasil mais de 738 mil africanos⁵²⁶. Mesmo que as estimativas do senador estivessem amplamente sub representadas, ainda assim é importante termos em mente que seu objetivo com estes dados era demonstrar as grandes proporções que a escravidão ilegal havia tomado no Brasil.

Desta forma, Silveira da Mota argumentava ser responsabilidade do governo oferecer uma resposta quanto ao tema, esclarecendo se os regulamentos acerca das matrículas estavam sendo executados conforme a lei. Além disso, para Silveira da Mota, também era responsabilidade do governo empreender um grande esforço no fim da escravidão, ao mesmo tempo que garantisse a estabilidade social e econômica brasileira. Para ele, o governo não

⁵²³ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 294.

⁵²⁴ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 32.

⁵²⁵ Ibidem, p. 32.

⁵²⁶ SLAVE VOYAGES: <http://www.slavevoyages.org/estimates/B6XxZFdW> Acesso em: 24/07/2019, 17:30h

deveria deixar a situação da escravidão resolver-se sozinha, pois “si cruzar os braços, esperando pela evolução espontanea dos factos, mal se ha de achar”⁵²⁷.

É importante lembrarmos que esta não era uma preocupação apenas de Silveira da Mota. Relembrando alguns elementos que discutimos na introdução, de acordo com José Murilo de Carvalho afluíram no final dos anos 1860 e das décadas seguintes uma urgência a respeito da emancipação dos escravos. Na Fala do Trono de 1867, o imperador Dom Pedro II já havia manifestado que desejava que a emancipação fosse assunto prioritário após o fim da Guerra do Paraguai. Segundo Carvalho, o temor de uma resolução violenta para o fim do cativeiro, como havia sido o caso do Haiti e dos Estados Unidos, demandava no imaginário imperial a necessidade de ação para o fim da escravidão⁵²⁸. Como acrescenta Beatriz Mamigonian, continuava pesando neste cenário a pressão da Inglaterra para a emancipação dos escravos. A autora nos lembra da Questão Christie, em que o embaixador britânico William Christie acusava o governo brasileiro de manter africanos livres em situação de escravidão. A Lei Feijó estabelecia que os africanos contrabandeados ficariam sob a tutela do governo até a sua recondução à África. Contudo, Christie defendia que o governo imperial explorava a mão de obra de africanos livres e protelava ao máximo a emancipação destas pessoas⁵²⁹. Desta forma, a seu modo, as exigências de Silveira da Mota reforçavam aquelas que outrora foram feitas por William Christie ao governo brasileiro.

Na sequência às colocações de Silveira da Mota, Macedo Soares afirmou ter transcrito a resposta do presidente do Conselho de Estado Lafayette Rodrigues Pereira praticamente na íntegra, ocorrida já na sessão seguinte a qual Silveira da Mota havia realizado seus questionamentos. Em sua resposta, o conselheiro Lafayette retoma os argumentos de Silveira da Mota, reforçando a questão da jurisprudência sobre o tema, carente de uma uniformização. Lafayette argumentou que qualquer decisão envolvendo a Lei Feijó fazia referência a direitos de indivíduos, portanto, eram de responsabilidade do direito civil e assim, competência do Poder Judiciário. Desta maneira, para Lafayette, o Poder Executivo não tinha autoridade para comentar sobre tal questão. O conselheiro, dirigindo-se a Silveira da Mota, dizia o seguinte, conforme transcrito por Macedo Soares:

O nobre senador, que foi mestre do orador, ensinou-lhe que o nosso systema de governo repousa sobre o principio fundamental da divisão e da independencia dos poderes. S. Ex. ensinou que, por virtude da divisão e da independencia dos poderes, cada um d’elles

⁵²⁷ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 32.

⁵²⁸ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 308.

⁵²⁹ MAMIGONIAN, 2011, Op. cit. p. 27.

tinha o seu círculo de atribuições e que a um poder não era lícito invadir as atribuições de outro, nem annular os seus actos⁵³⁰.

Desta maneira, o conselheiro Lafayette marcava a sua posição de que o Executivo não poderia oferecer uma resposta a uma questão que era de responsabilidade do Poder Judiciário. Isso seria uma clara violação da autonomia dos poderes constitucionais, podendo até constituir uma subordinação do segundo ao primeiro. Portanto, a posição final do conselheiro era de que o Executivo não possuía autoridade para tratar de tal questão. De acordo com Lafayette, para resolver o problema da jurisprudência inconsistente, o senador por Goiás precisaria recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça e não ao Presidente do Conselho de Ministros, pois era aquele o órgão responsável pelas últimas instâncias do Poder Judiciário⁵³¹.

Quanto a questão das matrículas de escravos, Lafayette diferenciou os tipos de documentos existentes. A matrícula especial, fruto da Lei do Ventre Livre, segundo ele, era constituída como um censo entre os escravos e não poderia ser alterada a menos que uma decisão judicial a fizesse, logo, não caberia ao Executivo intervir. Já a matrícula geral, instituída nos anos 1840, seria de interesse fiscal e passava por modificações constantes, além de ser renovada a cada cinco anos, o que para Lafayette ofereceria uma segurança quanto a validade do documento. Nos dois casos, Lafayette afirmava que os documentos eram válidos e que cabia ao Poder Judiciário interpretá-los⁵³². Assim, o presidente do Conselho de Estado finalizava afirmando que o Poder Executivo inspirava-se no “direito, nas circunstancias do paiz e no bem do Estado”, fazendo o necessário para garantir a ordem, desde que isso não violasse as atribuições e responsabilidades dos poderes institucionais⁵³³.

De acordo com a historiadora Beatriz Mamigonian, a discussão aqui abordada por Macedo Soares não era nova. Já nos anos 1860 estavam em pauta debates a respeito da deficiência brasileira quanto aos registros de escravos, principalmente dos africanos vítimas do tráfico ilegal⁵³⁴. Quanto a matrícula geral de escravos regulamentada pelo Decreto nº 151 de 11 de abril de 1842, que de fato foi criada com objetivos fiscais, legalizando a propriedade escrava, Mamigonian argumenta que o governo havia sido displicente quanto a aquisição da propriedade escrava dos senhores. Contudo, a autora faz a ressalva de que por ter sido um documento voltado aos escravos que residiam em vilas e cidades, a matrícula geral deixava de fora do “registro todos aqueles que residissem em zonas rurais e que não tivessem sido objeto de

⁵³⁰ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 34.

⁵³¹ Ibidem, p. 35.

⁵³² Ibidem, p. 37.

⁵³³ Ibidem, p. 38.

⁵³⁴ MAMIGONIAN, 2011, Op. cit. p. 21.

transação, isto é, os africanos que não tivessem trocado de dono desde a chegada ao Brasil e os crioulos que igualmente não tivessem trocado de dono”, deste modo, não proporcionando nenhuma ação contra a escravização ilegal que se expandia em áreas rurais⁵³⁵.

Considerando as lacunas da matrícula geral, bem como a pressão do crescente sentimento antiescravista nacional e internacionalmente nos anos 1860, entrou em pauta, concomitante com a discussão da Lei do Ventre Livre, a criação de uma nova matrícula que servisse para:

estabelecer oficialmente quem era escravo, e, na falta de registro, quem não era. Não poderiam aparecer novos escravos depois do registro geral, a não ser nos casos previstos em lei. O direito de escravizar ficava regulado por lei, e ao mesmo tempo a propriedade escrava estava garantida contra possíveis questionamentos⁵³⁶.

De tal maneira, a matrícula especial de escravos, instituída com a Lei do Ventre Livre de 1871 e implementada no ano seguinte:

deu ao governo a autoridade de emitir registros de propriedade sobre todos os que eram mantidos em escravidão ilegal, e sobre seus filhos e netos. Os registros de matrícula seriam documentos obrigatórios, dali em diante, para se fazer transferência de propriedade, registro de penhor ou hipoteca, emitir passaporte dos escravos e lavrar inventários ou partilhas; em suma, seriam indispensáveis para identificar os indivíduos e para certificar que eram escravos⁵³⁷.

Contudo, no debate a respeito da configuração das matrículas especiais, ficara de fora a exigência inicial do projeto de se preencher a naturalidade dos escravos. Desta forma, abria-se a possibilidade, por pressão dos senhores, da legitimação de propriedade ilegal de africanos escravizados após a Lei Feijó⁵³⁸. Todavia, como apurou Robert Slenes ao estudar este tipo de documentação, na feitura das listas o Ministério da Agricultura acabou incluindo a naturalidade como campo a ser preenchido. Além disso, temendo a eventual implementação de leis que alforriassem escravos de idade mais avançada, senhores passaram a registrar escravos como sendo mais novos do que realmente eram, muitos dos quais possuindo sua data de nascimento registrada como após 1831, com a Lei Feijó já em vigor ⁵³⁹. Estes elementos nos ajudam a entender o caso de Galdino, aludido no início da fala de Silveira da Mota e resgatado em uma

⁵³⁵ MAMIGONIAN, 2011, Op. cit. p. 32.

⁵³⁶ Ibidem, p. 33.

⁵³⁷ Ibidem, p. 36.

⁵³⁸ Ibidem, p. 36.

⁵³⁹ Cf. SLENES, Robert. **O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes par ao Estudo da Escravidão no Século XIX**. Estudos Econômicos, v.13, n.1, 1983, p.123-132.

nota de Macedo Soares. Em outras palavras, como também defendido por Beatriz Mamigonian ao consultar este mesmo artigo de Macedo Soares que analisamos⁵⁴⁰, o tipo de documentação que deveria legitimar a propriedade escrava, em muitos casos acabava por comprovar a sua ilegalidade, movimentando diversas ações de liberdade nos anos 1870 e 1880.

Voltando ao artigo original, mesmo com a afirmativa de Macedo Soares que o “importante e lucido discurso” do conselheiro Lafayette encerrava a questão, o debate foi retomado pelo senador da província do Espírito Santo, Cristiano Ottoni. Este complementava o requerimento de Silveira da Mota, afirmando que o que era demandado ao governo, era uma posição a respeito dos regulamentos e as matrículas provenientes da Lei do Ventre Livre, se estavam sendo “executados lealmente e sem fraude”. Além disso, perguntava se o governo tinha condições de garantir o pleno acesso a toda a documentação para que as autoridades competentes pudessem lidar com os dados de forma conveniente, já que “as matrículas contêm todas as declarações necessárias para que o Poder Judiciário possa aplicar a Lei de 7 de Novembro de 1831 aos casos a que fôr applicavel”⁵⁴¹.

Neste momento do debate, Macedo Soares fez uma intervenção, afirmando que os casos judiciais referidos pelo próprio Silveira da Mota, foram decisões pautadas justamente nas informações relativas a idade e naturalidade presentes nas matrículas, provando a escravidão ilegal de africanos importados após a proibição de 1831. O magistrado continuou sua manifestação com uma crítica ao senador Ottoni, ao declarar que:

Quanto á jurisprudencia vária a que se referiu o nobre senador por Goyaz, pedindo que o Governo declarasse si a Lei de 7 de Novembro estava em vigor, o Sr. Christiano Ottoni, com as reservas proprias de quem vai dar opinião em materia que não é da sua especialidade, confessa não saber bem quaes são os caracteres jurídicos, qual é o limite do tempo de inexecução que permite ao juiz considerar uma lei civil em desuso, e não applical-a a um caso a que os seus termos são applicaveis⁵⁴².

A isso, Macedo Soares complementava que apesar de alguns problemas teóricos relativos a hermenêutica jurídica, como também afirmou o conselheiro Lafayette (mas sem especificá-los), a legislação a respeito da questão era bastante clara e resolvia por si só a questão dos africanos escravizados ilegalmente. Ottoni, por sua vez, afirmou que a lei de 1831, apesar de ser aplicável a milhares de casos no país, havia sido deixada de lado por meio século, sem tentativas contundentes quanto a sua aplicação, o que deixava claro o seu evidente desuso. O senador pela província do Espírito Santo apontou que todas as sentenças usando a referida lei

⁵⁴⁰ MAMIGONIAN, 2011, Op. cit. p. 37.

⁵⁴¹ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 38.

⁵⁴² Ibidem, p. 39.

como argumento eram recentes, a que Macedo Soares acrescenta uma nota interessante a respeito de uma intervenção “curiosa” de Martinho Campos, um dos senadores por Minas Gerais, à fala de Ottoni. Campos afirmava “E não são sentenças; são actos, todos administrativos, e atrabiliarios a mór parte d’elles”. A esta fala, Macedo Soares acrescentou que era sabido que Martinho Campos “n’estes assumptos d’emancipação dos escravos, é nigrophobo confesso”⁵⁴³.

Acreditamos que esta nota de Macedo Soares não foi colocada por mera curiosidade, como afirmou o magistrado. Cristiano Ottoni era um opositor declarado do governo imperial, questionando veementemente a interferência do imperador na questão da emancipação dos escravos que segundo sua visão, e como nos demonstra Fabiano Dauwe, seria uma atitude baseada na vaidade do próprio imperador⁵⁴⁴. Nos debates na Câmara na ocasião da Lei do Ventre Livre, o então deputado Ottoni apresentou propostas quanto ao fundo de emancipação de escravos, de forma a tornar o processo de emancipação o mais gradual possível. Como nos demonstra Fabiano Dauwe, Ottoni referia-se sarcasticamente aos ingleses como “negrófilos”, devido a interferência destes no sistema escravista brasileiro⁵⁴⁵. Associando as duas ocasiões, o comentário de Macedo Soares não parece por acaso, demonstrando que Ottoni não estava entre os políticos preferidos do magistrado. Macedo Soares, como citamos acima, apresentou uma crítica a competência de Ottoni quanto a assuntos jurídicos e depois o associou ao “conhecido negrófobo” Martinho Campos, muito provavelmente tendo em mente a postura anterior de Ottoni de classificar o abolicionismo inglês de “negrófilo”.

Isso nos demonstra que Macedo Soares aparentemente enquadrava Cristiano Ottoni, no limite, como um opositor da emancipação dos escravos, até mesmo implicando que este possuía aversão aos negros. A oposição de Cristiano Ottoni oferecida ao governo imperial nesta questão provavelmente tinha um peso muito grande na decisão de Macedo Soares de classificá-lo de tal maneira. Como discutimos ao longo deste trabalho, Antônio Joaquim de Macedo Soares alinhava-se com os projetos reformistas do Império encaminhadas pelo Conselho de Estado e tuteladas por Dom Pedro II, mesmo que isso não significasse, necessariamente, um apoio ao governo em si. Como sabemos, o magistrado não deixava de expor suas diversas críticas às instituições, governos e elites. De toda maneira, Macedo Soares enquadrava Ottoni como um partidário hostil às reformas.

⁵⁴³ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 38

⁵⁴⁴ DAUWE, Fabiano. **Vozes dissonantes no concerto escravista: a perspectiva liberal sobre a escravidão e o emancipacionismo, 1860-71**. Anais do VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2013, p. 12.

⁵⁴⁵ Ibidem, p. 14.

Na continuidade, Ottoni argumentava que o desuso da Lei de 7 de Novembro de 1831 fazia-se evidente ao observar a própria população escrava brasileira. O senador afirmou que a maioria dos escravizados africanos era traficado no início da adolescência ou mais frequentemente já em idade adulta, por conta da travessia do Atlântico ser severa demais para crianças. Ou seja, de acordo com o senador Ottoni, mesmo aqueles africanos que tivessem sido traficados no início da adolescência, naquele momento já seriam pessoas idosas, considerando que havia se passado 52 anos da promulgação da referida lei até ali. Mais do que isso, Christiano Ottoni sustentava que a mortalidade infantil era muito alta, o que impediria uma reprodução doméstica da escravidão destes africanos. Desta forma, concluía que grande parte da escravaria existente no Brasil era resultante do tráfico ilegal, deixando clara a caducidade da lei de 1831⁵⁴⁶. Para ele, o desuso da lei causava ainda mais problemas, devido à dificuldade de diferenciar quem era um africano escravizado ilegalmente e quem era escravo crioulo. Portanto, devido a impossibilidade de prova, poderia “verificar-se a infracção, applicar a pena aos poucos que disseram a verdade, e amnistiar os innumerados infractores que por serem insinceros impediram a prova, poderá ser legalidade, mas é iniquidade⁵⁴⁷”, ou seja, não seria feita justiça de forma igualitária.

Depois de ter transcrito “*ipsis verbis*” os argumentos do “notavel orador”, Macedo Soares problematizou as colocações que Cristiano Ottoni e Silveira da Mota direccionaram ao Poder Executivo. De acordo com o magistrado, o que senador Silveira da Mota exigia do governo era que este sanasse os problemas de jurisprudência, declarando a validade ou não da Lei Feijó, o que prontamente o conselheiro Lafayette negou ter o Executivo poder de ação na questão, sendo uma atribuição do Judiciário. A essa negativa, o senador Cristiano Ottoni havia contestado a compreensão de Lafayette na questão, argumentando que não era função do governo agir sobre a jurisprudência validando ou invalidando sentenças, mas sim posicionar-se a respeito dela. Conforme coloca Macedo Soares, Silveira da Mota havia apoiado o senador do Espírito Santo neste momento, o que vai ser contestado pelo próprio Silveira da Mota em outra sessão do Senado, como veremos mais adiante. Complementando o seu raciocínio, de acordo com Macedo Soares, Cristiano Ottoni havia dito o seguinte: “Os Juizes, enquanto algum acto que os obrigue não fôr promulgado, diante do parecer do nobre Presidente do Conselho, não deveriam de ter a liberdade de julgarem como entenderem”⁵⁴⁸. Macedo Soares demonstrou

⁵⁴⁶ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 41.

⁵⁴⁷ Ibidem, p. 42.

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 43.

bastante indignação quanto a colocação de Cristiano Ottoni, decretando que “S.Ex. afirma que isto não é o Executivo influir nas decisões do Judiciário!!”⁵⁴⁹.

Antes de continuarmos no artigo em questão, cabe comentarmos sobre a repercussão da última fala de Ottoni, repudiada por Macedo Soares. Após a publicação do artigo na revista *O Direito*, na edição seguinte Macedo Soares publicou uma retificação sobre o episódio. O magistrado relatou ter estranhado a posição de Cristiano Ottoni de acreditar que os juízes não deveriam ter liberdade de julgamento. Com a repercussão do artigo, Ottoni encaminhou uma carta à Macedo Soares em que constava um folheto (que supomos ser uma publicação de imprensa) informando que na parte em que dizia em seu discurso “não deveriam de ter”, o correto seria “não deixavam de ter”. Trocando estes termos, a colocação de Ottoni mudava completamente de sentido, deixando de ser uma posição que não acreditava na autonomia dos juízes, para uma que a defendia. Todavia, mesmo fazendo esta retificação, Macedo Soares pareceu não acreditar totalmente na explicação do senador pela província do Espírito Santo, como podemos acompanhar no trecho a seguir:

Com prazer faço esta rectificação: accrescentando, porém, que não me guiei pelo resumo de jornal nenhum, nem mesmo pelo do *Diario Official*: esperei a publicação integral do discurso do nobre e illustrado senador, o qual segundo o estylo dos parlamentos, que suponho haver também no senado, devia ter sido revisto pelo orador antes de enviado para a imprensa. [...] E como o que S. Ex. queria era isso mesmo, que, na falta de lei ou decreto obrigatorio, houvesse alguma coisa que puzesse paradeiro ás variações da jurisprudencia dos juizes de direito, e essa coisa não podia ser sinão aviso de ministro, achei muito natural aquelle deveriam, mais natural sem duvida do que o deixariam do folheto⁵⁵⁰.

Apesar de atender o pedido de Ottoni e fazer a retificação, Macedo Soares devolveu a responsabilidade para o senador, ressaltando ser seu dever revisar seus discursos antes de sua publicação. Além disso, o magistrado não acreditou que havia sido um deslize de Ottoni, mas era expressamente nisso que o senador acreditava: a intervenção de um poder constitucional em outro. O magistrado ainda eximiu-se da culpa quanto a um possível engano, afirmando que não poderia ser responsabilizado quando em uma declaração o “compositor, em vez de *rainha*, pôz *tainha*”⁵⁵¹.

O sarcasmo de Macedo Soares não parou nesta última frase, mas prosseguiu com ainda mais deboche. O magistrado declarou o seguinte, ainda na retificação:

⁵⁴⁹ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 43.

⁵⁵⁰ Ibidem, p. 73-74.

⁵⁵¹ Ibidem, p. 74.

Por outro lado, é agradável, é um conforto mesmo, que espíritos elevados como o Sr. Conselheiro Ottoni pensem e proclamem que os magistrados brasileiros, esses servos da gleba do Poder Executivo, devem ter a liberdade de interpretar e executar a lei, de julgar os casos occurrentes como lhes dictar a sua consciencia illustrada pelo estudo do direito, ainda em frente da opinião contraria dos Srs. ministros, e ainda mesmo que esses ministros sejam jurisconsultos da ordem do conselheiro Lafayette⁵⁵².

Por trás dos pomposos elogios, Macedo Soares fazia uma crítica mordaz a Cristiano Ottoni e a ideia de interferência na separação e autonomia dos poderes. Para Soares, Ottoni havia proposto justamente isto e não uma autonomia para os juízes poderem desempenhar suas atribuições no Judiciário. Ao referenciar os magistrados como uma “gleba do Poder Executivo”, Macedo Soares estava ironizando a conduta de Ottoni de em um momento propor justamente a subordinação de um poder ao outro, para depois, quando sua fala repercutiu negativamente através do texto de Soares, afirmar que acreditava no oposto, na independência dos juízes. Quando voltamos ao texto original, que discutíamos previamente, vemos claramente a insatisfação de Macedo Soares com a política daquele momento, que segundo ele colocava poder demais nas mãos do Executivo:

Este episódio serve para atestar o estado da mentalidade da nação, demonstrado pela dos seus mais altos representantes ácerca da onnipotencia do Poder Executivo. O governo tem tão largamente usado e tão frequentemente abusado do supposto direito de interpretar as leis e perturbar os juizes no exercicio da sua função de julgar, que o paiz acceita a ominosa intervenção como facto normal, regular, legal⁵⁵³.

Vimos nos capítulos anteriores um alinhamento de Macedo Soares com as reformas implementadas no Império na década de 1870 pelo Conselho de Estado e influenciadas principalmente pela pressão do imperador. Contudo, apesar de ser favorável a políticas que proporcionassem uma maior presença do Estado junto a população, assim como uma mediação em diversas das relações sociais, como era o caso entre senhores e escravos; o magistrado guardava algumas ressalvas. Podemos perceber através deste último trecho que Macedo Soares mantinha uma grande preocupação quanto a independência e separação dos poderes institucionais. Para ele, o Poder Executivo, que na prática era bastante subordinado ao imperador, estava centralizando demais a política e interferindo nas atribuições do Judiciário, ao mesmo tempo em que membros do próprio Poder Legislativo pediam a posição do Executivo em questões que fugiam de suas competências. Resumindo, no entendimento de Macedo Soares, toda a violação da independência e separação dos poderes estava sendo naturalizada no

⁵⁵² MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 74.

⁵⁵³ Ibidem, p. 43.

Brasil devido a posição centralizadora do Executivo, respaldada pela conveniência do Legislativo.

A crítica do magistrado prosseguiu ao referenciar a censura feita a Manuel da Silva Mafra na Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, quando este era Ministro da Justiça e fez “a constitucional recommendação” para que os presidentes de província não encaminhassem ao seu gabinete questões que eram de resolução do Poder Judiciário. O deputado que contestou Mafra, não nomeado por Macedo Soares, ainda recorreu a memória de Nabuco de Araújo quando Ministro da Justiça, por sempre ter esclarecido as dúvidas a respeito do direito. A isso, Macedo Soares respondeu que o deputado “sem se recordar que um dos mais bellos Avizos do illustre jurisconsulto foi o de 7 de Fevereiro de 1856, profligando o abuso de consultarem os Juizes ao Governo, esquecidos de que é ao Poder Judiciario que compete a applicação das leis aos casos recorrentes”⁵⁵⁴. Com isto posto, Macedo Soares deixava claro os seus limites quanto ao apoio do período de reformas. Eram necessárias para a modernização do país, mas não poderiam violar as atribuições dos poderes constitucionais. Voltaremos a este debate mais adiante, próximo a conclusão do artigo de Macedo Soares, em que a sua posição a respeito desta questão toma mais corpo junto à escravidão.

Macedo Soares continuou transcrevendo o debate no Senado, agora descrevendo a posição contrária quanto a validade da Lei Feijó, sustentada pelo senador por Minas Gerais, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, e mais uma vez a fala do senador por Goiás, Silveira da Mota, que de acordo com o magistrado, deixaria mais claros os seus questionamentos quanto a questão. O argumento de Ribeiro da Luz iniciava com a dinâmica internacional por trás da formulação da lei de 1831, comentando sobre a série de tratados entre Portugal e Inglaterra e depois deste país com o Brasil, resultando na legislação. O senador por Minas Gerais classificava que o objetivo da lei de 1831 era unicamente dar fim ao tráfico ilegal de escravos, portanto deveria ser entendida apenas dentro do objetivo pela qual foi formulada. O senador apontava para as falhas na execução da Lei Feijó, que garantia em seu artigo 2º, multas a quem ele chamava de importadores de escravos (e não traficantes), objetivando pagar as despesas para a “reexportação para a Costa da Africa”, que seria prontamente efetivada pelo governo. Contudo, Ribeiro da Luz afirmava que “não se tomou providencia alguma sobre o escravo importado e internado no paiz, que, depois de ladino, solicitasse a sua liberdade”⁵⁵⁵.

⁵⁵⁴ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 44.

⁵⁵⁵ Ibidem, p. 46.

Na continuidade, Ribeiro da Luz afirmava que até 1850, a lei de 1831 não havia sido executada, permitindo a escravização ilegal de um grande número de africanos que desembarcaram no Brasil neste meio tempo. Sobre esta questão, José Murilo de Carvalho argumenta que a resistência da sociedade à escravidão ainda não era muito efetiva no período da aprovação da Lei Feijó, em que a maior parte dos políticos via medidas emancipatórias como perigosas, devendo estas, no caso dos campos mais progressistas, ser lenta, gradual e respeitando o direito à propriedade. Carvalho ainda acrescenta que:

Durante o período regencial, se excetuarmos a revolta dos malês, nenhuma das rebeliões que explodiram, algumas com grande participação de escravos, reivindicou a abolição, nem mesmo a Cabanagem que eclodiu em província cuja população escrava representava parcela mínima da população total⁵⁵⁶.

Desta maneira, na prática, pouca coisa foi feita com a implementação da Lei Feijó. Até mesmo o breve influxo na entrada de escravos após a aprovação da mesma, segundo Carvalho, pode ser compreendido pela perspectiva de que o número de escravos africanos entrando no Brasil aumentou muito nos anos anteriores a aprovação da lei, contribuindo para a queda posterior. De tal maneira, não foi necessariamente a efetividade da Lei Feijó que diminuiu a número de escravos traficados para o Brasil, tanto é que esses números voltaram a crescer posteriormente. Com a ineficácia da Lei Feijó, a pressão da Inglaterra para a abolição do tráfico de escravos no Brasil aumentou consideravelmente, não somente no campo político e econômico, mas também fazendo uso de sua marinha como forma de coação⁵⁵⁷.

Para Ribeiro da Luz, foi somente com a Lei de 4 de Setembro de 1850, a Lei Eusébio de Queiroz, que foram adotadas medidas mais efetivas contra o tráfico de escravos. Entretanto, questionava o senador, a Lei Eusébio de Queiroz, que substituiu a anterior, não havia estabelecido nenhuma medida a respeito dos africanos escravizados ilegalmente naquele intervalo de 19 anos⁵⁵⁸. A Lei Eusébio de Queiroz, por sua vez, de acordo com Ribeiro da Luz, criava mecanismos mais detalhados sobre como proceder com os africanos contrabandeados dali em diante. Entretanto, o senador colocava o seguinte ponto a respeito da regulamentação da lei:

Ainda nesta lei se devem notar as seguintes palavras: “depois da publicação da presente resolução” que, mais uma vez, demonstram que o poder legislativo, entre nós, não quiz, propositalmente, conhecer e providenciar sobre o passado; considerando, senão como

⁵⁵⁶ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 294.

⁵⁵⁷ Ibidem, p. 295.

⁵⁵⁸ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 47.

legal a escravidão dos africanos importados anteriormente, ao menos tolerando-a como facto consummado⁵⁵⁹.

Portanto, para Ribeiro da Luz, os formuladores da Lei Eusébio de Queiroz ao não se debruçarem sobre a inefetividade na aplicação da Lei Feijó, acabaram por legalizar toda a escravidão de inúmeros africanos traficados ilegalmente. O senador por Minas Gerais foi além, acreditando que não só a Lei Eusébio de Queiroz foi um instrumento para a legalização de escravarias ilegais, como a Lei do Ventre Livre também teria dado um passo adiante nesta direção. Primeiramente, Ribeiro da Luz reforçava o ponto de que as legislações de 1831 e 1850 eram orientadas para tratar da questão do tráfico ilegal e deveriam ser compreendidas dentro desse prisma, sendo que somente a Lei de 28 de Setembro de 1871, a do Ventre Livre, tratava de medidas direcionadas a emancipação⁵⁶⁰. Com isto posto, podemos perceber que Ribeiro da Luz acreditava que as leis Feijó e Eusébio de Queiroz não deveriam ser utilizadas em processos de ações de liberdade, já que não foram formuladas com o intuito de emancipar escravos.

O senador então, comentando a respeito da Lei do Ventre Livre, apontava um problema na matrícula especial de escravos estabelecida com aquela legislação, afirmando que mesmo que fosse de conhecimento geral de que havia um grande número de africanos escravizados ilegalmente no Brasil, não foi considerada uma medida que identificasse estes sujeitos, mas

ao contrario, determinou-se que fossem matriculados todos os existentes no Brazil; omitindo, calculadamente entre as declarações que, na matricula, deveriam ser feitas, a da naturalidade do escravo; omissão esta que foi mantida nos respectivos regulamentos. Do exposto se deve concluir que esta lei não lançou unicamente um veu sobre o passado; mas legalizou a escravidão existente no Brazil, dos africanos importados depois de 1831⁵⁶¹.

Assim, de acordo com este senador, a Lei do Ventre Livre ainda deixava claros os termos em que um escravo seria liberto e em nenhum momento “compreendeu entre elles os escravos importados depois de 1831”⁵⁶². Como já apontado por Slenes e Mamigonian, apesar da decisão final de excluir a naturalidade nas matrículas, na prática esta informação acabou aparecendo em diversos destes registros, servindo como base legal para ações de liberdade.

A este fenômeno, Ribeiro da Luz posicionou-se criticamente aos juízes de direito que estavam concedendo liberdade à africanos pautados na lei de 1831, alegando que qualquer procedimento jurídico da questão deveria ser de responsabilidade dos auditores da marinha

⁵⁵⁹ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 48.

⁵⁶⁰ Ibidem, p. 49.

⁵⁶¹ Ibidem, p. 50.

⁵⁶² Ibidem, p. 50.

nomeados pelo Conselho de Estado, como determinava a própria lei de 1831 caso esta estivesse em vigor, o que na concepção deste senador, já vimos que não estava. O senador por Minas Gerais acreditava que a conduta que diversos juízes de direito vinham adotando era questionável, já que segundo sua visão, os processos estavam sendo realizados sem a participação dos senhores e sem o depósito do escravo sob a tutela do governo, que deveria ser o procedimento adequado. Assim, os juízes estavam se baseando na Lei Feijó para promulgar as sentenças, mas ao mesmo tempo estavam violando a lei ao declarar a liberdade dos escravos sem direcioná-los sob resguardo do Império⁵⁶³. Para ele, as sentenças estavam causando grande embaraço aos senhores, que estavam vendo seus escravos sendo libertados já nos despachos iniciais, quando o correto seria conceder a liberdade apenas quando vencidos os recursos⁵⁶⁴.

Analisando este debate do Senado reproduzido por Macedo Soares, podemos perceber que toda a argumentação que o senador Joaquim Delfino Ribeiro da Luz elaborou, estava pautada em defender a legalidade da escravidão dos africanos traficados ilegalmente entre 1831 e 1850, demonstrar a invalidade da Lei Feijó e, por sua vez, questionar a validade das decisões judiciais que estavam sendo fundamentadas nesta lei, inclusive colocando em dúvida a competência dos juízes de direito responsáveis por estas sentenças. Ou seja, percebemos um alinhamento de Ribeiro da Luz com a defesa da propriedade dos senhores de escravos, buscando instrumentos legais para legitimá-la e defendê-la naquela conjuntura de declínio da escravidão. E esse apoio de Ribeiro da Luz à classe senhorial fica explícito quando este afirmava que era necessário indenizar os senhores que por ventura tivessem seus escravos libertados por interpretação da lei de 1831 ou até mesmo pelo fundo de emancipação instituído pela Lei do Ventre Livre, entendendo que uma grande parte dos contrabandistas, bem como os senhores que haviam adquirido africanos livres como escravos, já havia morrido. Portanto, os senhores de escravos naquele momento não possuiriam responsabilidade por escravizações ilegais, tendo agido de boa fé e por isso mereciam a indenização, como podemos verificar no trecho a seguir:

Quasi todos os senhores de escravos existentes os adquiriram *bona fide*, por títulos de transmissão inter vivos ou *causa mortis*, e os têm possuído com a tolerancia e consentimento do governo e das autoridades judiciais, não sendo, portanto, justo que agora possam ser privados da sua propriedade, sem a competente indemnização. Si ha culpados ou responsaveis pela existencia dessa propriedade, outros serão elles; menos os actuaes proprietarios de escravos, que os possuem hoje por títulos legitimos, visto não os terem adquirido por meio do contrabando, ou, scientemente, dos contrabandistas⁵⁶⁵.

⁵⁶³ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 54.

⁵⁶⁴ Ibidem, p. 55.

⁵⁶⁵ Ibidem, p. 57.

Posta esta colocação, Ribeiro da Luz foi questionado pelo senador por Goiás, Silveira da Mota, que afirmava que os senhores poderiam ter adquirido os títulos dos escravos de boa-fé, contudo isso não os tornava legítimos. Com este questionamento, Ribeiro da Luz trouxe a discussão para a legitimidade da própria escravidão. Segundo ele não existia lei que fundava a escravidão no Brasil, mas que ela fora um costume que se consolidou no país primeiro com a escravidão indígena que em algum momento foi substituída pela africana, e “foi o tempo, e depois as leis, que se referiam á escravidão, que a legalisaram”⁵⁶⁶. A isso, ainda acrescentou que o mesmo havia acontecido com a escravidão dos africanos após a lei de 1831, que naquele momento seria legítima.

À este último posicionamento, Macedo Soares acrescentou a resposta contundente do senador José Inácio Silveira da Mota, da província de Goiás. Segundo ele, a Lei de 7 de Novembro de 1831 estava plenamente em vigor e sua validade não era questionável, tanto que o conselheiro Lafayette havia concordado com a sua indagação em uma sessão anterior. Para Silveira da Mota “os senadores preopinantes contra o vigor da Lei procuraram collocar-se á sombra de uma opinião especulativa, pretendendo que ella cahiu em desuso, que não vigorava, porque leis subseqüentes alteraram as suas disposições”⁵⁶⁷. Segundo Silveira da Mota, esse era o ponto principal para compreender como o argumento do desuso da lei era infundado, já que em sua concepção, todas as leis relativas à escravidão que vieram posteriormente tiveram como base a Lei de 1831, o que demonstrava o seu pleno vigor. Para afirmar o seu ponto, acrescentava o seguinte questionamento retórico:

Sem invocar o principio hermêutico de escola, para mostrar que essa lei não póde ter cahido em desuso, no lapso de tempo até 1850, e de 1850 para cá; sem invocar este principio, devo notar que todos os que combatem essa lei, vão buscar remissões em todas as leis posteriores, em todos os regulamentos, quando essas leis e esses regulamentos se referem á lei de 1831. Pois já se viu alguma lei referir-se a outra lei caduca?⁵⁶⁸

O senador por Goiás foi categórico em afirmar que a Lei Feijó era amplamente reconhecida, inclusive pelo governo, alertando assim para o perigo de considerar uma lei tão fundamental e que regulava diversas relações diplomáticas do Brasil, como uma legislação inválida⁵⁶⁹. Silveira da Mota criticou a teoria de Ribeiro da Luz de que a invalidade da Lei de

⁵⁶⁶ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 58.

⁵⁶⁷ Ibidem, p. 59.

⁵⁶⁸ Ibidem, p. 61.

⁵⁶⁹ Ibidem, p. 61.

1831 e as legislações subsequentes haviam legalizado a propriedade dos africanos escravizados ilegalmente. Neste ponto, ele fez referência mais especificamente à matrícula especial estabelecida na Lei do Ventre Livre. Segundo ele, o argumento de Ribeiro da Luz de que a matrícula de todos os escravos legitimava aquelas escravarias ilegais por não se referir a lei de 1831 não se sustentava, pois, o correto era justamente o oposto, em que a Lei do Ventre Livre:

... não querendo de maneira alguma justificar a legitimidade dos escravos importados depois da lei de 1831, não a citou; mas a lei de 28 de Setembro refere-se sempre à lei de 1831 e, referindose, deixou subsistente a raiz do mal, que é a escravidão ilegítima dos importados depois da lei⁵⁷⁰.

Quanto a questão da crítica de Ribeiro da Luz direcionada à competência dos juízes, Silveira da Mota acrescentou que as atribuições dos auditores da marinha eram limitadas a execução de processos envolvendo diretamente assuntos marítimos, ou seja, somente em casos específicos como a abordagem de um navio traficando africanos. Para Silveira da Mota, isto era uma maneira de tentar transferir a responsabilidade do Judiciário para o Executivo, tratando como uma questão administrativa. A isso, Silveira da Mota acusou Cristiano Ottoni e Ribeiro da Luz de terem descontextualizado a sua indagação ao conselheiro Lafayette, em que ele havia usado a ação de liberdade de Galdino, anteriormente citada, como uma manobra que induzisse o Executivo a pensar que ele, Silveira da Mota, estivesse sugerindo a intervenção do Poder Executivo nas atribuições do Judiciário⁵⁷¹. Concluiu assim, reforçando que a suposição de Ribeiro da Luz da incompetência dos juízes de direito em julgar processos de africanos era completamente infundada, já que o Decreto nº 731 de 5 de junho de 1854⁵⁷² estipulava que a ação dos auditores da marinha estava restrita às costas e que fora destas situações, os responsáveis quanto a averiguação dos africanos eram as autoridades judiciais da localidade⁵⁷³.

Encerrado o debate no Senado selecionado por Macedo Soares, o magistrado iniciou a exposição de seus argumentos a partir do que havia sido discutido na câmara maior do parlamento. Macedo Soares, sem deixar de ter feito elogios à instituição, colocou que era seu dever como juiz atacado, mas também como cidadão interessado, fazer as devidas críticas ao que foi posto pelos senadores.

⁵⁷⁰ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 62.

⁵⁷¹ Ibidem, p. 63.

⁵⁷² CÂMARA DOS DEPUTADOS, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, Página 5 Vol. 1 pt I. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-731-5-junho-1854-558301-publicacaooriginal-79449-pl.html> Acessado em: 19/09/2019.

⁵⁷³ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 65.

Direcionando a primeira crítica a colocação de Cristiano Ottoni, que afirmava a Lei Feijó estava em desuso por falta de aplicação, Macedo Soares foi categórico ao escrever que “Esse argumento não há jurisconsulto que possa perfilhar. O desuso não revoga a lei”⁵⁷⁴. No entendimento do magistrado, para uma lei como aquela cair em desuso, ela deveria ter deixado de ter sido aplicada por conta da boa razão, sendo que “não é conforme a boa razão escravizar africanos”⁵⁷⁵. Este trecho, além de marcar a posição favorável de Macedo Soares à validade da Lei Feijó, também demonstra sua aversão à escravidão, considerando uma prática contrária ao que ele considerava uma “boa razão”, ou seja, atribuía à escravidão uma carga imoral e irracional. Além disso, Macedo Soares acrescentava que para considerar o desuso de uma lei, ela deveria estar sem aplicação por mais de um século, o que estava longe de acontecer naquele caso. Para justificar sua posição, Soares citou mais de trinta legislações entre 1831 e 1850 que comprovavam a validade da Lei Feijó, concluindo que:

A L. de 7 de Novembro de 1831 nunca esteve em esquecimento. Dezenas de documentos legislativos, executivos e judiciais ahi estão demonstrando o seu constante vigor. Os Avisos, Portarias, Instruções, Decretos e Leis [...] todos esses monumentos pressupõem vigente, ampliam, sancionam, regulamentam, confirmam, aplicam sem hesitação a Lei de 7 de Novembro de 1831⁵⁷⁶.

Na sequência, Macedo Soares ironizou a questão, pois se estava comprovado que a Lei Feijó esteve em vigor desde sua publicação até 1850, a sua invalidade deveria ser contabilizada somente a partir daquele ano. Prontamente o magistrado argumentou utilizando a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que fazia referência a lei de 1831 em seus artigos, e o Decreto nº 731 de 5 de Junho de 1854, que regulamentou a ação dos auditores de marinha; para justificar a validade da Lei Feijó também de 1850 em diante⁵⁷⁷. Sobre o decreto, o historiador Alain El Youssef pontua que ao ampliar os poderes dos auditores de marinha, autorizando o processo de sujeitos envolvidos com o contrabando de africanos sem restrições à distância da costa e tempo desde o desembarque, de uma só vez

o governo imperial incluía os senhores de escravos entre os criminosos envolvidos no contrabando, retirava a possibilidade de eles terem seus crimes encobertos pelas autoridades locais e dava mostras ao governo britânico de sua nova postura com relação ao comércio de africanos⁵⁷⁸.

⁵⁷⁴ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 67.

⁵⁷⁵ Ibidem, p. 67.

⁵⁷⁶ Ibidem, p. 68.

⁵⁷⁷ Ibidem, p. 69.

⁵⁷⁸ YOUSSEF, 2018, Op. cit. p. 21.

Para reforçar ainda mais o seu argumento, Macedo Soares enumerou uma série de processos judiciais publicados na revista O Direito, que tiveram suas sentenças baseadas na Lei Feijó, demonstrando que esta legislação tinha sido objeto de jurisprudência e legitimada pelo Poder Judiciário até pelo menos o ano de 1877⁵⁷⁹.

Desta maneira, em seu entendimento, não havia fundamento para a prescrição da Lei Feijó, que estaria em plena validade. Em resposta a este tipo de dúvida, o magistrado ironizava com o próprio questionamento, perguntando “Que tempo resta para a prescrição allegada, a famosa prescrição da liberdade contra o africano, a cerebrina prescrição da escravidão em favor do senhor?! ”⁵⁸⁰. Portanto, podemos perceber que para Macedo Soares o debate não deveria estar girando em torno da validade ou não de leis que já haviam legislado em direção a emancipação, mas sim colocar em pauta a abolição em si. A discussão sobre a prescrição da Lei Feijó, nesta perspectiva, só favoreceria a classe senhorial, que por sua vez já usufruía da escravidão em seu benefício. O ponto principal para Macedo Soares era alavancar o debate a respeito da liberdade dos escravizados, que estavam sendo privados deste direito, principalmente pelos senhores.

Voltando a crítica à Cristiano Ottoni, e agora incluindo Ribeiro da Luz, Macedo Soares continuou demonstrando que o argumento destes senadores quanto a invalidade e desuso da Lei de 7 de Novembro de 1831, era totalmente infundado. Quanto a este último senador, o magistrado criticou a posição de que a Lei Eusébio de Queiroz não deu direcionamentos para lidar com os africanos ilegais após 1831 (que como expusemos, Ribeiro da Luz acreditava que com isso, a Lei de 1850 havia legitimado estas escravarias). A resposta de Macedo Soares a este raciocínio, era de que “a L. de 1850 não se occupou com os africanos importados desde 1831 simplesmente porque não eram escravos, e não o podiam ser *ex vi* da Lei de 31”⁵⁸¹. Em outras palavras, não havia porque a lei de 1850 tratar dos africanos traficados ilegalmente porque estes não eram escravos e sua situação estava amparada na Lei Feijó.

Sem deixar escapar a questão dos senhores, que Ribeiro da Luz afirmava estarem passando por constrangimentos indevidos por conta da questão da Lei Feijó, Macedo Soares ofereceu outra alternativa. Para ele, as matrículas estavam sendo utilizadas adequadamente como provas e em muitos casos demonstravam justamente a desonestidade dos senhores. O magistrado afirmou que ao exhibirem as matrículas como certificado de propriedade, os senhores de escravos acabavam por comprovar a escravização ilegal de seus supostos escravos, sendo

⁵⁷⁹ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 69.

⁵⁸⁰ Ibidem, p. 69-70.

⁵⁸¹ Ibidem, p. 70.

verificável a idade incompatível e demonstrando a importação clandestina⁵⁸². Como o já citado estudo de Robert Slenes demonstra, muitos senhores temiam que mais leis emancipacionistas fossem idealizadas, algumas nos moldes da Lei Moret, por exemplo, que libertou tanto o ventre das escravas em Cuba quanto os escravos idosos. Desta forma, diversos escravos foram registrados na matrícula com idades incompatíveis, numa tentativa dos senhores preservarem a propriedade escrava⁵⁸³.

Novamente Macedo Soares marcou posição quanto a sua oposição aos senhores de escravos, justificando à Ribeiro da Luz que “não tem havido da parte dos juizes leviandade, nem tumulto; sim e apenas o respeito devido á lei, e ao direito já do escravo, já do senhor, por mais repugnante que seja esta ideia de direito de um homem sobre a pessoa de outro homem”⁵⁸⁴. É interessante observarmos que Macedo Soares não se referia aos escravos como propriedade dos senhores, mas sim estes últimos como detentores dos direitos dos primeiros. A escravidão, em sua concepção, tratava-se de uma condição jurídica em que um sujeito detinha o direito à liberdade de outro, por mais que esta ideia lhe soasse repugnante. Portanto, podemos compreender uma concepção de Macedo Soares a respeito da importância da atuação do Poder Judiciário na questão servil. Sendo a escravidão uma questão de detenção de direitos, cabia justamente aos magistrados arbitrar em favor da aplicação da lei. Por conseguinte, mesmo que Macedo Soares considerasse a escravidão uma prática imoral, a atuação do Estado era essencial para mediar as relações entre senhores e escravos. Este papel que o magistrado atribuía ao Estado, ficou ainda mais evidente quando ele declarou o seguinte, ainda criticando Ribeiro da Luz:

Entende o honrado senador que se devia primeiro depositar o *escravo*, isto é, o *africano* importado depois de 1831 (S. Ex. o chama sempre d’escravo); mas, perdoe-nos a ousadia, é não compreender o fim do depósito, o qual é garantir o escravo contra as prováveis sevícias do senhor irado pela contrariedade que o despacho do juiz trouxe aos seus interesses. Ora, na hypothese não se tracta de escravos; e não se deposita homem livre⁵⁸⁵.

Primeiro Macedo Soares insistiu em sua convicção quanto a liberdade dos africanos contrabandeados, censurando Ribeiro da Luz por referir-se a estes como escravos. Em segundo lugar, colocou o Estado como um apaziguador da violência nas relações escravistas, entendendo o depósito de escravos como um de seus instrumentos. Isso nos chama atenção para o que

⁵⁸² MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 70.

⁵⁸³ SLENES, 1983, Op. cit. p.132.

⁵⁸⁴ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 71.

⁵⁸⁵ Ibidem, p. 71.

discute José Murilo de Carvalho, ao escrever sobre o tensionamento entre senhores e governo nas décadas finais do Império, em que os primeiros viam a iniciativas do segundo como uma interferência em sua propriedade⁵⁸⁶. Beatriz Mamigonian reforça essa concepção, ao afirmar que ao longo do século XIX, “por força tanto da construção do Estado nacional quanto do avanço do abolicionismo atlântico, aumentou gradualmente a intervenção do Estado na relação entre senhores e escravos”⁵⁸⁷. Isto posto, Macedo Soares enxergava o papel do Estado como definitivo nas relações escravistas, indo além ao concluir seu texto da seguinte forma:

Pararemos aqui. A Lei de 1831, a gloria de Feijó, continuada pela Lei de 1850, a gloria de Euzebio, não está perfeita ainda com a Lei de 1871, a gloria de Paranhos. Ha de vir estadista que a complete; e a sua tarefa será singularmente facilitada, por que basta traduzir o pensamento nacional n'estas tres gloriosas palavras: - Não ha mais escravos no Brasil⁵⁸⁸.

Apesar da pequena confusão com a quantidade de palavras, nos parece evidente que Macedo Soares defendia que, apesar do avanço que algumas legislações tivessem proporcionado em direção da emancipação dos escravos, ainda era necessário realizar uma abolição definitiva da escravidão na qual o Estado possuiria um papel urgente e fundamental. Desta maneira, percebemos que Macedo Soares constantemente relacionava o encaminhamento da questão do elemento servil como uma responsabilidade do Estado, diferente do que muitos opositores do reformismo imperial defendiam ao acreditar que a escravidão acabaria por meios naturais ou pela benevolência da classe senhorial. Ele como magistrado, portanto, era responsável por garantir que as leis que já tratavam da questão servil fossem bem executadas, agindo como um representante do bom funcionamento estatal, até o momento que fosse aplicado o golpe final na escravidão. Como podemos perceber, Macedo Soares buscava cumprir este papel não somente pela sua atuação profissional, mas também de maneira doutrinária como nos demonstra este artigo.

3.1.1 O Conselho de Estado e a validade da Lei Feijó

Em outro artigo, intitulado “O Concelho d’Estado e a lei de 7 de Novembro de 1831”, publicado no volume 35 da revista *O Direito* de 1884, Macedo Soares demonstrou que o

⁵⁸⁶ CARVALHO, 2013, Op. cit. p. 313.

⁵⁸⁷ MAMIGONIAN, 2011, Op. cit. p. 24.

⁵⁸⁸ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 72.

questionamento inicial que o senador Silveira da Mota dirigiu ao Conselho de Estado sobre a validade da Lei Feijó, como acabamos de discutir, não era novidade. Em outros momentos esta instituição já havia se pronunciado sobre a validade daquela lei. Além disso, a partir deste texto, podemos aprofundar um pouco mais a percepção de Macedo Soares a respeito da escravidão e do papel do Estado no encaminhamento desta questão.

O magistrado criticava diversas atitudes do Poder Moderador ao tentar interpretar leis e impor pareceres a questões que eram de exclusividade do Poder Judiciário, o que em certa medida era natural, dada a constante alternância de membros no Conselho de Estado. Apesar das críticas, Macedo Soares apontava para o esforço do Conselho de Estado em encaminhar reformas benéficas para o Brasil, que estava sendo capaz de “manter illeso o prestígio da própria auctoridade, graças á elevada capacidade e respeitabilidade do character dos estadistas que o têm composto, e á possível uniformidade de suas deliberações”⁵⁸⁹. Contudo, apesar do papel importante que o Conselho de Estado cumpria em encaminhar reformas para o Brasil, na ótica de Macedo Soares, a instituição falhava no que dizia respeito as questões que envolviam a Lei Feijó, como podemos perceber no trecho a seguir:

Infelizmente, em questão tão grave como a da liberdade do homem, embora não se tracte sinão do misero africano importado n'este torrão d'America livre, o Conselho d'Estado tem divergido ácerca da natureza, do objecto, do fim, do espirito, e, o que mais é, do vigor da lei de 7 de Novembro de 1831⁵⁹⁰.

Com este questionamento, Macedo Soares passava a discutir duas decisões do Conselho de Estado a respeito da Lei Feijó, uma em 1856 e outra em 1874. A discussão que deu origem ao primeiro parecer começou com o caso de um escravo de um senhor uruguaio que havia cometido um homicídio no Brasil, o que levantou o seguinte questionamento: “Um escravo residente em paiz estrangeiro póde entrar no Imperio, e ser não só conservado em escravidão, mas até mandado entregar a seu senhor pela Justiça do seu paiz?”⁵⁹¹.

Macedo Soares relatou que com o andamento do processo nas instâncias superiores do Judiciário, o procurador da Coroa emitiu um parecer cheio de dubiedade sobre o assunto, baseando-o em conceitos errôneos, assumindo que a Lei Feijó tinha como único objetivo extinguir o tráfico de africanos, sem contestar qualquer direito dos senhores. Sua conclusão, e daí porque Macedo Soares apontava sua dubiedade, era que em situações normais o escravo não deveria “ser conservado em escravidão” e nem enviado a seu senhor, contudo, devido a

⁵⁸⁹ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 77.

⁵⁹⁰ Ibidem, p. 78.

⁵⁹¹ Ibidem, p. 80.

circunstâncias especiais, ele deveria ser considerado como um caso fora da normalidade. Macedo Soares sustentava que o procurador da Coroa justificava seu parecer equivocado “afirmando o falso pressuposto de o escravo ser *coisa*, e não *pessoa*”⁵⁹². Complementando seu raciocínio na nota de rodapé, o magistrado rechaçava a concepção que o sujeito escravizado fosse propriedade de outra pessoa. Aprofundaremos as concepções de Macedo Soares a respeito da relação entre escravidão e propriedade em uma [seção](#) mais adiante.

Macedo Soares relata que o Conselho de Estado contestava o parecer do procurador da Coroa, afirmando que a Lei Feijó instituía somente dois casos em que um escravo estrangeiro seria mantido em escravidão. O primeiro eram escravos empregados em embarcações de países em que a escravidão ainda era vigente. O segundo caso era de escravos que fugissem de embarcações ou territórios estrangeiros que fossem reclamados por seus senhores. Desta forma, pautando-se na Lei Feijó e também na Lei Eusébio de Queiroz, Macedo Soares escrevia que o Conselho de Estado concluía que a “legislação existente, além do fim da repressão do trafico, também teve em mente impedir o aumento, por novas entradas, do numero de escravos, e não menos o dos libertos, dentro do Imperio”⁵⁹³. Na seção anterior, discutimos como o senador Ribeiro da Luz também defendia que a Lei Feijó tinha apenas o objetivo de dar fim ao tráfico de africanos e deveria ser entendida somente sob este prisma, um argumento que, como podemos perceber, não era novo e nem de exclusividade do senador por Minas Gerais. Tanto lá como aqui, Macedo Soares apresentou argumentos para demonstrar a maior abrangência da referida lei e contestar este tipo de posicionamento, que de sua percepção, favorecia apenas aos senhores de escravos.

Dito isso, Macedo Soares organizou o que se concluía com o discutido pelo Conselho de Estado e manifesto pelo Aviso de 20 de maio de 1856. O magistrado entendia que a decisão encaminhava o seguinte:

- 1º Que a Lei de 7 de Novembro de 1831 era, em 1856, considerada em vigor;
- 2º Que o seu fim não foi só acabar com o trafico dos negros novos; mas também diminuir o numero dos escravos no Brazil, e bem assim o dos libertos pela Lei;
- 3º Que na sua disposição se comprehende o caso do escravo que, embora com consentimento e de ordem de seu senhor, tem ido ao paiz estrangeiro, e d’ahi reentrado no Imperio;
- 4º Que é, assim, uma lei que dispões sobre o estado pessoal de uma classe numerosa de habitantes do imperio, classe que, ao tempo da consulta, devia de regular por muitos milhares de almas n’um total apenas de oito a nove milhões, si a tanto chegava em 1856 a população do Brazil: por outros termos, a lei de 1831 era não só da ordem politica, mas também da ordem civil, e portanto,

⁵⁹² MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 80.

⁵⁹³ Ibidem, p. 82.

5º A sua execução compete aos magistrados, no fôro commum⁵⁹⁴.

Posto isso, podemos perceber que Macedo Soares entendia não somente a validade da Lei Feijó, como sua função em combater a escravidão diminuindo o número de escravos no país e a prerrogativa da magistratura de decidir sobre ela. Com isto, reforçava suas posições discutidas na [seção](#) anterior, quanto ao dever dos juízes de mediar as questões relacionadas ao elemento servil.

Continuando seu artigo, Macedo Soares apresentava suas impressões sobre o parecer do Conselho de Estado sobre a Lei Feijó em 1874, sem dar muitos detalhes do debate feito a este respeito. Na conclusão do parecer, segundo Macedo Soares, o Visconde de Jaguari apontava que:

- 1º Que ao fôro commum só compete a liberdade que não provém do trafico;
- 2º Que os africanos importados de 1831 a 1854 (nem é mais só até 1850) são escravos, pois a sua liberdade prescreveu em benefícios dos senhores, bastante expertos para os subtrahirem á vigilancia da auditoria da marinha (!);
- 3º Que para essa prescrição da liberdade não é preciso tempo nem titulo, nem boa fé originaria (!);
- 4º Que essa cerebrina prescrição não está na lei, mas está (sic) *na consciencia de todos* (!);
- 5º Que a Lei de 7 de Novembro de 1831 se acha revogada⁵⁹⁵.

Ao compararmos as conclusões de Macedo Soares a respeito deste parecer com a decisão de 1856, podemos ver que em 1874 o Conselho de Estado havia, ótica do magistrado, recuado em muitas das suas decisões, apresentando um cenário completamente hostil à Lei Feijó. Primeiramente, afirmava que os magistrados não possuíam ação para julgar sobre a Lei Feijó, sendo esta de fora do foro comum. Em segundo lugar, legitimava escravarias ilegais, alegando que a liberdade dos africanos havia prescrito em benefício dos senhores. Este entendimento também se aproxima do que defendia o senador por Minas Gerais, Ribeiro da Luz, que acreditava que a escravidão de africanos ilegais havia sido legitimada não somente pelo tempo, como também pelas legislações posteriores. Ribeiro da Luz, nesta questão, também defendia a boa-fé dos senhores. Por fim, o parecer do Conselho de Estado de 1874, para Macedo Soares, revogava a Lei Feijó não com embasamento legal, mas sim a partir de uma consciência abstrata, que não se baseava na racionalidade.

A conclusão do magistrado era, obviamente, quanto a validade da Lei Feijó, escrevendo que “A verdade está na Consulta de 1856, e a Lei de 7 de Novembro de 1831

⁵⁹⁴ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 83.

⁵⁹⁵ Ibidem, p. 84.

continua em seu pleno vigor”⁵⁹⁶. Estas foram as últimas linhas do texto do magistrado, contudo, não foi somente a validade da Lei Feijó que esteve em disputa neste texto. Ao longo das páginas, Macedo Soares tece muitas críticas direcionadas a Nabuco de Araújo, conselheiro presente nos dois pareceres do Conselho de Estado.

Já no início do texto Macedo Soares expõe a sua insatisfação com Nabuco de Araújo, fazendo referência a sua participação nas discussões do Conselho de Estado em 1856, afirmando que a decisão do conselho havia sido

referendada pelo ministro José Thomaz Nabuco de Araújo, aquelle mesmo que, dezoito annos mais tarde, havia de retrogradar tanto a ponto de opinar que a lei de 1831, participante do character civil tanto quanto do politico, e vigente em 1856, não sinão da ordem politica, e já não vigorava em 1874, justamente quando o paiz já havia feito a conquista do grande principio da Lei Aurea: - No Brasil, ninguem nasce escravo⁵⁹⁷.

Para Macedo Soares, Nabuco de Araújo havia de certa forma traído um compromisso com o reformismo imperial ao compactuar com um parecer que contradizia talvez a principal conquista deste processo, que era a Lei do Ventre Livre. Na cabeça de Macedo Soares, mais do que uma traição ao reformismo, era um ato contrário a marcha da civilização que tinha na escravidão um de seus principais inimigos. Este descontentamento e sentimento de traição que Macedo Soares expressava pela parte de Nabuco de Araújo, fica mais evidente ainda em outro trecho, ao concluir suas observações sobre a posição do Conselho de Estado em 1874:

A consciencia nacional, que é mais alguma coisa do que a consciencia de todos, está bradando em apoio da logica juridica: - Retrogade embora o Conselho d’Estado: em 1856, Abrantes, Euzebio e Maranguape consultavam sem paixão, com a calma de estadistas e jurisconsultos que estudam e deliberam na placida serenidade da vida social; em 1874, Jaguary e Nabuco se exprimem no meio das paixões e dos interesses colligados desde 1870 ou antes, desde 1867, contra a emancipação dos escravos⁵⁹⁸.

Não precisamos explicar o que significam estas datas, porque o próprio Macedo Soares o fez: 1867 era o ano da Fala do Trono em que a Coroa havia exposto suas intenções de encaminhar um projeto de emancipação do ventre das escravas e 1870 foi o ano de formação da Comissão Especial da Câmara dos Deputados para discussão do tema. Portanto, para Macedo Soares, Nabuco de Araújo havia cindido um compromisso com o encaminhamento da questão do elemento servil, um dos carros-chefes do período de reformas do Império por conta da crise

⁵⁹⁶ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 85.

⁵⁹⁷ Ibidem, p. 78.

⁵⁹⁸ Ibidem, p. 84-85.

da escravidão. Mais do que isso, havia contribuído para fornecer argumentos contrários a estas propostas.

A crítica de Macedo Soares não se deu somente por conta de escolhas políticas que ele via em Nabuco de Araújo, mas foi direcionada a própria natureza ideológica deste político, fazendo o seguinte questionamento: “Admitimos que possa ser conservador o abolicionista circumspecto; pôde, porém, ser liberal o escravista? ha maior inimigo da liberdade, mais radical antagonista de todos os principios da escola liberal do que o escravocrata?”⁵⁹⁹. Aqui nos parece que Macedo Soares relaciona “liberal” não ao partido político, mas sim a liberalismo como vertente política e ideológica.

Como apontamos em outros momentos, o liberalismo e a escravidão conseguiram conviver em simbiose. As ideias liberais colocaram em primeiro plano a defesa indelével da propriedade, não contestando as hierarquias sociais que já existiam no Brasil, mas sim incorporando-as em modelos restritivos de cidadania e afastando-se de exercícios democráticos. A posição de Macedo Soares neste tema parece contestar algumas prerrogativas deste modelo liberal, colocando a escravidão como antagonista direta da liberdade que deveria ser a principal pauta daquela ideologia política. Portanto, ao apresentar esta concepção, Macedo Soares mexia um pouco na balança do ideário liberal, ressaltando a importância da liberdade como sujeito e não a mais comum ideia de liberdade como segurança para possuir uma propriedade. A própria questão da propriedade tem suas variações no pensamento de Antônio Joaquim de Macedo Soares, como abordaremos na próxima seção.

O peso das críticas de Antônio Joaquim de Macedo Soares ao parecer do Conselho de Estado em 1874 e aos seus membros, principalmente a Nabuco de Araújo, demonstram a importância que o magistrado dava às reformas almejadas para o país. Considerando este episódio, podemos observar que para Macedo Soares a construção de um Brasil civilizado era inexorável: decisões políticas que freassem a modernização do país eram terrivelmente condenáveis, merecendo críticas tanto às instituições quanto aos próprios indivíduos. Neste caso, a questão do elemento servil deveria caminhar sempre adiante, nunca para trás, como o magistrado considerava ter sido o resultado do parecer de 1874. Isto porque a escravidão era uma instituição incompatível com um mundo civilizado, logo, deveria ser destruída o mais breve possível.

⁵⁹⁹ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 78-79.

3.2. Sobre escravidão e propriedade

No início de sua carreira no direito, antes de ocupar qualquer assento como juiz, Antônio Joaquim de Macedo Soares exerceu a advocacia. Neste período, ao colocar-se como defensor de escravos em algumas ações de liberdade, esboçou algumas concepções a respeito das relações entre escravidão e propriedade, bem como a humanidade das pessoas escravizadas, que perpassaram por toda a sua trajetória.

Em um desses casos, iniciado no ano de 1868, Macedo Soares fez uma petição ao juiz municipal do termo de Saquarema na província do Rio de Janeiro, em favor da escrava Silvéria, parda, da fazenda Ipitanga. No documento, Macedo Soares informava o desejo de Silvéria de libertar-se, afirmando que a escrava possuía a quantia necessária para a compra de sua alforria. Deste modo pedia que a escrava, que naquele momento pertencia aos herdeiros de Leandro Antônio Ferreira, fosse avaliada por peritos indicados pelo juiz e aprovados pelos herdeiros, devendo considerar que Silvéria sofria de “moléstias do útero e do fígado”, o que influenciaria na sua avaliação⁶⁰⁰. Com isso, Macedo Soares demandava que depositado o valor “se sirva V. S. julgar por sentença a escrava liberta, e na posse de sua liberdade desde a data do depósito, para os devidos efeitos jurídicos”⁶⁰¹.

Ressaltamos aqui a convicção de Macedo Soares nesta petição de que a escrava Silvéria deveria ter sua liberdade sentenciada pelo juiz de Saquarema. O então advogado declarava que Silvéria estava em “posse de sua liberdade”, o que já nos indica a maneira como Macedo Soares enxergava a relação entre escravidão e propriedade: a posse não se fazia sobre a pessoa, mas sim sobre uma condição. No clássico *O problema da escravidão na cultura ocidental*, David Brion Davis argumenta que nas mais diversas sociedades coloniais, ressaltando suas particularidades, houveram debates quanto a situação do escravo “como propriedade transmissível, sujeita às regras relativas ao débito, à descendência e à taxação; e como um homem podia ser protegido, punido ou impedido de exercitar as capacidades humanas”⁶⁰². A questão colocada por Davis é que estas diferentes experiências coloniais encontraram um ponto em comum ao demonstrar ambiguidades na discussão sobre a humanidade dos escravizados, gerando complexos debates se “os escravos deveriam ser considerados como pessoas, bem móvel, ou bem imóvel”⁶⁰³. Este seria então um paradoxo

⁶⁰⁰ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 86.

⁶⁰¹ Ibidem, p. 87.

⁶⁰² DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 282.

⁶⁰³ Ibidem, p. 182.

contínuo da escravidão, em que o sujeito escravizado sofria variados graus de humanização e desumanização de acordo com o contexto, época ou situação; nunca atingindo completamente um estado de mercadoria e nem de humano, o que para Davis seria um elemento constitutivo dos sistemas escravistas modernos. Afinal de contas, como já discutimos em outros momentos, escravidão e liberalismo sempre encontraram meios de coexistir nas Américas. Este paradoxo está contido no processo de Silvéria, como veremos adiante, em que estava em discussão a existência da propriedade escrava e a condição humana do escravizado.

Por fim, na petição, Macedo Soares pedia que o juiz nomeasse um curador para que falasse em nome de Silvéria, visto que como escravizada ela não poderia representar a si mesma no processo. Foi nomeado então como curador da escrava João Francisco da Silva Couto.

A resposta dos herdeiros foi dividida. Quatro deles concordaram com a petição de Antônio Joaquim de Macedo Soares em favor de Silvéria, contudo, outros quatro deram uma negativa, respondendo o seguinte:

Não consentimos no pedido da suplicante, não só porque ao escravo não assiste o direito de libertar-se contra a vontade de seus senhores, como também não sendo os abaixo assignados senão meros usufructuarios dos serviços da suplicante, que pertence aos seus herdeiros, não podem alienar o que lhes não pertence.⁶⁰⁴

Assinavam esta oposição Antônio José Ferreira de Mendonça, José Carlos Pereira da Rosa, Leandro Antônio Ferreira Nunes e João Antônio Ferreira. Com isto, vemos através da negativa que Silvéria tinha uma situação complexa, pertencendo aos herdeiros de Leandro Antônio Ferreira, mas tendo seus serviços utilizados por diversas pessoas, alguns dos quais não se consideravam proprietários e sim usufrutuários, sendo estes últimos resistentes à liberdade da mulher. Lembrando que em 1868, mesmo que o escravo acumulasse pecúlio suficiente para comprar sua alforria, esta ainda dependia da vontade do senhor para se concretizar. Somente com a Lei do Ventre Livre de 1871 a concessão de alforrias de escravos que pautassem sua compra e possuíssem recursos para tal, passava a ser obrigatória.

Em nova petição, Macedo Soares afirmava que tendo o aval dos quatro herdeiros, Silvéria tinha base para exigir a sua liberdade, independente da vontade dos outros quatro “condominos divergentes”⁶⁰⁵. A isto, Macedo Soares complementava que não se tratava de uma alienação, ou seja, a transferência dos direitos de Silvéria para outro: “Alforria não é alienação; o escravo em se libertando não fica sendo alheio, e não passa para o poder de ninguém: fica sim

⁶⁰⁴ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 88.

⁶⁰⁵ Ibidem, p. 88.

sui juris, assim como fica o filho que se emancipa do pátrio poder, sem que por isso o filho haja sido alienado”⁶⁰⁶. Desta forma, para Soares, a alforria era, em suas palavras, “a destruição de uma propriedade”, sendo substituída pelo valor daquele acordo e não causando danos ao antigo proprietário:

Ora, desde que a suplicante offerece o seu valor, não vemos qual o damno que possam soffrer os filhos dos supplicados divergentes. Ao contrario: empregado o preço da suplicante em titulos do governo quer geral, quer provincial, a renda é sempre superior á que pode dar um escravo na lavoura, e o capital deixa de ser perivel.⁶⁰⁷

Convicto do direito de Silveria em demandar sua liberdade, Macedo Soares ainda requisitou nesta segunda petição que a escrava fosse depositada aos cuidados de um sujeito idôneo escolhido pelo juiz, devido ao temor da mulher em voltar para a fazenda e sofrer castigos por conta do processo. O pedido foi concedido.

O advogado dos opositores à liberdade de Silveria, João Baptista Cortines Laxe, respondeu a petição de Macedo Soares afirmando que não era o caso de um escravo pertencente a mais de um senhor, mas sim “de um escravo que faz parte de um usufructo constituído por testamento, e do qual os suplicados, assim os concordatarios como os divergentes, são apenas os usufrutuários”⁶⁰⁸, portanto a liberdade não poderia ser concedida. Laxe explicava sua posição dizendo que o direito a propriedade era constituído pela composição de outros direitos: o *jus utendi*, o *jus fruendi* e o *jus abutendi*. Simplificando esta linguagem jurídica, isto significava os direitos de usar, gozar e dispor de uma propriedade. Deste modo, Laxe argumentava que os usufrutuários só poderiam alienar o que lhes cabia por direito. Invocando o direito romano, o advogado afirmava “vendo os ditos romanos ser repugnante á razão e á natureza das cousas, que alguém seja em parte livre e em parte escravo, [...] que quando algum ou alguns dos condôminos dêsem liberdade ao escravo, os outros também fossem coagidos a dal-a”⁶⁰⁹. Contudo, o advogado afirmava que este não era o caso, já que aqueles sujeitos, na condição de usufrutuários, não exerciam o *jus abutendi* sobre Silveria, ou seja, não dispunham de sua propriedade, apenas usavam e gozavam de seus serviços.

João Baptista Cortines Laxe continuava com seu argumento afirmando que não cabia ao usufrutuário do escravo conceder a alienação do mesmo. Esse também é um ponto interessante do processo, porque enquanto Macedo Soares afirmava que alforria não era

⁶⁰⁶ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 88.

⁶⁰⁷ Ibidem, p. 89.

⁶⁰⁸ Ibidem, p. 90.

⁶⁰⁹ Ibidem, p. 90.

alienação, Laxe defendia o contrário ou, como veremos, que pouco importava no caso. Assim, Laxe respondeu a petição de Macedo Soares afirmando que este advogado sabia que o usufrutuário não poderia alienar um objeto de usufruto, total ou parcialmente, por isso insistia que a manumissão não era uma alienação. Para Laxe:

O que caracteriza a alienação é a relação jurídica em que se collocão, pelo menos, duas pessoas: uma cedendo um direito, e outra adquirindo esse mesmo direito (objecto e sujeito). Esta relação dá-se na manumissão entre o senhor e o escravo. O senhor tem sobre o escravo um direito de propriedade, que, em virtude do titulo de homem que o escravo jámais perde, reduz-se a usar, gozar e dispor da liberdade externa, ou antes dos serviços que o escravo póde prestar. [...] Quando o senhor manumitte o escravo, não faz mais do que demittir de si esse direito que é logo adquirido pelo escravo. Si em vez de alienar tivesse o patrono destruido, que direito iria haver pela acção de revogação? Não, não era uma propriedade destruida o que o patrono ia reaver quando usava o direito de revogar a liberdade, mas sim um direito que existia integralmente, direito que já havia sido seu, e que, por concessão sua, estava então na pessoa do escravo.⁶¹⁰

Portanto, o advogado dos usufrutuários insistia na tese de que a alforria era uma alienação, concedida como uma doação do senhor ao escravo. Um dos sustentáculos deste argumento, como vimos na última citação, era justamente o direito do senhor de revogar esta concessão, o que do ponto de vista de Laxe inutilizava o argumento de Macedo Soares de que haveria uma destruição da propriedade. O advogado encerrava o assunto afirmando que sua posição era respaldada pela doutrina corrente, o direito romano e o direito pátrio. É interessante frisarmos que Laxe considerava o escravizado como pessoa, afirmando que este não perdia o seu “titulo de homem” por estar em situação de escravidão. Contudo, como veremos mais adiante, Macedo Soares discordava que Laxe colocava o escravo como sujeito, acreditando que este considerava as pessoas em escravidão como objetos. Ou seja, vemos aqui um desdobramento da teoria de David Brion Davis quanto ao paradoxo contínuo da escravidão, com oscilações quanto a condição de humano e coisa do sujeito escravizado. Dando prosseguimento, Laxe continuava a defesa de seus clientes apontando que naquele caso, a manumissão ser uma alienação, não era o centro da questão:

Mas, disse eu, que só por amor aos principios indagaria se a manumissão era ou não alienação. O que hei dito é suficiente para deixar bem clara a minha opinião a respeito, opinião aliás fundada, como acabei de provar; e como para o caso vertente me é indiferente que a manumissão seja alienação ou destruição de uma propriedade, segundo diz o douto advogado, aceitarei a questão no terreno em que este a colocou.⁶¹¹

⁶¹⁰ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 92.

⁶¹¹ Ibidem, p. 93.

A partir daí, João Baptista Cortines Laxe respondia o argumento de Macedo Soares a respeito da substituição da propriedade destruída por um valor em dinheiro ou títulos, colocando que não caberia ao usufrutuário “alterar á natureza da propriedade deixada em usufructo”⁶¹², já que o usufruto nada mais era do que uma desmembração do direito de propriedade, não este direito em si. Recorrendo a textos doutrinários e ao direito romano para justificar sua posição, Laxe concluía que não cabia ao usufrutuário de uma propriedade destruí-la, alterá-lo ou modifica-la de qualquer forma, declarando “que a liberdade concedida pelo usufructuario não tornava livre o escravo; importava apenas, ou a renuncia do usufructo, ou a perda para o usufructuario, durante o usufructo, dos serviços do escravo”⁶¹³.

Posto isso, concluindo ser impossível que seus clientes concedessem a liberdade para Silvéria, Laxe colocava a seguinte questão: “Póde o escravo libertar-se contra a vontade de seu senhor, mediante o deposito do preço?”⁶¹⁴. Recorrendo novamente às doutrinas jurídicas, Laxe concluía que não existia em nenhuma das formas de direito vigentes naquele imaginário jurídico a possibilidade do escravo libertar-se sem o aval de seus senhores, portanto a petição de Silvéria deveria ser indeferida e a lei respeitada. O advogado inclusive fazia uma ponderação na questão, acreditando que em algum momento os escravos deveriam ter o direito a requisitar a sua liberdade:

Entendo que a lei deve dar esse direito ao escravo; que se deve considerar caso de desapropriação de alforria mediante o deposito do preço. Cumpre, porém, respeitar a lei actual; boa ou má é lei, e não deve ser preterida por uma simples aspiração, ainda que altamente liberal e eminentemente christã. A escravidão é um mal e um perigo; não os queiramos agravar, fazendo deles um pretexto para a cada passo ferirmos de frente a lei.⁶¹⁵

A expressão de Laxe é bastante representativa do período de crise da escravidão. Entendia que era necessária uma mudança no estatuto da escravidão, mas a localizava no futuro, não naquele momento imediato. Uma posição, que como veremos, não correspondia com os desejos mais imediatos de abolição manifestados por Macedo Soares. Além disso, a posição de Laxe emula uma das principais preocupações da sociedade naquele contexto: a escravidão como uma instituição que oferecia perigo à segurança pública.

Tendo a resposta de João Baptista Cortines Laxe, Antônio Joaquim de Macedo Soares enviou outra petição ao juízo de Saquarema rebatendo os argumentos daquele advogado.

⁶¹² MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 94.

⁶¹³ Ibidem, p. 96.

⁶¹⁴ Ibidem, p. 97.

⁶¹⁵ Ibidem, p. 99.

Macedo Soares primeiramente informava dos encaminhamentos que o curador de Silvéria, João Francisco da Silva Couto, realizou para o andamento do processo, como a aquisição de um atestado médico que comprovasse as moléstias que a mulher dizia sofrer. Diante da recusa de Antônio José Ferreira de Mendonça, José Carlos Pereira da Rosa, Leandro Antônio Ferreira Nunes, Joao Antônio Ferreira e, acrescentando o nome de Marcolino Antônio Ferreira, de darem o aval para o encaminhamento da liberdade de Silvéria, Macedo Soares vinha em nome desta pedir a palavra contra o indeferimento do pedido.

Macedo Soares omitia o nome de João Baptista Cortines Laxe, mas direcionava a ele diversos elogios, afirmando que era “um advogado conspícuo, que por sua ilustração, seus provados talentos, sua probidade publica e privada, sua circumspecção, impõe todo respeito á supplicante”⁶¹⁶. Porém, após os afagos, vieram as críticas:

Mas essas proposições demonstrarão que não é raro ver talentos os mais robustos, dominados, por assim dizer, pelo espirito tradicional, quase rotineiro, do fôro, aceitarem como expressão de idéas verdadeiros vocabulos apenas consagrados por um uso, e nem sempre doutos, em falta de outros que melhor exprimão as respectivas relações jurídicas, e desse abuso de palavras deduzindo consequencias e firmando doutrinas que se não compadecem com a illustração e o tino analytico (e até as mesmas crenças políticas!) do digno patrono dos supplicados.⁶¹⁷

Como viemos pontuando, desde o [primeiro capítulo](#), Macedo Soares era um defensor da boa formação e ilustração dos agentes públicos e, neste caso, também privados. Contudo, o que Soares manifestava com esta crítica é que mesmo no caso de uma formação ilustrada, esta poderia servir a interesses pessoais e políticos. Vimos que Macedo Soares acreditava em certa “imparcialidade” quanto ao exercício de funções públicas, como apontamos no [segundo capítulo](#), acreditando que o interesse público e comum deveria prevalecer a qualquer demanda de cunho personalista. O ponto aqui é uma discussão sobre uma moralidade idealizada, com valores que deveriam ser expressidos em toda a sociedade, mesmo em uma questão privada como aquele processo. Mesmo que elogiasse a trajetória de João Baptista Cortines Laxe, é perceptível que as acusações feitas na sequência tinham um peso muito mais acentuado. Até mesmo sujeitos qualificados e renomados como Laxe, do ponto de vista de Macedo Soares, poderiam se dobrar e manipular uma retórica jurídica para fazer prevalecer interesses específicos, mesmo que nesse caso fossem contra as convicções pessoais daquele advogado. Para nosso personagem de pesquisa, casos como esse criavam um apego a tradições atrasadas

⁶¹⁶ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 100.

⁶¹⁷ Ibidem, p. 100-101.

e incompatíveis com um desejo de modernização da sociedade, como era o caso da defesa da escravidão.

Na sequência, o advogado de Silvéria expôs que os argumentos de João Baptista Cortines Laxe eram organizados a partir de três pontos principais e careciam de bases jurídicas para sua sustentação, deixando intacta validade do pedido de liberdade daquela mulher. Os pontos de Laxe selecionados por Macedo Soares eram: “1º o escravo, ainda no estado actual do nosso direito, é cousa; 2º O senhor tem sobre o escravo direito de propriedade ou dominio; 3º A alforria é alienação, e participa da natureza da doação”⁶¹⁸. A partir de expostos estes pontos, Macedo Soares iniciou a sua argumentação para contrapor-los. Começava dizendo:

1º O escravo não é cousa – No estado atual do nosso direito o escravo é pessoa com capacidade jurídica, mas limitada ao ponto de ser coagido, pelos costumes tolerados pela lei, a prestar a outro homem serviços gratuitos. Eis a essência da escravidão perante nossas leis. Consiste na prestação de serviços forçados e gratuitos, por tolerância da lei civil, com as consequentes restrições da personalidade. A cousa, seja *physica*, seja moralmente considerada, jamais pre sujeito ou agente de direitos; é sempre pre objeto deles. [...] Ora, o escravo, comquanto objeto de direitos, é também sujeito.⁶¹⁹

O primeiro ponto que merece destaque é a concepção de Macedo Soares do que era a escravidão: um costume tolerado pela lei, não criado por ela, que coagia uma pessoa a prestar serviços obrigatórios e gratuitos à outra. Em segundo lugar, Macedo Soares consolidava sua posição de que o escravo era sujeito, e não “cousa”, levantando legislações e doutrinas que comprovassem os poderes de ação, mesmo que limitados, dos escravizados. Soares argumentava que perante o direito civil e pátrio, era reconhecido que o escravo possuía família e que de acordo com o decreto n. 1695 de 15 de Setembro daquele ano, já 1869, era proibida a separação destas mesmas famílias escravas. Esta legislação também proibía as vendas públicas de escravizados. O advogado também colocava que perante a lei os escravos poderiam acumular e administrar o próprio pecúlio, como também poderiam ser testemunhas em juízo e até mesmo autores, desde que representados por um curador, como exemplifica o próprio caso em questão.

Macedo Soares continuava dizendo que perante o direito criminal, o escravo era passível de responsabilidade pelos crimes que viesse a cometer, sendo que a responsabilidade penal não recaía sobre o seu senhor. Logo, desta perspectiva, o escravizado também era pessoa e não coisa. Da mesma forma, o direito eclesiástico garantia aos escravos os sacramentos,

⁶¹⁸ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 101.

⁶¹⁹ Ibidem, p. 101.

podendo ser batizados, comungados, casados e assim por diante. Desta forma, Macedo Soares encerrava o seu raciocínio:

Perante que direito o escravo é cousa? Perante o direito constitucional brasileiro? Não: ahi a sua capacidade é nulla, como é a do menor, a da mulher, a do estrangeiro; como é restricta ao naturalisado, a do acatholico, sem que todas estas pessoas passem por isso a ser cousa. Cumpre, pois, banir do fôro esta expressão: O escravo é cousa. É uma expressão falsissima, de que decorrem consequencias igualmente falsas.⁶²⁰

Vemos aqui uma defesa fervorosa de Macedo Soares do reconhecimento jurídico do escravo como sujeito pois, para ele, o tratamento do escravo como objeto era infundado perante a lei. Apesar das limitações impostas aos escravizados, era necessário abolir a percepção destas pessoas como coisas, o que ocasionava problemas graves à Justiça. Embora Laxe houvesse afirmado que o escravo não perdia nunca a sua condição de homem, para Macedo Soares a forma como aquele advogado colocou seus argumentos identificava o escravo como coisa, não como sujeito. O que importava neste caso era a retórica jurídica utilizada na construção do argumento, pois como vimos na primeira crítica que Macedo Soares fez a Laxe, a narrativa do segundo contrariava suas próprias convicções. Desta maneira, mesmo que Laxe demonstrasse simpatia a causa dos escravizados como um todo, inclusive reconhecendo sua condição humana e que eram necessárias mudanças na lei, pouco importava, porque a argumentação jurídica do advogado mostrava o contrário.

Retornando a primeira manifestação de Macedo Soares na questão de o escravo não ser coisa, mas sim sujeito, percebemos que não existia em sua argumentação uma concepção puramente jurídica, já que o advogado de Silvéria também incorporava à pauta uma discussão sobre costumes. Neste caso, a escravidão como um costume impactava na percepção que as pessoas possuíam sobre os dispositivos legais, mesmo que o escravo fosse sujeito de ação limitada perante a lei. O que a argumentação de Macedo Soares demonstra é que mesmo a lei garantindo a personalidade jurídica do escravizado, ainda que limitada, a escravidão como costume criava interpretações obtusas quanto a estas determinações. O fato de João Baptista Cortines Laxe e seus clientes fazerem referência ao escravo como coisa seria então um demonstrativo de como a escravidão contaminava este imaginário, refletindo na criticada argumentação jurídica de Laxe, o que justifica a defesa de Macedo Soares em buscar eliminar estas concepções do foro judicial.

⁶²⁰ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 103.

No segundo ponto de sua contra argumentação, Macedo Soares começava afirmando que “O senhor não tem propriedade ou domínio sobre o escravo”⁶²¹. Para ele o domínio só existia sobre coisas, não sobre sujeitos como havia provado serem as pessoas escravizadas. Macedo Soares rebatia o argumento utilizado por João Baptista Cortines Laxe de que os usufrutuários de Silvéria não possuíam o *jus abutendi*, ou seja, o direito de dispor da propriedade sobre a escrava, o que impediria sua alforria. Segundo Macedo Soares, o direito de dispor o escravo, significava possuir o *jus vitae et necis*, ou seja, o direito de vida e morte sobre a pessoa. O direito de vida e morte sobre a pessoa era vedado pela lei civil e criminal, limitando, por exemplo, os senhores a castigarem os escravos com determinada moderação. Reforçou tal posição afirmando que um senhor não poderia ordenar ao escravo “o serviço de furtar, ou matar, ou damnificar o alheio; porque o art. 4º dpo Cod. Crim. Consideraria o escravo autor responsável do crime”⁶²². Portanto, para o advogado da escrava, Laxe baseava-se em uma questão do direito romano que não era coerente com a época em que viviam e as legislações que os regulavam, que era o controle da vida e da morte de um sujeito. Portanto, o direito de dispor do escravo nem deveria estar em discussão, porque sequer existia. À vista disso, concluía:

Que direito de propriedade, é, pois, este, que dominio que não compreenda em si o *jus abutendi* em toda a sua plenitude legal? Não; o senhor não tem propriedade sobre o escravo, nem usufructo, que é uma desmembração do dominio; tem somente o uso ou gozo dos serviços forçados e gratuitos do escravo, segundo a lei que lh’o tolera. A expressão – propriedade escrava – é outra falsissima, que cumpre ser desterrada da linguagem forense.⁶²³

Como podemos ver, Macedo Soares negava a possibilidade de uma pessoa ser proprietária de outra. O próprio direito ao uso e ao gozo não se fazia sobre a pessoa, mas sim sobre os serviços “forçados e gratuitos” desta. A escravidão, portanto, não se caracterizava por uma pessoa ser proprietária de outro ser humano, mas sim de um senhor, devido a costumes tolerados pela lei, ter a prerrogativa de usar e gozar dos serviços de um escravizado. Isto porque, como defendeu Macedo Soares, o escravo era um sujeito, uma pessoa, e assim não existia domínio de um ser sobre outro. Então é interessante observamos como os dois advogados utilizavam concepções semelhantes para chegar em resultados opostos: enquanto Laxe defendia que seus clientes não possuíam o direito de dispor a escrava, portanto não poderiam libertá-la,

⁶²¹ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 103.

⁶²² Ibidem, p. 104.

⁶²³ Ibidem, p. 105.

Macedo Soares por sua vez negava a existência de tal direito, sustentando assim não existir propriedade escrava.

Isto ficou mais claro quando o advogado de Silvéria abordou o terceiro ponto de sua argumentação, declarando que “A alforria não é alienação, nem tão pouco doação”⁶²⁴. A alienação, segundo Macedo Soares, era de fato uma relação de doação, todavia “o senhor não tem a liberdade do escravo; o que ele tem do escravo é a escravidão, é o gozo dos seus serviços forçados e gratuitos”⁶²⁵. Em outras palavras, a alforria não poderia ser caracterizada como uma alienação, no campo das doações, porque os senhores não detinham a liberdade dos escravizados, mas sim a coação de sua força de trabalho. Não detendo a liberdade do escravo, o senhor não teria condições de concedê-la ou revogá-la, isto porque a liberdade era justamente uma condição natural ao que o escravo retornava, sendo a alforria a transição para esta condição. Esta perspectiva nos faz compreender o que Macedo Soares queria dizer ao afirmar que a alforria era a destruição de uma propriedade: era a destruição do uso e gozo dos serviços forçados dos escravizados, que ganhavam a sua liberdade não do senhor, mas sim da natureza.

Por fim, Macedo Soares contestava a questão colocada por Laxe e seus clientes, se era lícito que escravos tentassem se libertar contra a vontade de seu senhor. O advogado argumentava que já nos anos 1830, em três ocasiões o próprio poder central interviu em favor da liberdade de escravos, dando legitimidade às demandas como a de Silvéria:

1º O Av. de 17 de Março de 1830 (Coll.Nab.) pelo qual mandou S.M. o Imperador ao desembargador ajudante do intendente geral da policia que, pelos meios conciliatórios, promovesse a pretensão de Ignacia, crioula, escrava de Senhorinha Jesuina da Silva, pedindo sua liberdade por causa de sevicias, mediante deposito do preço que razoavelmente lhe fosse arbitrado

2º O Av. de 29 de Julho do mesmo anno (Coll. Nab.), no qual o mesmo Augusto Senhor mandou a Antonio Augusto Monteiro de Barros que examinasse se era de boa conducta e capaz de sustentar-se por trabalho util e honesto o pardo Eufrasio Dias, escravo de Diogo de Azevedo Coutinho Maldonado, o qual pretendia sua liberdade; e no caso afirmativo, fizesse ver ao senhor o direito que o escravo tinha de procurar sua manumissão, assim como o seu dever de concorrer para a felicidade do dito escravo.

3º O Av. de 15 de Dezembro de 1831 (na mesma Coll.) pelo o Rev. Feijó, em nome de S.M., mandou ao mesmo Monteiro de Barros que visse o requerimento de Eugenia, crioula, escrava que foi do falecido Antonio Pinto da Silva, queixando-se de exorbitante preço que sua actual senhora exige para a libertar, afim de que, atentas as diferentes cartas régias que mandão em taes casos attender á sorte dos escravos, procure primeiro por meio pacificos obter o consentimento da senhora para a libertar: e quando o não possa conseguir, sendo depositada, faça prosseguir os termos da lei, prestando á mesma suplicante toda a proteção que a humanidade e as mesmas leis outorgão.⁶²⁶

⁶²⁴ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 105.

⁶²⁵ Ibidem, p. 106.

⁶²⁶ Ibidem, p. 112-113.

Assim sendo, Macedo Soares rechaçava o questionamento de João Baptista Cortines Laxe e seus clientes, acreditando que aquele tipo de posicionamento, assim como outros apontados ao longo do processo, eram incompatíveis com a época em que viviam, sendo baseados na força dos costumes escravistas e podendo significar até mesmo retrocessos na lei:

Terá a jurisprudencia retrogradado a ponto de repelir hoje que não ha mais o trafico dos escravos, hoje que camaras, tribunaes e governo trabalharão por extinguir a escravidão e amenisar a sorte dos escravos, favorecendo por todos os meios racionaes as alforrias, terá a jurisprudencia retrogradado a ponto de repelir em 1869 aquellas sabias e providentissimas disposições de 1830 e 1831, quando os poderes do estado toleravão e permittião o trafico dos escravos e a manutenção da escravidão? Seria absurdo sustental-o.⁶²⁷

Os argumentos de Macedo Soares surtiram efeito no juízo de Saquarema, não havendo mais declarações contrárias à sua posição. Na sequência, o juiz responsável pelo caso, identificado apenas como Gomes, sentenciou que a avaliação do preço de Silvéria deveria prosseguir. A conclusão da tentativa de liberdade daquela mulher nos é desconhecida.

Pouco mais de 10 anos depois, Antônio Joaquim de Macedo Soares, agora juiz de direito de Mar de Hespanha na província de Minas Gerais, manifestou novamente algumas das concepções explicitadas no caso de Silvéria em uma nova disputa judicial. Neste processo, o advogado Luiz Porphirio da Rocha enviava uma petição ao juízo de Mar de Hespanha informando que sua cliente Paulina havia sido presa na cadeia daquela cidade, desejando então “obter um mandato de manutenção de liberdade até que por acção competente seja declarada livre ou escrava”⁶²⁸. Com isso, Rocha colocava ser desejo de Paulina justificar os seguintes pontos:

- 1º - Ha tres mezes a Supplicante está no uzo e gozo de plena liberdade;
- 2º - A Supplicante durante este tempo morava a meio quarto de legua distante d'esta cidade onde vinha constantemente e jamais se occultou;
- 3º - Que durante esse tempo, antes de ser presa sempre foi tida e havida por livre.⁶²⁹

É importante frisarmos que apesar de no primeiro ponto estar indicado que Paulina estava em liberdade por três meses, fica entendido ao longo do processo que se tratava na realidade de um período de três anos, sendo o menor tempo um erro de registro. Colocados os pontos de Paulina, o advogado da mulher justificava que estando essa em “posse da liberdade

⁶²⁷ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 113.

⁶²⁸ Ibidem, p. 140.

⁶²⁹ Ibidem, p. 140-141.

durante mais de anno e dia”, era lícito que fosse expedido um mandado de manutenção de sua liberdade, bem como pedia a convocação de testemunhas que pudessem afirmar que Paulina era de fato livre.

No processo existe um documento assinado pelo carcereiro da cadeia de Mar de Hespanha, Antônio da Cunha Lopes, constatando o seguinte: “Certifico de Paulina se acha detida na cadeia d’esta cidade por ordem do Sr. Delegado de Policia, a qual está considerada como escrava. O referido é verdade, o qual afirmo”⁶³⁰. Apesar da convicção do delegado de polícia e do carcereiro de que Paulina era escrava, Macedo Soares considerou a justificativa da mulher justa, concedendo assim um mandado de manutenção de liberdade.

Contudo, a sentença de Antônio Joaquim de Macedo Soares sofreu um embargo por parte de Alfredo Vidal Leite Ribeiro e Joaquim Luiz de Barros contra a manutenção da liberdade de Paulina, que reivindicavam serem os senhores legítimos desta mulher. A defesa dos embargantes, representados pelo advogado Agostinho José Pereira, sustentava que a sentença deveria ser reformada por desconhecer diversos elementos que comprovariam que Paulina era escrava daqueles sujeitos.

A historiadora Keila Grinberg constata que assim como escravos foram aos tribunais brasileiros buscando obter sua liberdade através de ações de liberdade (como Silvéria), em menor medida muitos libertos tiveram que continuar acionando os tribunais para manter a liberdade conquistada (como Paulina), enquanto senhores buscavam manter estas pessoas no cativeiro⁶³¹. De todo modo, isto é um demonstrativo de como escravos, libertos e senhores recorriam ao Estado como um mediador das disputas escravistas, uma relação defendida constantemente por Macedo Soares em seus escritos: de que os mecanismos judiciais deveriam estar disponíveis à população e suas disputas privadas, servindo como mediadores sociais. Esta posição vai de encontro com o que acredita Keila Grinberg, que coloca que estes processos

tiveram, assim, um papel fundamental na tensão entre a permanência das relações escravistas e o processo de modernização do Estado brasileiro no século XIX: elas eram a expressão da luta por direitos realizada por escravos e seus descendentes, que, através da justiça, tornavam públicas suas demandas e explicitavam a necessidade de regulamentação jurídica das relações privadas civis.⁶³²

⁶³⁰ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 141.

⁶³¹ GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil. Ensaio de História Social**. 1. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2006, p. 104.

⁶³² Ibidem, p.124.

Voltando ao processo de Paulina, a defesa de Alfredo Vidal Leite Ribeiro e Joaquim Luiz de Barros sustentava que o processo deveria ter corrido pelo foro competente de São Fidélis, ao qual os embargantes possuíam residência. Além disso, apontavam a falha em considerá-los senhores legítimos de Paulina, já que esta havia sido escrava de Custodio Vidal Leite Ribeiro e Dona Maria Amália Leite de Castro, pai e mãe dos embargantes. Com a morte dos dois, Paulina havia sido dada em partilha aos filhos.

Estando Paulina sob posse de Alfredo Vidal Leite Ribeiro, este verificou que a escrava não estava matriculada nos termos exigidos pela Lei do Ventre Livre, o que ele prontamente havia requisitado e em resposta obtido uma certidão negativa. Sendo assim, a defesa dos supostos senhores de Paulina alegava que o problema de matrícula levou Alfredo a crer que a escrava era agora livre, tanto que este havia deixado a mulher em Mar de Hespanha na ocasião de mudar-se para São Fidélis, na província do Rio de Janeiro. A partir daí, foi sustentado que o problema era “um descuido dos Agentes Fiscaes d’então no exame dos livros de sua repartição⁶³³”, porque a matrícula existia e fora realizada de acordo com a legalidade. Apesar de não termos acesso, o advogado Agostinho José Pereira relatava que o documento referido vinha anexado ao pedido de embargo, comprovando que Paulina ainda era escrava.

Ao que tudo indica, em algum momento Alfredo e Joaquim desistiram de manter Paulina como escrava, a deixaram em Mar de Hespanha e foram viver suas vidas em São Fidélis. A partir disso Paulina passou a viver como livre e ser reconhecida como tal pela comunidade. Algo fez com que os dois embargantes mudassem de ideia e tentassem reescravizar a mulher, podendo ser a matrícula encontrada ou qualquer outro motivo desconhecido. De qualquer modo, a defesa de Alfredo e Joaquim passou a sustentar que os dois não haviam abandonado Paulina, pontuando

que o facto exposto d’abandono sem o lapso de 5 annos, exigido pelo Alvará de 10 de Março de 1682, e o Acc do Sup. Trib. de Just. De 6 de Dezembro de 1862, não constitue prescripção d’escravidão a ser esta convertida em decreto de liberdade. [...] que começando o abandono muito depois de ser obtida a certidão negativa (26 de Março de 1877), são falsos os depoimentos das testemunhas que asseveram exceder elle a tres annos.⁶³⁴

O uso destas decisões não foi por acaso. Nas ações de reescravização analisadas por Keila Grinberg, a historiadora identifica um ascenso do uso do Alvará de 10 de Março de 1682 como argumento para manter pessoas no cativeiro a partir dos anos 1850. Originalmente criado

⁶³³ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 143.

⁶³⁴ Ibidem, p. 143.

para reconduzir aquilombados de Palmares à escravidão, que se encontravam em liberdade por um período igual ou inferior a cinco anos, o alvará em questão foi revisto em acórdão pelo Supremo Tribunal de Justiça em 1862. Com esta decisão o alvará, que foi criado com um propósito bastante específico, acabou ganhando uma maior abrangência quanto a sua interpretação. Grinberg coloca que este fato criava “confusão sobre a liberdade dos indivíduos, além de possibilitar abusos por parte dos senhores”⁶³⁵. Esta abrangência conquistada pelo Alvará de 10 de Março de 1682 acabou gerando divergências de jurisprudência, virou objeto de debate doutrinário, passando por juriconsultos importantes como Perdigão Malheiro e Teixeira de Freitas, bem como sendo revisitado pelo Supremo Tribunal de Justiça em 1879. Muitos dos debates giravam em torno de quanto tempo o escravo em posse de sua liberdade era efetivamente livre, com propostas de cinco anos até duas décadas. Alguns dos debatedores propunham inclusive que a posse da liberdade só deveria contar a partir do momento em que os senhores contestassem a liberdade de seus pretensos escravos, o que poderia colocar imediatamente em escravidão pessoas que já viviam como livres por anos⁶³⁶.

E era justamente a questão do tempo em que Paulina estava de posse de sua liberdade que seus ex-senhores desejavam contestar. Alegando que as testemunhas da mulher mentiam quanto ao tempo de liberdade da mesma e sendo o abandono inferior a três anos, os ex-senhores buscavam ancorar-se no controverso Alvará de 10 de Março de 1682 para comprovar a sua legitimidade sobre os direitos de Paulina. Concluía o embargo declarando que “N’estes termos os presentes artigos devem ser recebidos e julgados provados, para ser a presente acção julgada nulla ou improcedente, e reformada a sentença, sendo a mantenida Paulina restituída á posse dos Embargantes como seus legítimos senhores”⁶³⁷.

Após a análise dos embargos de Alfredo Vidal Leite Ribeiro e Joaquim Luiz de Barros, Antônio Joaquim de Macedo Soares emitiu nova sentença considerando todos os elementos elencados pelos interessados na reescravização de Paulina. O juiz de direito de Mar de Hespanha colocava que a sugestão de incompetência do juízo alegada por Alfredo e Joaquim de que o caso deveria ser julgado em São Fidélis era improcedente, já que por ser uma questão do estado da pessoa, cabia que o processo ocorresse no foro de domicílio do autor, no caso Paulina. Tendo sido ela deixada “livre perante Deus e o mundo”⁶³⁸ em Mar de Hespanha, onde usufruiu da liberdade por mais de três anos e tendo sido presa naquela localidade quando “o

⁶³⁵ GRINBERG, 2006, Op. cit. p.113.

⁶³⁶ Ibidem, p.113-114.

⁶³⁷ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 143.

⁶³⁸ Ibidem, p. 145.

Delegado de Policia abusivamente lh'a foi turbar, sob o pretexto de 'julgal-a escrava'"⁶³⁹, a sugestão dos requerentes não era válida, sendo da competência do juízo de Mar de Hespanha tratar do caso.

A censura que Macedo Soares manifestou pela conduta do delegado de polícia no trato com Paulina é importante. O magistrado pontuava que "o defeito do estado da pessoa, arguida pelo Delegado de Policia, foi continuado pelos [requerentes], ou antes pelo proprio delegado, já então patrono dos [requerentes]"⁶⁴⁰, desta forma implicando que os ex-senhores de Paulina possuíam uma relação próxima ao delegado de polícia, que possivelmente exercia um desvio de função para favorecer aqueles sujeitos. Como temos visto, Macedo Soares era crítico às relações de favor que permeavam a sociedade e a burocracia brasileira, mesmo que em certos momentos ele mesmo utilizasse de tais condutas para favorecer seus ideais políticos. De qualquer modo, o magistrado manifestava esta critica fazendo referência a certos documentos que comprovariam sua posição, contudo, por infortúnio, não tivemos acesso a estas supostas provas.

Considerando estes elementos, vemos também como o caso de Paulina demonstra a instabilidade a qual os negros estavam expostos diante do sistema escravocrata, podendo ser conduzidos à escravidão de forma arbitrária. Mesmo que a protagonista deste processo não possuísse uma alforria formal, encontrava-se em liberdade por anos, sendo reconhecida como livre pela comunidade, o que não impediu que fosse presa a partir da desconfiança do delegado. Isto é um demonstrativo da racialização da sociedade imperial, em que a condição social atrelava-se à raça⁶⁴¹. O fator determinante para a prisão de Paulina era justamente a cor de sua pele: sendo negra e impossibilitada de comprovar sua liberdade, mesmo com testemunhas a seu favor, era compreendida pelo delegado como escrava por conta do racismo que se estruturava naquela dinâmica social.

Voltando a sentença de Soares, o juiz contestava o embargo alegando que fazia uma "impertinente allegação de dominio"⁶⁴², sendo que "1º porque n'esta acção só se trateta de posse; 2º porque não ha dominio sobre escravos"⁶⁴³. Com isto posto, podemos ver que tal como no caso de Silvéria, Macedo Soares encaminhava o debate para a negação da propriedade ou domínio sobre a pessoa, reconhecendo que existia somente a posse de uma condição, fosse a liberdade ou a escravidão. Tanto é que o magistrado vai aprofundar seu argumento citando

⁶³⁹ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 144.

⁶⁴⁰ Ibidem, p. 145.

⁶⁴¹ MATTOS, 2000, Op. cit. p. 13.

⁶⁴² MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 145.

⁶⁴³ Ibidem, p. 146.

justamente o processo de Silvéria, fazendo referência a edição da revista *O Direito* em que o processo foi publicado como exemplo de jurisprudência, reforçando o seu repúdio a ideia de propriedade escrava:

Considerando de que, nestes termos, não tem lugar a invocação do Ass. De 16 de Fevereiro de 1786, segundo o qual, não se deve julgar a posse em favor d'aquelle á quem se mostra evidentemente não pertencer a propriedade: 1º por que não ha propriedade d'escravo (Direito, XIV, 584); 2º porque é inadmissivel que aos [requerentes] seja dado provar a sua pretensa propriedade, e vedado á [autora] provar ao menos a prescrição quinquenal; 3º porque evidentemente o Assento não cogitou da especie d'esses autos, porém, da propriedade no seu verdadeiro e jurídico sentido da dominação da pessoa sobre a coisa apropriável.⁶⁴⁴

Reconhecendo os direitos de Paulina e considerando a posse de sua liberdade legítima, Macedo Soares decidiu ignorar o polêmico alvará invocado pela defesa dos ex-senhores, declarando a mulher livre e exigindo que Alfredo Vidal Leite Ribeiro e Joaquim Luiz de Barros arcassem com os custos daquele processo:

Considerando o mais que dos autos consta, e razões de direito com que me conformo. Julgo provada a posse da liberdade da [autora], e portanto, procedente o *interdicto uti possidetis*, e mando seja n'ella mantenida como pessoa livre, para todos os efeitos legaes; pagas pelos [requerentes] as custas de todos os actos promovidos contra a liberdade da [autora]⁶⁴⁵.

A defesa e preservação da propriedade foram ideias fundamentais no Brasil imperial. Era a propriedade que regulava diversos aspectos daquela sociedade, limitando o voto, a cidadania e todo o debate a respeito da escravidão. Como pudemos acompanhar nestes dois processos, a noção de Antônio Joaquim de Macedo Soares a respeito da propriedade escrava era clara: ela não existia. A humanidade da pessoa escravizada impossibilitava a ideia de propriedade escrava, já que propriedade só poderia ser um conceito aplicado às coisas. Esta posição demonstra a aversão de Macedo Soares ao regime escravista, caracterizando-se como uma prática que precisava ser combatida, tanto na sua própria manifestação física quanto em seus mecanismos simbólicos. Um destes mecanismos era justamente a concepção de propriedade escrava, que tinha a capacidade de desumanizar o sujeito escravizado, colocando-o no mesmo patamar de um objeto.

Estes questionamentos são sintomáticos da crise da escravidão vivida nas décadas finais do Império, com o cativo perdendo cada vez mais legitimidade e apoio entre os livres,

⁶⁴⁴ MACEDO SOARES, 1938, Op. cit. p. 146.

⁶⁴⁵ Ibidem, p. 147.

permitindo que ideias mais efusivas em favor de seu fim fossem manifestadas nos mais diversos meios sociais. Ainda assim, um dos argumentos mais utilizados nos debates a respeito a emancipação dos escravos era a violação do direito à propriedade de uma possível abolição, com diversos argumentos em favor de indenizações no caso do fim do cativeiro. Com isso em mente, os questionamentos levantados por Macedo Soares nos demonstram uma possibilidade de ação do reformismo imperial neste sentido. O que estava sendo questionado era a existência da propriedade sobre uma pessoa, não o direito à propriedade em si. Em outras palavras, ao assumir o estatuto de pessoa do sujeito escravizado, a sua concepção como propriedade era fragilizada, logo, quando o Estado se colocava como intermediário nas disputas entre senhores e escravos, não estaria violando o direito à propriedade já que este não existiria. Desta forma, criava-se uma brecha para a intermediação do Estado nas relações privadas sem questionar abertamente um dos pilares do liberalismo: a propriedade.

3.3 Dialeto Brasileiro: concepções sobre a escravidão, cor e africanidade no léxico de Macedo Soares

*Já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil,
e não como se escreve em Portugal.*

Esta frase compõe a epígrafe do dicionário elaborado por Antônio Joaquim de Macedo Soares, o “Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Elucidário etimológico crítico: das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da Língua Portuguesa, ou neles vem com forma ou significado diferente (1875-1888)”. Considerando a epígrafe e o título da própria obra, notamos já de início o desejo de Macedo Soares de romper com os laços coloniais na questão da língua, buscando construir a ideia de que a língua falada no Brasil já possuía grande autonomia daquela falada na Europa. Esta posição de Macedo Soares chamou a atenção de alguns críticos literários e linguistas, que se dedicaram a estudar sua produção a fim de compreender como este magistrado buscava formar uma identidade brasileira através da língua. Aqui, pretendemos aprofundar ainda mais esta questão, dando mais atenção a como Macedo Soares compreendia a escravidão a partir de seu léxico.

Para isso, utilizaremos justamente o dicionário elaborado pelo magistrado, pois, como elucidava José Horta Nunes, os dicionários não são apenas instrumentos para consulta, mas

representam “um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas”, podendo ser utilizado como instrumento de construções identitárias, sejam de um grupo, regionais ou nacionais⁶⁴⁶. Como coloca o autor, é preciso romper com “a imagem do dicionário como portador de significações fixas, e, portanto, sem historicidade, bem como a imagem do autor de dicionário como grande especialista e autoridade inquestionável”⁶⁴⁷, já que este tipo de trabalho é produzido a partir de um ponto de vista discursivo específico, que se diferencia da experiência do leitor ou de outras produções semelhantes⁶⁴⁸. Além disso, é necessário considerar as lacunas existentes neste tipo de produção, que de acordo com Nunes, “não são erros ou defeitos do dicionário, mas fazem parte mesmo de sua constituição” e portanto:

Lidar com a falta de palavras no dicionário ou mesmo na fala cotidiana, é lidar com a incompletude da linguagem, que afeta qualquer discurso. Assim a busca das lacunas não é vista como uma prática excepcional, mas, sim, como algo que faz parte do cotidiano do falante e do leitor, mesmo que de modo inconsciente⁶⁴⁹.

O dicionário elaborado por Macedo Soares trata-se de uma obra dedicada justamente a ressaltar as particularidades da língua portuguesa falada no Brasil, como alertam o próprio José Horta Nunes e, principalmente, Olga Ferreira Coelho, que se dedicou a estudar a obra lexicográfica de Soares. Esta iniciativa compunha um esforço compartilhado em outras obras também dedicadas a estes “brasileirismos”, como o “Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa”, de Brás da Costa Rubim (1853) e o “Dicionário de vocábulos brasileiros”, do Visconde Henrique de Beaurepaire-Rohan (1888). Sobre estes trabalhos, Olga Coelho argumenta que iniciativas como as de Rubim e Rohan buscavam incorporar o léxico brasileiro aos dicionários da língua portuguesa como um todo, enquanto o trabalho de Macedo Soares ia um passo além, buscando edificar léxicos propriamente brasileiros, que possuísem autonomia de Portugal e constituíssem assim uma identidade nacional. Coelho continua este argumento escrevendo que “Para esses autores, tornava-se necessário conceder aos chamados brasileirismos títulos de constituintes legítimos

⁶⁴⁶ NUNES, José Horta. **Dicionários: história, leitura e produção**. Revista de Letras (Taguatinga), v. 3, 2010, p. 07.

⁶⁴⁷ Ibidem, p. 16.

⁶⁴⁸ Ibidem, p. 13.

⁶⁴⁹ Ibidem, p. 13.

da língua, difundi-los entre a população e, dessa forma, alterar a tendência brasileira de enxergar o modo português de expressão como guia”⁶⁵⁰.

Durante o Segundo Reinado, não era incomum encontrar ideias quanto a autonomia da língua portuguesa falada no Brasil, buscando a emancipação de uma língua brasileira, como os exemplos já citados. De acordo com Coelho, era comum em um mesmo autor de uma obra lexicográfica variar o nível de autonomia que defendia para o português falado no Brasil. Analisando o trabalho lexicográfico de Macedo Soares, a autora aponta que em determinado momento o magistrado defendia que a língua portuguesa falada no Brasil já era suficientemente diferenciada da falada na Europa, sendo preciso registrar apenas as diferenciações escritas para sua total autonomia. Em outros momentos, Macedo Soares argumentava que seria pretensioso demais apontar, pelo menos naquele momento, a existência de uma língua brasileira, sendo mais apropriado considerar a existência de um dialeto brasileiro. À questão do dialeto, Coelho acrescenta que “A expressão ‘dialeto brasileiro’, então, daria conta de que haveria um processo notável de diferenciação em curso. Como se tratasse de nações distintas, com climas, formação étnica, atividades distintas, era natural que o que se falasse em uma e outra se diferenciasse”⁶⁵¹.

Além disso, como também aponta Coelho, era comum que o português do Brasil fosse considerado superior ao de Portugal. No caso de Macedo Soares, como analisa a autora, era justamente a incorporação de palavras de origem indígena e africana que agregavam valor à língua falada no Brasil. Inclusive a autora aponta para o pioneirismo de Macedo Soares em buscar identificar a influência da África na formação da língua portuguesa falada no Brasil, algo até aquele momento pouco trabalhado⁶⁵². Desta maneira

além dos critérios estritamente linguísticos evocados para o estabelecimento da diferenciação entre o português do Brasil e o português europeu [...], havia os opinativos, que se construíam em torno de relações entre preservação/deturpação, riqueza/pobreza, doçura/aspereza, beleza/fealdade, nas quais, invariavelmente, o pólo positivo aplicava-se ao [português brasileiro]⁶⁵³.

Sendo assim, como argumenta Coelho em outro trabalho, apesar de Macedo Soares ter apresentado variações quanto ao nível de autonomia do português do Brasil, o magistrado acreditava que

⁶⁵⁰ COELHO, Olga. **Léxico, ideologia e a historiografia linguística do século das identidades**. Revista Letras. Editora UFPR: Curitiba, n. 61, especial, 2003, p. 156.

⁶⁵¹ Ibidem, p. 159.

⁶⁵² Idem. **O Português do Brasil em Macedo Soares (1938-1905)**. LIMITE - REVISTA DE ESTUDIOS PORTUGUESES Y DE LA LUSOFONIA (ONLINE), v. 6, 2012, p. 211.

⁶⁵³ COELHO, 2003, Op. cit. p. 159.

o léxico captava e exteriorizava uma diferença de visão de mundo e de contexto. E, se era assim, individualizava línguas e nações. Seria, ao mesmo tempo, fruto da diversidade (natural, social, cultural, política e étnica) e um elemento (lingüístico) que a comprovava. Cumpriria, desse modo, o duplo papel de incorporar e refletir a organização de uma comunidade de falantes, bem como seu tempo e seu espaço.⁶⁵⁴

De qualquer modo, como veremos adiante em nossa análise, por mais que Macedo Soares acreditasse ser positiva a interação lingüística com palavras indígenas e africanas no português utilizado no Brasil, ressaltando a particularidade destes elementos na construção da língua, nem sempre existia uma conotação positiva das próprias palavras, diversas vezes apresentando o polo oposto ao reproduzir alguns elementos pejorativos. Como tem sido constante neste trabalho, as posições do magistrado em diversos momentos são aparentemente contraditórias ou confusas. Contudo, isso é demonstrativo da complexidade do período, em que se debatia o que era e o que deveria ser o Brasil. Além disso, demonstram a complexidade do próprio indivíduo Macedo Soares, portador de seus próprios conflitos.

Além do caráter teórico e contextual destes apontamentos, chamamos atenção para a particularidade do dicionário elaborado por Macedo Soares para podermos esclarecer alguns pontos que permearão nossa análise. Por ser um trabalho focado no léxico brasileiro, dos chamados “brasileirismos”, Macedo Soares elaborou verbetes que ele acreditava que se diferenciavam do léxico português europeu. Desta maneira, diversos dos verbetes não possuem antônimos para serem comparados ou, por outro lado, palavras semelhantes que poderiam complementar a análise fazem-se ausentes em diversos momentos. Por fim, a edição que utilizamos para nossa análise foi organizada por Julião Rangel de Macedo Soares, filho do magistrado que estudamos, nos anos 1950. Por este fato, foram acrescentados alguns trechos e verbetes que Antônio Joaquim de Macedo Soares possuía em anotações posteriores que não constavam na primeira publicação. De acordo com Julião Rangel de Macedo Soares, foi feito um grande esforço junto a especialistas para incorporar estas adições e manter o conteúdo do dicionário o mais fiel possível ao que seu pai havia planejado. De tal modo, existem no dicionário correções ortográficas, atualizando-o para a grafia dos anos 1950, mas o conteúdo dos verbetes permanece o mesmo do elaborado por Antônio Joaquim de Macedo Soares.

Daremos início à análise do dicionário de Macedo Soares com os verbetes que identificamos estarem relacionados diretamente com a escravidão, para depois desdobrarmos a

⁶⁵⁴ COELHO, Olga. **Nuances do Etnocentrismo em Descrições do Português do Brasil**. Boletim Historiografia Lingüística, São Paulo, v. VII, n.1, 2004, p. 70.

discussão com outros que derivavam desta prática. Ressaltamos de imediato que não se fazem presentes na obra de Macedo Soares os verbetes *escravo* e *escravidão*, mas sim outros que tratam a ação dos indivíduos partícipes do processo escravista, como discriminados a seguir:

esclavagista *s2.*, partidário da escravidão. // ETIM. fr. *esclavagiste*. // SIN. *escravista*, *escravocrata*, *negreiro*, *traficante*.

escravagista *s2.*, partidário da escravidão, explorador e inimigo dos escravos. “O orador acredita ser justo... afirmando que, si há escravagistas, são eles em número tão diminuto que têm contra si a universalidade dos brasileiros”. Q. Bocaiúva. Disc. in *Globo* 12 set. 81. [...]

escravista *sm.* amigo e explorador da escravidão; explorador, inimigo dos escravos. // ETIM. s *escrav(o)* + suf. *ista*. // Sin. *esclavagista*, *escravocrata*, *negreiro*.⁶⁵⁵

É interessante observarmos como Macedo Soares construiu estes verbetes de forma a identificar *escravagista* como explorador e inimigo dos escravos, somando a isso uma concepção de que a prática era malvista, ao acrescentar que a maioria dos brasileiros condenava aquele sistema. É uma clara demonstração da perda de apoio ao sistema escravista e à ascensão de um imaginário abolicionista, inclusive pela escolha da frase de Quintino Bocaiúva, notório pelas ideias abolicionistas e mais ainda pelas posições republicanas. *Escravista* apresenta uma conotação praticamente idêntica, sendo também um explorador, amigo da escravidão e ainda inimigo dos escravos. Ainda que *esclavagista* e *escravista* possuam como sinônimos o termo *escravocrata*, ao examinarmos este verbete vemos um significado distinto: “**escravocrata** *s2.*, partidário da escravidão por sistema político ou financeiro”⁶⁵⁶.

Grosso modo, todos os termos fazem referência a sujeitos que são favoráveis à existência da escravidão e que se inserem na perpetuação deste sistema. O que diferencia os termos, ao nosso ver, é como se constituía tal apoio. O termo *escravocrata* perde a conotação de exploração da escravidão e de inimigo dos escravos, apoiando o sistema através de um capital político ou financeiro. Acreditamos que o termo *escravocrata* possa ser compreendido como aqueles sujeitos que estão envolvidos de maneira íntima com a escravidão, mas sem, necessariamente, ter um contato direto com os escravizados. Por outro lado, *escravagista* e *escravista* teriam uma relação mais próxima aos escravizados, em que a violência era um elemento mais presente, dada a identificação como inimigos. Desta maneira, *escravocratas* eram aqueles que possuíam os meios materiais e simbólicos para a perpetuação da escravidão,

⁶⁵⁵ MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Elucidário etimológico crítico: das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da Língua Portuguesa, ou neles vem com forma ou significado diferente (1875-1888)**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, 1954, Volume I, p. 182.

⁶⁵⁶ Ibidem, p. 182.

podendo ser também classificados como *escravagistas* e *escravistas* no caso de possuírem uma relação de violência mais direta com os escravizados. Entretanto, nem todos os *escravagistas* e *escravistas* possuíam os recursos para serem considerados *escravocratas*. Apesar desta relação dos *escravocratas* possuírem os meios de perpetuação da escravidão, é importante ressaltarmos que em nenhum momento Macedo Soares os relacionava com alguma noção de propriedade, já que o magistrado questionava a existência desta na questão da escravidão.

Todavia, o ponto que mais nos chama atenção aqui é justamente a oposição de *escravagistas* e *escravistas* como inimigos dos escravos e as implicações disso em um sistema de extrema violência física e simbólica como a escravidão. Ao analisar centenas de autos criminais envolvendo escravos na província de São Paulo, Maria Helena Machado pode identificar uma maior tendência de crimes violentos praticados por escravos sendo direcionados àqueles que agiam sob mando dos senhores, ou seja, os feitores e capatazes. De maneira geral, estes crimes se originavam em resposta às transgressões que estes feitores praticavam no cativeiro, violando os códigos familiares daquelas comunidades escravas, como a aplicação de castigos considerados injustos ou desproporcionais⁶⁵⁷. Dito isso, os casos de violência contra agentes do mando senhorial, de acordo com o levantamento de Machado, eram mais comuns em episódios de trocas de feitores, em que estes ansiavam por colocar sua autoridade sobre escravos que, por sua vez, desejavam manter seus antigos hábitos de disciplina de trabalho e convivência⁶⁵⁸. A autora ainda argumenta que

A restrição ou mesmo inexistência de canais de negociação entre senhores e escravos acerca dos limites da conduta do feitor conduziam, como derradeiro ato de explicação de desagrado, à eliminação física do feitor. Com esse comportamento o grupo de escravos impunha claramente ao senhor os marcos da exploração do seu trabalho, alcançando, por vias violentas, aquilo que havia sido impossível por meios acomodaticios, isto é, a substituição do feitor.⁶⁵⁹

No caso de ausência de intermediários, as respostas aos castigos e condições de cativeiro violentas poderiam dirigir-se diretamente aos senhores, tanto no caso daqueles mais empobrecidos e com pequenos plantéis, sem os recursos para alocar feitores ou capatazes, quanto senhores com plantéis maiores e com recursos que desejavam um controle direto da exploração do trabalho escravo⁶⁶⁰. Todo este cenário de violência também foi observado por

⁶⁵⁷ MACHADO, Maria Helena. **Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª edição, 2014, p. 72.

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 72.

⁶⁵⁹ Ibidem, p. 73.

⁶⁶⁰ Ibidem, p. 91.

Hebe Mattos, argumentando que conforme as estruturas dentro do cativeiro se transformavam ao longo da segunda metade do século XIX, principalmente em decorrência da dinâmica do tráfico interno de escravos, diversas das expectativas dos escravizados quanto a sua mobilidade, mesmo dentro da escravidão, eram frustradas. Em consequência, a resistência à violência do cativeiro também se tornava mais constante e violenta por parte dos escravos, que não raramente encontravam em ações violentas coletivas uma forma de garantir seus direitos dentro do cativeiro⁶⁶¹.

À questão da violência no cativeiro, podemos ver o posicionamento de Macedo Soares a partir do seguinte verbete:

bacalhão [...] 2º Açoite de quatro ou cinco pernas, de couro cru, com que nas fazendas se castigavam escravos que tivessem cometido falta grave, batendo-lhes nas nádegas. “No peito, nas costas, nos braços, apresentava as carnes dilaceradas a chicote; e as nádegas, inteiramente cortadas, denunciavam o suplício demorado a que fora submetida a infeliz escrava”. Edit. GN. 15 jan. 84. “Sofreu a pena de 100 açoites, a que fora condenado pelo júri, sendo a aplicação desses castigo feita com azorrague (vulgarmente chamado *bacalhao*) já muitas vezes usado para o mesmo fim, impregnadíssimo de sangue putrefato e exalando mau cheiro.” Parecer médico legal apd. JC. 22 maio de 85. “Surrados com bacalhao, e raspada a cabeça.” Apd. GN. 17 abr. 87. Alude a este instrumento da nossa selvageria a seguinte quadrinha pop., “Bode do cabelo grande Merece ser bem penteado Com pente de cinco penas, Para não ser confiado.” Kos. ap. SR. II, 71. *Bode* aqui é sin. de mulato. Os escravos trazem de ordinário o cabelo rente; os de gaforina ou topete reputam-se atrevidos, desaforados e insubordinados. “Apresentam-se à polícia dois menores, queixando-se de que, há cerca de dois anos, haviam sido castigados com bacalhao de quatro pernas (textual) por Cayara”. Corr. S. Paulo in GN. 6 jun. 86.⁶⁶²

Neste verbete, Macedo Soares utilizou relatos que demonstram a brutalidade dos castigos corporais aplicados aos escravizados, deixando suas vítimas dilaceradas, ou ainda, a recorrência de tal violência, com açoites já putrefatos devido ao acúmulo de sangue de suas vítimas. O magistrado compõe um cenário violento que acreditamos ter o objetivo de sensibilizar e buscar uma posição de repúdio à essas práticas por parte do leitor do dicionário. A denúncia de Macedo Soares ganha ainda mais significado por ele ter feito a escolha de qualificar tais práticas como uma “selvageria”, utilizando o exemplo do dito popular, que sugere o castigo do escravo considerado atrevido, sem que necessariamente este sujeito tenha cometido um delito. Desta forma o castigo e, neste momento, já podemos afirmar, a escravidão, eram práticas selvagens do ponto de vista de Macedo Soares, não encontrando lugar no Brasil “civilizado” que o magistrado defendia. O que nos ajuda a reforçar o repúdio de Macedo Soares ao castigo e a escravidão, é justamente o verbete criado no dicionário contemporâneo a este, o

⁶⁶¹ MATTOS, 2013, Op. cit. p. 162 - 163.

⁶⁶² MACEDO SOARES, 1954 (A), Op. cit. p. 37.

do Visconde de Beaurepaire-Rohan: “**Bacalhau**, s.m. azorrague feito de couro crú trançado, com varias pernas, e com o qual se castigavam os escravos”⁶⁶³. No verbete de Rohan consta a descrição do instrumento bacalhau e seu uso no castigo de escravos, mas não existe o mesmo esforço que Macedo Soares fez em tentar condenar o castigo, acrescentando exemplos, notícias e juízos de valor. Rohan seguiu um caminho menos denunciativo, utilizando as próximas linhas do verbete para a descrição do peixe bacalhau.

É importante lembrarmos que o dicionário de Macedo Soares foi elaborado em um período em que o movimento abolicionista no Brasil já estava consolidado e a escravidão encontrava-se em seu crepúsculo. Neste período, portanto, para Seymour Drescher era necessário considerar que “tendo em vista o tamanho da população escrava, a escala do desafio e a evasão às restrições legais, a fase final da abolição brasileira quase certamente se encontra no fim menos violento do espectro de resistência e rebeldia”⁶⁶⁴. Isto, claro, dada as outras possibilidades de violência extrema que tanto assombravam o imaginário brasileiro, como a Revolução Haitiana e a Guerra Civil Americana. Mas como ressalta o próprio autor, apesar da relativa tranquilidade, o processo não foi destituído de violência. O que Drescher aponta, que nos é bastante pertinente para esta discussão, é a crescente percepção negativa da população brasileira do período quanto a violência contra escravos. Castigos e punições violentas contra cativos causavam espanto e revolta entre a população livre, o que, juntamente com uma deslegitimação deste tipo de violência pelo mundo, levou à proibição de açoitamentos e outras práticas do tipo no Brasil⁶⁶⁵. No caso da violência praticada por escravos, Drescher argumenta que estes pareciam “estar testando a mudança da opinião pública”, constantemente apresentando-se às autoridades após um ato violento, demonstrando certa confiança no aparato judicial⁶⁶⁶. Maria Helena Machado, por sua vez, argumenta que esta apresentação voluntária de escravos às autoridades depois de cometerem crimes, demonstra “que a justiça veiculava uma imagem mais benigna do que o poder pessoal do senhor”⁶⁶⁷. Além disso, como aponta Hebe Mattos, a dificuldade de acesso à escravidão pelos livres e a concentração de plantéis de

⁶⁶³ BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. **Diccionario de Vocabulos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 12.

⁶⁶⁴ DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 523.

⁶⁶⁵ A lei nº 3310 de 15 de Outubro de 1886, revogou o Art. 60 do Código Criminal de 1830 e a lei nº 4 de 10 de Julho de 1835, que impunham penas de açoites a escravos. Com esta lei, escravos passaram a estar sujeitos às mesmas penalidades impostas aos livres no Código Criminal, exceto em casos de degredo, desterro ou multas, aos quais caberia a pena de prisão.

⁶⁶⁶ DRESCHER, 2011, Op. cit. p. 524-525.

⁶⁶⁷ MACHADO, 2014, Op. cit. p. 80.

escravos, vinha constituindo um longo processo de perda de apoio ao sistema escravista por parte da população livre⁶⁶⁸.

Desta forma, um outro elemento que podemos ressaltar do verbete *bacalhao* é justamente o acesso da população às instituições estatais. Aqui encontramos um cenário próximo ao que colocaram Maria Helena Machado e Seymour Drescher, quanto a escravos procurarem as autoridades depois de serem vítimas de violência. Macedo Soares fez a escolha de inserir um relato de dois jovens que procuraram a polícia depois de sofrerem castigos, o que nos mostra a intenção do magistrado de colocar o Estado como um instrumento público, capaz de ser utilizado pelas pessoas como uma ferramenta protetiva (como discutimos no [primeiro capítulo](#) deste trabalho), mesmo aquelas que se encontravam em situação de escravidão.

Além disso, ainda pensando a consolidação do abolicionismo no Brasil e a própria questão levantada por Macedo Soares sobre *escravagistas* e *escravistas* como inimigos dos escravos, vale a pena discutir o significado desta oposição dentro do imaginário do movimento abolicionista brasileiro, dado o período de elaboração do dicionário. Ao realizar um estudo comparado entre o abolicionismo brasileiro e o estadunidense, Célia Azevedo identificou algumas diferenças fundamentais em como estes discursos alocavam as oposições e os papéis de inimigos dentro da escravidão, decorrentes das diferenças históricas dos dois países quanto a concentração e difusão de escravarias, processo político de independência, religião e ocupação do território⁶⁶⁹. Sendo o sistema escravista nos Estados Unidos mais concentrado e difundido em sua região sul, o discurso abolicionista estadunidense partia de fora da escravidão, geralmente do norte adepto ao trabalho livre, sempre condenando esta prática a partir de um ponto distante e colocando os senhores como inimigos dos escravos. No Brasil, por outro lado, o discurso abolicionista partia de dentro, considerando que a escravidão estava disseminada por todo o território e envolvendo muito mais a sociedade. Portanto, na perspectiva de Azevedo, “enquanto os abolicionistas americanos escreviam *sobre* o poder escravista, os abolicionistas brasileiros escreviam sobre, mas também *sob* o poder escravista, sendo eles mesmos formados por sua atmosfera cultural”⁶⁷⁰.

Os abolicionistas brasileiros entendiam que privação da liberdade era a destruição da própria natureza humana, desta forma aproximando os escravos à uma condição irracional e bestializada, alcançada através da degeneração que era a escravidão⁶⁷¹. Este tipo de ideia criava

⁶⁶⁸ MATTOS, 2013, Op. cit. p. 159.

⁶⁶⁹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 28, dezembro/fevereiro, 95/96, p. 98.

⁶⁷⁰ Ibidem, p. 103.

⁶⁷¹ Ibidem, p. 100.

a percepção de que o escravo, devido a sua condição bestial, era um inimigo doméstico. Desta maneira, segundo Azevedo, “os abolicionistas brasileiros dificilmente definiriam o senhor como o inimigo do escravo”, ao contrário do que era o discurso dos abolicionistas americanos, buscando construir a imagem do escravo como um irmão injustiçado, um amigo, ao qual o verdadeiro inimigo seria o senhor⁶⁷². Assim, Célia Azevedo resume que

O escravo, justamente por ser escravo - ou seja, um homem privado de razão, e, portanto, reduzido à condição de besta - e também por ser descendente de uma raça radicalmente distinta da raça do senhor, não podia ser nada mais do que um inimigo da classe dos poderosos. Em outras palavras, enquanto para o abolicionistas americanos o senhor personificava o mal, para os abolicionistas brasileiros, o mal era o escravo.⁶⁷³

Ângela Alonso acredita que um dos elementos que teve um papel importante na difusão deste tipo de pensamento no movimento abolicionista brasileiro foi o romantismo. Para a autora, por um lado, a literatura romântica ajudou a construir a imagem do escravo como inimigo doméstico, sendo constantemente rebelde e ladino. Ao mesmo tempo, muitos autores criaram uma construção do escravo como vítima, vulnerável a violência do cativo e passível de deter qualidades nobres. De tal modo, a autora resume a escravidão no romantismo brasileiro como “Humanização do escravo, desumanização da escravidão”⁶⁷⁴. Portanto, Alonso identifica no romantismo a constituição de uma consciência de que a escravidão é a ameaça, sendo necessário aboli-la para dar fim no perigo de um inimigo doméstico⁶⁷⁵.

Os verbetes de Macedo Soares em seu dicionário demonstram ainda mais a complexidade do que era entendido como abolicionismo no Brasil. Como vimos, Macedo Soares inverte os inimigos nas relações escravistas, os escravos não aparecem como os inimigos domésticos, mas sim *escravistas* e *escravagistas* como os inimigos dos escravos, o que a princípio o colocaria mais próximo do discurso abolicionista estadunidense. Podemos ver mais uma vez esta mudança de sentindo na ótica de Macedo Soares de quem é inimigo de quem, quando o magistrado elaborou os seguintes verbetes:

abolicionismo, sm.

abolicionista – S. 2, termos novos, creados modernamente, para exprimir ideias relativas a medidas tendentes á extinção da escravidão. “Partido dos Estados Unidos” dizem Littré e D.V; podiam accrescentar: e do Brazil, e de todos os paizes onde se mantem como instituição social o abuso chamado *escravatura*, sustentado pelo homem ladrão, locupletando-se com o suor do homem roubado, á sombra da lei da

⁶⁷² AZEVEDO, 1996, Op. cit. p. 103.

⁶⁷³ Ibidem, p. 104.

⁶⁷⁴ ALONSO, 2015, Op. cit. p. 95.

⁶⁷⁵ Ibidem, p. 97.

força, tolerada por governos cobardes, em benefício de sociedades que não têm clara noção de justiça.⁶⁷⁶

Nestes verbetes, existe uma enfática condenação moral de Macedo Soares em relação a *escravatura*. Mesmo que movimentos abolicionistas tenham surgido com força em outros lugares, como a própria Inglaterra, Macedo Soares fez a escolha de apontar os Estados Unidos como centro de tal ideal de combate à escravidão. Isto pode representar um certo alinhamento ideológico de Macedo Soares com o abolicionismo estadunidense, já que o magistrado, tal como estes abolicionistas, também colocava os *escravistas* e *escravagistas* como inimigos dos escravos, e não o contrário, como era comum no Brasil. Isto é observável na sequência dos verbetes, em que Soares identifica a escravidão como um abuso, perpetuado pelo “homem ladrão”, que enriquece às custas do “homem roubado”. É evidente que o magistrado entendia os escravizados como vítimas do processo, colocados naquela situação por homens inescrupulosos que utilizavam de uma instituição abusiva para ganho pessoal. Era, portanto, a insistência de Macedo Soares em considerar a escravidão como ilegítima, um costume fundamentado no roubo que ainda era tolerado pela lei. Expondo este tipo de argumentação, o magistrado reforçava outras de suas ideias contrárias à escravidão, como a própria noção de propriedade escrava: se não poderia existir propriedade sobre um ser humano, também não poderia existir a partir do roubo.

A crítica do magistrado estende-se para outros elementos que tanto demandaram a sua atenção: o Estado, a Justiça e a própria sociedade. Considerando que à época de elaboração deste dicionário o Brasil era o último baluarte da escravidão no ocidente, podemos ver que a reprimenda de Macedo Soares ao declarar que a escravidão era tolerada por governos covardes, era direcionada em grande medida à demora do governo brasileiro em dar fim à prática. Como já discutimos, Soares defendia que a escravidão deveria acabar o mais rápido possível, sendo o Estado o responsável pelo seu fim. Além disso, a própria inclusão dos verbetes *abolicionismo* e *abolicionista* em seu dicionário, é uma clara escolha política em construir esta crítica à escravidão. No dicionário de Beaurepaire-Rohan, publicado em 1889, com um ano de Lei Áurea assinada, não existe nenhuma menção a abolição, abolicionismo ou abolicionistas. Além disso, como já vimos, os verbetes de Rohan eram muito mais objetivos, enquanto Macedo Soares dedicava-se a ilustrar seus verbetes com exemplos que demonstravam seu posicionamento político a respeito do conteúdo das palavras, mesmo que por meio de referências de outros autores.

⁶⁷⁶ MACEDO SOARES, 1954 (A), Op. cit. p. 6.

Ainda sobre a representação do escravo neste ambiente intelectual das décadas finais do Império, é interessante resgatarmos um argumento levantado por Célia Azevedo a este respeito. A autora afirma que uma das dificuldades para a superação deste pensamento de desumanização dos escravos entre abolicionistas no Brasil era justamente o distanciamento destes sujeitos, quase sempre oriundos da elite, dos negros no geral, fossem escravos, libertos ou livres⁶⁷⁷. De fato, alguns dos abolicionistas mais combativos e importantes no Brasil foram negros, como André Rebouças, José do Patrocínio e Luiz Gama, o que à primeira vista pode nos fazer questionar a linha de raciocínio de Célia Azevedo. Todavia, ter negros e brancos atuando no mesmo movimento e com uma causa em comum, não significava uma afinidade de pensamento ou a mesma percepção da carga afetiva de séculos de escravidão no Brasil, principalmente considerando que o racismo também era lugar comum dentro do próprio abolicionismo.

Podemos perceber este afastamento entre os abolicionistas através da obra poética de Luiz Gama. Como coloca Elciene Azevedo, Gama possuía plena consciência de “quais eram os limites que os valores culturais de seu tempo impunham à sua atuação”, compreendendo que o racismo naquela sociedade escravocrata não permitiria que ele fosse aceito no mundo dos letrados em condições de igualdade, justamente por ser negro e ter o passado escravo⁶⁷⁸. Notório abolicionista engajado em ações diretas de libertação dos escravos nos tribunais, membro fundador do Club Radical Paulistano⁶⁷⁹, maçom, jornalista e literato, Luiz Gama manifestava através dos poemas satíricos sua denúncia àquele mundo branco do qual participava, mas não integrava em condições de igualdade, mesmo acumulando uma trajetória de ações políticas e intelectuais extremamente impactantes para o período. Como avalia Elciene Azevedo, Gama compreendia que sua aceitação naquele mundo sempre seria na condição de negro, ou seja, subalterna. Apesar disso, como esta autora analisa, Luiz Gama fazia questão de exaltar sua cor, a africanidade e até sua condição anterior como escravo ilegal. Desta forma, como pontua Azevedo:

Sua crítica se fazia, assim, por dentro da lógica do domínio senhorial, colocando-se exatamente na posição em que um senhor gostaria de vê-lo, sem ferir diretamente ou transgredir os domínios da dependência. Desta forma, manipulava os pressupostos

⁶⁷⁷ AZEVEDO, 1996, Op. cit. p. 106.

⁶⁷⁸ AZEVEDO, 1999, Op. cit. p. 53.

⁶⁷⁹ Os clubes radicais surgiram no final da década de 1860, em decorrência de dissidências do Partido Liberal que questionavam as atribuições do Poder Moderador, acreditando na sua capacidade de interferir e abusar dos outros poderes.

destes senhores a respeito dos escravos e dos negros para fazer sua censura à escravidão dentro do mesmo grupo que tinha como alvo atingir.⁶⁸⁰

A trajetória de Gama é um dos exemplos de como a questão racial poderia interferir na criação de um vínculo entre abolicionistas brancos e negros, colocando mais clareza na hipótese levantada por Célia Azevedo. Esta é uma ideia importante para termos em mente, pois tem certo impacto para compreendermos outras posições que Macedo Soares manifestou em seu dicionário, as quais, apesar de serem abolicionistas, carregavam em si certos limites de aceitação quanto à cultura afrodescendente e até mesmo concepções racistas.

Um verbete que nos permite observar os limites que Macedo Soares coloca à incorporação da cultura negra, apesar da sua defesa da influência africana na formação da língua portuguesa falada no Brasil, é o que faz referência ao *candomblé*, categorizado pelo magistrado como *candombe*:

candombe *sm.*, 1º batuque sagrado, dança dos ritos durante a qual fazem os feiticeiros as suas adivinhações, curas e milagres, ao som da púita e de cantigas em língua angolense, conguesa, ou suaíle. “O outro curandeiro dizem que é um inspetor de quarteirão que gosta muito de dançar condombe com os seus clientes.” Saquarema. (R.J.) apd. Flum. 16 mr. 83 // 2º em geral, batuque, baile de negros escravos. // 3º por ext. baile ou dança de gente reles. “Tôda pessoa que, na casa de sua moradia ou alguma outra a ela anexa, consentir ajuntamentos para danças ou *candombes* em que entrem escravos alheios, será punida com as penas...” L. pr. R. Jan. nº 46 de 1836, post.⁶⁸¹

A escolha de Macedo Soares em incorporar ao verbete uma citação que colocava punições pela participação em ritos de *candomblé*, demonstra que o magistrado não via com bons olhos a livre participação de pessoas nestes cultos, deixando claras as possíveis consequências em tal ato. Uma explicação para isso é a própria formação do *candomblé*, gestado de forma sincrética a partir da própria escravidão. Como a escravidão, na concepção de Macedo Soares e como também era comum no período, representava uma degeneração humana que retirava o sujeito de sua condição natural, qualquer manifestação cultural ou religiosa que surgisse da mesma também era considerada bárbara e incompatível com um país civilizado. Neste caso, mesmo que o escravo, do ponto de vista de Macedo Soares, não fosse considerado um inimigo doméstico, práticas geradas dentro do cativeiro poderiam ser perigosas a este projeto civilizacional, tanto é que o magistrado deixa o alerta sobre possíveis punições.

Esta preocupação também passava pelo perigo da violência física. No dicionário de Beaurepaire-Rohan, o verbete *jongo* é definido como

⁶⁸⁰ AZEVEDO, 1999, Op. cit. p. 56.

⁶⁸¹ MACEDO SOARES, 1954 (A), Op. cit. p. 98.

Jongo, s.m. (Rio de Jan., Minas-Geraes, S. Paulo) especie de dança de que em seus folguedos usam os negros nas fazendas. É acompanhado por seus rudes instrumentos musicaes, como a puita, o tambor, etc. (B. Homem de Mello). // É analogo ao *candombe*, que se pratica nas mesmas províncias, e ao Maracatú de Pernambuco ⁶⁸².

No caso de Macedo Soares, *jongo* vem acompanhado, como de praxe, de uma pequena anedota muito significativa:

jongo sm., dança dos negros da costa. “Na rua de D. Marciana, em terreno cuja guarda está confiada a um prêto, arma-se todos os sábados um *jongo*, dança africana, muito incômoda aos vizinhos. Acresce que, durante a dança, suscitam-se contendas que acabam mal”. Gaz. JC. 8 abr. 84. [...] ⁶⁸³

Aqui o magistrado demonstra a sua preocupação com aglomerações causadas por manifestações culturais negras, que traziam desordem pública ao mesmo tempo que poderiam descambar em violência. Todavia, quando olhamos para o verbete *capoeira*, podemos perceber que Macedo Soares expande este imaginário de perigo de práticas geradas dentro da escravidão, sem que, ao mesmo tempo, coloque necessariamente o sujeito escravizado como o inimigo:

capoeira [...] 4º por ext. escravo da cidade, vadio, malandro, que não sai da rua, dado a peraltagem. // 5º por ext. também o criado livre, nas mesmas condições. // 6º sf., a peraltagem das capoeiras, que a principio consistia somente em exercícios de força e agilidade muscular, e depois passou a pau e faca, como bem define Beaurepaire Rohan: “espécie de jogo atlético, introduzido pelos Africanos, e no qual exercem, ora por mero divertimento, usando unicamente dos braços, das pernas e da cabeça para subjugar o adversário, e ora esgrimindo cacêtes e facas de ponta, donde resultam sérios ferimentos e às vezes a morte de um ou de ambos lutadores”. // 7º sm., o vadio, o peralta, livre ou escravo, dado ao exercício da capoeira, fazendo officio de capoeira. ⁶⁸⁴

Neste trecho selecionado do verbete *capoeira*, Macedo Soares apontava, primeiramente, para os sujeitos identificados como capoeiras, geralmente considerados como vadios, malandros e peraltas, podendo ser tanto escravos quanto livres. Carlos Eugênio Líbano Soares, ao estudar a capoeira na Corte, destaca que esta atividade, que era originalmente escrava, ganhou cada vez mais adeptos livres com o avançar do século XIX, muito em decorrência da decadência da escravidão nas áreas urbanas. Além disso, aponta que a “chegada de imigrantes e o êxodo rural crescente mudam a composição racial e social da massa trabalhadora urbana. Ela se torna mais ‘branca’ e ‘parda’, crioula. A capoeira acompanha esse

⁶⁸² BEAUREPAIRE-ROHAN, 1889, Op. cit. p. 80.

⁶⁸³ MACEDO SOARES, 1954 (A), Op. cit. p. 256.

⁶⁸⁴ Ibidem, p. 107.

movimento”⁶⁸⁵. Portanto, existia uma grande “variedade de grupos de origens diversas [...] [que] se valiam das práticas da capoeiragem para se afirmar no ambiente urbano”⁶⁸⁶, o que acompanha a definição de Macedo Soares quanto a diversidade de pessoas consideradas capoeiras. Carlos Soares destaca ainda a marginalização a que estes grupos estavam sujeitos, geralmente oriundos de camadas mais pobres, com uma parcela significativa sem uma atividade profissional, sendo alvos constantes de repressão⁶⁸⁷. Desta maneira, nos parece que o elemento de identificação dos capoeiras nesta primeira parte do verbete de Macedo Soares, é justamente a “vadiagem”, a marginalização desses sujeitos perante a sociedade imperial.

O que este verbete nos apresenta, portanto, é a preocupação de Macedo Soares com a existência de uma massa urbana mais empobrecida que poderia estar propensa à violência, independentemente da cor ou da condição jurídica: não importava se eram negros, pardos ou brancos; livres ou escravos. Logo, o inimigo não era o escravo, mas sim as práticas que considerava como vindas da escravidão, que era uma instituição degenerava a [natureza conciliadora](#) das pessoas, tornando-as violentas. Vale lembrarmos das discussões que fizemos no Capítulo 2, a respeito da [questão da cadeia](#) e das instituições particulares que Macedo Soares frequentou no Paraná, o [Club Litterario Campo Larguense](#) e a [Loja Virtude de Campo Largo](#). Nestas discussões, demonstramos a preocupação do magistrado com o controle da população pelas instituições. A cadeia era compreendida como um instrumento civilizacional, capaz de colocar o criminoso novamente no caminho do trabalho e da virtude. Da mesma maneira, Macedo Soares acreditava no papel disciplinador da educação pública e também de instituições particulares, como era o caso do clube literário promovendo as letras e a loja maçônica as virtudes. É interessante observarmos que apesar de Macedo Soares, em diversos momentos de sua trajetória, atribuir características positivas à população, elogiar sua capacidade de aprender e disposição ao trabalho e conhecimento, pelo menos no caso do Paraná, ainda assim existia nele uma consciência de uma população perigosa e carente de ser pacificada.

Voltando ao verbete *capoeira*, na sequência da definição, Macedo Soares atribui outras características que demonstram a conotação negativa que a palavra possuía, como pode ser observado a seguir:

[...] 2º ? [Pode que *capoeira* gente venha de *capueira* mato. Do negro que fugia dizia-se e diz-se ainda: “Foi pra capueira; caiu na capueira, meteu-se na capueira. E não só do negro, mas também do recruta e do desertor do exército e da armada, que

⁶⁸⁵ SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira baiana na corte imperial (1863-1890)**. Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 21-22, (1998-1999), p.151.

⁶⁸⁶ Ibidem, p.147.

⁶⁸⁷ Ibidem, p.148.

procuraram fugir das autoridades policiais, empenhadas em agarrá-los. E diz-se também do gado que foge no campo. “Um capoeira” não seria sinônimo de “negro fugido”, canhambora, quilombola”? Êste, para se defender, precisava atacar; e às vezes inculcava apenas mais malvadez do que tinha. “Negro fugido, canhambora, quilombola” ainda hoje são sinônimos de ente perigoso, faquista, assassino, e, ao mesmo tempo, vivo, esperto, ligeiro, corredor, destro em evitar que outros o peguem, capoeira enfim. Melo Moraes, Br. Hist. III 76.⁶⁸⁸

Neste trecho do verbete, Macedo Soares associa *capoeira* ao ato de fugir, carregando a palavra com significados negativos, já que esta faz referência ao negro que foge, ao desertor das forças armadas ou até mesmo a animais que escapam no campo. Se na primeira parte do verbete *capoeira* fazia referência a uma massa perigosa e difusa, aqui ela encontra a marginalização mais direcionada ao negro, que tem como equivalente um traidor da pátria e até mesmo uma animalização. Não existe aqui, como na primeira parte do verbete, a possibilidade de um branco “cair na capoeira” por um motivo que não seja a deserção. Somado a isso, são elencados novamente significados relativos a condutas perigosas e subversivas.

Este é um exemplo das oscilações que Macedo Soares apresenta nas definições entre seus verbetes e até mesmo dentro de um único, como neste caso em *capoeira*. Este fenômeno fica ainda mais evidente quando Macedo Soares demonstra que não estava alheio à complexa discussão a respeito da cor e da raça no Brasil Imperial. Em seu dicionário, vários verbetes são dedicados a definir as diversas categorias de cor utilizadas no país e apresentam constantes variações de significado.

Hebe Mattos argumenta que, conforme a crise da escravidão avançava na segunda metade do século XIX, transformações sociais entre a população livre acompanhavam aquelas ocorridas na estrutura do cativo. Uma dessas é a percepção da cor na sociedade, que vai sendo ressignificada. Conforme o acesso a escravos tornava-se mais restrito e concentrado em grandes plantéis, ao mesmo tempo a população negra e mestiça livre começou a crescer, a tal ponto de representar quase metade dos brasileiros nos anos 1870. De mesmo modo, também cresce o número de brancos empobrecidos⁶⁸⁹. Para a autora, esta transformação na composição social dos brasileiros deixa as definições de cor mais complexas, já que com o grande aumento desta nova população livre empobrecida, os negros e mestiços livres não podem mais ser vistos “como exceções controladas”, da mesma forma que o branco como significativo de uma condição de status, tem sua identidade “progressivamente fragilizada”⁶⁹⁰. Desta maneira, a autora aponta para um silenciamento da cor, uma cor inexistente, em que ela deixa de ter

⁶⁸⁸ MACEDO SOARES, 1954 (A), Op. cit. p. 107.

⁶⁸⁹ MATTOS, 2013, Op. cit. p. 102.

⁶⁹⁰ Ibidem, p. 103.

significados em muitos casos, passando a aparecer mais como um elemento negativo para identificar pessoas ligadas ao cativeiro, fossem escravos ou libertos. Com isso, as palavras “negro”, “preto” e “pardo” começam a ganhar cada vez mais uma carga simbólica de ligação das pessoas à escravidão. Desta forma, Hebe Mattos argumenta que

a noção de “cor”, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnia e condição estavam indissociavelmente ligadas. Dessa perspectiva, a cor inexistente, antes de significar branqueamento, era um signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era précondição.⁶⁹¹

A respeito deste debate, separamos para a nossa análise os verbetes *negra*, *negraria*, *negrinho* e *negro* do dicionário de Antonio Joaquim de Macedo Soares, como disposto a seguir:

negra *sf.*, 1º mulher de raça negra. // 2º escrava negra. // 3º escrava em geral, ainda que mulata, cabocla, cariboca, fula, assa, quase branca.

negraria *sf.*, o conjunto dos escravos da fazenda, escravaria.

negrinho *sm.*, 1º moleque, filho de escrava negra. // 2º menino, amiguinho; expressão afetuosa aplicada mesmo aos meninos brancos. “Menina, você o que tem Que comigo se enfadou? Será porque seu negrinho A seus pés não se curvou?” Kos. ap. SR. II, 33.

negro *sm.*, 1º homem de raça negra. O negro na Angola chama-se *prêto*; negro toma-se como injúria. Lux. 28; no Brasil, sucede o mesmo; os escravos têm o segundo adj, por pejorativo, e o primeiro como qualificativo decente da sua côr. // 2º escravo *prêto*. “Também tenho cinco escravos. Três negros e dois mulatos Mui da minha estimação; Tudo darei à penhora, Porém as cadeiras não”. SR. I, 128. [...] // 3º escravo em geral; “Na linguagem do Sudão Egípcio, diz L. Dubois, *Le Pôle et l’Equateur*, 285, *escravo* e *negro* são sinônimos; o árabe vulgar não tem sinão um vocábulo (*abid*) para designar um e outro”. Cá, neste Sudão Americano, é a mesma coisa. // 4º o amigo, pessoa de estimação; mas só us. muito familiarmente e por pessoas idosas para com outras, de ordinário parentes, de menos idade; e assim mesmo, convertido, quase por tôda a parte, em *nêgo*, *neguinho*.⁶⁹²

Em todo este conjunto de verbetes, existe uma associação direta entre cor e escravidão, como bem observável no verbete *negro*, em que, tal como no Sudão Egípcio, no Brasil *negro* e *escravo* seriam sinônimos. Isto também pode ser percebido no verbete *negra*, em que a mulher é considerada escrava de maneira geral, independentemente da cor de sua pele. Esta percepção de Macedo Soares corrobora a tese de Hebe Mattos, de que categorias como *negro* passam a ter uma identificação direta com o cativeiro neste universo de crise escravista. Isto pode ser observado mais uma vez com os verbetes *preta* e *prêto*:

preta *sf.*, a serviçal doméstica de côr preta. Ex. vj.: *prêto*.

prêto = **negro** *sm.*, sin. de escravo, o negro, o mulato, o cabra; o africano escravo, ou liberto, ou livre; o escravo negro. “A preta entrou na sala de jantar, e chegou-se à mesa

⁶⁹¹ MATTOS, 2013, Op. cit. p. 106.

⁶⁹² MACEDO SOARES, 1954 (B), Op. cit. p. 53.

rodeada de gente, e falou baixinho à senhora”. M. Assis. GN. 29 out. 84. // op. a fula, cabra, *signanter* bem negro, retinto. Negro prêto, SR. *Cant. pop.*, II, 44: “Negro-prêto, côr da noite, cabelo de pixaim, Pelo amor de Deus te peço, Negro, não olhes para mim”: quem não é negro fulo ou fula. “A escravidão é a usura de pior espécie... O escravo de um ano, quando passou a lei (1871), podia ser resgatado pela mãe por um preço insignificante; como ela, porém, não tinha esse dinheiro, a cria não foi libertada e é hoje um moleque (o triste vocabulário da escravidão usado em nossa época e que é a vergonha da nossa língua, há de reduzir de muito no futuro as pretensões liberais da atual sociedade Brasileira), de treze anos, valendo muito mais; em pouco tempo será “um prêto” de dobrado valor. Quer isso dizer que a dívida do escravo com o senhor quadruplicou e mais ainda, porque êle não teve meios de pagá-la quando menino”. Nabuco. Aboli. 35 nt.⁶⁹³

Novamente a cor é demarcada com uma ligação direta à condição escrava. Em *prêto*, existe uma definição parecida ao caso de *negra*, em que o termo identifica a pessoa como escrava independentemente da cor. O que é notável neste caso, é que o verbete *prêto* também leva em consideração pessoas livres e libertas, demonstrando em certa medida que a perpetuação do estigma social não se fazia somente em relação a condição jurídica, mas que de fato tomava contornos raciais. Além disso, é bom ressaltarmos que no trecho selecionado por Macedo Soares referente a obra de Joaquim Nabuco, a dívida que o *moleque* contraía com o senhor era uma relação entre pessoas, ainda que assimétrica, já que uma propriedade não era passível de adquirir débitos.

Ambos os conjuntos de verbetes apresentam elementos que ajudam a pensar os estigmas sociais ligados às pessoas compreendidas como *negras* e *pretas* neste imaginário. Em *negro*, Macedo Soares indica que este adjetivo era considerado como pejorativo tanto no Brasil quanto em Angola, sendo *prêto* uma forma considerada mais adequada pelos escravos. A conotação pejorativa da palavra *negro* é levantada por Hebe Mattos, que ao estudar autos criminais da província do Rio de Janeiro, identificou a indignação de um sujeito por ter sido chamado de negro, o que possivelmente descambou em um homicídio⁶⁹⁴. No caso de *prêto*, apesar de Macedo Soares resgatar um trecho de *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco, novamente fazendo uma crítica à escravidão, a parte da quadra popular que o magistrado escolheu para compor o verbete é bastante significativa quanto a marginalização dos negros. A cantiga contribui para a criação de um estereótipo de periculosidade do homem negro, em que o eu-lírico implora para que o homem negro não lhe direcione o olhar, sendo que a estigmatização é reforçada com a combinação dos adjetivos, formando “negro-prêto”.

Considerando estes trechos que Macedo Soares inseriu em seus verbetes, acreditamos que mesmo que o magistrado possuísse um discurso pró-abolição e que não considerasse o

⁶⁹³ MACEDO SOARES, 1954 (B), Op. cit. p. 107-108.

⁶⁹⁴ MATTOS, 2013, Op. cit. p. 101.

escravo como inimigo doméstico na relação escravista, ainda assim existia uma percepção racista a respeito dos negros em seu imaginário. Desta maneira, em seu pensamento, a condenação à escravidão convive com o racismo, não penalizando o escravo, mas marginalizando o negro.

Pensando a relação entre cor e raça, esta fica muito mais explícita no primeiro conjunto de verbetes, aos quais Macedo Soares associa *negra* como uma definição direta de raça negra. Em *negro*, também está presente a concepção de raça negra, bem como existe uma relação com a África na construção de seus significados, resgatando a Angola, o Egito, o Sudão. Portanto, nestes verbetes Macedo Soares tem uma visão mais essencialista, identificando-os a uma condição dada como natural no imaginário racializante da época, o fato de pertencer a raça negra. No conjunto referente a *prêto*, a definição de cor é um pouco mais maleável, incorporando maiores possibilidades de relação e não possuindo uma ligação direta à raça. Em outros verbetes referentes à cor, esta maleabilidade de definição fica mais evidente, mostrando as oscilações na narrativa de Macedo Soares quanto ao tema, como no exemplo a seguir:

caboclo 1º *sm.*, indígena do Brasil, e, em geral, da América, índio. “Minha mãe... Pegue na cabocla, Dê-lhe co o bordão, Que ela foi causa Da minha prisão”. SR. I, 165. // 2º raça de côr acobreada. // 3º mestiço de branco com índio brasil. // 4º mulato de côr acobreada e cabelos corridos, como os brasis. // 5º sertanejo, caipira, tapuia etc., o proletário do sertão ou da roça, queimado de do sol. [...] 6º adj., côr de caboclo, acobreado. [...] 7º fig., sujeito desconfiado e traiçoeiro. [...] O que é certo, entretanto, é que a denominação de caboclo abrange todo e qualquer sujeito côr de pinhão (br. Curi), mais ou menos carregada. [...] HIST. Era, ainda no séc. XVIII, termo injurioso, como atesta o Alv. De 4 de abril de 1755, que concedeu privilégios aos que no Brasil casassem com índias naturais: “E outrossim proíbo que os ditos meus vassalos casados com as índias ou seus descendentes sejam tratados com o nome de *cabôucolos*, ou outro semelhante que possa ser injurioso”. [...] SIN. 2º, 3º e 4º caburé, cabo-verde, cabra, cafuz, cariboca, curiboca, mameluco; 5º tapuia.⁶⁹⁵

Neste caso, é notável a amplitude de identificação humana que Macedo Soares atribuía a categoria de *caboclo*. Aqui *caboclo* aparece tanto ligado a povos indígenas, quanto mestiços que poderiam ou não ter sangue nativo. A própria definição de raça é ampliada, mesmo que a identifique em função de uma “cor acobreada” ou “cor de pinhão”, é uma característica fenotípica muito abrangente para ser delimitada à uma população específica no Brasil. Além disso, Macedo Soares apresenta uma abrangência do termo ao relacioná-lo tanto ao sertanejo quanto simplesmente um sujeito queimado de sol. Desta forma, o termo *caboclo* é menos essencializado do que as definições de *negro*, incorporando características fenotípicas e sociais de maneira menos rígida. Todavia, como já comentamos, existiam oscilações quanto ao caráter

⁶⁹⁵ MACEDO SOARES, 1954 (A), Op. cit. p. 78.

essencialista das categorias de cor classificadas por Macedo Soares, como é o caso do verbete referente a *crioulo*:

crioulo sm., 1º escravo negro nascido no Brasil; filho de pai e mãe negros. Maregr. // 2º por ext., negro ainda que livre, nascido no Brasil. // 3º escravo negro nascido em casa do seu senhor, cria da casa. // 4º escravo negro de mais de sete anos, que não mais se chama de *cria*. // 5º animal que nasce no Brasil. // 6º animal que nasce na fazenda de seu dono, *cria* do campo. // 7º europeu de origem, nascido na América”. Salvá. “Homem branco, mulher branca, originários das colônias”. Littré. [...] “Ângelo estava em férias de estudos e de amor; no mesmo dia do seu exame, casara-se-lhe a última namorada, a rapariga feia, mas lasciva, que um conhecido retratara com duas palavras – uma crioula branca”. Lúcio, Esb. 246. “Rio abaixo, rio acima, Perdi meu anel de ouro, Quem o achar, mê dê, Que é prenda duma crioula”. SR. II, 38.⁶⁹⁶

O termo *crioulo*, neste caso, não está sendo necessariamente ligado à cor, apesar de uma predominância de sua relação com escravos, mas sim a questão da origem: ter nascido no Brasil ou na América. Ademais, ainda é possível identificarmos uma certa posição moral de Macedo Soares em relação ao termo, apontando para uma lascívia da mulher crioula. Isso é reforçado na sequência, mesmo que com um pouco mais de afeto. Portanto, Macedo Soares demonstrava aqui uma visão mais negativa da população, como podemos perceber ao exemplificar que a mulher crioula era feia. É uma definição que passa por uma ideia de degeneração da sociedade, em que as pessoas nascidas na América possuem qualidades inferiores. Quando observamos os estudos que Macedo Soares realizou sobre o [clima de Campo Largo](#), por mais que o magistrado utilizasse determinismos climáticos para abordar o comportamento da população, ele não chegou perto de determinismos raciais ou ideias que apontassem para a degeneração social, diferente de seu interlocutor, Tibério Lopes de Almeida. Considerando o pensamento de Macedo Soares em um espectro mais amplo, vemos assim, que não existia uma sistematização de um discurso racista, porém, ainda assim contava com o racismo naturalizado em seu imaginário, aparecendo de maneira mais indireta como nestes casos que temos analisado.

Voltando ao verbete *caboclo*, outro ponto interessante é a demonstração do magistrado quanto a carga pejorativa do termo. Ao resgatar o Alvará de 4 de abril de 1755, em que Dom José I incentiva o casamento de portugueses com indígenas e proíbe o uso do termo *cabôucolo*, Macedo Soares demonstra a possibilidade do Estado intervir até mesmo no uso da língua. Como pudemos ver, *caboclo* ainda resguardava uma conotação negativa no século XIX, podendo ser compreendido como um sujeito desconfiado e traiçoeiro. O que compreendemos desta manobra de Soares, pensando a partir do conjunto de sua obra, é justamente a possibilidade de

⁶⁹⁶ MACEDO SOARES, 1954 (A), Op. cit. p. 148.

ação institucional sobre os significados da língua, intervindo na maneira como o povo se expressava.

Olga Coelho argumenta que em sua obra lexicográfica Macedo Soares defendia a importância da experiência popular na formação da língua. Mesmo que a oralidade possuísse certas vulgaridades, estas poderiam perder a sua conotação negativa a partir da expressão escrita destas palavras. Neste caso o jornalismo, por ser compreendido como um instrumento de comunicação popular, teria grande papel nesta transformação da língua ao fazer estes registros⁶⁹⁷. Isto nos ajuda a compreender dois elementos. Primeiro é quanto ao uso de trechos, principalmente de excertos de jornais e cantigas populares, na construção dos verbetes do dicionário. Comparando com o dicionário de Beurepaire-Rohan, que temos utilizado como contraste a obra de Macedo Soares, este último fez muito mais o uso de exemplos e citações que o primeiro. Em segundo lugar, esta metodologia de Macedo Soares demonstra que um dos principais focos do magistrado era justamente compreender a formação de significados das palavras a partir da maneira como a população se expressava.

Todavia, considerando a sua defesa de mecanismos pacificadores da sociedade, acreditamos que Macedo Soares não pensava nesta participação popular de uma forma democrática. O magistrado defendia o acesso às instituições, mas não necessariamente a participação do povo, ainda identificando a necessidade de hierarquização da sociedade. Desta forma, este registro da maneira como as pessoas se expressavam, passava pela necessidade de compreender os elementos discursivos elencados pela população de forma identificar caminhos para a aplicação de reformas, dando prosseguimento à um projeto de civilização.

Portanto, o que podemos concluir a respeito das posições de Macedo Soares em seu dicionário, é a necessidade que o magistrado demonstrava de “civilizar” o país, construir um Brasil moderno não somente em suas instituições, mas também com seu povo. Este projeto de reforma passava pela extinção da escravidão, a qual Macedo Soares via como uma instituição perpetuadora de injustiças, denunciando tanto agentes responsáveis pela natureza violenta do cativeiro e por sua manutenção simbólica e material, quanto a demora do Estado em resolver a questão. O inimigo, portanto, não era o escravo, mas sim a escravidão perpetuada por estes agentes. Todavia, este repúdio a escravidão não se tratava necessariamente de uma defesa aos escravizados. Esta instituição apresentava um entrave às reformas esboçadas por Macedo Soares, criando uma cultura violenta que poderia disseminar-se para fora do cativeiro, oferecendo um perigo à ordem. É isso que define os limites do magistrado, que ao mesmo tempo

⁶⁹⁷ COELHO, 2012, Op. cit. p. 210.

em que acreditava na contribuição de signos africanos na formação do dialeto brasileiro, criava barreiras para manifestações de herança africana que considerava originárias do cativo, identificando-as como perigosas.

Por fim, toda esta produção, apesar de forte apelo abolicionista, também estava condicionada por concepções racistas que acentuam a complexidade dos argumentos de Macedo Soares: a defesa de políticas abolicionistas para eliminar uma instituição criminosa que vitimava o escravizado e oferecia perigo a sociedade, ao mesmo tempo acompanhada pela marginalização do negro através de uma variável rede de classificações de cor e raça.

Conclusão – O Brasil de Macedo Soares

Por diversos momentos ao longo desta pesquisa as crenças políticas e sociais de Antônio Joaquim de Macedo Soares apontavam para uma direção específica, antes de darem meia volta e apontarem para concepções aparentemente contraditórias. Por algum tempo isto mostrou-se um problema, dando a impressão que o pensamento do magistrado dava voltas abruptas ou que estávamos interpretando-o incorretamente. Esta foi uma inquietação recorrente até percebermos que não eram ideias contraditórias, mas sim a construção de um imaginário próprio de Macedo Soares que reinterpretava os elementos de sua conjuntura de acordo com suas próprias experiências e motivações. Da mesma forma, ainda assim estas interpretações eram condicionadas pelo quadro conjuntural do Império do Brasil, pelas atribuições profissionais de Macedo Soares e suas sociabilidades. Portanto, o que precisávamos para montar este quebra-cabeça, era encontrar um fio condutor para esta diversidade de ideias.

A partir dos trechos da trajetória de Macedo Soares que analisamos, pudemos perceber por parte do magistrado uma forte presença de ideias relativas às reformas e à modernização do Estado brasileiro, condizendo com o período do reformismo imperial da década de 1870, que ganhou corpo a partir do aprofundamento da crise na escravidão. Contudo, mesmo alinhado com uma ideia de reformismo imperial, isso não impediu que Macedo Soares expressasse suas críticas aos poderes institucionais, senhorios locais, partidos políticos e ao Conselho de Estado, bem como colocasse suas próprias concepções quanto a este processo de reformas. Os desejos do magistrado pela modernização do Estado e pela civilização do Brasil eram objetivos primários, colocados de forma autônoma a qualquer filiação política ou social. O que diferencia o estudo que fizemos sobre Macedo Soares de outros partidários do reformismo imperial é que olhamos o magistrado como um agente direto deste processo, atuando a partir de sua função como juiz de direito e utilizando das suas sociabilidades constituídas localmente, servindo como mediador destes projetos reformadores junto à população e as elites locais. Deste modo, a discussão que realizamos a partir das ideias de Macedo Soares não se dá a partir de um debate político ampliado e generalizante, mas sim a partir da própria trajetória do magistrado. Ou seja, o debate sobre o reformismo se organiza a partir de sua própria implementação, com as manifestações de Macedo Soares e sua desenvoltura como agente reformador.

Macedo Soares acreditava que o Estado tinha a responsabilidade de prestar assistência à população, colocando-se mais próximo das localidades e criando um ambiente em que as pessoas considerassem as instituições como legítimas e passíveis de serem acionadas. Era a

edificação de um Estado moderno em uma sociedade patrimonialista, em que o Estado vinha representar o papel de protetor assumindo atribuições controladas pelos poderes locais. Ou seja, ao mesmo tempo que se pretendia um Estado moderno, este ainda manifestava resquícios patriarcais, com uma população bastante hierarquizada. Era, portanto, o Estado mediando as relações sociais entre pessoas e grupos, buscando agir no âmbito privado em uma sociedade bastante desigual. Soares atribuía aspectos morais ao funcionamento deste Estado, esboçando um ideal de justiça social em que as pessoas comuns eram as mais carentes de cuidados e necessitavam de mecanismos que equilibrassem as hierarquias, mesmo que estas não fossem contestadas. Contudo, para exercer este papel de protetor o Estado necessitava ser eficiente no controle de seus gastos, demandar uma formação adequada e capacidade técnica entre os políticos e os quadros do funcionalismo público, sendo recorrente que o magistrado se referisse a estas qualidades como fruto de uma boa ilustração, dando um caráter civilizacional ao papel do Estado e de seus agentes.

Desta forma, Macedo Soares defendia uma melhoria da instrução pública que, naquele momento, encontrava-se bastante deficitária e sujeita ao descaso do poder público, intoxicado com as relações de favor. A sua defesa por uma instrução pública era feita tanto doutrinariamente em seus escritos quanto em ações mais concretas, como as tomadas pelo *Club Litterario Campo Larguense* e pela *Loja Virtude do Campo Largo*. Esta defesa tinha uma dupla função: educar a população e formar quadros competentes para o Estado, mas também servir como mecanismo de controle social. O mesmo servia para as cadeias, vistas naquele imaginário civilizatório como uma etapa fundamental para regenerar os vícios da população. A necessidade de instruir, inculcar valores morais e criar instrumentos de controle social eram uma questão de segurança já que a população, vista por Macedo Soares idealmente como pacífica, estaria sujeita à violência devido a elementos incompatíveis com a civilização, como era o caso da escravidão que degenerava as relações sociais.

O sistema escravista era visto como ilegítimo, um costume tolerado pela lei que se perpetuava pela exploração de “homens roubados” por “homens ladrões”. Uma instituição que necessitava ter um fim com urgência, só possível pela gerência estatal, por prejudicar o progresso civilizacional degenerando as pessoas através da violência física e simbólica. A escravidão era um inimigo a ser derrotado, mas esta visão não necessariamente era espelhada no sujeito escravizado. Macedo Soares reconhecia a humanidade dos escravos, localizando-os como vítimas do sistema escravista e negando o entendimento destas pessoas como coisas a serem colocadas como propriedade de um senhor. Esta negação da propriedade era uma brecha

a ser explorada no imaginário liberal, já que ao apontar para a inexistência da propriedade escrava, era possível o Estado mediar as relações privadas sem ser acusado de violar a propriedade dos senhores.

Considerando estes elementos, é possível concluir que Macedo Soares possuía ideais abolicionistas, mesmo que não fosse necessariamente militante de um movimento organizado. De fato, a abolição era necessária para a efetivação do projeto maior do magistrado, que era a modernização do Estado e a construção de uma civilização para o Brasil. Deste modo, Macedo Soares concebia uma valorização da vida do escravizado, levando-o a denunciar a violência do cativo, reconhecendo o escravo como sujeito explorado, o senhor como inimigo e buscando compreender as influências africanas no que ele chamava de dialeto brasileiro. Ainda assim, não podemos desconsiderar que esta defesa dos escravizados vinha acompanhada de algumas concepções racistas que marginalizavam e estereotipavam os negros. Por mais que Macedo Soares não defendesse abertamente teorias raciais e preferisse outros modelos deterministas para analisar alguns aspectos sociais, é inegável a influência deste imaginário e do processo de racialização da sociedade em determinadas produções do magistrado.

Todo este repertório de Macedo Soares não foi somente idealizado, mas manifestou-se na prática tanto no âmbito profissional do magistrado quanto em suas relações privadas, muitas vezes com a amalgamação destas duas esferas. Ao olharmos para sua trajetória em Campo Largo, vemos um profundo desejo do juiz de direito em transformar seus ideais reformistas em ações concretas para o desenvolvimento daquela vila, tornando-se figura central nas sociabilidades campolarguenses. A demanda por uma cadeia, a formação de um clube literário, uma loja maçônica e, possivelmente, de uma sociedade emancipadora; tiveram como peça fundamental as articulações promovidas por Antônio Joaquim de Macedo Soares. Verificamos que o magistrado possuía um trânsito relativamente confortável pela elite local, em que estas iniciativas citadas surgiram justamente através das sociabilidades com estas figuras de destaque em Campo Largo. Estas sociabilidades de Macedo Soares reforçam os argumentos de diversos estudos realizados sobre associativismo no Brasil, em que era possível em uma sociedade extremamente hierarquizada surgirem formas de sociabilidade em que as relações tivessem maior horizontalidade.

Além disso, as sociabilidades de Macedo Soares em Campo Largo nos demonstram que o reformismo imperial não se fazia em uma perspectiva dualizada que opunha Estado e elites locais. Todas estas iniciativas reformistas em Campo Largo só foram possíveis a partir da negociação com a própria elite daquela localidade, mobilizando os sujeitos mais ricos e

influentes da vila, por mais que resultassem em formas de sociabilidade mais horizontalizadas. Entretanto, isto não ausenta Macedo Soares de fazer críticas aos modelos clientelistas, defendendo o mérito em detrimento de relações de favor, principalmente naquilo que envolvia a máquina pública. Como demonstramos ao longo do trabalho, era uma relação dúbia: usar de práticas clientelistas e relações de favor como maneira de acabar com estas mesmas manifestações sociais em prol de um projeto modernizador para o país e de eficiência estatal.

De qualquer maneira, as sociabilidades de Macedo Soares demonstram que a implementação de ideários reformistas e a posição dos magistrados como intermediadores entre o Estado, as elites e a população não precisava se fazer através de relações mais assimétricas como as de clientelismo. Poderiam acontecer também através de sociabilidades um pouco mais horizontalizadas, como os clubes literários, sociedades abolicionistas e a maçonaria; demonstrando que apesar do reformismo ser um projeto de Estado, a defesa de uma civilização era um ideal difundindo nas entranhas de diversos grupos das elites.

Nos chamou a atenção a maneira como Macedo Soares representava o seu repertório sobre liberalismo, promovendo discussões sobre natureza humana, propriedade, escravidão e civilização. A questão do liberalismo no Brasil imperial é bastante complexa, sendo necessário considerar a sua convivência com o sistema escravocrata e sua incorporação de tradições hierárquicas já presentes no país desde a época da Independência. De todo modo, este liberalismo com a defesa da propriedade em primeiro plano, restrição à cidadania e aversão de políticas de direcionamento democrático, parece ainda mais complexo quando posto sob a ótica de Macedo Soares. O magistrado acreditava que a liberdade de fato era um valor maior no liberalismo, mesmo não fazendo uma crítica mais contundente as hierarquias sociais existentes no Brasil. A escravidão seria a principal inimiga do pensamento liberal, por ser um sistema oposto à liberdade. Escravidão esta que Macedo Soares via como ilegítima, um costume atrasado tolerado pela lei, contestando com veemência o estatuto de propriedade atribuído aos escravizados. Ainda que postas estas considerações, tentar orientar a visão de liberalismo de Macedo Soares em uma vertente específica seria limitar seu pensamento em uma caixa etiquetada. O próprio liberalismo no Brasil tem as suas adaptações, estas mesmas reinterpretadas pelo nosso personagem. O que podemos afirmar é que Macedo Soares contestava diversos valores fortemente entranhados no liberalismo brasileiro ou, no mínimo, tentava lhes dar uma nova roupagem. De qualquer modo, esta é uma questão que merece ser aprofundada em um trabalho futuro.

Portanto, mais do que definir Macedo Soares como portador de uma ideologia ou grupo político específico, para além de ser um reformista convicto, nosso papel aqui é justamente destacar a sua variedade de condutas e ideias, pois demonstram não somente a complexidade deste sujeito, mas da própria circulação de ideias e projetos no Brasil Imperial. Os estudos sobre este período ainda contém muitos modelos dualizados, geralmente colocando alguns elementos políticos ou sociais em oposição, como se explicassem toda a complexidade daquela conjuntura, simplificando tanto os seus objetos quanto todo o contexto. O que buscamos demonstrar com este trabalho é que não se tratava da mobilização de um conflito social ou político específico, mas sim o tensionamento entre variadas possibilidades. Macedo Soares criticou tanto conservadores quanto liberais por sua falta de projetos políticos que considerassem a profundidade das problemáticas brasileiras, mesmo sendo ele filiado aos primeiros. Usou do clientelismo na efetivação de seus projetos ao mesmo tempo que o combatia em favor do mérito e do fortalecimento de políticas públicas. Toda a questão do Estado fazendo frente às elites locais, intervindo nas relações privadas, esteve também em constante negociação com parcelas específicas da elite. A firme crítica a escravidão e a defesa pelo seu fim não ausentaram o magistrado de expressar concepções racistas, assim como a sua visão relativamente positiva da população não impediu que demonstrasse preocupação com a segurança pública, temendo a formação de uma turba violenta e defendendo assim mecanismos de controle social.

O estudo sobre Antônio Joaquim de Macedo Soares nos demonstra a importância de olhar o debate de fora do centro político. O Brasil não era feito somente da Corte, do Conselho de Estado, do imperador e do Parlamento. É necessário olhar para as províncias, deixando de considerá-las centros periféricos desimportantes, assim como analisar a implementação de projetos políticos de dentro, ultrapassando a política feita no alto da pirâmide. Não se trata, de forma nenhuma, de ignorar a conjuntura e os debates políticos mais ampliados, mas compreender que estes projetos maiores encontram suas necessidades de adaptação ao serem confrontados com a sua realidade de implementação.

Explorar a trajetória de Antônio Joaquim de Macedo Soares nos permite compreender um elemento ainda pouco explorado sobre o reformismo imperial: como eram compreendidos estes projetos a partir dos sujeitos que interagiam diretamente com as elites locais e a população. Muito já vem sendo estudado sobre as reformas a partir dos seus idealizadores, focando no Conselho de Estado e seus componentes ou no imperador Dom Pedro II. Ao vetorizarmos este contexto de reformas através de um de seus agentes executivos, podemos compreender que

existia uma grande complexidade que as concepções de Estado, civilização e sociedade poderiam ter durante o período.

Portanto, compreendemos que por mais que houvessem lugares-comuns na construção dos repertórios brasileiros, estes eram ainda mais variados e complexos do que temos entendido até agora com estudos centrados na Corte ou na política do grande escalão. Descentralizando esse olhar, mas ainda sem perder de vista a conjuntura, podemos compreender como a crise da escravidão e do Império continuaram a se aprofundar apesar destas iniciativas reformistas, em que o sistema político continuou perdendo apoio até ser substituído pela República, mantendo profundas desigualdades sociais e resguardando poderes oligárquicos. Podemos ainda entender como todo esse imaginário era absorvido e debatido dentro da estrutura estatal e dos círculos das elites, impactando nas sociabilidades locais e nas ações concretas de seus agentes. São questões despertadas pelo estudo de Antônio Joaquim de Macedo Soares que ansiamos que possam contribuir com a historiografia e futuras pesquisas sobre o Brasil Imperial.

Referências

Fontes

Artigos da revista O Direito

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Arrolamento das pequenas heranças no Juízo de Orphãos**. Revista O Direito. Ano 2, volume 4. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1874, p. 247-251. (A)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **O Novo Regimento das Custas Judiciárias**. Revista O Direito. Ano 2, volume 5. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1874, p. 550-559. (B)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Imposto de 2% sobre o monte-mór das heranças, na provincia do Paraná**. Revista O Direito. Ano 2, volume 6. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1875, p. 37-42.

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Do recurso de agravo na acção de despejo I**. Revista O Direito. Ano 4, volume 9. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1876, p. 617-627. (A)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Do recurso de agravo na acção de despejo II**. Revista O Direito. Ano 4, volume 10. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1876, p. 409-411. (B)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Dos inconvenientes do actual modo de votação dos tribunaes de justiça**. Revista O Direito. Ano 4, volume 11. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1876, p. 9-20. (C)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Da confissão do juiso conciliatorio**. Revista O Direito. Ano 5, volume 13. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1877, p. 5-10. (A)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Processo das medições – intervenção das mulheres das partes**. Revista O Direito. Ano 5, volume 14. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1877, p. 399-402. (A)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Da assistencia do juiz dos órfãos á avaliação dos inventarios**. Revista O Direito. Ano 6, volume 15. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1878, p. 254-263. (A)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Processo criminal. Da miseria do ofendido**. Revista O Direito. Ano 6, volume 15. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1878, p. 423-428. (B)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Processo criminal. Do valor da circunstancia aggaravante da noite.** Revista O Direito. Ano 6, volume 17. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1878, p. 201-212. (C)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Processo orphanologico. Da contagem dos juroz nos inventarios.** Revista O Direito. Ano 6, volume 17. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1878, p. 401-411. (D)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Processo civil. Do recurso contra o erro da conta das custas feita pelo contador do juízo.** Revista O Direito. Ano 6, volume 17. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1878, p. 650-656. (E)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Antigualhas Forenses. Sobre o tratamento devido as relações e mais tribunaes superiores.** Revista O Direito. Ano 7, volume 18. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1879, p. 577-579. (A)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Direito criminal. Interpretação do art. 205 do Codigo Criminal.** Revista O Direito. Ano 7, volume 19. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1879, p. 18-37. (B)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Sobre a publicação das sentenças.** Revista O Direito. Ano 7, volume 19. Rio de Janeiro: Typographia Theatral e Commercial, 1879, p. 209-210. (C)

Outros artigos

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. Subsídios para a História da Província do Paraná, município de Campo Largo, pelo Dr. Antonio Joaquim de Macedo Soares. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro, tomo LXIII, p. 301-406, 1900 [1883].

Correspondências

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 442.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 444.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 445.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 456.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 460.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 465.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 467.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 470.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 475.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 482.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 484.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 485.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 492.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 494.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 496.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 498.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 500.

Estatutos de clubes e associações

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 470.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 484.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 553.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 578.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 678.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 680.
 ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. Livro de Ofícios, AP 773.

Jornais e periódicos paranaenses

Almanak da Provincia do Paraná: administrativo, mercantil e industrial. 1876.
 Dezenove de Dezembro. 1874-1884.
 Diário da Tarde. 1905.
 Gazeta Paranaense: Organ do Partido Conservador. 1884-1889.
 O Paranaense: Organ do Partido Conservador. 1880.
 Provincia do Paraná: Organ democratico, dedicado aos interesses da província. 1876-1879.

Outros jornais e periódicos

VON LAEMMERT, Eduardo. **Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, inclusive a cidade de Santos, da Provincia de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 1875, p. 482.

Livros

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. **Diccionario de Vocabulos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Elucidário etimológico crítico: das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da Língua Portuguesa, ou neles vem com forma ou significado diferente (1875-1888).** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, Volume I, 1954. (A)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Elucidário etimológico crítico: das palavras e frases que, originárias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dicionários da Língua Portuguesa, ou neles vem com forma ou significado diferente (1875-1888).** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura – Instituto Nacional do Livro, Volume II, 1954. (B)

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. **Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

MACEDO SOARES, Julião Rangel de. (Org). **Campanha jurídica pela libertação dos escravos – 1867 a 1888.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder. O bacharelismo çliberal na política brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil- Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. **Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870.** Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, nº44, outubro/2000.

ALONSO, Angela. **Império da patronagem.** Novos Estudos Cebrap, nº 49, São Paulo, novembro de 1997.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88).** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná (1853-1889). A classe política. A parentela no governo.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira. Curitiba, 2014.

AMARAL, Tiago Valenciano Previatto. **O compasso, o esquadro e a ordem discreta: perfil sociológico dos grão-mestres da maçonaria paranaense**. Tese (Doutorado em Sociologia). Orientador: Ricardo Costa de Oliveira. Curitiba: UFPR, 2016.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos Estados Unidos e do Brasil**. Revista USP, São Paulo, n. 28, dezembro/fevereiro, 95/96, pp. 96-109.

AZEVEDO, Elciene. Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790 – 1822)**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2002.

BARATA, Alexandre Mansur. Do secreto ao público: espaços de sociabilidade na Província de Minas Gerais (1822-1840). CARVALHO, José Murilo de (Orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria no Brasil (século XIX): história e sociabilidade**. Revista de Estudios Historicos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña, v. 1, p. 138-151, 2013.

BOSI, Alfredo. **A Escravidão entre dois Liberalismos**. Estudos Avançados, v. 2, p. 4-39, Universidade de São Paulo, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25/12/2018.

CARVALHO, José Murilo de. (coord.) **A construção nacional:1830-1889**. Volume 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 2)

CARVALHO, José Murilo de. **A involução da participação eleitoral no Brasil, 1821-1930**. In: CAMPOS, Adriana Pereira; CARVALHO, José Murilo de (Orgs). Perspectivas da cidadania no Brasil Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

CAMPOS, Adriana Pereira; VELLASCO, Ivan. *Juízes de paz, mobilização e interiorização da política*. In: CAMPOS, Adriana Pereira; CARVALHO, José Murilo de (Orgs). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. **Projetos e realizações culturais e pedagógicas maçônicas: o associativismo como terceira via para (re)pensar a educação popular no Brasil-Império (1870-1889)**. Orientador: Clarice Nunes. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2013.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos: 1750-1880**. 6ª ed Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

CARMO, Anderson Braga do. **Abordagem semântico-enunciativa de um instrumento linguístico : o Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Orientador: Mariângela Peccioli Galli Joanielho. Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2013.

CERQUEIRA, Gabriel Souza. **Reforma Judiciária e administração da justiça no Segundo Reinado (1841-1871)**. Dissertação (Mestrado em História). Orientadora: Keila Grinberg. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COELHO, Olga Ferreira. **Léxico, ideologia e a historiografia linguística do século das identidades**. Revista Letras. Editora UFPR: Curitiba, n. 61, especial, 2003, p. 153-166.

COELHO, Olga Ferreira. **Nuances do Etnocentrismo em Descrições do Português do Brasil**. Boletim Historiografia Linguística, São Paulo, v. VII, n.1, 2004.

COELHO, Olga Ferreira. **Os nomes da língua: configuração e desdobramentos do debate sobre a língua brasileira no século XIX**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 47, p. 139-160, 2008.

COELHO, Olga Ferreira. **O Português do Brasil em Macedo Soares (1938-1905)**. LIMITE - REVISTA DE ESTUDIOS PORTUGUESES Y DE LA LUSOFONIA (ONLINE), v. 6, p. 199-215, 2012.

COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai. Centralização e federalismo no Brasil, 1823-1866**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2008.

COSTA, Hilton. **O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a reforma eleitoral de 1881**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Profº. Drº. Carlos Alberto Medeiros Lima. Curitiba, 2014.

CUNHA, André Gustavo Lescovitz. **Casos negros e pardos livres de mobilidade ascendente no Paraná do Século XIX**. (Monografia de Graduação). Orientador: Carlos Alberto Medeiros Lima. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DORATÍOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra : nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DRESCHER, Seymour. **Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FABRIS, Pamela B.; HOSHINO, Thiago. Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio: Mobilização negra e contestação política no pós-abolição. In: MENDONÇA, Joseli M. N.; SOUZA, Jhonatan U. **Paraná Insurgente**. São Leopoldo/RS: Casa Leiria, 2018, p. 57.

FREITAS, Ricardo. **Luzias e Saquaremas em confronto: A organização judiciária como problema político no Brasil imperial**. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: vol. 7, no.1, janeiro-abril, 2015, p. 133-154.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª edição, 2014.

GOMES, Sandro Aramis Richter. **O Partido Conservador na província do Paraná: composição social, conflitos internos e transição de comando político em dois diretórios partidários (Curitiba e Paranaguá, 1876-1879)**. Outros Tempos, vol. 13, n. 21, 2016 p. 38-64.

GOMES, Sandro Aramis Richter. **Parentelas, partidos e transição política: mudanças na gestão de diretórios partidários e na atuação política das elites regionais na passagem do Império para a República (Paraná, c. 1853-c. 1926)**. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Carlos Alberto Medeiros Lima. Curitiba, 2017.

GONÇALVES, Paulo César. **O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.25, n.2, abr.-jun. 2018, p.516.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. **A emancipação negociada: os debates sobre a criação da província do Paraná e o sistema representativo imperial, 1843**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 69, pp. 319 – 341, 2015.

GRINBERG, Keila. **O fiador dos brasileiros**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **Associativismo no Brasil do Século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889)**. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 13, n.1, 2007, p. 144-170.

KOSELLECK, Reinhard. **Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro, EDUERJ, Contraponto, 1999.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (Orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil. Ensaios de História Social**. 1. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. pp. 135-164.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Uma “informação” sobre os negócios da erva-mate e o seu autor (1837)**. *História Econômica & História de Empresas* XIV.1, 2011, pp. 35–72.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Distância na carne: mundo agrário, escravidão e fronteira nos Campos de Curitiba (séculos XVIII e XIX). In: XAVIER, Regina Célia Lima (org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2011,

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Beatriz e o abandono: anotações de uma ação de liberdade no Paraná (1876-1881). In: RAGGIO, Ana Zaiczuk; BLEY, Regina Bergamaschi; TRAUZYNSKI, Sílvia Cristina. **Abordagem histórica sobre a população negra no Paraná**. Curitiba: CEJU, 2018, pp. 198-231.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. **Iracema vota. Ficção, Política e História em José de Alencar**. *Revista Letras*, Curitiba, n. 94, jun./dez. 2016, p. 142-155.

MACHADO, Maria Helena. **Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª edição, 2014.

MAMIGONIAN, Beatriz. **O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872**. Almanack. Guarulhos, n.02, 2º semestre de 2011, p. 20-37.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3ª edição revista. Editora Unicamp, Campinas, 2013.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2000.

MOISÉS, Carolina Marchesin. **“Por ser, como é, uma associação beneficente, constituída de homens de trabalho, de cidadãos dignos”: a Sociedade Operária e Beneficente Protetora dos Operários e sua relação com o espaço central de Curitiba. (1883-1910)**. Monografia de Graduação. Orientadora: Profª. Drª. Joseli Maria Nunes Mendonça. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

NEDER, Gizlene. **As reformas políticas dos homens novos: Brasil Império: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

NUNES, José Horta. **Dicionários: história, leitura e produção**. Revista de Letras (Taguatinga), v. 3, p. 06-21, 2010.

PENA, Eduardo Spiller. **Pajens da Casa Imperial: juriconsultos, escravidão e a lei de 1871**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

PEREIRA, Milena da Silveira. **A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

PRADO, Maria Emília. **Memorial das Desigualdades – Os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

RAMOS, Jair de Souza. O Brasil sob o paradigma racial: Sociologia histórica de uma representação. In: PENNA, Sérgio D.J. (org). **Homo Brasilis: aspectos genéticos, lingüísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro**. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC-RP, 2002.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RONAN, Colin A. **The Cambridge illustrated History of the World's Science**. Cambridge University Press, 1983.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000.

SILVA, Noemi Santos da. **O “batismo na Instrução”: projetos e práticas de instrução formal de escravos libertos e ingênuos no Paraná provincial**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joseli M. Nunes Mendonça. Curitiba, 2014.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SLENES, Robert. **O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes par ao Estudo da Escravidão no Século XIX**. Estudos Econômicos, v.13, n.1, 1983, p.123-132.

SLENES, Robert. The Brazillian internal slave trade, 1850-1888: regional economies, slave experience, and the politics of a peculiar market. In: Walter Johnson (ed.). **The Chattel principle: internal slave trades in the Americas**. New Haven: Yale University Press, 2004, pp. 325-370.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira baiana na corte imperial (1863-1890)**. Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 21-22, (1998-1999), p. 147-176.

SODRÉ, Elaine Leonara de Vargas. **Brasil Imperial: o poder de Estado exercido através da administração judiciária**. X Encontro Estadual de História. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. Santa Maria - RS, 2010.

VELLASCO, Ivan. Clientelismo, ordem privada e Estado no Brasil oitocentista: notas para um debate. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; CARVALHO, José Murilo de

(Orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

VIEIRA, David Gueiros. **O Liberalismo, a Maçonaria e o Protestantismo no Brasil do Século Dezenove**. Estudos Teológicos, vol. 27, n. 3, 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)**. Topoi, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 117-136.

WOLKMER, Antonio Carlos. **A magistratura brasileira no século XIX**. Seqüência: Estudos jurídicos e políticos. v.18, n.38, Florianópolis - UFSC, 1997.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

YOUSSEF, Alain El. **O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1860-1880**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Orientador: Rafael de Bivar Marquese. São Paulo, 2018.